

DA GEOGRAFIA À
AMAZÔNIA

REFLEXÕES CRÍTICAS PARA
PENSAR A AMÉRICA LATINA

JÚLIO CÉSAR SUZUKI
VALTERLEI BORGES
FÁBIO MOLINARI BITELLI
[ORGANIZADORES]



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ISBN 978-65-87621-48-7

DOI 10.11606/9786587621487

**DA GEOGRAFIA À AMAZÔNIA
REFLEXÕES CRÍTICAS PARA PENSAR A AMÉRICA LATINA**

**Júlio César Suzuki
Valterlei Borges
Fábio Molinari Bitelli
[organizadores]**

**FFLCH/USP
2021**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH

Diretora: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-diretor: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Torres Megiani

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Prof^a. Dr^a. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Prof^a. Dr^a. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Prof^a. Dr^a. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Prof^a. Dr^a. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

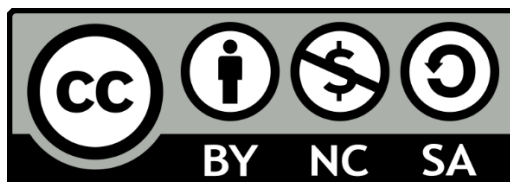
D111 Da geografia à Amazônia [recurso eletrônico] reflexões críticas para pensar a América Latina / Organizadores: Júlio César Suzuki, Valterlei Borges, Fábio Molinari Bitelli. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2021.
8.754 Kb ; PDF.

ISBN 978-65-87621-48-7
DOI 10.11606/9786587621487

1. América Latina – Estudo e pesquisa. 2. Amazônia. 3. Idosos.
4. Território. 5. Mobilidade. I. Suzuki, Júlio César. II. Borges, Valterlei. III. Bitelli, Fábio Molinari.

CDD 980

Produção e identidade visual: Modi Produções e Provisório Produções



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

SUMÁRIO

Da Geografia à Amazônia: reflexões críticas para pensar a América Latina	6
Júlio César Suzuki, Valterlei Borges e Fábio Molinari Bitelli	
O pensamento geográfico brasileiro: das raízes europeias à consolidação científica	9
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo	
Geografia e literatura: tramas romanescas para objeto de estudo da paisagem	46
José Elias Pinheiro Neto	
Reflexões sobre a ocupação e desenvolvimento da microrregião do Alto Solimões	84
Jonas Dias de Souza	
Mobilidade da pessoa idosa no reordenamento da espacialidade da cidade de Manaus (AM) antes da Constituição Federal	108
Cleisiane Xavier Diniz, Júlio César Suzuki e Maria de Nazaré de Souza Ribeiro	
Iniciativas econômicas solidárias na Amazônia Marajoara: possibilidades e limites	152
Alexandre Nunes da Silva, Gilberto de Miranda Rocha e Maria do Socorro Almeida Flores	
A construção dos territórios-assentamentos no sudeste paraense	170
Rogério Rego Miranda e Júlio César Suzuki	
Assistência técnica e extensão rural na ação político-pedagógica de promoção do enfoque de gênero no nordeste paraense	202
Zélia Vanuza Marques e Romier da Paixão Sousa	
Problemáticas y retos del conocimiento del otro: una apuesta metodológica construida desde el caso del Pueblo Sápara, Ecuador	233
Wladimir Mejía Ayala	
Acesso e acessibilidade de pessoas idosas em serviços gerontológicos na cidade Manaus (AM)	283
Cleisiane Xavier Diniz, Júlio César Suzuki e Maria de Nazaré de Souza Ribeiro	
Sobre os organizadores e autores	303

Da Geografia à Amazônia: reflexões críticas para pensar a América Latina

A Amazônia é múltipla, com ecótopos, atividades produtivas, apropriações espaciais e territoriais, configurações paisagísticas e tempos históricos diversos, em que a história do pensamento geográfico e o debate conceitual nos ajuda a compreender os dilemas da diversidade na contemporaneidade, conforme salientou José de Souza Martins em seu *Fronteira*¹.

Discutir políticas e ações num universo tão diverso possui o conflito entre discursos e posições como contexto, cujos liames e tessituras requer aprofundar e compreender. Neste percurso interpretativo, muito contribuem as reflexões reunidas nesta coletânea.

Iniciando os debates, Gilvan Charles Cerqueira de Araújo, em **O pensamento geográfico brasileiro: das raízes europeias à consolidação científica**, apresenta um levantamento histórico da formação e consolidação da Geografia no Brasil. O autor busca especialmente no início do século XX a influência da geografia francesa, germânica e anglo-saxã, cujas contribuições foram fundamentais na formação do pensamento geográfico nacional, passando pelos pioneiros pesquisadores brasileiros e pela formação do IBGE e da AGB, e apresentando, portanto, um panorama da consolidação científica da geografia brasileira.

No texto **Geografia e literatura: tramas romanescas para objeto de estudo da paisagem**, o autor José Elias Pinheiro Neto considerou as abordagens teóricas sobre paisagem (enquanto categoria de análise) e sua confluência no processo reflexivo à luz de obras literárias, analisando predominantemente a obra *Mapa e a Trama* de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. Possibilita, inclusive, a aproximação entre a Geografia e a Literatura.

A partir do estudo histórico da ocupação e desenvolvimento da microrregião do Alto Solimões, impulsionados pela chegada dos europeus entre os séculos XVI e XVII, Jonas Dias de Souza discutiu, em seu estudo **Reflexões sobre a ocupação e desenvolvimento da microrregião do Alto Solimões**, a fundação das primeiras missões, aldeias e vilas, contemplando o desenvolvimento populacional, a economia extrativa e a importância da circulação comercial neste território. Como resultado, percebeu-se a necessidade de melhor contextualização da região dentro do desenvolvimento da Amazônia frente a diferentes escalas regionais, nacionais e internacionais.

Cleisiane Xavier Diniz, Júlio César Suzuki e Maria de Nazaré de Souza Ribeiro, em **Mobilidade da pessoa idosa no reordenamento da espacialidade da cidade de Manaus (AM) antes da Constituição Federal**, buscam a compreensão das transformações da

¹ José de Souza Martins. *Fronteira*. A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

história urbana de Manaus a partir da marcante relação da cidade com a floresta, sobretudo no que concerne à expansão de atividades extrativas e produtivas, o que acaba impactando diretamente na mobilidade da pessoa idosa. Assim, a partir de uma perspectiva histórica, os autores analisam a relação entre transformações espaciais de Manaus, acessibilidade e mobilidade de pessoas idosas, com foco na gestão urbana.

Em **Iniciativas econômicas solidárias na Amazônia Marajoara: possibilidades e limites**, Alexandre Nunes da Silva, Gilberto de Miranda Rocha e Maria do Socorro Almeida Flores abordam a economia solidária e os projetos cooperativos no território do Marajó, no estado Pará, região norte do Brasil, focando a análise na comunidade ribeirinha Santo Ezequiel Moreno, a partir do Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX), também conhecido como Acutipereira, e tendo como referência dados, análises e registros realizados *in loco* junto à comunidade.

Em **A construção dos territórios-assentamentos no sudeste paraense**, de Rogério Rego Miranda e Júlio César Suzuki, conceitua-se e analisa-se a territorialização camponesa a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste do estado do Pará, na região norte do Brasil. Para tanto, os autores recorrem a dados históricos e investigam os assentamentos ocorridos especialmente nos últimos anos, conseguindo expor os conflitos pela terra e as compatibilidades e contradições na organização e atuação social do MST na região.

Para Zélia Vanuza Marques e Romier da Paixão Sousa, o processo de investigação, apoiado em recursos teóricos e metodológicos da pesquisa-ação, possibilitou a reflexão apresentada em **Assistência técnica e extensão rural na ação político-pedagógica de promoção do enfoque de gênero no nordeste paraense**, cujo conteúdo discute a prática da Sistematização de Experiências como estratégia político-pedagógica da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com exercício de escrita coletiva, suportado por metodologias participativas de extensão rural e resultados analisados mediante as concepções da educação popular, do feminismo e da agroecologia.

Discutindo, também, dimensões metodológicas relativas às pesquisas, Wladimir Mejía Ayala mostra no relato de campo – apresentado em espanhol - **Problemáticas y retos del conocimiento del otro: una apuesta metodológica construida desde el caso del Pueblo Sápara, Ecuador**, sua experiência em uma comunidade indígena da região do Alto Amazonas, com ênfase na aplicação de uma proposta metodológica na qual o pesquisador faz parte da problemática e se apoia em experiências prévias que, analisadas, possibilitam a utilização da vivência *in loco* e da memória para a coleta das informações.

Por fim, mas não menos importante, Cleisiane Xavier Diniz, Júlio César Suzuki e Maria de Nazaré de Souza Ribeiro, em **Acesso e acessibilidade de pessoas idosas em serviços gerontológicos na cidade Manaus (AM)**, caminham pela compreensão dos cuidados especiais específicos requeridos pelas pessoas idosas na adaptação dos imóveis para

garantir um melhor acesso e uma mais adequada acessibilidade, o que não é diferente quando se trata de serviços de saúde. Assim, com base em critérios dos componentes de acessibilidade espacial, os autores analisam os Centros de Atenção Integral à Melhor Idade (CAIMIs) da cidade de Manaus, no estado do Amazonas, Brasil.

A diversidade das reflexões apresentadas e das escolhas feitas para a tessitura das relações históricas, espaciais, teóricas e metodológicas reafirma a necessidade de esforços contínuos e necessários para a compreensão da Amazônia em sua pluralidade, em que o leitor é também chamado a contribuir em empreendimentos acadêmicos e artísticos futuros.

São Paulo, outono de 2021

Júlio César Suzuki
Valterlei Borges
Fábio Molinari Bitelli
[organizadores]

O PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO: das raízes europeias à consolidação científica

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo²

Resumo: a Geografia brasileira possui, atualmente, um status oficial e consolidado de ciência, com amplo amparo epistemológico, metodológico e de robustas contribuições para o pensamento geográfico, pesquisadores consagrados, centros de excelência, periódicos internacionalmente reconhecidos etc. Para se chegar a esse patamar foi preciso uma trilha de desenvolvimento do escopo teórico e metodológico. E, nesse panorama das fontes do pensamento geográfico brasileiro, encontramos as bases de nosso pensar e fazer Geografia nos clássicos postulados europeus para a institucionalização do raciocínio geográfico como teoria, método e prática científica, estabelecidos e utilizados em diferentes visões epistêmicas nas correntes geográficas hoje encontradas no país. No Brasil, a partir da chegada de estudiosos franceses da Geografia e, também, da influência filosófica moderna e das visões geográficas germânica e anglo-saxã, houve, nos primeiros decênios do século passado, a institucionalização acadêmica e profissional da ciência geográfica no país. Por meio de uma revisão bibliográfica, esse percurso histórico e epistemológico será o foco do presente estudo, com vistas a contribuir na rememoração das bases do pensamento geográfico brasileiro, ainda perceptíveis na contemporaneidade, em seus traços tradicionais, deslocamentos teórico-conceituais e diversificação temática, a partir da referência inicial de sua consolidação científica no século XX, base a partir da qual houve sua diversificação temática, teórica e metodológica contemporânea.

Palavras-chave: Geografia brasileira; história do pensamento geográfico; epistemologia da Geografia.

Considerações Iniciais

As Ciências Humanas possuem um histórico específico de desenvolvimento de seus postulados e paradigmas epistêmicos e metodológicos. Estudos sociológicos, históricos, antropológicos e geográficos referenciam-se nas Ciências da Natureza no século XIX, e esta busca por uma identidade científica faz parte da história do pensamento das humanidades.

A herança da modernidade e esclarecimento se fizeram sentir nas teorias, conceitos, correntes de pensamento e paradigmas das humanidades em seus perfis científicos de organização teórica-metodológica. E, em grande parte, institucionalização e consolidação da

² Professor de Geografia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Graduado em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP, Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (2013), Doutor em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2016). Pós-doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo.

Geografia no Brasil remete-nos a esse longo percurso de afirmação das Ciências Humanas na esteira da herança moderna entre o final do século XIX e início do século XX.

Não será possível aprofundarmos ao máximo possível nas referências e bases históricas que subjazem o desenvolvimento institucional da Geografia no Brasil, em todas suas ramificações, detalhamentos, influências e singularidades. Tal escavação epistemológica da ciência geográfica remonta, ao menos, há dois séculos anteriores ao início das primeiras décadas dos anos 1900, com estudos germânicos de caráter mais físico e ambientais dos elementos geográficos, da força estatal das construções cartográficas no período pré-neocolonialismo e, também, da proximidade da visão geográfica a conceituações que viriam a ser seus maiores pilares de operacionalização teórico conceitual atualmente como território e relações de poder, organização do espaço, análises regionais e os diferentes estudos da paisagem.

Será observado, de igual modo, como houve o aproveitamento e inserção das ideias geográficas do século XIX na incipiente Geografia institucional brasileira, pujante como projeto estatal nas primeiras décadas do século passado. A retomada de tais meandros genealógicos, em suas sinalizações características de maior impacto, coloca-se em primeira ordem, histórica e epistemologicamente no presente estudo, perfazendo sintética e reflexivamente os traços históricos e teóricos que perfazem essa trilha da história do pensamento geográfico brasileiro.

Os pilares germânico e francês do pensar e fazer geográficos

Antes de encontrarmos os pilares da institucionalização científica da Geografia no Brasil é importante que façamos uma breve retomada das bases para que esse processo se tornasse possível. Nesse sentido, um dos primeiros panoramas encontrados quando estudamos a história do pensamento geográfico é a presença de uma grande linhagem matriz de desenvolvimento da Geografia a partir dessa referência epistêmica nas Ciências Naturais. Autores como Alexander von Humboldt (1769-1859), Carl Ritter (1779-1859) e Friedrich Ratzel (1844-1904) são os principais representantes desse movimento inicial da institucionalização da Geografia como ciência (MORAES, 1983; CHRISTOFOLETTI, 1982).

Esses autores germânicos foram muito influenciados pelos estudos anteriores de Immanuel Kant (1724-1804) que, em sua teoria filosófica da crítica da razão, priorizava a busca por uma nova perspectiva ao pensamento e ciência na modernidade, além de trazerem em seus escritos parte das teorizações do idealismo alemão de sua época, especialmente presentes em escritos de Friedrich Hegel (1770-1831) e sua razão histórica (VITTE; SILVEIRA, 2010; BERNARDES; REIS JUNIOR; GOMES, 2015, ANDRADE, 1993; 1994; MORAES, 2005).

Nessa busca germânica pelo fortalecimento e distinção da racionalidade houve fortes argumentações e robustos trabalhos no sentido de estruturar tal pensamento em um embate contra posições metafísicas da filosofia. Essa postura racionalista, metodológica e de perscrutação por uma visão científica do pensamento impactou diretamente nas argumentações, visões de mundo e análises dos primeiros geógrafos germânicos do século XIX.

É nesse sentido que encontramos, por exemplo, argumentos de Humboldt na defesa de uma formulação científica, pelo estabelecimento de leis e termos gerais, para o estudo dos fenômenos geográficos, na busca pela: “[...] existência de uma lei comum que alcance todo o universo e as leis eternas que governam a natureza”³ (HUMBOLDT, 1856, p. 2). E mais do que defender o engendramento uma lei para sua visão *cosmológica* do mundo, Humboldt também irá argumentar de forma alinhada à visão organicista, preponderante no período de suas principais teorizações, e a divisão do olhar geográfico em *partes ou quadros paisagísticos* diferenciados, para que depois fosse possível alcançarmos as totalizações de tal análise, uma herança marcante do método cartesiano: “Além das vantagens especiais que lhes são próprias, cada zona tem também o seu caráter determinado.” (HUMBOLDT, 1952, p. 283).

E completa o autor que esse olhar para as partes e posterior descrição e análise permitirá observar: “[...] certa liberdade ao desenvolvimento anômalo das partes, o organismo, em virtude de um poder primordial, submete todos os seres animados e todas as plantas a tipos definidos que se reproduzem eternamente.” (HUMBOLDT, 1952, p. 283).

Por meio dessas ilustrações de Humboldt, observa-se como o autor nos traz dois dos pilares do pensamento geográfico clássico: a visão organicista – que evoluiria ora para a vertente

³ “L’existence du lien commun qui enla ce tout l’univers, et le gouvernement des lois éternelles de la nature”

francesa funcionalista ou para o desmembramento germânico do determinismo geográfico – , e a defesa por um método de observação, descrição e dedução dos fenômenos geográficos, havendo a força de duas categoriais analíticas do pensamento geográfico muito presente nas primeiras décadas do século XX: as áreas, em suas partes e totalizações (assim chamadas futuramente nas escolas anglo-saxãs, e distanciando-se conceitualmente por meio da ideia de região na escola francesa do início do século).

Encontra-se também no pensamento do geógrafo germânico a valorização da paisagem, como recurso de observação inicial do aparato perceptivo, descritivo, analítico e de compreensão do que viria a se tornar o raciocínio geográfico atual, na busca por uma linha de entendimento das interações e correlações dos fenômenos geográficos físicos e humanos.

A mesma visão de Humboldt será aprofundada por Carl Ritter e sua geografia comparada (1779-1859), no sentido de um olhar já para repartição dos fatos e fenômenos geográficos, para melhor estudá-los e compreendê-los. Ritter avançou a posição posta por Humboldt no sentido de defender e buscar a conexão da Terra com o ser humano – e aqui cabe uma proposição de pensamento sobre as visões epistêmicas diferentes entre Ritter e a futura e marcante obra da Geografia Fenomenológica e Cultural de Eric Dardel *L'Homme et la Terre : nature de la réalité géographique* publicada em 1952 –, revelando um traço marcante da divisibilidade, ou união, entre as posições humanas e físicas, naturais e culturais dos estudos geográficos posteriores:

Na verdade, toda a constituição do homem está completamente conectada com a Terra na qual ele habita; as raízes de seu ser correm para infiltram-se em números incontáveis. O homem recebe ao nascer da Terra não apenas um dote espiritual, mas também físico, do qual ele não pode se livrar e de cujo valor ele se torna cada vez mais consciente. É, portanto, certamente um dos primeiros estudos legítimos para conhecer os limites do reino em que o homem faz sua morada e compreender todos os seus segredos, todas as suas forças, de modo a utilizá-los para seus próprios usos.⁴ (RITTER, 1865, p. Xviii-xix).

⁴ “In fact whole constitution of Man is thoroughly connected with Earth on which the dwells; the roots of his being run down into it in uncounted numbers. Man receives at birth from the Earth not only a spiritual but a physical dowry, from which he cannot free himself, and of whose Worth he becomes conscious more and more. It is, therefore, of course one of the first legitimate studies to learn the limits of the realm which Man makes his home, and to understand all its secrets, all its forces, so as to turn them to his own uses.” (RITTER, 1865, p. xviii-xix).

Esse ponto da divisibilidade em áreas ou regiões seria o alicerce de duas das mais tradicionais incipientes Geografia institucionais da época, as correntes anglo-saxã e a francesa – no primeiro caso no estudo das áreas e sua organização de forma sistemática, e no segundo caso no protagonismo da região como conceito epicêntrico do pensar e fazer geográficos (BERNARDES; REIS JUNIOR; GOMES, 2015).

Pela força e importância das posições dos autores é que, alguns anos depois, Ratzel defende o papel fundamental das contribuições de Humboldt e Ritter na estruturação dos postulados científicos para Geografia: “A geografia de Humboldt e a de Ritter permaneceram, uma ao lado da outra, dois organismos independentes, ambos refletindo dois conceitos que eram muito originais para serem ensinados no sentido usual da palavra”⁵ (RATZEL, 1905, p. 58).

A proposição do espaço vital, como fonte do poder do Estado, promovida pela antropogeografia ratziana encontrou forte amparo institucional nos Estados-nações, estava fortemente enraizada no olhar racional e sistemático dos geógrafos que o precederam. E, como evolução do olhar geográfico clássico, atrelado às visões organicista, neopositivista e racionalista também haveria um grande desenvolvimento de estudos voltados para as relações de poder entre os Estados-nacionais em pleno cenário anterior e concomitante às grandes guerras do século passado, marcando a posição do escopo de teorização, método e ação estatal trabalhado pela Geopolítica.

Seja nas contribuições do poder terrestre de Halford J. Mackinder (1861-1947) ou na aposta do poderio marítimo de Alfred T. Mahan (1840-1914), a Geografia aproximara-se, intimamente, das decisões relacionadas aos territórios nacionais, seguindo o que Ratzel havia formulado do território como ponto de partida e chegada da ciência geográfica, alinhada ao poder estatal (MYAMOTO, 1981).

Lembremos, também, que a herança cartográfica foi decisiva para a elaboração de tais postulados geopolíticos, na potencialização da visão técnica e aparelhada do mapeamento dos territórios nacionais, saídos de uma fase seminal no período renascentista para patamares racional-científicos e lógico-matemáticos no século XIX. São inúmeros os nomes de grandes

⁵ “La geografia dello Humboldt e quella del Ritter rimasero, l’una accanto all’atra, due organismi a sè, autonomi, rispecchiando entrambe due concezioni troppo originali per poter fare scuola nel consueto senso della parola.”

autores que poderíamos citar influenciados por tais visões geográficas e suas transformações. É nesse contexto que encontramos uma das mais importantes cisões do núcleo epistêmico-metodológico do pensamento geográfico nesse período, entre as ideias fundamentais da Geografia francesa e germânica (e em grande medida anglo-saxã, que se mostrava muitas vezes como uma extensão dessa última).

No que se refere ao pensamento geográfico francês encontraremos outras preocupações em relação ao pensar e fazer geografia. Nas palavras de Paul Vidal de La Blache (1845-1918) era preciso haver uma estruturação do que o autor chamou de raciocínio geográfico do homem como “agente geográfico” (LA BLACHE, 2020 [1914]). E completa o maior nome do pensamento geográfico francês que era preciso o aperfeiçoamento do método geográfico, de certa forma, o aproximando em relação as preocupações teóricas, em visões diferenciadas, do que Humboldt propusera em seu cenário germânico:

Desse modo, o geógrafo contrai o hábito e, mesmo, a necessidade, de jamais separar os fenômenos – independentemente da ordem em que estejam – das localidades em que foram engendrados; deixa de concebê-los como unidades simples e apartadas de todo entorno; e extrai, de cada uma das localidades, uma junção de relações tão rigorosa quanto a dos filamentos das raízes de uma planta arrancada. Eis o proveito intelectual obtido pelo geógrafo do gênero de estudos ao qual ele se dedica. Para ele, cada fato assume significado particular referente ao lugar de onde o próprio fato surgiu. A necessidade de localizar confunde-se com a necessidade de compreender (LA BLACHE, 2020 [1914], p. 4).

É por tais distinções do pensamento geográfico germânico e francês que a Geografia trilhou diferentes caminhos, paralelos, de seu amadurecimento de ciência entre final do século XIX e início do século XX (ANDRADE, 1993; 1994). Na esteira do desenvolvimento teórico da geopolítica e geoestratégia germânica e anglo-saxã, observa-se, no mesmo período, um avanço considerável da Geografia Política em terras francesas. Os estudos de análise das características territoriais internas, por meio das monografias regionais e busca pela identificação dos gêneros de vida caracterizam-se, na França, como o principal traço de sua identidade teórica e analítica para a Geografia (CLAVAL, 1995, 1998; LA BLACHE, 1896; 1917).

É importante frisarmos essas diferenciações das raízes do pensamento geográfico porque encontraremos seus traços, como heranças teóricas da Geografia, aqui, em nosso país. Seja na preocupação com a atuação do Estado em seu próprio território, na consolidação e preocupação com as fronteiras, na busca por uma precisão quantitativa e de dados ou na construção de bases epistemológicas próprias, é possível identificarmos tais traços em nosso engendramento identitário e institucional para a Geografia brasileira. Estes autores, teorias e conceitos e visões geográficas clássicas foram fundamentais para os primeiros passos da institucionalização dessa ciência no Brasil, seja na referência geográfica germânica, nas proposições anglo-saxãs ou no amadurecimento teórico-conceitual e prático-metodológico da escola francesa (CHRISFOLETTI, 1982).

O nascituro de uma escola geográfica brasileira

Essas diretrizes basais do pensamento geográfico fazem parte da estruturação da Geografia no Brasil como ciência. Seja do ponto de vista francês, fortemente presente no início do século XX no país, o fortalecimento do papel do Estado e sua ação no território, iniciado por Ratzel e avançados por diferentes escolas europeias e o rigor analítico-descritivo defendido por Humboldt são encontrados na Geografia brasileira em seus passos científicos iniciais.

Também observaremos que além da raiz germânica da Geografia estatal, ora mais voltada à Geografia Política ora para a teorias Geopolítica, ocorreu no Brasil o movimento de forte influência francesa para a organização do que viria a ser um pensamento geográfico brasileiro, especialmente na promoção de estudos regionais, de diferenciação da diversidade natural e social do país.

Todas essas características do pensamento geográfico tradicional são encontradas, de certa maneira, nas produções e formulações geográficas brasileiras do início do século XX. Veremos, também, que no caso brasileiro possuímos, historicamente, uma presença maior da visão francesa na institucionalização da Geografia no país. Mas, ressalta-se, que as bases germânicas e anglo-saxãs, especialmente àquelas próximas as visões quantitativas, neopositivistas e estatísticas encontraram seus espaços de atuação e referência em órgãos oficiais do Estado nacional brasileiro, de forma paralela ao que podemos chamar de uma

Geografia brasileira de estruturação acadêmica e voltada ao ensino superior, promovida pelos autores franceses recém-chegados no país.

No entanto, antes desta fase de oficialização e valorização do saber geográfico, já havia, no Brasil, material e produção de conhecimento sobre seu espaço, conforme defendem Moraes (2005) e Sousa Neto (2005). Segundo estes autores, apesar de ter havido, sim, um grande aprofundamento da Geografia a partir da década de 1930, o papel de representantes de áreas correlatas e mediatas foi de fundamental importância neste processo, como engenheiros, escritores, magistrados, militares, geólogos, dentre outros:

É por isso que o período que antecedeu 1930 foi considerado por muito tempo como pré-institucional ou como pré-científico, só que quase ninguém disse que havia, por exemplo, geólogos e geógrafos-físicos importantíssimos aqui. [...] Então a briga é para que nós deixemos de pensar que ciência só passou a existir entre nós depois que foram fundadas universidades, instituições de pesquisa, institutos como o IBGE. Não. Antes já havia uma ciência produzida por nós, só que era preciso eurocentricamente etiquetar essa ciência como não válida, não legítima. Por quê? Porque ela ainda não acompanhava esse processo de fazer ciência. Então a primeira briga é essa, é dizer que o que nós fazíamos aqui era ciência geográfica ainda antes da década de 30 do século XX, essa é a primeira coisa. (SOUSA NETO, 2005, p. 125).

Moraes (2005) vai mais além, questionando quem eram estes representantes do pensamento geográfico brasileiro no período pré-1930, especificamente. Para o autor, ainda falta uma pesquisa histórica que responda essas questões, e essa falta seria justificada pela rarefação de registros que contribuam para o mapeamento das raízes da Geografia no Brasil:

Enfim, ainda se sustenta a questão de quem são os 'geógrafos' brasileiros antes da plena institucionalização da geografia no país. Serão os bacharéis de direito leitores de Ratzel? Ou os 'engenheiros-topógrafos' egressos das escolas politécnicas? Ou ainda os 'engenheiros-militares' envolvidos com o levantamento cartográfico das zonas de fronteira? Ou os intelectuais médicos que discutem a relação homem-natureza? Ou os professores de geografia dos liceus? (MORAES, 2005, p. 16).

Outro fator que ajuda a compreender este contexto é que a própria quantidade (e qualidade) dos registros sobre a Geografia cresceu conforme a mesma se desenvolvia, havendo, portanto, um extrato de registros e informações muito mais denso a partir deste momento, paralelo à institucionalização da disciplina.

E, como afirma Castro (2005), esta diversidade de profissionais relacionados à produção do conhecimento geográfico teorizado e utilizado na época correspondia a uma visão muito mais ampla e difusa dos seus objetivos e organização, culminando no surgimento das primeiras sociedades científicas e suas expedições de coleta e análise de informação sobre o território brasileiro:

Na primeira metade do século XIX, antes de institucionalizar-se, o campo de conhecimento da geografia ainda não estava relacionado a uma disciplina específica e permanecia um conceito guarda-chuva para uma variedade de expedições e outras atividades conjuntas com as ciências naturais e sociais, alimentando o florescimento das Sociedades de Geografia com informações sobre o vasto mundo que existia muito além das fronteiras européias. (CASTRO, 2005, p. 58).

Por estas razões, a Geografia, o pensamento e a prática geográfica passaram de uma condição amadora a um estágio superior, calcado na profissionalização de suas ações. Os interesses que regeram tal mudança partiram da própria evolução científica da época, mas também do poder do Estado e das possibilidades econômicas viabilizadas pelo poderio do saber em mãos, ou seja, o entendimento e exploração do espaço geográfico brasileiro.

Em continuidade a esta exposição das características do contexto para alcançarmos o significado específico de um fato ou fenômeno – neste caso a institucionalização da Geografia no Brasil –, podemos mobilizar a contribuição de Capel (1977), segundo quem a compreensão dos fatores conjunturais de desenvolvimento de uma ciência possibilita observar a estrutura de evolução desta ciência como um todo, assim como ocorreu com a Geografia brasileira nas primeiras décadas do século XX:

Se chegarmos a compreender os fatores que levaram à institucionalização de algumas ciências e ao fracasso dos embriões das ciências que poderiam facilitar estruturas alternativas de desenvolvimento científico, talvez

estejamos em posição de compreender sua evolução subsequente e sermos capazes de proceder mais facilmente para uma reorganização das ciências dos campos do conhecimento.⁶ (CAPEL, 1977, p. 2).

Capel (1977) ainda faz importantes considerações a respeito desta institucionalização das ciências nos países periféricos, no caso da Geografia, na formação de professores, fundação de centros de pesquisa e encontros científicos. É um processo observável nas décadas de domínio getulista no Brasil, tanto pelo lado institucional – promovido pelo Estado –, como também por iniciativas diversificadas, como o foram as unidades da AGB, que também chegava ao interesse da estruturação do ensino da Geografia nos sistemas de ensino nos países em que os geógrafos europeus se instalavam, como foi o caso dos representantes franceses no Brasil:

[...] a presença da geografia no ensino fundamental e médio no momento em que os países europeus iniciam o rápido processo de difusão do ensino fundamental, era a necessidade de formar professores de geografia para as escolas primária e média o fator essencial que levou à institucionalização da geografia na universidade e ao surgimento da comunidade científica de geógrafos.⁷ (CAPEL, 1977, p. 1).

E, como já ressaltado, tratar especificamente da Geografia no Brasil é falar de todas estas características mencionadas pelos autores apresentados, mas também do fator imperativo para a ascensão do saber geográfico, que foi a ação e intervenção do Estado. Pereira (1944) é claro ao dissertar sobre a diferença entre o quantitativo e o qualitativo na produção do conhecimento geográfico, fazendo uma referência aos períodos pré e pós 1930. A qualidade, ou oficialização do saber geográfico deu-se a partir do momento em que o mesmo fora

⁶ Si llegamos a comprender los factores que condujeron a la institucionalización de unas ciencias y al fracaso de los embriones de ciencias que podían facilitar marcos alternativos de desarrollo científico quizás estaríamos en condiciones de comprender su evolución posterior y de poder proceder más fácilmente a una reorganización de los campos del saber.”

⁷ “[...] la presencia de la geografía en la enseñanza primaria y secundaria en el momento en que los países europeos inician el rápido proceso de difusión de la enseñanza elemental, fue la necesidad de formar profesores de geografía para las escuelas primarias y medias el factor esencial que condujo a la institucionalización de la geografía en la universidad y a la aparición de la comunidad científica de los geógrafos.”

alocado no interior dos objetivos do Estado, ou, mais restritamente, ao plano de governo de Getúlio Vargas.

Houve um alinhamento entre o saber, o labor e o desenvolvimento da Geografia juntamente com o direcionamento dos interesses estatais em voga naquele período. A palestra de cuja totalidade reproduzimos um trecho a seguir, transmitida via rádio, em 1944, demonstra claramente que alguns dos representantes desta ciência, agora vista com outros olhos, reconheciam o papel não só do Estado como entidade de emanção do poder, mas do indivíduo (Vargas) como articulador de todo o movimento que culminou, posteriormente, nos institutos, universidades, centros de pesquisa, enfim, a qualidade mencionada pelo autor:

Nosso problema, em matéria de orientação geográfica, nunca foi, então, de ordem *quantitativa* mas de ordem *qualitativa*. Muito bem; se existiu sempre, um grande número de estudiosos da Geografia – embora da má Geografia (que eles consideravam boa ingenuamente) – por que não esperar que o número aumente em favor de uma Geografia de melhor qualidade, de uma Geografia racional, uma Geografia que focalize, de preferencia, o acordo recíproco da natureza e do homem, a influência daquela sobre este e deste sobre a primeira? – De uma Geografia que se firme, com toda a sua observação desapaixonada e sem desvirtuamentos, no modo – principalmente – como se plasmam, em cada lugar da superfície terrestre, o homem e a natureza? [...] O coroamento desse ambiente, indispensável, deu-nos S. Excia., o Sr. Presidente da República, não somente criando o Conselho Nacional de Geografia, como prestigiando-o, e, finalmente, reconhecendo, de público, o alto valor que a Geografia – e portanto, seus trabalhadores – possuem em face da cultura e dos destinos do Brasil. (PEREIRA, 1944a, p. 128).

Neste momento, já é possível ter um parâmetro para análise da Geografia a partir de 1930. De um modo geral, pode-se dividir a arrancada geográfica em três frentes distintas: a criação dos cursos de formação na área, a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), e a transformação do Conselho Nacional de Geografia (CNG) em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A direção de cada uma destas frentes determinou os rumos do pensamento geográfico brasileiro ao longo de todo o século XX, e, por esta razão, precisa ser mencionada, e, na medida do possível, delimitada em suas aproximações e afastamentos uma das outras.

No que se refere ao campo educacional, a Geografia no Brasil só obteve seus primeiros cursos de graduação durante o governo de Getúlio Vargas. Nos locais onde tais instituições de ensino foram fundadas, houve um direcionamento diferenciado das ideias e estudos. No Rio de Janeiro, houve a Universidade do Brasil (antiga Universidade do Distrito Federal) de 1935, refundada em 1937, e no estado de São Paulo ocorreu a fundação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934.

A criação dos cursos de Geografia denota outro ponto de preocupação do Estado em relação à população do Brasil, que era a questão de fornecer condições sociais para que o país atingisse as metas de modernização e desenvolvimento que faziam parte do projeto político em andamento. No caso dos novos geógrafos, sua função era tanta a de formação nas escolas propriamente ditas, como também a de aumentar o quantitativo de profissionais capazes de pensar a ação no espaço geográfico brasileiro:

Se a Primeira República é caracterizada pela descentralização política, a partir dos anos 20 e, sobretudo, após 1930, essa tendência se reverte, começando a se incrementar uma acentuada e crescente centralização nos mais diferentes setores da sociedade. Nesse contexto, o Governo Provisório cria o Ministério da Educação e Saúde Pública (14/11/1930), tendo como seu primeiro titular Francisco Campos, que, a partir de 1931, elabora e implementa reformas de ensino – secundário, superior e comercial – com acentuada tônica centralizadora. Trata-se, sem dúvida, de adaptar a educação escolar a diretrizes que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho. (FÁVERO, 2006, p. 23).

A partir desta dualidade é que iniciaram as indicações das correntes desta ciência. No Rio de Janeiro, até pela proximidade com a central do governo federal à época, surgiu o principal órgão de coleta e análise de dados geográficos, o IBGE. E, em São Paulo, por intermédio da AGB, a ascensão de estudos mais teóricos – muitas expedições regionais – e de reflexão sobre a situação da população brasileira tomou maior destaque nos centros de pesquisa:

Com a abertura dos cursos universitários de Geografia, tem-se o começo de uma nova fase, a acadêmica/universitária, com professores e alunos

DA GEOGRAFIA À AMAZÔNIA

preocupados em desenvolverem a Ciência Geográfica, e torná-la cada vez mais independente, com seu próprio objeto de estudo e, ao mesmo tempo, mais "útil" à sociedade. Inicialmente, os cursos formavam os professores que faltavam às escolas, mas, ao mesmo tempo, produzia-se pesquisa. Os licenciados em Geografia foram os primeiros participantes dos trabalhos de campo regionais, o que gerou valiosas monografias sobre o território nacional. O IBGE foi fundado neste período, atendendo a uma das exigências da União Geográfica Internacional de que houvesse uma instituição governamental que empregasse geógrafos. Este foi o início da formação do técnico em Geografia, o bacharel. Outro importante órgão responsável pela divulgação e melhoria da formação dos profissionais da Geografia é a AGB. Fundada em 1934, por Pierre Deffontaines, ela reunia intelectuais que se interessavam pela Geografia do Brasil. Em 1944, geógrafos do Rio de Janeiro e São Paulo deram-lhe dimensões nacionais, com a abertura de seções locais em quase todas as capitais brasileiras. (MELO; VLACH; SAMAPAI, 2012, p. 2687).

Apesar de desse grande aumento nos estudos geográficos, a diferença entre as duas vias de desenvolvimento do pensamento geográfico brasileiro era notória. Conforme afirma Paul Vidal De La Blache (1845-1918) – que influenciaria toda uma geração de geógrafos em São Paulo pela escola francesa –, a Geografia não pode ater-se aos dados estatísticos, devendo colocar na pauta de seus estudos questões culturais e sociais.

O geógrafo não pode contentar-se com os números publicados nas estatísticas oficiais. É necessário que lhes junte os dados que diversas fontes lhe podem fornecer, uma vez que se trata de determinar, pela comparação dos espaços disponíveis e dos efectivos, até que ponto está realizada, actualmente, a ocupação da Terra pelo Homem. Todas as partes da superfície terrestre devem ser consideradas, o que aliás, apesar da insuficiência de certas informações, não tem hoje nada quimérico. Só o conjunto, precisamente pelas diferenças, contrastes e anomalias que permite descobrir, tem pleno significado. (LA BLACHE, 1954, p. 45).

Este posicionamento é complementado por um dos seus mais importantes seguidores, também multiplicador da Geografia Regional francesa no Brasil, Pierre Monbeig (1990), para o qual o acúmulo de algarismos – dados matemáticos – não consegue alcançar a complexidade de um estudo sobre o espaço geográfico, seus fatos, fenômenos e dinâmica relacional entre os diferentes aspectos que o definem:

Trabalhar cientificamente, tal é o louvável ideal de nossos jovens; mas, para eles, isto significa muito freqüentemente desumanizar a pesquisa. Possuem uma sólida fé nos documentos escritos, nos mais perigosos de todos: as estatísticas. Uma pesquisa de Geografia Humana consiste, no seu entender, em debruçar-se por sobre os tesouros estatísticos de uma Municipalidade ou de um serviço administrativo qualquer; mais venham a ser acumuladas listas de algarismos e mais se pensará haver feito um bom trabalho. É isto o que chama fazer uma pesquisa sobre o terreno. (MONBEIG, 1990, p. 47).

É interessante notar que um dos aprendizes de Monbeig, Aziz Ab'Sáber, reitera justamente esta preocupação do mestre francês com os detalhes e componentes humanos na pesquisa geográfica: “A fim de colocar-nos em dia com o cotidiano da vida paulista e brasileira incentivava-nos, através da leitura dos jornais, ao mesmo tempo em que chamava nossa atenção para percebermos conjunturas diferentes das ações antrópicas sobre um só e mesmo espaço territorial.” Replica-se, portanto, a análise de porções do espaço geográfico em sua diversidade e singularidades: “Ou seja, pensar os cenários de um setor qualquer do espaço geográfico, em épocas históricas diversas.” (AB' SABER, 1994, p. 227)

A herança do organicismo e do funcionalismo, assim como a busca por uma harmonia na relação homem-natureza, também são visíveis na fala de Ab'Sáber (1994, p. 226): “Era necessário iniciar-se por trabalhos analíticos sobre temas reais, percebidos no teatro geográfico das atividades humanas, quer no mundo rural quer no urbano.”

Em suma, o que chegava à unidades acadêmicas tanto de São Paulo como do Rio de Janeiro era uma proposta metodológica a respeito da Geografia e do espaço geográfico: “Antes de se iniciar nos trabalhos de campo e na percepção das relações entre os homens e a terra, e os homens e a sociedade, era impossível teorizar.” (AB' SABER, 1994, p. 226). Estas “imersões” territoriais seriam protagonizadas tanto pelos representantes da AGB, pelas suas sedes regionais, como pelo IBGE, em suas unidades estaduais. O que se observa neste relato de Ab'Sáber, mais do que uma experiência de formação geográfica, é uma característica e necessidade do labor geográfico em aumentar o alcance desta Geografia brasileira em relação ao país que representava:

Atuando separadamente, mas percorrendo caminhos semelhantes, os grupos de São Paulo e Rio de Janeiro logo decidiram congregar esforços, surgindo daí a idéia de se reunirem periodicamente para discutir em conjunto aquilo que já faziam paroquialmente [...] O papel dessa AGB nacional na formação do pensamento geográfico brasileiro foi tão importante que, a partir de 1946, deixaram os geógrafos de freqüentar os congressos da antiga Sociedade Brasileira de Geografia, que passou, inclusive, a ser por eles alcunhada de ‘veneranda’. (ABREU, 2006, p.141).

Curiosamente, tanto a visão estatística como a corrente francesa mais clássica tinham como principal referência epistemológica o positivismo de Augusto Comte (1798-1857), para quem a organização de um método científico imperava como prioridade a ser seguida pelos cientistas. No caso dos geógrafos do início do século XX, a postura não foi diferente: “O século XIX, do ponto de vista da epistemologia, é o século do positivismo, da sua emergência e da sua consolidação. (...) A situação histórica mostra uma classe social – a burguesia industrial consolidando sua conquista do mundo”. (MELO; VLACH, SAMPAIO 2012, p. 41).

De igual modo, tanto os profissionais da ABG como do IBGE alinharam-se à ideologia espacial vigente por meio do Estado Novo, que lampejava, em linhas gerais, como já analisado, o progresso, modernização e tecnificação do território brasileiro. O olhar para terra, mesmo de teor mais social (regionalista) da vertente francesa, corroborou para o cumprimento de toda uma agenda política nas primeiras décadas do século XX, positivista e progressista: “Ao privilegiar a terra, o ensino de Geografia caminhou ao encontro da metodologia positivista, na medida em que não trabalhou as contradições sociais”. (MELO; VLACH, SAMPAIO, 2012, p. 43)

Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB)

A AGB foi fundada no início dos anos 30 do século passado, tendo seus alicerces na Geografia francesa, com o objetivo de elaborar, difundir e amadurecer o conhecimento geográfico sobre o Brasil. Desta maneira, a associação teve sua atuação dividida em diferentes frentes, desde a formação de professores e estudantes, até a organização de expedições científicas pelo território, a fim de coletar as informações necessárias para seus estudos.

De início, mais do que uma concepção de Geografia a ser implementada, era necessário apresentar um método geográfico – o francês regional, funcionalista e organicista –, de modo

a extrair deste o instrumental teórico e metodológico necessário e aplicável à realidade brasileira:

A grande contribuição da AGB ao desenvolvimento da Geografia brasileira, no período em estudo, decorre do fato de que ela reunia geógrafos de pontos diversos do País para debaterem temas e questões e realizar, em conjunto, trabalhos de pesquisa de campo; divulgava os métodos e técnicas e também os princípios dominantes nos centros mais adiantados. Ela difundiu métodos de trabalho numa época em que não havia cursos de pós-graduação em Geografia, contribuindo para consolidar a formação de geógrafos mais novos ou menos experientes. Realizando reuniões em pontos diversos do território nacional e fazendo pesquisas, a AGB deu ensejo para que se conhecessem melhor estas áreas e os seus problemas (ANDRADE, 2006, p.146).

A chegada de geógrafos franceses ao Brasil, no início do século XX, envolveu um contexto atrelado, principalmente, aos campos político, econômico e cultural. Os dois primeiros campos de ação aproximam-se do projeto político e de toda a ideologia especialista vigente nos anos de governo de Getúlio Vargas. Sobre o aspecto cultural, somam-se ao movimento de produção intelectual, artística e literária, os estudos de âmbito geográfico, histórico e econômico, na constituição do arcabouço nacionalista do Estado brasileiro.

Pelo fato de não haver tantos geógrafos atuantes no Brasil, e o número de franceses na missão de divulgação ser de igual modo limitado, havia um esforço hercúleo para conseguirem realizar seus estudos sobre o território brasileiro: “Voltando à análise de Maurício de Abreu, temos em São Paulo, a fase heroica, na qual a AGB criada por Pierre Deffontaines reunia 4 a 5 pessoas em algumas vezes, depois do Pierre a AGB passou a contar com Pierre Monbeig, em contraponto”, e prossegue o autor sobre esta fase incipiente e inicial da AGB: “[...] no RJ, o Conselho Nacional de Geografia (1937) passou a promover encontros e dar estágio a alunos da Universidade do Distrito Federal (que em 1939 passou a ter o nome de Universidade do Brasil).” (EVANGELISTA, 2006, p. 19).

Pelo olhar destes profissionais da Geografia francesa, encontram-se alinhamentos discursivos e da prática geográfica defendida por seus elaboradores. Em suma, existia um Estado nacional ainda em período de amadurecimento cultural, econômico e político – marcado por sua herança histórica monarquista e colonialista – e a vigência de um governo com objetivos

ideológicos de dominação, controle e modernização territorial em plena execução. Não por acaso, nos escritos deste período, o ser humano é exaltado como o ponto a ser investido na empreitada de compreender e transformar o espaço geográfico brasileiro:

Na ótica autoritária compartilhada pelo governo e seus próceres, a existência desses amplos fundos territoriais ainda não aproveitados economicamente pelo Estado nacional colocariam a ocupação racional do território pela via da colonização dirigida como corolário do projeto estatal de reestruturação da economia e da sociedade brasileiras. O objetivo seria, fundamentalmente, enaltecer a capacidade humana de ação teleológica sobre o espaço, isto é, a intencionalidade na criação de uma nova organização geográfica, o que possibilitaria aos propagandistas oficiais subvencionados pelos órgãos oficiais de cultura converter a conquista de terras numa obrigação patriótica continuamente repostas. (NOGUEIRA, 2012, p. 325).

Pierre Deffontaines (1939) disserta justamente sobre esta postura de valorização do fator humano na superação e dominação do meio: “Já se disse algumas vezes que o país era tão grande que não estava na dimensão do homem, que sua enormidade ultrapassava os limites habituais da vida humana. É verdade que é preciso mudar aqui a escala de medidas.” (DEFFONTAINES, 1939, p. 25).

Para Monbeig (1958), a busca de dominação do meio físico com fins desenvolvimentistas configura uma situação a ser analisada e colocada em prática pelos geógrafos e pelo povo brasileiro, de modo a superar, inclusive, a carga mítica do Paraíso Terreal, a fim de alcançar a modernização do Brasil: “Pensamos, sobretudo, em destruir os mitos exóticos e em colocar à disposição do europeu curioso os elementos necessários, se não suficientes, para uma ideia clara do que são a natureza e a nação brasileiras, e dos problemas que o país enfrenta.” (MONBEIG, 1958, p. 7).

A este enfrentamento e relação entre o homem e o meio, Deffontaines (1962) denomina evolução; inicialmente, temos aquele que transforma o meio, chamado, *homo faber*, que depois, além de transformar a natureza, também compreende sua complexidade e dinâmica, por meio do conhecimento geográfico, tornando-se então o *homo geographicus*:

[...] o homem tornou-se, no domínio geográfico, um agente dinâmico; há já muito tempo não tem unicamente uma atividade de coleta; conquistou um poder cada vez maior sobre a Natureza; sabe utilizá-la, transformando-a. Assim é que aparece como elemento cada vez mais ativo da paisagem terrestre. O Globo começa a ostentar uma nova cobertura de origem humana, uma fisionomia devida ao trabalho humano. Para compreender e explicar a maior parte das paisagens dos continentes, é preciso considerar a sua ação, tanto quanto, e algumas vezes mais, a intervenção das forças físicas, climas, hidrologia, orogenia, vulcanismo. Este *homo faber* tornou-se, também, o *homo geographicus*. (DEFFONTAINES, 1962, p. 10).

Daí para o uso desta forma de pensar a Geografia e o mundo na ideologia política vigente à época não houve muita distância. Lembremos que a bandeira da unidade nacional, da modernização, civilização, progresso e tecnificação do território fazia parte de todos os esforços estatais em andamento, na própria institucionalização da ciência geográfica no país. Assim, encontram-se elementos desta discursividade tanto em Monbeig como em Deffontaines, principais difusores da Geografia francesa no Brasil durante o domínio político getulista:

Os elementos da unidade nacional, todavia, são mais fortes que os ressentimentos transitórios. Há uma força de união e esta resulta do fundo étnico comum, de origem portuguesa, e do passado de lutas pela conquista do solo, idêntico em todo o país. Os “Bandeirantes” são heróis nacionais e o “grito do Ipiranga” tem o mesmo significado de Manaus a Porto Alegre. O Brasil possui seus mitos, aos quais os imigrantes recém-chegados não foram os últimos a aderir. A formação da consciência nacional se manifesta na procura feliz de uma música e de uma literatura brasileiras. Passou já o tempo em que artistas, escritores e pensadores seguiam a reboque o navio da Europa [...]. O sentimento nacional não repousa apenas sobre a ideologia; apoia-se sobre uma infra-estrutura sólida que é aquela que os historiadores, sociólogos e escritores analisam. Os fatores e as modalidades da conquista do solo foram, “grosso modo”, idênticas, no tempo e no espaço. Todas as regiões do país participam de uma mesma estrutura econômica de origem colonial e as estruturas sociais, legadas pela sociedade dos senhores da terra, são da mesma essência em todo país. Nelas é que devemos buscar os fundamentos da sociedade brasileira. Nelas, também, estão as fontes dos seus problemas.” (MONBEIG, 1958, p. 77-78).

No campo da ideação cultural e dos anseios civilizacionais presentes na sociedade entre o final do século XIX e início XX, com a Geografia, não ocorreu diferente. Monbeig e Deffontaines avançam, cada qual a seu modo, com as teorias e propostas metodológicas da principal referência da escola geográfica da França, Paul Vidal de La Blache. No entanto as teorias de seus pupilos, fundadores do pensamento geográfico brasileiro, encontravam modos diversificados de interpretação e aplicação, devido à toda a especificidade situacional do Brasil enquanto Estado-Nação.

La Blache (1954) fundamentou sua teoria geográfica no conceito de gêneros de vida, que consistia em diferenciar as características regionais da população no espaço. Conforme pode-se constatar na citação apresentada a seguir, o autor reitera que, para se chegar nestas peculiaridades de diferenciação, as estatísticas não são suficientes. Os autores herdeiros de La Blache adaptaram e expandiram suas teorizações, com uso de termos correlatos como *habitats* e *regiões* geográficas:

Notemos primeiro que as formas de estabelecimento, quaisquer que sejam, não estão representadas isoladamente. Se pusermos de parte algumas explorações mineiras situadas em plena floresta ou no coração de montanhas, é por enxames, de certo modo por famílias, que certos tipos se distribuem na superfície. Se é o regime de *habitat* disseminado que prevalece, as casas, herdadas ou herdades ou casais não se contam por algumas unidades, mas por centenas: é como uma poeira de habitações a cobrir o solo. [...] Mesmo as cidades têm tendência para se multiplicar e comprimir em certos pontos, como se fossem atraídas umas pelas outras. Assim, abstração feita das formas que podem surgir inopinadamente, distingue-se facilmente, que os mesmos tipos se encontram, nas regiões, ocupadas, em grande número de exemplares. Por isto, é lícito dizer que entre os sinais que contribuem para caracterizar uma região, para marcar um país de um cunho próprio, este índice não é para desprezar. (LA BLACHE, 1954, p. 232).

No caso da aplicação destes *gêneros de vida*, *habitats* ou *regiões* no Brasil houve a questão da diversidade, precariedade e dificuldade de se compreender a presença e papel do fator humano no seu território. O rumo tomado na adaptação desta busca por distinguir os “tipos regionais” deu-se por meio da compreensão do espaço brasileiro para melhor dominá-lo,

modernizá-lo e habitá-lo, máximas presentes nas linhas maiores do projeto político e ideológico da fase populista de governo:

A bem dizer, parece não haver dúvidas de que os estudiosos enxergavam, no fenômeno do pioneirismo em geral, um relacionamento entre desenvolvimento e conquista, donde se abre, para o caso brasileiro, a possibilidade de se compreender a relação entre a conquista dos sertões e a formação da nacionalidade bem próximo à função que, nos EUA, se atribui ao “mito da fronteira”. Elaborado por Frederick Jackson Turner, historiador consagrado que havia participado das discussões iniciais da obra de Isaiah Bowman, a chamada *frontier thesis* qualifica o avanço civilizatório sobre áreas de ocupação não consolidada conferindo centralidade à expansão territorial na formação da nacionalidade e na consolidação da democracia americana: é da experiência da fronteira, sempre em movimento, que surge a liberdade, instituições e oportunidades que caracterizariam distintamente a experiência americana da europeia na construção de uma nova civilização. (NOGUEIRA, 2012, p. 325).

Na esteira do comentário feito por Nogueira (2012) estão os questionamentos de Bray (1993) sobre a maneira como esta visão culturalista dos gêneros de vida chegou ao Brasil, em argumentos como a democracia racial, o branqueamento populacional, pelo funcionalismo social, e a sobreposição de uma harmonia geográfica na complexidade social visível em todo o território nacional brasileiro.

O autor continua sua crítica ao culturalismo da Geografia francesa, expondo as contradições em suas propostas, como era o caso da questão étnica e dos tabus da miscigenação, encobertos historicamente pela chegada dos imigrantes europeus: “Deffontaines, como reprodutor das concepções culturalistas, via na miscigenação e na democracia racial um bem para o país, apesar de deixar implícito os valores do branqueamento da população brasileira.” (BRAY, 1993, p. 7).

No entanto, a contribuição teórica e metodológica de Bray (1993) ultrapassa seus questionamentos. Algumas de suas mais relevantes reflexões estão contidas em sua visão de modernização e seu entendimento do uso, pelo ser humano, do espaço geográfico, na já mencionada passagem da mudança e produção (*faber*) para a compreensão (*geographicus*).

Para Deffontaines (1944), a conquista e dominação destes sertões, e dos “mitos de fronteira” dá-se pela rede das cidades, que, segundo o autor, à época de sua chegada, apresenta-se como um “país hostil ao grupamento” – urbanização –, quando se volta ao estilo de vida rural dominante em seu território, por meio de fazendas, retiros ou currais (termos utilizados pelo autor). E não apenas o meio rural, mas o *natural*, entendido aqui em sua simbologia histórica das Américas como resíduo paradisíaco, deveria ser superado, ou até mesmo eliminado na busca pelo desenvolvimento. Esta noção da natureza com principal obstáculo à modernização, progresso e futuro nacional, no sentido da exploração máxima do viés econômico dos proventos do meio, também fará parte da ideologia espacial em outros períodos históricos do Brasil, notadamente no desenvolvimentismo de JK e nos anos da ditadura militar.

O *habitat* ou *gênero de vida* rural recebe a alcunha do atraso técnico e histórico, devendo ser superado pela chegada da modernização e do progresso. A urbanização se configuraria como a superação destes obstáculos, e o símbolo do avanço social do povo brasileiro no curso da conquista de seu território: “É um assunto de reflexões singulares este do estudo do aprovisionamento de um país em cidades. Como uma região se proveu de aglomerações urbanas? Como nasceram elas, onde se instalaram, por que progrediram?” (DEFFONTAINES, 1944, p. 141).

A “dispersão” pelo território deveria ser utilizada como mote da modernização ambicionada e colocada em prática, e como referência para as teorizações dos recentes geógrafos chegados ao Brasil: “A vida econômica e social, por embrionária que seja, teve que tomar formas especiais para se adaptar a uma dispersão tão completa.” (DEFFONTAINES, 1944, p. 141). O acaso, assim, não deveria lograr seus desígnios neste processo, cabendo novamente à raiz funcionalista estruturar esta territorialização por meio das cidades, classificando e especificando o papel de cada porção da urbanidade existente e passível existência, tais como as reduções, aglomerações militares, cidades mineiras (ligadas à corrida do ouro e diamante no período colonial), as cidades nas estradas (pousos), as cidades de navegação e de vias férreas e as bocas de sertão.

Se Deffontaines (1944) embasou sua análise regional na densidade urbana e industrial do espaço geográfico, Monbeig (2004, p. 111) utiliza, em suas análises, o conceito de paisagem, por meio da qual o desenvolvimento da sociedade seria passível de compreensão em suas

nuanças: “Como a cultura de um grupo evolui, sua paisagem também evolui: o mesmo suporte natural viu sucederem-se paisagens diferentes, sendo cada uma reflexo da civilização do grupo em dado momento de sua história.”

A primazia da paisagem evidencia-se em sua nomeação como conceito aglutinador das várias facetas que compõem a totalidade do meio, e sua relação com o ser humano: “Assim a paisagem não é mais considerada como produto da geologia e do clima, mas como reflexo da técnica agrícola ou industrial, da estrutura econômica ou social [...]” (MONBEIG, 1940, p. 238-239). Ainda sobre o conceito de paisagem, o geógrafo francês afirma que:

Ver como a paisagem é reflexo da civilização, tal é uma das principais tarefas do geógrafo; é um trabalho de análise que ele precisa fazer para distinguir o que provém do solo, do clima e também da técnica agrícola, da organização social. A análise da paisagem apresenta-se como um jogo de quebra-cabeças; mas, enquanto o jogo se torna logo fastidioso, é apaixonante o estudo da paisagem: apaixonante porque nos põe em contato com a humilde tarefa quotidiana e milenar das sociedades humanas; ela mostra o homem lutando sem cessar para aperfeiçoar-se (MONBEIG, 1940, p. 248).

Nestas considerações do geógrafo francês, fica evidente a proposta de uma postura metodológico para a Geografia do Brasil e seus representantes. O conceito de paisagem surge como centro de irradiação desta máxima, e acaba por contemplar muitos dos anseios analíticos e reflexivos que existiam, pelo fato de no território brasileiro haver tantas paisagens humanas e naturais quanto fosse possível expandir e aperfeiçoar esta maneira de se pensar a ciência geográfica trazida pelos mestres franceses.

Ressalta-se que muito foi caminhado no sentido de uma evolução, desenvolvimento, aperfeiçoamento e diversificação dessas posições tradicionais francesas. Da chamada Geografia Ativa à Geografia Crítica, o olhar do tempo como fundamento empírico de reformulação epistemológica dos fenômenos geográfico pela Escola dos Annales, a retomada do protagonismo do lugar e paisagem pela fenomenologia incorporada aos estudos geográficos, etc. Muito do que foi observado na Geografia francesa na segunda metade do século XX possui em seu DNA parte do que foi pensado e formulado anteriormente pelos seus geográficos de referência.

No tocante à atuação dos mestres franceses e de sua influência nos profissionais da Geografia paulista na AGB, apresentam-se as matrizes culturalistas, modernizadoras e civilizacionais, predominantes de toda uma forma de pensar da época. Em outro extremo, encontra-se o IBGE, sediado no Rio de Janeiro, no qual e pelo qual a Geografia tomaria um rumo de pensamento e ação mais distintos, seguindo padrões estatísticos, quantitativos e com objetivos de mensuração das informações geográficas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Diferente do que ocorreu com os geógrafos da AGB, o foco do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi outro, voltando-se muito mais para o fornecimento de informações sobre a sociedade e a natureza brasileira para o Estado, suas organizações e instituições. A fundação do IBGE já denota esta vinculação e linha de trabalho, que faria parte do dia-a-dia deste órgão durante muitas décadas.

O IBGE, mais que a própria AGB e as antigas sociedades científicas de inclinação geográfica, possuiu um papel central neste contexto. A função dos geógrafos do instituto era de fornecer os meios necessários para domar a ferocidade do Éden caído, ou melhor, do paraíso agora visto como um obstáculo para chegada da modernidade; esses pesquisadores seriam, literalmente, os arautos do futuro da nação brasileira, função que seria incendiado ainda muitas décadas depois.

Este percurso do IBGE iniciou-se com o Conselho Nacional de Geografia (CNG), que possuía uma unidade de estudos estatísticos. Por ter como objetivo angariar o máximo de conhecimento possível sobre o território brasileiro, desde sua concepção, o serviço nacional de estatísticas geográficas acabou por se descentralizar em diferentes unidades pelos estados. Esta estratégia de ação tinha como objetivo mostrar a amplitude de alcance dos serviços e saberes geográfico e estatístico e, também, efetivar o melhoramento das informações geográficas disponíveis:

O Conselho Nacional de Geografia, em pouco tempo, acionou todas as unidades federadas, por intermédio de seus diretórios regionais e municipais, compostos de técnicos e especialistas locais, com o que

estabeleceu a cooperação geral para o conhecimento minucioso e sistematizado do solo brasileiro, cumprindo, dessa forma, seu objetivo de incentivar e coordenar as atividades geográficas, bem integrado à metodologia da época, ao mesmo tempo em que passou a promover pesquisas e levantamentos com seus próprios recursos financeiros. (GONÇALVES, 1995, p. 32).

Se o CNG teve como papel a descentralização do labor geográfico pelo território brasileiro, no caso do Instituto Nacional de Geografia (ING) o direcionamento voltava-se à angariação de dados quantitativos a respeito da população, aspectos naturais, cidades, etc: “A criação do Instituto Nacional de Estatística ocorreu da carência de um órgão capacitado a articular a coordenar as pesquisas estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País.” (GONÇALVES, 1995, p. 27).

Estes dois órgãos precederam o início dos trabalhos do IBGE: o Instituto Nacional de Estatística, fundado em 1936, e o Conselho Nacional de Geografia, criado pelo Decreto 1527, de 24 de março de 1937, ambos inseridos no âmbito da institucionalização da Geografia no Brasil. A fusão destes órgãos foi o que possibilitou o surgimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938:

A incorporação do conselho Brasileiro de Geografia ao Instituto Nacional de Estatística, em atividades paralelas ao Conselho Nacional de Estatística, gerou a necessidade de modificar seu nome, de modo a evidenciar integralmente as atribuições que lhe eram peculiares. Passou, assim, à denominação de *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE* -, conforme Decreto nº 218, de 26.01.1938, que também alterou, por conveniência de uniformidade da designação dos órgãos deliberativos, o nome de Conselho Brasileiro de Geografia para Conselho Nacional de Geografia. (GONÇALVES, 1995, p. 32).

Na passagem do CNG para o IBGE, alterou-se a maneira de se fazer Geografia. Continuando a diversificação espacial promovida pelo CNG, o IBGE continuou a difusão dos dados geográficos por meio de várias seções de estatística militar pelo território, de modo a aumentar a eficácia da coleta de dados geográficos. Esta ampliação do alcance espacial das ações e pesquisas era

fundamental para o objetivo de propor uma organização geográfica do Brasil, no tocante às estatísticas geográficas, e para além destas:

O IBGE, no contexto de sua criação, dedicou-se à tarefa de organização do quadro territorial brasileiro, cuja configuração apresentava-se, até aquele período, irregular e desconhecida no tocante aos âmbitos geográficos de suas jurisdições político-administrativas. Esta tarefa exigiu a montagem de uma rede de serviços geográfico e estatístico em todo o País, no nível das esferas federal, estadual e municipal. Constituídos em base sistêmica, os serviços geográfico-estatísticos estavam subordinados aos dois Conselhos (Conselho Nacional de Estatística - CNE e Conselho Nacional de Geografia - CNG), cuja atribuição era a de coordenar, através de procedimentos técnico e científico, a execução dos trabalhos. A partir da coleta das informações, estas eram sistematizadas com vistas à fixação precisa dos âmbitos territoriais, tais como: a nomenclatura correta dos municípios e distritos, a resolução dos limites das jurisdições estaduais e o estabelecimento de uma nova divisão territorial. Nestas atividades, Delgado de Carvalho teve uma participação especial, na condição de consultor do CNG, em que manifestou de forma explícita suas concepções geográficas, invariavelmente associadas ao plano geral de organização nacional. (PENHA, 2009, p. 117).

O papel do conhecimento geográfico e estatístico na atuação pública do Estado deve ser colocado em relevo, tal como afirma Evangelista (2006), ao dizer que esse papel na sistematização e organização do quadro territorial brasileiro coube ao IBGE – num movimento de união entre o interesse do Estado e o fomento do saber institucional, na forma do ideologismo científico, neste caso da ciência geográfica voltada para as intervenções do poder estatal. E, também por ter sido idealizado e colocado em prática pelo Estado, a ligação entre os conhecimentos geográficos e o poder estatal era nítida e ativa. Os profissionais que compunham o quadro de trabalho do IBGE provinham tanto do Conselho Nacional de Geografia (localizado no antigo Distrito Federal do estado do Rio de Janeiro), como também da Universidade do Brasil (ou UDF). Assim, os principais geógrafos do Brasil encontravam-se no IBGE.

Moraes (2005) ressalta que, apesar da notoriedade e destaque do instituto, este não era o único ponto de convergência nem dos indivíduos ou estudos, havendo inúmeras iniciativas, não tão vinculadas ao Estado (como as sociedades científicas), que possuíam atuação no campo da Geografia sobre o território brasileiro:

[...] os institutos geográficos existentes não monopolizam a prática desse saber, apesar de constituírem os embriões da institucionalização do campo disciplinar, servindo de ponto de convergência para a comunidade dispersa e não especializada dos pioneiros 'geógrafos' brasileiros. (MORAES, 2005, p. 32).

Os estudos, ensaios e pesquisas destes acadêmicos acabavam por se alinhar a toda uma matriz de trabalho em andamento no instituto, com elaboração de cartas regionais, coleta e análise de dados estatísticos, elaboração de relatórios socioeconômicos para os órgãos governamentais, etc.

O IBGE, uma das primeiras instituições, no mundo, a possuir um quadro de geógrafos profissionais, desempenhou o seu papel, de vez que realizou, em 1940, um censo bem mais organizado que os anteriores – 1872, 1900 e 1920 – e estabeleceu uma linha em que a cada dez anos se realizaria um novo censo. Infelizmente esta linha, indispensável para o conhecimento científico do processo demográfico nacional, foi interrompida em 1990. O levantamento cartográfico do país foi feito com rigor científico e os estudiosos passaram a dispor de mapas para trabalho de campo e aplicação em estudos científicos; os estudos regionais foram sendo feitos em escalas diversas, fazendo com que a geografia brasileira se impusesse nos congressos e reuniões científicas internacionais. Os trabalhos de geografia de campo se valorizaram muito porque deram ao brasileiro o conhecimento de uma realidade viva e fiel, bem diversa da usada por filósofos sociais que estudavam o Brasil como se estivessem estudando a Europa e procurando, no país, categorias europeias ou americanas. (ANDRADE, 1995, p. 171).

Assim como pontuado por Andrade (1995), Penha (1993) reitera esta situação específica da Geografia como um todo, e do IBGE em particular no escopo ideológico, político, econômico e social da passagem getulista no poder central do Estado brasileiro. Realizar todos os estudos, da cartografia à hidrografia, da economia à delimitação de fronteiras, da toponímia dos municípios aos aspectos econômicos, todos catalogados, estratificados, analisados e divulgados fizeram com que o protagonismo do instituto se elevasse ainda mais na aliança entre o conhecimento e o poder (estatal):

A criação do IBGE em 1938 refletiu, de forma significativa, o papel que os levantamentos estatísticos e a pesquisa geográfica poderiam desempenhar no tocante à administração do imenso território brasileiro, em via de integração socioespacial. Suas atribuições principais consistiam em realizar levantamentos e sistematizar informações do quadro territorial em todos os seus aspectos: físico, econômico, jurídico, político e populacional; realizar trabalhos cartográficos em variadas escalas; divulgar a cultura geográfica brasileira e promover a reorganização do quadro das unidades político-administrativas tal como a definição de limites, racionalizar a toponímia dos municípios e distritos e estabelecer uma nova divisão territorial. (PENHA, 1993, p. 21).

Portanto, o salvacionismo pátrio de Getúlio Vargas estava atrelado, para garantir seu sucesso, ao discurso modernista em relação ao Brasil, fundamentado nos dados e pesquisas científicas destes órgãos oficiais. Penha (1993), ao resgatar o histórico de desenvolvimento do IBGE, utiliza-se dos dados sobre o cenário da época; a autora reconhece o alto grau de ligação existente entre os esforços científicos – geográficos – e os interesses políticos, sintetizados na figura mítica de Vargas, que, mais que ninguém, conhecia a importância de valorizar o conhecimento geográfico para o sucesso de seu projeto nacional, e observar as colocações de uma representante do próprio IBGE é de muita relevância:

Nenhuma personalidade política brasileira foi tão discutida quanto Getúlio Vargas: do irrestrito louvor e do endeusamento até a mais apaixonada crítica e a mais absoluta negação, existe todo tipo possível de julgamento. Autoritário, progressista, populista, patriota exacerbado, estadista de primeiro time e burguês. Estas seriam também as interpretações sobre sua personalidade política, que a de forma direta ou indireta provocaram, durante sua gestão política de mais de 20 anos, profundas transformações estruturais na sociedade brasileira. (PENHA, 1993, p. 49).

Desta maneira, o IBGE tinha um papel duplo no âmbito do cenário político e ideológico dos anos 30 e 40. Ao mesmo tempo que alimentava a necessidade de dados mais precisos sobre o território brasileiro, para servir como instrumento estratégico de eficiência política do governo, também servia como portfólio propagandístico do projeto nacional de modernização do Brasil, pois representava o que de mais avançado existia na época em relação a tecnologias, teorias científicas, correntes de pensamento e aplicações metodológicas por todo o espaço

geográfico brasileiro, em diferentes esferas de atuação, da urbanidade à população, das riquezas naturais passíveis de exploração às novas propostas de regionalização do território nacional.

Como visto, a aliança entre a Geografia e o Estado não se deu de maneira ocasional. Houve, de fato, um projeto de estudo espacial do território brasileiro. Como diria Raffestin (1993), há uma relação íntima entre o espaço e o poder – representado pelos aparelhos, ações e decisões dos aparelhos estatais –, e, num contexto de formação e estabelecimento de fronteiras, modernização e afirmação ideológica governamental, tal dualidade alcança níveis ainda mais elevados.

Mas, do lado científico (geográfico), quais foram os primeiros representantes deste órgão tão importante política e academicamente para o Brasil? Na página principal do IBGE – na seção dedicada à sua memória institucional – encontram-se alguns dos nomes de sua fase pioneira. Alguns destes representantes, muitos nascidos ainda no final do século XIX, tinham como linhas de pesquisa a Geografia Física, Urbana, Econômica ou Rural, e, por vezes, aproximavam-se de temas como astronomia, oceanografia, geomorfologia, dentre outras áreas de teor mais aplicado, de modo a suprir a demanda destas informações por parte do governo federal.

E, como já mencionado anteriormente, muitos destes geógrafos tinham formação em áreas correlatas à Geografia, ou então direcionaram seus interesses para esta disciplina, como militares, advogados, literatos, engenheiros e historiadores, mas que, devido a sua produção e preocupação com os assuntos atinentes à Geografia, acabaram sendo enquadrados como pertencentes à aurora do pensamento geográfico brasileiro, em seu período de oficialização e institucionalização, como o foi o IBGE. Alguns desses pioneiros do IBGE foram: Giorgio Mortara (1885-1967), Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956), Allyrio Huguene de Mattos (1889-1975), Christovam Leite de Castro (1904-2002) e Fabio de Macedo Soares (1906-1979)

Como exemplo da forma de se pensar e fazer Geografia destes “pioneiros”, pode-se apresentar algumas das linhas de atuação de dois de seus representantes: Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980), com atuação precedente e basilar no próprio IBGE, e, também, Everardo Adolpho Backeuser (1879-1951). A escolha por estes nomes se deve pelo fato de muitos de seus estudos servirem de base para a geração seguinte já atuante no âmbito do IBGE e do CNG.

Enquanto Delgado de Carvalho possuía uma postura mais próxima da Geografia Física e preocupação maior com a otimização das informações de mapeamento e mensuração do espaço geográfico, Everardo Backheuser uma postura mais nacionalista e geopolítica, de forma valorizar o trabalho estatístico do IBGE, mas direcionando a objetivos como integração e organização nacional. Backheuser (1948) conceitua suas considerações geopolíticas tendo como referência Rudolf Kjellén (1864-1922), subdividindo a atuação da geopolítica no que o autor considera a *Ciência do Estado*, na união entre ideia como nação, território, poder, controle, fronteiras, aspectos sociais e naturais, etc.

Sobre participação direta da Geografia, ou da Geopolítica, na força e poder do Estado perante sua nação e territorialidade, Backheuser (1945) propõe uma visão mais apurada e profunda da ciência geográfica, de modo trabalhar conjuntamente com os representantes do Estado, na composição de todo o aparato de conhecimento, controle e domínio do espaço geográfico no qual se encontra determinado país:

Se, como escreveu Napoleão Bonaparte, a política dos Estados está dentro de sua geografia, a conclusão a tirar é que todo homem de governo, desejoso de possuir a real visão panorâmica dos problemas nacionais, não deve pairar nas vagas fórmulas da sociologia, mas, ao contrário, precisa-se deter no estudo concreto dos conhecimentos geográficos. Ora, a geografia não é apenas a seca enumeração de uns quantos fatos, mas também, em seu largo sentido moderno, o conjunto de leis (algumas de profunda significação) que regulam os fenômenos de interdependência entre o homem e o meio, ou seja, entre o homem, o solo e o clima. [...] Mas, mesmo fora desse superior ângulo de filosofia, há outros modos de encarar a geografia, acaso mais modestos, mas também úteis aos estadistas. (BACKHEUSER, 1945, p. 5).

Com base nas palavras do próprio autor, eleva-se o olhar científico, progressista, estadista e estratégico da ciência geográfica, assim como destacado por Anselmo (1999, p. 6), quando expõe que sua forma de pensar a Geografia era “Calcada em critérios *científicos* e *objetivos*, a proposta de divisão regional do autor, a princípio, exime-se do envolvimento ideológico com qualquer facção política ou econômica, entretanto, está plenamente carregada dos ideais do Estado getulista.”

A autora ainda complementa seu argumento estabelecendo a direção geopolítica para, além da científica e objetiva, através de uma proposta de unidade, organização e integração territorial para o Brasil “[...] A ânsia pela instalação de ordem nesse momento, sentido pelo autor, corresponde a uma ansiedade praticamente geral entre os intelectuais a fim de estabelecer a organização da unidade nacional.” (ANSELMO, 1999, p. 6). E Backheuser (1945) não exclui as contribuições da Geografia francesa na concepção de sua própria forma de pensar esta ciência, tendo, de um lado, os aspectos humanos, e de outro, os naturais, assim como ocorria, por exemplo, no conceito de paisagem de Pierre Monbeig:

Na indecisão de reconhecer o que é e o que não é geográfico, surgiu a necessidade de procurar algo que autenticamente qualifique a nova ciência. No campo da geografia física passa a ser considerada típica e diferencial a caracterização e evolução das "formas" de relevo, a princípio com o nome de fisiografia e depois com o de geomorfologia. Na geografia humana assume destaque especial a ecologia humana, particularmente o estudo dos "gêneros de vida". (BACKHEUSER, 1945, p. 7).

Já a atuação profissional de Delgado de Carvalho teve maior destaque no Conselho Nacional de Geografia, e ele figura entre os geógrafos que primeiro forneceram informações, dados e pesquisas de cunho quantitativo para o início dos trabalhos no IBGE; de fato, muitos estudos posteriores à fundação do instituto possuem o autor como referência.

No esforço destes estudos de cunho mais físico e mensurador do espaço geográfico, o autor faz um contundente estudo geológico, oceanográfico e geográfico da costa atlântica, que apresenta em seu ensaio *O Atlântico* de 1939, dividindo sua exposição do início das grandes navegações no século XVI até o início do século XX, em *Época das Lendas e das Tradições*, *A Época dos Navegadores e das descobertas geográficas*, *A Época dos oceanógrafos e dos Cruzeiros Científicos*, *A Época dos Técnicos e das Pesquisas metódicas*, focando sua análise nos aspectos físicos tanto da parte continental como litorânea das fronteiras do Brasil. Nestes estudos, fica evidente a influência das correntes científicas de maior alcance no final do século XIX, como o organicismo, o positivismo, e até mesmo do determinismo geográfico:

É incalculável o alcance filosófico e educativo que tem o estudo da geografia, na sua concepção moderna. Há poucos assuntos que prestem mais à meditação dos homens do que estes vestígios mudos de tempos imemoriais. A geologia revela todo o passado de movimentos ingentes, executados em períodos que se contam por milhões de anos. A natureza atual aparece apenas como uma fase de uma evolução longa e lenta, ainda longe de seu termo. Nasce então a ideia do ciclo vital: ciclo vital dos rios, ciclo vital das montanhas, ciclo vital dos climas. Tudo nasce, envelhece, é erodido, desgastado e aplainado, para rejuvenescer em novas formas, em outros ciclos que constituem a palpitante e dramática história da Terra. E o homem nela aparece apenas como um incidente mínimo, uma poeira, mas uma poeira que pensa, pois a sua superioridade sobre o mundo é exatamente por conhecer os seus destinos, que este mundo poderoso e esmagador ignora entretanto. (CARVALHO, 1925, p.8).

A preocupação com os aspectos naturais do espaço geográfico, sua descrição, potencialidades e aproveitamento é notável nos escritos de Carvalho (1925), característica que se observa desde a titulação de seus artigos científicos, presentes nos anais do IBGE daquele tempo, até o conteúdo de suas pesquisas, sempre voltados para a busca de uma organicidade do todo do território, e de suas regiões, na composição desta totalidade: “A nossa região natural não coincide forçosamente nem com uma bacia hidrográfica, nem com um sistema montanhoso, nem com o habitat de uma planta útil, nem com uma divisão política; aproveita, todavia, cada um desses elementos, na medida do possível”. (CARVALHO, 1925, p. 14-15).

Notadamente, observa-se a inserção de uma defesa ao fator humano na constituição dos ambientes geográficos, algo já presente nas teorias francesas da Geografia da passagem do século XIX para o XX, nos gêneros de vida defendidos por La Blache, trazidos e amplificados pelos geográficos brasileiros do início da aventura corológica nacional, conforme afirma Carvalho:

Uma das novas tendências da geografia é a de se tornar cada vez mais humana nas suas investigações. O humanismo, no sentido de estudos clássicos e modernos de tudo quanto pode interessar o homem como intelectual e pensador, não deve excluir o conhecimento científico de seu habitat, das ações e reações desse habitat sobre as condições de vida. (CARVALHO, 1925, p. 4).

Carvalho (2009) ainda defende a necessidade de reconhecimento da produção geográfica brasileira antes dos geógrafos franceses. O autor expõe claramente a influência do pensamento organicista e funcionalista do Velho Mundo em seus escritos; o Brasil orgânico visualizado pelo autor aproxima-se da concepção de ocupação espacial pelas cidades de Deffontaines, e, inclusive, o mestre francês é citado em suas considerações:

O problema dos *vácuos*, se de fato existe, se reduz a umas poucas manifestações locais, quando certas células param de crescer e ficam, por algum tempo estacionários, devido a certas circunstâncias econômicas que não afetam a vitalidade geral. Não há dúvida, entretanto, que estas circunstâncias devem ser estudadas em todas as suas consequências. Por isso mesmo são do mais alto interesse os estudos que, como os de Preston James, de Pierre Monbeig, de Sergio Milliet, de Deffontaines, analisam o fenômeno geográfico. (CARVALHO, 2009 [1941], p. 127)

Estas teorias vão de encontro aos anseios políticos em dois pontos, o da corporificação do Estado pelo território e governante, e também pelo projeto de unificação e integração nacional que se inicia com Getúlio Vargas e que perdura até os últimos governos militares. O autor ainda trata da questão étnica, no que chama de “marcha de expansão”, termo que ecoa a marcha de Vargas, de maneira a evidenciar que o alinhamento político e científico harmonizavam-se nestes pontos. Era preciso enfrentar a dimensão do território nacional, seus desafios, medos, mitos e imaginários, para romper o atraso em que se acreditava estar mergulhado neste período.

Por fim, tendo como base alguns excertos de geógrafos deste período, observa-se que a grande parte dos teóricos da Geografia deste período postulavam suas análises nos preceitos dominantes no cenário mundial desta ciência, principalmente nas correntes francesa e alemã, que, respectivamente, estavam enraizadas na descrição das parcelas do espaço geográfico, de modo a identificar os aspectos de cada uma destas partes, formando assim uma totalidade orgânica, capaz de evoluir como um ser vivo, e estavam preocupadas em unificar as espacialidades, ainda tendo a organicidade por embasamento, mas focando a questão do controle e domínio do território; de fato, a evolução do território chegaria a tomar ares de discursividade bélica, como foi o caso do auge da geopolítica alemã até meados do século XX.

Ambas as correntes influenciariam o pensamento geográfico durante décadas, até as incursões de inovação epistêmica da Nova Geografia e da Geografia Crítica, ambas com crescimento mais acentuado a partir do fim dos anos 1960. Nota-se que o discurso do território orgânico e do seu poderio simbólico e soberania frente à população encaixam-se perfeitamente nos aludidos precedentes simbólicos, imaginativos e ideológicos do ufanismo edênico brasileiro, presentes há séculos, mas reificados na realidade histórica e geográfica do século XX, em diferentes roupagens, leituras, representações, interpretações e implementações em âmbito nacional.

Considerações Finais

A Geografia só atingiu o patamar de ciência institucionalizada no Brasil, com o advento da intervenção estatal no território e, também, pelo movimento de reconhecimento acadêmico promovido pelos pesquisadores franceses, fundadores do que hoje pode ser configurado como alguns dos traços de uma escola geográfica nacional. Verifica-se, em diferentes autores, obras, direcionamentos e perfis de centros de pesquisa geográficos as influências tradicionais e clássicas do pensamento geográfico ainda hoje no Brasil.

Estas particularidades se devem, principalmente, ao papel que o saber geográfico possuía na constituição do projeto político e ideológico iniciado no Estado Novo, com bandeiras como a unificação nacional, a integração espacial, a expansão econômica, a fixação de fronteiras regionais, promoção de diferentes intervenções estatais no território nacional, a demarcação histórica e cultural do povo, o incentivo ao crescimento populacional nas cidades, o início da industrialização, etc.

E, também, o amplo processo de avanço da urbanização e modernização do território brasileiro, fazendo com que estudos regionais e organização do espaço e identificação das atividades econômicas, sociais e culturais da população fossem estudados, angariando as informações necessárias para uma compreensão geográfica do país. Nesse contexto, coube à Geografia e aos geógrafos fornecer informações que fizessem jus aos objetivos almejados pelo Estado. Portanto, houve, por um lado, tanto a oficialização, por meio do reconhecimento da ciência geográfica e seu escopo prático e teórico, como também todo um movimento de

institucionalização, que foi a estruturação e difusão do saber espacial através da ação direta do Estado.

Os caminhos da institucionalização da Geografia no Brasil passam, portanto, pelas influências das correntes e autores clássicos europeus e, também, a consolidação de duas visões específicas para a produção geográfica: de um lado havia o IBGE e de outro a AGB. A um só tempo o pensamento geográfico aproximava-se tanto de seu papel como recurso de conhecimento territorial para os interesses do Estado como também buscava estruturar suas próprias bases teórico-metodológicas, também investindo em uma continuidade formativa para novos geógrafos formados no país, herdeiros das contribuições francesas do início do século passado.

Atualmente verifica-se no Brasil um grande avanço na maturidade epistemológica, teórica e metodológica da Geografia no país (BERNARDES, REIS JÚNIOR; GOMES, 2015; GODOY, 2010; SOUSA NETO, 20015; SUZUKI, 2011). As décadas se passaram e novas contribuições, paradigmas e teorias foram absorvidas pelos centros de referência de formação de novos pesquisadores como a Geografia Crítica, o planejamento urbano, o uso de tecnologias digitais de geoprocessamento, as Geografias Humanística e Cultura, estudos geopolíticos regionais e globais, proposições teóricas de cunho decolonial, etc. O caminho para o contínuo desenvolvimento da Geografia como ciência no Brasil ainda possui um grande horizonte a ser percorrido, carregando consigo seus alicerces e heranças histórico-conceituais e prático-metodológicas.

Referências

ABREU, Maurício. Pierre Monbeig e os Primórdios da Geografia Urbana no Brasil. SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). **Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira – a dinâmica da transformação**. Bauru-SP: EDUSC, 2006.

AB' SABER, Aziz Nacib. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. In: **Estudos Avançados**. Nº 8 (22), 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300024> Acesso em 10 de julho de 2020.

ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia, ciência da sociedade**. Recife: Editora Universitária/ UFPE, 2006.

_____. **Caminhos e descaminhos da Geografia**. 2.ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.

_____. **Uma Geografia para o século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BACKHEUSER, Everardo Everardo. Rio-Branco Geógrafo e Geopolítico. In: **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. Tomo L II, Rio de Janeiro (Distrito Federal, 1945, p. 5-29. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/181897/per181897_1945_00001.pdf> Acesso em 10 de julho de 2020.

_____. **Curso de Geopolítica Geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Lammert, Limitada, 1948 (Volume 178-179, Biblioteca do Exército).

BERNARDES, Antonio; REIS JUNIOR, Dante Flávio da Costa; GOMES, Rodrigo Dutra. Filosofia e epistemologia da geografia: grupo de trabalho em discussão (ENANPEGE 2015). **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 18, p. 289-308, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5d18/RA2014.1218.0015>. Disponível em: <http://oss.uggd.edu.br/inde..plp/anpege/article/vie//4d07//3340>. Acesso em: 07/ mar. 2020.

BRAY, Silvio Carlos. A Visão do Mundo de Pierre Deffontaines e a Ideologia da Cultura Brasileira nos Anos 30. In: **Geografia**. Rio Claro, 18 (2), 53-67, out. 1993. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal3/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/01.pdf>> Acesso em 10 de julho de 2020.

CAPEL, Horácio. "Institucionalización de la Geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos". In: **Geo-Crítica** nº 8-9, 1977. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/geo8.htm>> Acesso em 10 de julho de 2020.

CARVALHO, Delgado de. **Methodologia do Ensino Geographico - introdução aos estudos de Geographia Moderna**. Tomo I. Petrópolis, RJ: Typographia das Vozes, 1925.

_____. Colonização e núcleos de expansão [1941]. In: IBGE. [Org.] **Geografia e Geopolítica: A contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. (Documentos para Disseminação, Memória Institucional 16). IBGE: Rio de Janeiro, 2009.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CLAVAL, Paul. **Histoire de la géographie**. Paris: PUF, 1995.

_____. **Histoire de la Géographie française de 1870 à nos jour**. Paris: NATAN, 1998.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. "As Perspectivas dos Estudos Geográficos". n: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) **Perspectivas da Geografia**. Paulo: Difel, 1982.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a Rede das Cidades. In: **Boletim Geográfico**. Ano II, Nº 14, Maio – 1944, p. 142. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Deffontaines_1944%20v2%20n14.pdf> Acesso em 12 de julho de 2020.

_____. Pierre. Geografia Humana do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 1, Nº 2, abril de 1939, p. 20. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n1.pdf> Acesso em 12 de julho de 2020.

_____. Prefácio. In: **Geografia Humana**. BRUNHES, J. Trad. Ruth Manganini. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. Geografia tradicional no Brasil: uma geografia tão malafamada quanto mal conhecida. In: **Revista Geo-Paisagem**, v. 5, n. 10, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/geotrad.htm>> Acesso em 12 de julho de 2020.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602006000200003&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 12 de julho de 2020.

GODODY, Paulo Roberto Teixeira de [Org.] **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira. **IBGE: um retrato histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Documentação e Biblioteca, 1995. (Documentos para Disseminação. Memória Institucional, nº 5).

HUMBOLDT, A. Introduction. In: **Cosmos: essai d'une description physique du monde**. Trad. Par H. Faye. Paris: Gide Et J. Baudry, Éditeurs, 1856. (p. 1- 27).

HUMBOLDT, A. **Quadros da Natureza**. Vol. 1. Trad. Assis de Carvalho, Editores W. W. Jackson INC: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, 1952.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos (1954 [1921]).

_____. Le principe de la géographie générale. **Annales de Géographie**, v. 5, n. 20 p. 122-142, 1896.

_____. **La rénovation de la vie régionale: foi et vie**. Cheir, 1917.

_____. Sobre o raciocínio geográfico. In: **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], 12 | 2019, posto online no dia 29 dezembro 2019, consultado o 07 janeiro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/5550>

MELO, Adriana de Ávila; VLACH, Vânia Rúbia Farias; SAMPAIO, Antonio Carlos Freire. História da Geografia Escolar Brasileira: continuando a discussão. In: Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos; Adriany de Ávila Melo Sampaio. (Org.). **Geografia e Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. 1ed.Curitiba: CRV, 2012, v. 1, p. 31-48.

MONBEIG, Pierre. **Ensaio de geografia humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

_____. **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. SP: DIFEL, 1958.

_____. O Pensamento e o Método na Obra de Pierre Monbeig – Análise dos trabalhos produzidos no Brasil nas décadas de 30 e 40. In: **Geografia**. São Paulo, UNESP, 2, 83-90, 1983.

_____. Os modos de pensar na Geografia Humana. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 68, 1990.

_____. A paisagem, Espelho de uma Civilização. **Geographia**, ano 6, n. 11, p. 109-117, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1983.

MYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: Uma contribuição para sua avaliação. In: **Perspectivas**. v. 4. p.75-92, 1981. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1713>> Acesso em 12 de julho de 2020.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. Frentes pioneiras e formação territorial: a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na consolidação do campo geográfico no Brasil. In: **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 315-335, jul | dez 2012

- PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A Geografia na Universidade do Ar. In: In: **Boletim Geográfico**. Ano II, Nº 14, Maio – 1944.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S. A. 1993.
- RATZEL, F. **La Terra e La Vita: Geografia Comparativa**. Trad. Aristide Cignolini & Mario Lessona. Volume Primo. Milano/Roma/Napoli: Unione Tipografico Editrice, 1905.
- RITTER, Carl. **Comparative Geography**. Translate. by Willian L. Gage. Philadelphia: J. B. Lippincott & Co. 1865.
- SOUSA NETO, Manoel Fernandes de A História da Geografia no Brasil. In: **Revista Tamoios**. v. 1, n. 1 (2005), 124-127. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/570>> Acesso em 12 de julho de 2020.
- SUZUKI, Júlio César. C. Percursos teórico-metodológicos da Geografia Agrária brasileira: da formação à autonomia intelectual. In: Marcos Aurélio Saquet; Júlio César Suzuki; Glaucio Marafon. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, v. 1, p. 23-40.
- VITTE; A. C. SILVEIRA, R. W. D. Kant, Goethe e Alexander Humboldt: estética e paisagem na gênese da geografia física moderna. In: **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 8, p.07-14, jul./dez. de 2010. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/314>> Acesso em 12 de julho de 2020.

GEOGRAFIA E LITERATURA: tramas romanescas para objeto de estudo da paisagem

José Elias Pinheiro Neto
UEG/Campus Itapuranga
joseeliaspinheiro@usp.br

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas abordagens teóricas sobre a paisagem na Geografia. A investigação segue o paradigma da pesquisa bibliográfica, uma revisão da literatura que trata de obras norteadoras sobre a categoria analisada à luz de teóricos tais como: Capel (1989), Claval (2014), Cosgrove (1998) e Sauer (2012) entre outros. Os resultados indicam a importância da paisagem no processo reflexivo para a compreensão da categoria na ciência Geográfica, contrapondo este conhecimento com a construção social literária. Para tanto, a obra analisada é o *Mapa e a Trama* de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, na Literatura o processo de construção do conhecimento pode ser dado pelo sujeito da trama, e eles carregam consigo a subjetividade do conhecimento empírico do escritor. A aproximação entre a Geografia e a Literatura trata de um corpo teórico científico que tem como objeto as relações verossímeis acontecidas na ficção.

Palavras-chave: paisagem; geografia; imagem.

Considerações iniciais

Existe, inicialmente, na Geografia enorme celeuma no que se refere ao entendimento da paisagem como categoria. As controvérsias se dão, especialmente, quando se aproxima a compreensão do que se denomina 'Ecologia da paisagem', estes acontecimentos muito se devem por estudos biológicos, neles, pensamentos científicos se confrontam e se confundem, sobretudo com 'área' e 'região'. Inclusive o 'espaço', por muitos leitores desavisados, problematizam as categorias, trazendo-as, em diversas situações, com muita semelhança.

Isto ocorre porque, conforme Souza (2013, p. 44), há uma tradição no entendimento de paisagem, esta compreensão carrega, em seu bojo, abordagens concatenadas que podem se referir especificadamente a ela própria. Sua proximidade conceitual com o espaço é exatamente aquela que se direciona ao alcance visto pelo espectador "e, por extensão, e em claro diálogo com as tradições das artes plásticas, também à representação visual e pictórica de um determinado espaço, a partir de uma perspectiva de voo de pássaro ou de um ângulo privilegiado qualquer". Nestes direcionamentos também se englobam os estudiosos das ciências naturais e da engenharia.

O autor ainda realiza reflexões aportadas em um questionamento feito por Wylie (2007), tentando entender o que realmente nos leva a uma discussão acerca da compreensão da paisagem e o que nos faz posicionar geograficamente diante dela. As questões nos colocam dentro ou fora da paisagem. Há a possibilidade de apenas a contemplarmos ou esta análise se torna mais complexa a partir do momento em que fazemos parte dela, estando imersos no bojo formador da categoria e/ou, ainda, podemos pensar em uma premissa adequando essas duas formas de ‘vermos’ a paisagem.

Assim, trazer à tona elementos que caracterizam a categoria de forma fixa, analisando que apenas um segmento científico pode ser problemático, o estudo somente pelo viés contemplativo ocasiona danos, isso provavelmente ocorreu porque “nos anos 1930 do século XX, o geógrafo alemão Carl Troll introduziu a expressão *Landschaftsökologie* (= Ecologia da Paisagem), isso podia fazer bastante sentido no ambiente linguístico alemão, sobretudo naquela época” (SOUZA, 2013, p. 44). Este autor ainda ensina que, mesmo atualmente e correlacionando a termos neolatinos como *paysage*, entre outros, há uma enorme aproximação para se traduzir o termo muito do que visualmente podemos contemplar.

A paisagem está acima disso, conforme Souza (2013, p. 45): “*Landschaft*, que vai ou pode ir além da face visível do espaço e, com isso, simplesmente designar uma porção da superfície da Terra sem estar excessivamente amarrada aos aspectos visual, acabou, de maneira não muito frutífera”, este pensamento aponta para um entendimento com a paisagem exercendo aproximadamente “um conceito-chave para a Geografia alemã, conceito esse integrador e “onívoro”. Isso correspondia bem às intenções de Troll, que pretendia, com a *Landschaftsökologie*, fundar uma “abordagem holística e verdadeiramente integrada da natureza” (SOUZA, 2013, p. 43), no mesmo momento em que traz a confusão com outras categorias porque, da mesma forma e ainda de acordo com Souza (2013, p. 45), aparece “arranhando, também, o espaço produzido pela sociedade, que escapasse ao risco de fragmentação que a *géographie physique* ao estilo de um Emanuel de Martonne já vinha apresentando”.

Para Souza (2013, p. 46), “[a] ideia de paisagem nos remete, inicialmente, não a ciência, mas sim à pintura, mais especificamente à pintura da Renascença na Itália e, principalmente, em Flandres”. Neste sentido, necessário se faz ressaltar, para a ciência geográfica, a importância

do estudo científico, tendo como aporte as artes. Assim, tanto a pintura quanto a literatura, por exemplo, podem servir de substratos comprobatórios para identificarmos as modificações sociais sofridas e exercidas pela paisagem na natureza. Por este motivo, o pesquisador entende a paisagem como uma forma, uma aparência, apresentando muito mais do que a visão alcança, o processo de formação elenca outros sentidos para a percepção paisagística.

Para Capel (1989), ao pesquisar sobre as inquietações com os impasses ecológicos, é necessário retomar uma discussão iniciada na década de 1960 em que se propõe uma expectativa de acabar com a separação entre Geografia Física e Geografia Humana. Com um enfoque histórico, o autor nos dá um importante aporte para compreendermos o avanço das disciplinas dispostas pelas conhecidas ciências sociais, ao confirmar inicialmente na Geografia, a introdução de questões e teorias oriundas de outras cátedras como a Sociologia e a Antropologia. Do mesmo modo, a Geografia contribuiu com outras ciências com relevantes apontamentos para suas instituições, figurando uma relação interdisciplinar crescente entre as ciências, ancorada em um conjunto de problemas que envolvem as discussões sobre o ambiente.

Este trabalho parte de uma pesquisa de cunho teórico, regido pelo levantamento bibliográfico, sob o tema da paisagem relacionando-a com a construção social literária. Para tanto, a obra analisada é o *Mapa e a Trama* de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. Na Literatura o processo de construção do conhecimento pode ser dado pelo sujeito da trama, e eles carregam consigo a subjetividade do conhecimento empírico do escritor.

A paisagem na ficção brasileira é descrita por muitos escritores literários, deliberadamente alguns, entendem ser importante (para suas tramas) o posicionamento do leitor nos locais onde ocorrem as relações. É neste sentido que *O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas* serve com relevância, na aproximação da Geografia com a Literatura, por se tratar de um corpo teórico científico que tem como objeto as relações verossímeis relatadas na ficção.

Assim, uma releitura do livro busca mostrar novos olhares da produção geográfica no Brasil, categorias geográficas estudadas a partir de textos literários. Os fatores psicológicos desvelam a construção do espaço estudado, bem como descrevem os locais de acontecimentos das

relações e de tudo ‘projetado’ pelo homem. Estes elementos subjetivos dos personagens colaboram na construção do espaço exterior, ele também é herança das transformações que foram realizadas através dos tempos. Inicia-se então, partindo de uma visão bachelardiana, em que o espaço primeiro é o da casa, construída e moldada pelo homem, que carrega consigo todos acontecimentos naquele local, transformando e sendo transformado no processo de conhecimento e análise da ciência.

Trilhas da paisagem para a leitura da literatura

O caminho para a compreensão da paisagem deve ser trilhado para que tenhamos um melhor entendimento do objeto literário como *corpus* do estudo científico geográfico. A leitura do texto literário possibilita apontamentos comprobatórios de elementos da realidade, tratando-se de uma abordagem feita por diversas cátedras e, além da Geografia e da História, também é realizada pela Filosofia. De início, podemos fazer um aporte no texto *Introdução à dinâmica da paisagem*, escrito pelo filósofo Gaston Bachelard (1986), o texto se encontra no livro *O direito de sonhar*, e, principalmente, trata de um estudo minucioso da obra do gravador artístico Albert Flocon, onde as pranchas deste artesão oferecem ao analista/pesquisador inúmeros casos para entender o domínio das cenas que compreendem algumas dinâmicas do mundo.

A arte pode estar em um plano acima da simples representação do mundo, nela encontram-se muitos elementos físicos e, quando analisados pelo observador, desvelam mais coisas do que o próprio objeto visto, são características além do visível, passando para uma análise sensitiva e prevalecendo outros sentidos como o olfato, o paladar, a audição... Isso ocorre porque na descrição dos devaneios poéticos pode-se apreender da paisagem algumas funcionalidades que são refletidas pela memória e, mesmo dentro destas idealizações imagéticas, ao observador/pesquisador são conduzidas reflexões sobre a construção das paisagens geográficas comprobatórias da trajetória do homem, da formação e desenvolvimento das cidades e das relações sociais que ali ocorrem.

O trabalho feito pelo gravador, em pranchas, se isenta de cores, é um elemento que seduz sensivelmente o observador. No entanto, como ensina Gaston Bachelard (1986), a alternativa

encontrada pelo gravador para a continuidade sensível de sua obra é o movimento. Nele estão inseridos os elementos motivadores para a compreensão das relações e, especialmente, da aproximação da ciência com a arte. Relacionando-se com o olhar para além da simples forma, o modo como vemos a gravura floconiana revela em seus traços, certa complexidade do movimento que é confirmada por intermédio das relações sociais. Assim, propõe-se partir de uma análise paisagística para a interpretação e percepção dos aspectos formadores na natureza – seja ela física, humana ou resultado das interações entre a sociedade.

A gravura conduz, com seus movimentos, ao traço revelador da dinamicidade das relações primitivas, e foi para entender este processo que o filósofo passou anos de sua vida com uma reflexão sobre dois elementos da imaginação: a da matéria e a das forças, sob o encanto das gravuras de Albert Flocon. O filósofo então considera que o gravador de um artista decifra o mundo quando, pela sua arte e pela sua imaginação material, autoriza a exposição de suas emoções sobre as pranchas e, de acordo com Bachelard (1986), o faz percebendo nas gravuras monocromáticas as

[...] suas próprias reações. No reino dos devaneios da vontade pode-se esperar desencadear reações tão simples que elas se tornam objetivas. Nas raízes do querer encontra-se a mais forte das comunhões. Um artista e um filósofo devem, aqui, entender-se facilmente (BACHELARD, 1986, p. 54).

As paisagens poéticas estão projetadas no mundo pela consciência, pela imaginação e pela sensibilidade humana. Elas propõem desafios complexos para o embate social, cultural e científico. Somos muito do que pensamos e as idealizações imagéticas também se constroem embasadas em frutos do nosso conhecimento científico, acrescido pelo que é sensível na subjetividade e pela carga de conhecimento herdada por nós desde as primeiras leituras. Para Bachelard (1986, p. 55) “[se] a paisagem do poeta é um estado d’alma, a paisagem do gravador é um caráter, um ímpeto da vontade, uma ação impaciente por agir sobre o mundo. O gravador põe um mundo em andamento, suscita forças que inflam as formas, provoca forças adormecidas num universo plano”. A provocação é o meio pelo qual o gravador cria suas pranchas e o filósofo propõe o termo ‘cosmodrama’ para definir o embate do artista no seu modo de criação, refletir sua luta, em “combate antropocósmico” (BACHELARD, 1986, p. 55) que nos leva a uma análise psicanalítica embasada nos sociodramas.

A intensão é fazer uma análise das relações sociais porque são elas que movem os sentimentos, as paixões colocadas pelo homem em sua convivência com o outro. Para o pesquisador que mergulhar no cosmodrama, Bachelard (1986, p. 56) ensina que

o mundo não é mais um teatro aberto a todos os ventos, a paisagem não é mais um cenário para passeadores, um fundo de fotógrafo no qual o herói faz ressaltar sua postura. O homem, se deseja saborear o enorme fruto que é o universo, deve se sonhar como seu dono.

Então, no drama cósmico, a dominação dos elementos poéticos que envolvem o mundo se faz necessária para o homem se apoderar do que realmente é seu, e a gravura pode ser um caminho rápido e fácil para este apoderamento porque ela está envolta neste mundo cósmico, explicando o drama que nos faz entender as alterações da natureza humana. Nas análises bachelardianas sobre a obra de Albert Flocon são dados exemplos da dominação dramática do mundo, de como o gravador toma para si a força motriz para que tanto ele quanto o observador possam habitar no mundo criado.

A gravura dá ao observador/pesquisador, em termos de análise, um instante de estagnação, mas de certa forma, uma paragem singular que se desdobra em inúmeras sensações. O filósofo fala sobre a gravura em uma manifestação em nós dada por elementos devaneadores revelados pelas projeções porque o artista é também o próprio prospecto de suas paisagens e Albert Flocon, na sua multiplicidade de riscos com a gravura, consegue mensurar uma distância entre o que vemos e o que sonhamos.

A força íntima, o desejo de poder adquirido pela vontade construtiva é que move a imaginação do poder. Bachelard (1986) reconhece nas gravuras de Flocon a oferta de consciência de uma vontade de poder, porque elas “despertam em nós atos primitivos, vontades primeiras, a imperiosa alegria de comandar o mundo, de reconstruir os seres do mundo no máximo de sua grandeza [...] a paisagem do gravador é um ato, um ato longamente meditado” (BACHELARD, 1986, p. 60). Paradoxalmente existe uma lentidão na ação sobre a dureza da matéria metálica, agindo e desvelando as inspirações de forças e formas rápidas, é o poder da imaginação dinâmica, a gravura floconiana é um exercício que demonstra o poder dinâmico revelado pelo observador/pesquisador, introduzindo-o no mundo dos movimentos e das forças naturais e sociais.

Pelas gravuras, Bachelard (1986) tece explicações sobre a paisagem, o dinamismo evidenciado nas telas nos leva a uma análise proposta pela imaginação material, relacionado esta força aos quatro elementos da natureza. Neste sentido, tanto a água e o fogo quanto o ar e a terra embasam os textos bachelardianos, considerando o que defendia o pensador grego Empédocles de Agrigento, que antes de Sócrates já estudava a teoria cosmogênica dos elementos da natureza para compreender como força a motriz universal nestes quatro elementos, movem as sensibilidades humanas na poética da fraternidade ou no confronto entre as pessoas. Este movimento se constrói tanto no poder de amar quanto em sua contraposição, na força de odiar.

São aspectos dialógicos encontrados nas bases elementares da força universal que movem a natureza das relações humanas, mesmo com sentidos controversos eles se complementam, havendo a percepção de um elemento no outro. São contrários que se atraem para formalizar o processo sensitivo do criador, é necessário o ar para que o fogo aconteça bem como existe um delineamento da crosta terrestre ocasionado pelas ações da água, deformações ou alteração na paisagem. Essas forças se comportam como as relações sociais, são necessárias para que haja interação entre os elementos, elas são atraídas uma pelas outras para formar as gravuras e as sensações que percebemos ao analisar as paisagens.

O estudo de Bachelard (1986) sobre as gravuras floconianas pode nos fazer compreender que as incisões em superfícies metálicas, ao corroerem as bases lisas e com aplicações de tintas ainda que monocromáticas, nos levam para uma representação das cenas sociais. São olhares para a construção da paisagem, na ausência das cores, o movimento sobrepõe a forma, a projeção da imagem se sobressai em uma análise para além de uma simples forma. O movimento das gravuras revela as relações sociais e representa a dinâmica exposta pela natureza humana, as incisões falam pelo artista em um universo devaneador da vontade, podendo transmutar as sensações que de tão simples tornam-se objetivas, ajudando para que possamos entendermos este dinamismo poético das paisagens.

A dinâmica da paisagem proposta pelos trabalhos de um artista gravador infere em nós mais do que ela projeta, pois de acordo com Bachelard (1986), são considerados nos elementos de criação a subjetividade do construtor e a sua carga de conhecimento, herança. A visão que ele carrega consigo é considerada no momento da feitura de sua obra. Neste sentido, a paisagem

se forma por provocação, com características impelidas pela vontade do artista em projetar o mundo nas suas obras. Esta maneira pela qual o artista luta com seus elementos interiores para talhar o metal é sua ação primeira e se complementa no cosmodrama, formando o resultado destas paisagens, a força do movimento dialógico e semiótico dos elementos da natureza constroem as relações humanas, os sociodramas.

As paisagens analisadas sob esse prisma nos levam para outro horizonte, nele queremos estar além da simples contemplação, distanciando-nos do bucolismo da paisagem. Entram em cena a percepção e as sensações, o homem vê/percebe a paisagem não apenas como uma pintura, um quadro emoldurado a ser contemplado, o devaneio nos coloca na posição de senhores do mundo, partícipes das projeções, sentindo o cheiro, o sabor e as sensibilidades transformadoras das obras artísticas, os sociodramas nos levam a esta posição.

Os valores da força são revelados pelas incisões nas gravuras. Nos mesmos moldes em que o pintor utiliza a luz ou as sombras em seus quadros para os contrastes das cores, o poder monocromático floconiano também representa a força primária das incisões e se mantêm reveladas ao serem repassadas para uma folha de papel. E mesmo neste sentido, é contínua sua força de vitalidade, é o resultado do que Bachelard (1986) chama de hierarquia que o gravador usa para a projeção da paisagem.

Esta hierarquização também pode ser notada pelo observador ao compreender o ponto inicial de sua análise, pois quando gravada o resultado evidencia muito do gravador, as subjetividades do artista são também (re)projetadas em sua obra. Desta forma, as gravuras são feitas lentamente, metricamente confeccionadas e assim, dispostas sobre a matéria rígida.

Remetendo-nos a 'vontade de poder', o artista sente a força criativa de elementos da natureza reproduzidos pela sua carga de experiência. São essas representações que deram o interesse a Gaston Bachelard pelas pranchas de Albert Flocon, cada traço utilizado pelo artista gravador para projetar suas obras foi detalhadamente pesquisado e o resultado é a mostra da dinâmica da paisagem por intermédio das pranchas do artista gravador. Bachelard (1986) fala da primeira prancha: "esta prancha é, portanto, um verdadeiro Rorschach para a psicanálise dos instintos de propriedade. Nestas duas grandes praias ela suscita a ambivalência da posse: a

terra ou a mulher? Ou antes: a terra e a mulher. Os grandes sonhadores não escolhem” (BACHELARD, 1986, p. 61).

Dentre as pranchas analisadas, encontramos nesta descrição a representação da simplicidade do campo, com a força do trabalhador braçal, seu poder primeiro descreve, pelas incisões, os traços de uma mulher que se deita. O movimento da tela é a revelação do lavrador e do amor, são elementos utilizados por muitos devaneadores, a terra e a mulher se interconectam para formar uma única imagem e, indistintamente, são reconhecidos pela análise observadora por Bachelard (1986) Assim, escreve sobre a planície fugidia na gravura e a define como “um movimento de fuga que, sobe suas paralelas amontoadas, varre, dissolve o horizonte. Assim acaba o mundo: uma linha, um céu, nada. Ao longe, a terra não trabalha. Tudo então se aniquila” (BACHELARD, 1986, p. 60).

O gravador projeta um campo como se fosse um tabuleiro cultivado e faz uma reflexão com as terras violentadas pelo homem, como se roubassem a sua produtividade, para isso usa demarcações e limites. Compara então o artista com um lavrador ao trabalhar as planícies em transformação pela ação do homem. Na expressão das searas, ao pintor haveria a necessidade de várias cores para expressar os movimentos, cores diversas para demonstrar o ‘enérgico sanfeno’, os trigais. Para o artista gravador a cor pouco representa, ela não trabalha, não tem vontade, o metal é a terra deste artista e o buril sua ferramenta de trabalho, que talha a sequência de vontade devolvendo na matéria firme as relações, para ele o ‘cobre é um solo’.

Na analogia, da gravura com a mulher, temos a existência de um sonho cósmico do trabalhador, envolto à planície, ao campo, sonho do personagem em retomar o ventre materno, com nítidas exposições ao tema de elementos femininos – os seios e o corpo assumem imagens das planícies na dualidade entre a realidade e o devaneio do trabalhador. “Flocon consegue, às mil maravilhas, destacar as formas dessa transformação. Com linhas produz massas, com a planura estendida faz uma mulher deitada. O sincretismo do trabalho e do amor está aqui manifesto.” (BACHELARD, 1986, p. 61).

As pranchas se diversificam em variados temas e é preciso compreender a ‘energia volumétrica do desenho’ para que possamos entender, por exemplo, a paisagem marinha que se revela na linha do horizonte, com o mar, ela se faz para elucidação dos mares com suas incógnitas e desafios. As ondas modificadas pela força da maré, ora dóceis ora perigosas, tanto

afaga quanto ameaça ao chegar à praia, mas se nivelam tranquilas ao se aniquilarem ao longe pelo contato com o céu.

E ainda, as tempestades que, bem distantes, nos oferecem um belo espetáculo entre o escuro e o claro. Ao observar o mar, o homem vê o movimento como sua primeira força na contemplação das águas e se iguala nestes movimentos, em seu dinamismo imaginário o artista gravador vê o movimento marítimo comparado ao movimento do corpo humano. Bachelard (1986) escreve que estas sensações são reveladas porque o gravador utiliza em sua obra uma força de provocação que aguça a memória do observador e, por esta razão, a paisagem do mar projetada na gravura se torna uma paisagem de força já que o artista

prefere a força à evanescência da imensidão. E essa força é direta, cheia de sons, rica de desejo. O gravador descobre instintivamente esta grande lei da dinâmica imaginária: todo movimento que se aproxima de nós torna-se movimento humano, vontade humana (BACHELARD, 1986, p. 62).

As nuvens no limite do horizonte se apresentam, em seus movimentos, com imagens da terra e do mar e, novamente, a presença da mulher no movimento que agora se faz no movimento das águas, “então como a vaga mais próxima não se intumesceria? Como o mar guardaria uma planura do espelho? Eis aqui pernas, seios e colo que se inflam para ti, que rolam em tua direção” (BACHELARD, 1986, p. 62).

Então, como escreve Bachelard (1986, p. 62), “o mundo é aqui complexo: o mar à direita, à esquerda, ainda campos, campos cultivados, e depois um grande quebra-mar, um imenso trabalho de homens que vai até o horizonte, em direção às montanhas”. Todas as imagens confluem para a terra, o artista gravador tem um enorme apreço pela ‘dureza do real’, principalmente, pelos paredões, é deles que Flocon faz uma contraposição com o mar, todavia o céu é a centralidade de uma gravura em que a verticalidade trabalhada pelo artista de uma aventura aérea se faz necessária para a identificação das paisagens celestes.

No ar são gravadas nuvens que formam as paisagens da água e suas relações. Para Bachelard (1986, p. 63), “[a]s nuvens e as brumas desenham horizontes móveis, horizontes superpostos. Todos esses seres flutuantes são as realidades visíveis dos grandes círculos do céu”. E de toda maneira, a maioria das gravuras, no ‘temperamento terrestre’, domina os elementos, as telas

se revelam pelo que o filósofo denomina de ‘nuvem terrestre’ que se forma pelas ações do vento e da luz. E no devaneio, as formas não mentem, encontramos nas paisagens do céu, da terra e do mar a forte presença da mulher em que o corpo feminino nasce de uma ‘voluta geometrizada’.

O fogo talhado na matéria rígida consagra um ciclo de gravuras floconianas, a terra, a água e o ar são contemplados pelo artista e sobre estes elementos com o fogo, Bachelard (1986, p. 63) sugere que seriam “necessários quatro álbuns para dizer em pormenor os traços da imaginação material de cada um dos quatro elementos. Mas as substâncias fundamentais são reveladores tão poderosos para a imaginação que uma única imagem sincera nos diz muito”.

A gravura do fogo envolve dois corpos que se mesclam em escuros círculos, eles representam o movimento que estimula as primeiras chamas, um fogo forte que absorve a carne branca. É a força da provocação, interna e subjetiva do gravador em projetar o amor. A ‘imagem do fogo vigoroso’ como um teste de vigor serve-nos do propósito para explicar as relações sociais.

Nos quatro elementos da natureza a imaginação material é aspecto caracterizador das gravuras de Albert Flocon, suas referências se direcionam ao valor da imaginação e a valorização da arte, há uma retomada na psicanálise de Hermann Rorschach, este médico suíço trabalhou com manchas de tintas na avaliação das pessoas, emitindo uma conjectura da capacidade mental e psicológica do ser humano.

No mesmo sentido em que as manchas formam imagens distintas, na subjetividade do observador, a paisagem inscrita nas gravuras apresenta movimentos dinâmicos, desvelam uma ‘vontade de civilização’, o movimento é de uma cidade, o fogo funde o metal e o vidro e é comparado ao músculo do forno – indicação humana nas usinas de minério, transformando tudo, homem e máquina, em uma força radical que os sonhos cósmicos do homem os definem como as formas do objeto.

As percepções bachelardianas nas incisões de Flocon são interessantes porque aproximam a arte da filosofia, especialmente, na comprovação da dinâmica da paisagem. Esta pode ser identificada, primeiramente, pelo ‘olhar’, a partir dele são apreendidas as relações memoradas nos devaneios poéticos que o artista projeta e que o cientista interpreta como elementos sensitivos do poder, ser e estar na paisagem são abordagens importantes para

compreendermos nossas transformações sociais. E nós podemos estar na ‘poesia’ para construirmos a estrutura destas transformações sociais, arte e ciência se aproximam para comprovar as relações da sociedade.

Paisagem e literatura: um mapa de alguns romances na trama geográfica

A aproximação humana com o ambiente sempre foi relevante para o homem se manter historicamente vivo, de acordo com Del Picchia (2009, p. 18), “A concepção da natureza e o desenho da paisagem desenvolve-se acompanhando a evolução histórica da Humanidade”. Os desenhos rupestres mostram como se formavam as sociedades daquela época. Na direção do ordenamento da paisagem, iniciamos com as abordagens de Del Picchia (2009), que utiliza ‘tempos imemoriais’ para explicar o ordenamento da paisagem feito pelo homem desde as suas mais remotas atitudes transformadoras dos locais onde habitava. Existiam duas características na vida do homem que o levou a modificar seu ambiente, a primeira é o fato dele não se restringir a determinadas localidades na terra e por vários fatores, dentre eles a busca por alimento e/ou a fuga do frio, a outra é o de se tornar cosmopolita, essas características tinham uma única razão: a de dar-lhe condições de suprir suas necessidades de sobrevivência.

Quando falamos da paisagem na pintura como representação, temos Kenneth Clark, que ao publicarm, em 1961, o livro *Paisagem na arte*, explica dentro de um processo histórico a cultura ocidental e sua fundamental relevância na formação de outras culturas humanas. A evolução da concepção de natureza é marcada por fases e em todas elas a pintura da paisagem descreve os seus limites de transposição. Nesse sentido, Del Picchia (2009, p. 18) escreve que “desde a Idade Média, a pintura da paisagem é um ciclo em que o espírito humano procura criar harmonia com aquilo que o rodeia”. Clark (1961) ensina sobre várias paisagens e que a maioria delas era utilizada apenas como peças de decoração. Contudo, algumas mostravam o cotidiano social, assim posteriormente foram consideradas verdadeiros registros históricos.

As pinturas paisagísticas, delimitadas por Del Picchia (2009) se iniciam com a ‘paisagem de símbolos’, nela os fatos, fenômenos e objetos naturais não eram pintados pela sua aparência

real em virtude do homem estar intrinsecamente conectado a uma filosofia cristã, seus ensinamentos se direcionavam não ao plano terreno porque a vida, completada seu ciclo, deveria ter assuntos de maior relevância do que direcionar toda sua atenção ao ambiente servido de palco. A premissa deste pensamento é, assim, explicada por Del Picchia (2009, p. 18), “os sentidos nos desviaram da noção de Deus e poderiam induzir ao pecado. É a época dos “jardins do paraíso”. Flores, frutas, pássaros, a Virgem, o Unicórnio, jardins encerrados por muros, isolados do mundo exterior”.

A paisagem de símbolos teve um papel secundário, a maneira como a compreendemos atualmente somente se constituiu a partir da Idade Média. As características simbólicas são superiores as sensitivas, os objetos representam símbolos de verdades espirituais, mesmo voltados mais para uma linguagem decorativa. Para Del Picchia (2009), o entendimento da manifestação divina é feito pela natureza, o ‘microtheos’ surge, então, por volta do século XII, uma redescoberta do jardim com ornamentos vegetais. Naquela época Pietro Lorenzetti (1280-1348) tece as primeiras diretrizes realistas direcionadas à paisagem e, além dele, no mesmo período, é Simone Martini (1284-1344), em igual sentido, quem trata a paisagem com uma carga simbólica e ligada à arte gótica. Ele descreve os sentimentos de Petrarca, o primeiro a deixar claro o desejo de se mudar para a vida simples e pacata do campo. Contudo, a natureza ainda carrega muitas obscuridades, por isso altamente perturbadora, daí a necessidade de fechamento dos jardins, mantendo apenas algumas aberturas, afrescos e tapeçarias de *Avignon*. Essas são características intensas das paisagens de símbolos, com uma decoração e aspectos de textura em continuação do que se teve na arte bizantina.

A paisagem, na Idade Média e também no Renascimento, aproxima-se muito da criação divina, principalmente na Europa Ocidental em que as imagens representavam obras sacras do início do século XIII. Demoraram muitos anos para que o arquétipo religioso deixasse de ser premissa principal no paisagismo, abandonando o dourado como imagens de fundo, modeladoras dos preceitos bizantinos e retratando as realidades, primeiramente simplistas, como as paisagens vistas pelas janelas emolduradas, montanhas, árvores, riachos ou pastagens e depois mais sofisticadas.

Este abandono não foi um processo de transformação apenas subjetivo, o profissional entra em cena. A intromissão da realidade nas imagens sacras aconteceu lentamente, a ação nesses

casos era secundarista e cabia aos ajudantes dos pintores a responsabilidade na execução desse trabalho. A pintura que marca o início de uma ruptura religiosa da realidade em que aparece uma riqueza nos detalhes realista é a gótico-flamenca, nela é utilizada, para época, uma nova técnica de pintura a óleo e para retratar a realidade este tipo de pintura se direcionava tanto para as chamadas paisagens bucólicas interioranas quanto para as cidades.

No século XVI a paisagem adquire uma autonomia iconográfica, as artes alemãs e as flamencas tiveram relevantes papéis nessa mudança, as aquarelas paisagísticas de Alberto Durer, um famoso artista do Renascimento, são exemplos da renovação na compreensão da paisagem. A Itália também é referência na mudança com o artista Pietro Perugino e suas criações, pintando seus personagens com um fundo muito acentuado das 'paisagens' da natureza. Há em Veneza a introdução de luz sobre as águas, de qualquer forma não era a paisagem o plano principal e sim secundário.

Contudo, existe uma busca realista para retratar, além das águas, os fenômenos da natureza, exemplo disso é a tela intitulada *A tempestade* de Giorgione, pintada no século XVI. A paisagem deixa de ser pano de fundo e passa a fazer parte principal do quadro, as imagens sacras foram perdendo seu poderio paisagístico e as obras, sejam elas de cunho religioso ou mitológico, sobressaem com uma representatividade realista das mesmas visões das janelas dos grandes casarões. A paisagem com a busca realista começa a ser estudada pela ciência, passa a ser o ponto principal, as janelas dos casarões servem de justificativa para a sua representação.

A expressão 'Geografia da paisagem' foi utilizada pela primeira vez por Siegfried Passarge e foi introduzido na Geografia alemã por volta de 1915 e, de acordo com Troll (1997), o estudioso escreveu muito sobre o que se denominava 'ciência da paisagem'. Sua pesquisa se inicia em meados da década de 1880, com um novo caminho para a Geografia. De início, houve grande dificuldade para estabelecer este novo entendimento, diante confusão entre a compreensão de área e de região, por esse motivo foram incitados grandes embates acerca do termo.

A denominação aparece sendo interpretada como uma representação e discutida em um processo de interação das pessoas com o ambiente em que vivem. Isto posteriormente passou

a ser conhecido como ‘discurso psicologizante’, entendendo a funcionalidade genética e a base estrutural das paisagens naturais, este pensamento foi concatenado em um plano físico da cartografia para podermos chegar a um resultado geográfico, estabelecendo, entre as paisagens, uma ordem hierárquica, deixando o plano local e passando ao zonal. Neste sentido, de acordo com Claval (2014, p. 32), temos Otto Schlüter, ele “dedica o essencial de sua obra a retratar desde a pré-história as flutuações da cobertura florestal e das zonas humanizadas no espaço germânico”.

Para Claval (2014) alguns requisitos para a paisagem tornar-se objeto da Geografia Humana dependem do resultado no qual ela se ‘constrói’ a partir de fenômenos da natureza, na mesma medida em que se faz pela ação do homem, este a modifica, a transforma, bem como se ‘constrói’ conjuntamente, o homem é parte integrante – ele antes de ser social é biológico, portanto natural e por isso também paisagem.

Este geógrafo alemão foi precursor das ideias de Carl Sauer e seus estudos estão sustentados principalmente por Carl Ritter e Oscar Peschel, a partir dessas leituras foram lhe apresentados “os problemas da geografia científica, tanto nas formas genéticas da paisagem quanto as suas relações com os povos, suas culturas e sua história, em vez de uma “descrição árida” como era de praxe naquela época.” (SEEMANN, 2004, p. 66). Razões pelas quais apontam, de início, as Geografias Física e Humana não estando na mesma ‘gaveta’ das ciências, seus fundamentos teóricos e métodos convergiam para lados opostos.

Ainda de acordo com Seemann (2004), ao fazer um estudo sobre Schlüter, este coloca a paisagem como ‘marcas visíveis’ e estão presentes nos povoados, nas estradas, nas pontes ou quaisquer outros monumentos resultantes da ação do homem. São marcas que assim apontadas estão no plano de estudo da Geografia Humana porque resultam de um trabalho, entrando em cena – o espiritual e o cultural – da humanidade. O pesquisador continua, citando o próprio Schlüter, “[...] o Estado, fronteiras, economia e religião – não podem ser objeto das pesquisas geográficas, também pela “variedade infinita” dos seus processos inter-relacionados e contraditórios que impedem uma adaptação contínua na organização da superfície terrestre” (SEEMAN, 2004, p. 68), com o intuito de justificar essas marcas visíveis, contudo com o desenvolvimento da compreensão da paisagem algumas ideias foram

alteradas e o trabalho, atualmente, exige mais teórica e metodologicamente dos objetos abarcados nos estudos geográficos.

As marcas invisíveis são fatores de grande importância para o estudo geográfico, elas apresentam requisitos de enorme relevância quando nos referimos às transformações da superfície da terra, mas em muitos momentos, não damos exclusivo valor ao que está visível, com suas descrições e registros. Na abordagem da ciência racional os processos informativos podem ser percebidos pelos sentidos humanos, contrariando a posição inicial, opondo-se a uma separação de Geografia Física da Humana. Este olhar de Otto Schlüter se deve muito a sua aproximação com Ferdinand von Richthofen, quando o pesquisador se muda para Berlim com o intuito de aperfeiçoar sua formação intelectual na Geografia Física. Seemann (2004, p. 69), citando Schlüter, escreve que “tanto na geografia física quanto na geografia humana, precisa-se partir dos fenômenos concretos e compreendê-los de todos os lados”.

Com esse direcionamento, as análises dos fenômenos e dos problemas geomorfológicos apresentam importantes abordagens no estímulo do pensamento científico, seja ele humano ou físico. Nesse sentido, escreve Claval (2014, p. 32) que “para Ratzel, o estudo geográfico da cultura confundia-se com o dos artefatos utilizados pelo homem para dominar o espaço”. E, ainda, que no início do século XX, muitos dos estudiosos alemães, inclusive Schlüter, tinham em suas pesquisas como objeto fundamental a “marca que o homem impõe à paisagem que constitui. Essa marca é estruturada: o objeto da geografia é, portanto, apreender sua organização, descrever o que se denomina desde então de morfologia da paisagem cultural e compreender sua gênese” (CLAVAL, 2014, p. 32). A premissa de aproximação entre as abordagens humanas e físicas é relevante para o estudo das marcas e suas transformações na terra.

Logo, o contradito entre a aparência e a essência é assunto de grande valia para o estudo da paisagem, ela não é simplesmente o que aparenta ser, seu conteúdo é objeto para exploração e tem muito a nos revelar, a forma da casa dá grandes indícios, contudo a imersão é que dirá as relações, dando elementos concretos para compreendermos cada ofício desempenhado pelos moradores.

É assim que a pesquisa de Souza (2013), substanciada por Wylie (2007), aponta no estudo da paisagem pela análise visual, ocorrências de problemas para a identificação verdadeira da realidade. Há pontos de vista, de interpretação que obstaculizam, preenchendo com equívocos o resultado final da identificação. Desta forma, é que Wylie (2007) citado por Souza (2013, p. 47) escreve que “a paisagem atua no sentido de naturalizar, estabilizar e tornar aparentemente universais relações sociais e econômicas que são contingentes”. Dessume-se deste pensamento o ocultamento do que está visível, e é uma indagação já algum tempo pauta de discussão da ciência geográfica, o resultado é a compreensão da paisagem com abordagens do pensamento socioespacial.

Um exemplo é a dificuldade em conhecer uma cidade sem entender as relações sociais que nela se desenvolvem, os elementos da paisagem se movimentam, não estão estagnados e além da fábrica é preciso ver o funcionamento, o interior, é nele que se processam as relações para se constituir a arquitetura apresentada. Para se conhecer a agricultura precisamos perceber os agricultores e o modo como eles transformam o local onde vivem e, conseqüentemente, a arquitetura dos interiores para compreender o modo pelo qual as pessoas se inter-relacionam e se constituem como sociedade.

Entender este processo é também verificar que a paisagem é mais do que a representação do que simplesmente vemos, é necessário compreender os movimentos. Para Suzuki (2011, p. 97) a paisagem tem “com forte marca do que está no campo do visível, mas, também, marcada pela relação com a sociedade que a produziu. Assim, a noção de paisagem passa a incorporar, também, a sua gênese, ou seja, o desvendamento dos processos que a originaram”. Apresentando elementos para a compreensão e distinção com outras categorias, os processos iniciais constituem “as paisagens sucessivas que permitirão ler os tempos de que se compõe o espaço. Nestes termos, por mais que paisagem não se confunda com espaço, incorpora a necessidade de leitura da ação humana que a produziu tal qual este” (SUZUKI, 2011, p. 97).

Suzuki (2011) alcança este entendimento em uma pesquisa sobre as impressões das análises do espaço nas crônicas de Mário de Andrade, um poeta viajante n’*O turista aprendiz*, o texto recupera sentido nas condutas do homem relacionadas ao tempo da ação como elementos da paisagem, limites que esboçam características importantes para o entendimento dos acontecimentos no Brasil, especificamente, no período inicial do século XX.

Desta forma, para perceber os agricultores e suas relações, a busca primeira do observador está em perceber as pequenas dimensões, aparentemente limitadas, e assim se faz porque está além da visão, encontramos na paisagem o cheiro, cor, sabor, movimento entre outros elementos que a caracterizam. A busca está, antes de tudo, em identificar uma variedade de traços que revelam o trabalho dos homens e de suas vidas sociais, os olhos se abrem às relações, aos atos e suas interconexões. Apenas de perto são vistas em uma cidade as tecedeiras, os varredores, os artesãos, as lavadeiras e todos que formam os traços culturais das cenas que compõem o lugar.

Um marco de importante relevância no estudo da paisagem trata-se do texto *The morphology of landscape* publicado originalmente em 1925 pela *University of California*. Escrito por Carl Ortwin Sauer, o texto apresenta a paisagem sob dois aspectos, abordando tanto características naturais como humanas. Com uma perspectiva morfológica, afirmando ser a paisagem “uma forma da Terra na qual o processo de modelagem não é de modo algum imaginado como simplesmente físico. Ela pode ser, portanto, definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais” (SAUER, 2012[1925], p. 187).

Portanto, para o autor, a paisagem é reconhecida pelo que lhe constitui e pelo que existe dentro de seus limites, nas relações com outras paisagens, elas são partícipes de um sistema geral. Este sistema faz parte de uma lógica para o raciocínio humano, permitindo conduzir a um fim e para se chegar a uma análise da paisagem, que pode ser alcançado também pelo paradigma sistêmico, devemos organizá-la no interior de um complexo. Para sua apreensão, mesmo com a dificuldade em função da dinamicidade de se apreender algo tão complexo, é conveniente acumular obstáculos conceituais e metodológicos, contrapondo todos esses acúmulos de unidades de paisagem com as contradições aparentes.

Enumerando as ‘qualidades’ essenciais de uma paisagem percebemos que elas vêm de categorias julgadas contraditórias, tanto a estrutura como a função se relacionam e se integram com outras paisagens. Contudo, seus limites também a explicam “é uma generalização derivada da observação de cenas individuais” (SAUER, 2012[1925], p. 188). Na descrição da paisagem individual, chamada pelo autor de “tipo”, o observador a define em separado, mesmo que seja uma variação de outras paisagens e por comparação parte de um

princípio geral. “Toda paisagem tem uma individualidade, bem como uma relação com outras paisagens, e isso também é verdadeiro com relação às formas que compõem a paisagem” (SAUER, 2012[1925], p. 188). Há uma relação integradora entre as paisagens e esta correlação está intrinsecamente associada ao tempo e ao espaço.

Sauer (2012[1925], p. 191) aponta uma separação entre a paisagem natural e a cultural, e “o conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas de seu uso de área, em fatos de base física e fatos da cultura humana”. Apesar desta premissa, não há que se falar em dualismo porque podemos pensar a cultura, descrita de forma geográfica pelo autor, pela ação que o homem exerce em seu meio. A tradição cultural é pensada pela maneira como o homem age separadamente ou associado em grupos, a transformação da paisagem é de responsabilidade humana, bem como a humanidade também é (trans)formada por ela, há uma interconexão sem limites e sem confusão, miscigenando os elementos constituintes e estruturantes da paisagem.

A relação dada pelo autor, atualmente é bem mais clara no âmbito geográfico, a ideia principal amplamente divulgada pelos tempos foi a de que o estudo de categorias pela ciência geográfica seria de fundamental importância se realizado dentro de um sistema. Justificando o não dualismo por ele colocado, apontamos no texto uma paisagem cultural que se forma tendo como princípio uma paisagem natural moldada por um grupo cultural. A cultura é o agente transformador enquanto o meio é a paisagem natural e a paisagem o resultado. A paisagem cultural é formada a partir de um sistema e passa pela paisagem natural, atingindo um “sentimento de harmonia entre o habitat humano e a paisagem com a qual ele se mistura de forma tão adequada” (SAUER, 2012[1925], p. 209), são relações que se formam pelas experiências do homem no seu ambiente e resultam da miscigenação do homem e o seu ambiente.

Continuando, no sentido da compreensão da paisagem, destacamos que as construções geológicas e os diversos tipos de vegetação foram bem reproduzidos pelos pintores do século XIX. E, de acordo com Cosgrove (1998, p. 32, tradução nossa), a “paisagem não se presta facilmente às restrições do método científico. Sua unidade e coerência estão, como vimos, enraizadas profundamente em uma maneira de ver, e isso permanece verdadeiro se a visão é a partir do solo, do ar ou do mapa”. A compreensão da estrutura da paisagem pelas regras

apenas da visão não pode ser uma perspectiva única, outras explicações também são aceitas dentro de um processo histórico, como podemos identificar na funcionalidade do aspecto ecológico, o observador é forçado a desvincular-se do plano visual simplesmente para o avanço do entendimento da paisagem.

Essa forma de ver a categoria está embasada nas pesquisas de Carl Sauer que sugere um novo olhar para o estudo da paisagem. Como escreve Corrêa (2011, p. 11), “nesse resgate renovado, Denis Cosgrove teve papel crucial graças à qualidade de suas reflexões teóricas e estudos empíricos realizados, sobretudo no momento oportuno da ruptura”. Esses apontamentos estão considerados, para Corrêa (2011, p. 11), no âmbito do “conceito de paisagem, a formação social e a paisagem e a iconografia da paisagem, envolvendo contribuições teóricas e metodológicas”. Nestes argumentos existe uma intrínseca relação em suas concepções teóricas, levando a uma aproximação, formando um conjunto e distanciando toda e qualquer pesquisa em partes uníssonas. É, desta forma, conforme Corrêa (2011, p. 11) que “a interligação entre elas aparece ainda por não haver uma cronologia linear que as una. Por outro lado, não há uma definição única, fechada, denotando a força do tema em Cosgrove e a constante busca em aprofundar e clarificar o conhecimento da paisagem cultural”.

Cosgrove (1985) escreve sobre as perspectivas e o desenvolvimento do conceito da paisagem e nos ensina que para o mundo ocidental o Renascimento é o ponto de partida para este estudo. A paisagem sempre esteve associada às diversas mudanças e evoluções pelas quais a sociedade passou e essas alterações se deram nos âmbitos social, econômico e político, entremeadas pelos séculos XVI e XVII. O pesquisador acrescenta ao estudo de paisagem um sentido político, é uma ‘ideologia visual’ que chega na Inglaterra, com origem italiana, no século XVII, momento de profunda alteração do campo e, conseqüentemente, da cidade, de acordo com Corrêa (2011, p. 12), “incluindo a concentração fundiária, momento em que se desenvolve o gosto pela pintura da paisagem rural, apropriada e transformada pela elite”. Estas perspectivas que tratam das técnicas específicas para o intuito da reprodução da realidade do mundo feita pelo artista, ou também pelo geógrafo, retoma-nos a uma ordenação bem próxima da definição de paisagem.

Tal abordagem permite ao geógrafo, mesmo que fortuitamente, admitir uma ideologia visual atrelada à ideia de paisagem. Vale dizer, contudo, que para Cosgrove (1985), a paisagem está

distante de se delimitar simplesmente no sentido de projeções e perspectivas geométricas, a ideologia visual, recebida com críticas, tão somente colabora dentre várias outras perspectivas para a compreensão da ideia de paisagem. E, de acordo com Cosgrove (1985, p. 46, tradução do autor), via de regra, tanto a crítica à imagem visual quanto a utilização da arte, na ciência geográfica “não são desconectados. Ambos resultam, em certa medida, da falta de reflexão crítica sobre a tradição humanista europeia, da fusão do tema espacial na geografia, de uma epistemologia positivista e de uma mistificação da arte e da literatura”.

O pesquisador apresenta algumas delimitações da paisagem denominadas por ele como ‘classe dominante e paisagens alternativas’, podemos depreender também deste raciocínio as paisagens excluídas com significados diversos, as quais complementam a paisagem e são resultados da ação de diferentes grupos sociais. São dois olhares que identificam os significados distintos da paisagem, a primeira, dominante, forma-se a partir de uma marca identitária. E, as excluídas, ou ainda emergentes, são resultados de associações em ascensão formados por grupos sociais que estiveram em decadência, ou ainda, podem ser mesmo as próprias imagens excluídas.

Esses requisitos apontam para um possível confronto, uma crise que seria o verdadeiro papel exercido pela paisagem sobre a sociedade, (trans)formações. A formação social se expressa na (trans)formação da paisagem e podemos perceber em Moraes (2005), que existe um robustecimento na perspectiva histórico-dialética, isso ocorre por intermédio do aporte geográfico direcionado ao estudo da estrutura da formação social no Brasil. O pesquisador tece o apontamento ao estudar sobre a análise das estruturas limítrofes que cercam as fontes sobre formação espacial.

Na colonização brasileira, mais precisamente em sua primeira fase, valorizar o espaço é apreender um procedimento localizado historicamente para a estruturação de um território, e “este envolve a relação de uma sociedade específica com um espaço localizado, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando as formas de sociabilidade reinante numa paisagem e numa estrutura territorial” (MORAES, 2005, p. 44). Assim, realizar uma análise do que vemos em primeiro plano da paisagem é também revelar o aspecto social. Por este motivo, somos levados a crer na interpretação das estruturas físicas,

biológicas e sociais que estão guardadas na paisagem para entendermos as leis naturais e sociais que regem um determinado local.

Ao considerar a paisagem como elemento externo, no plano pictórico, de acordo com Corrêa (2011), a escrita de Cosgrove sobre a formação do conceito parte desta paisagem como uma forte ferramenta por meio da qual são expressos os valores, as ideias e os sentimentos. Essa representação externa sinaliza para uma apresentação em que consideramos os aspectos formais resultantes da relação entre o homem e natureza.

O mapa e a trama: a paisagem ficcional

A paisagem na trama, nas relações ou no contexto ficcional se apresenta em muitos literatos e em nosso caso preferimos alguns escritores brasileiros para, no plano da verossimilhança, abordar elementos característicos da categoria geográfica. Nesta linha o livro *O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas* é um texto basilar para compreendermos a importância da aproximação entre a Geografia e a Literatura. Nele, publicado em 2002, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro mapeia diversas tramas literárias que se constituem como verdadeiros produtos a serem analisados pelo pesquisador geográfico.

A coletânea não foi de pronto escrita, houve um lapso temporal considerável e é um compêndio em que o autor pesquisa várias obras literárias como *corpus* teórico em sua pesquisa geográfica. De início, há a publicação de alguns textos em eventos e depois a finalização com outros estudos, e é o próprio autor, prefaciando sua obra que aponta esta cronologia. Por volta de 1996, trabalhando no Japão, recebeu um convite para participar de um simpósio com a temática voltada para a aproximação entre a Geografia e a Literatura, o evento ocorreu em outubro na cidade do Recife.

[q]ue o convite houvesse partido de geógrafo de Recife não me causou nenhuma surpresa já que fora naquela cidade, junto a Fundação Joaquim Nabuco, que eu apresentara os primeiros frutos de minha “nova” preocupação em relacionar a Geografia e a criação literária em nosso país. Surpreendia-me,

contudo, que entre maio de 1988 e outubro de 1996 já houvesse crescido aquela linha de investigação, a ponto de ensejar uma importante reunião, tendo-a como centro de interesse (MONTEIRO, 2002, p. 11).

Realmente poderia causar certa estranheza naquela época, mas atualmente cremos em uma Geografia com outras e novas necessidades, ainda na tentativa de explicar o espaço e as relações nele inseridas, atentamos ao fato de que a ficção pode colaborar, em aspectos teóricos, ao processo científico de explicação das coisas. E é nesta linha de raciocínio que o 'Mapa e a trama' investiga, em uma nova produção científica de Geografia no país, categorias geográficas percebidas em textos literários. Para Monteiro (2002, p. 14), "[a] construção do 'lugar' ou o conjunto de lugares que um romance contém levaria à consideração de que o 'espaço' é, ao mesmo tempo, 'meio' do sentido e também seu 'objeto' ". Os elementos caracterizadores do local, palco da vida humana, o que não é fator psicológico dos personagens, estruturam e constroem o espaço exterior e é nele que as relações acontecem, é onde o pesquisador fisicamente consegue descrever os aspectos concretos da realidade. Em uma visão bachelardiana, espaço primeiro é o da casa, comparando-a com o útero materno, local de segurança e abrigo.

Por intermédio de várias imagens, Bachelard (2003) dá forma a um lugar se afirmando e, às vezes, se negando na busca seus valores, e faz isso na mais profunda intimidade do ser. Constrói uma reflexão do corpo humano e da casa e retrata intimamente os medos, os vazios, as alegrias, o noturno e o claro, trazidos pelas diferenças entre o sótão e o porão. Bachelard (2008, p. 32), em *A poética do espaço*, inicia esse estudo escrevendo que se apresentam de forma simples os valores atribuídos a casa, ao abrigo, a proteção, e estes elementos estão intrinsecamente "arraigados no inconsciente, que vamos encontra-lo mais facilmente por uma simples evocação do que por uma descrição minuciosa. A nuance, então, exprime a cor. A palavra de um poeta, tocando o ponto exato, abala as camadas profundas do nosso ser".

Há um desdobrar íntimo que o autor desenha através do espaço da imaginação. Ele faz uma análise perceptiva da estética que uma imagem provoca através da literatura, Existe também um desdobramento ontológico onde o homem morava. Porque na casa tem uma centralidade de pensamentos, de lembranças, de devaneios íntimos de cada um de nós. Bachelard (2003,

p. 77) escreve que a imagem é parte integrante do ser humano, está arraigada em nós, e incorpora-se no ser, “suscitando devaneios bem diferentes conforme sigam corredores que não levam a parte alguma ou quartos que “encerram” fantasmas, ou escadas que obrigam a descidas solenes, condescendentes, indo buscar lá embaixo algumas familiaridades”. Estaríamos perdidos sem a casa. Ela é nosso abrigo, uma extensão do abrigo primário que tivemos: o útero materno. Há um sentimento de proteção e ao mesmo tempo topofílico que nos faz retomar um valor maior ao que está intimamente ligado por dentro, tanto da casa quanto do homem, porque Bachelard (2003, p. 77) relaciona cada canto da casa com as lembranças que carregamos dela. Por isso chega a dizer que “A casa da lembrança, a casa *natal*, é construída sobre a cripta da casa onírica”.

Outro ponto de vista sobre o estudo ao espaço exterior aparece na introspecção vivida pelos personagens. A saga e/ou a trama mapeada no romance, conto ou poemas colaboram para a identificação da realidade concreta, objeto de estudo da Geografia. Desta forma, para Monteiro (2002)

[...] espaço exterior, contrapõe-se aquele outro, de dentro do indivíduo, para a passagem dos quais se realiza aquela “viagem” (ler é viajar), ao mesmo tempo trajetória física e moral, externa e interior, real e simbólica, que pode conduzir tanto à noção do cheio quanto à do vazio. À noção de realidade geográfica, juntar-se-ia aquela outra, antropológica do imaginário (MONTEIRO, 2020, p. 14).

O interesse de Monteiro por esta temática na Geografia ocorreu, primeiramente, nos idos de 1983 em Palma de Majorca, como o próprio autor relata em “passagem por Londres, na Livraria Dillon, encontrava eu a coletânea organizada por Douglas C. D. Pockock intitulada: *Humanistic geography na Literature – Essays on the experience of place (1981)*” (MONTEIRO, 2002, p. 12). E em sequência, no ano seguinte, quando participava do Congresso Internacional de Geografia, realizado em Paris, encontra conforme Monteiro (2002, p. 12), em Sorbonne, uma “coletânea, organizada por Michel Crouzet, sob o título: *Les spaces romanesques*, resultante de um Colóquio realizado entre 8 e 9 de maio de 1981 no Centro de Estudos do Romance e do Romanesco, na Universidade de Picardia, França.”. Ainda de acordo com autor,

esta última obra é uma demonstração de que os estudiosos literários da França estavam com os mesmos anseios em buscar aportes teóricos científicos tendo como objeto de estudo os textos ficcionais tanto quanto o fizeram os ingleses na primeira.

É neste sentido que Monteiro (2002) justifica o seu texto ao estudar os elementos exteriores, concretos do sertão roseano, no ensaio *A percepção holística da realidade do sertão a partir de um mosaico romanesco: Corpo de Baile Guimarães Rosa*. Nele há descrições do espaço geográfico que delimita os ‘Gerais’ desenhados em diversos romances, estes trabalhos demonstram as paisagens dos chapadões que estão postos entre as veredas, formando o sertão. Locais geograficamente descritos por ‘espigão mestre’, delimitando, conforme Monteiro (2002, p. 28), “o divisor d’águas das nossas três grandes bacias que, espetacularidade topográfica, ou antes, bem modestamente, se desenvolve entre Norte de Minas, Oeste da Bahia e chapadas do Meio Norte (Piauí e Maranhão)”.

Estas são descrições das paisagens pintadas no romance roseano, este escritor aponta características de seu naturalismo social, por isso demonstra a topografia sertaneja e é neste sentido que, para Monteiro (2002, p. 31), “paradoxalmente, a criação artística no tratamento simbólico faz contratempo com a caracterização mais acurada – sem modo a dever a um cientista – da paisagem geográfica”.

Assim, neste ensaio, descrições da paisagem nos retomam a imagens do sertão com sua cultura, nos elementos sociais que a constrói. O gado reunido, ‘o parálítico deformado pela lepra’ e a viola com suas cordas, cantando trovas na varanda da casa, são cenas romanescas contadas por Guimarães Rosa tanto físicas quanto subjetivas dos personagens. Em Monteiro (2002, p. 37) percebe-se quando escreve:

Da periferia do Sertão no Urubuquaquá, onde o fazendeiro enriquecera com o gadame, até o longínquo Buriti-da-Inácia Vaz, no Maranhão, o Grivo procede à longa travessia, testemunhando “a briga da caatinga com os gerais” (Bizarri, op. Cit. P. 60) que os campos gerais, como “paisagem e formação geográfica típica, vão de Minas Gerais até lá (o Maranhão), ininterrompidamente”.

Existem elementos relevantes formadores do espaço na trama que delimitam os aspectos das cenas que constroem as imagens. Assim, esses pontos de construção formam o espaço exterior, que o autor chama de geográfico e mais simplista porque nesta concepção uma geografia do que vemos fisicamente e o espaço interior, neste é a própria trama que se faz, os fatores psicológicos porque, conforme Monteiro (2002, p. 37) “[a]s personagens aqui são alienígenas e demonstram claramente a luta para ligar-se à terra de origem”. É o caso, por exemplo, de Manuelzão construindo uma capela em Samarra, este ato foi um pedido de sua mãe, último e fúnebre, pelo simples motivo de nunca querer sair do seu lugar. A trama da solicitação forma as cenas sociais da paisagem, são as relações formando o espaço psicológico dos lugares.

O texto também trata do determinismo geográfico em Aluísio de Azevedo, e da mesma forma aponta tanto os aspectos físicos quanto os subjetivos, o momento dado pelo livro é um período que antecede a abolição da escravatura e as alterações na República. É uma trama da coletividade, partindo da junção de várias e diferentes pessoas reunindo-se em um mesmo complexo de moradia. Monteiro (2002, p. 44) mostra que o “ambiente vai desde o aglomerado social da habitação coletiva, num bairro do Rio de Janeiro, uma então insalubre cidade portuária numa região tropical. E o trópico, em contraposição ao meio europeu mediterrâneo, vem a ser um elemento importante na trama”.

A principal trama envolve, paralelamente, a coletividade de todas as outras, em um processo de paisagem, o antagonismo de poder dado entre João Romão, o dono do cortiço, e Jerônimo, trabalhador braçal, “no embate do valor da raça e a força do ambiente: natureza tropical e a sociedade mística” (MONTEIRO, 2002, p. 54). As ações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro descrevem o espaço romanesco dos personagens e mesmo não sendo objeto da descrição da paisagem dos locais onde se concentra a trama, Monteiro (2002, p. 51) escreve que ocorrem “[n]o bairro de Botafogo, década de oitenta do século passado, o romance *O cortiço*, entre outros méritos, tem, sobretudo, aquele de retratar, com esta amostra de subhabitação, a heterogeneidade e dinamismo da sociedade urbana em formação”. Neste sentido, são descritos elementos geográficos d’*O cortiço*, mostrando tanto ‘a natureza tropical’ da cidade maravilhosa quanto sua ‘marginalidade social’.

Podemos ver também o Materialismo histórico e o espaço geográfico em Graciliano Ramos quando Monteiro (2002) evidencia contrariedade em encontrar em Ramos uma disciplina geográfica e o faz citando Álvaro Lins ao dizer, sobre *Vidas Secas*, que a obra apresenta no meio físico e a paisagem exterior se distancia da objetividade no romance, mesmo tendo uma descrição literal do ambiente, isso ocorre somente para sustentar a trama dos personagens, de suas relações romanescas e, conseqüentemente, aparecendo a paisagem exterior como uma projeção do homem. De toda forma, há uma busca na identificação do espaço onde ocorrem as relações, o mapeamento destes locais é iniciado a partir do chão vermelho e seco do Nordeste e, também, do verde dos juazeiros, das famílias de retirantes e das fazendas que os recebem. Para Monteiro (2002) sobre a contrariedade em buscar a Geografia na obra, há a explicação:

Inútil será procurar o espaço por meio de topônimos. Não há a menor ou mais leve referência de localização num texto na qual a economia de palavras é dirigida ao essencial propósito do autor: *o retrato dos infelizes*. Mas será que isto invalida a percepção do espaço geográfico ou a localização da família de sertanejos em sua ambiência? De nenhum modo. Se lhe falta registro nominal, coreográfico, ‘há contudo uma alta fidelidade aos elementos essenciais da paisagem’ (MONTEIRO, 2020, p. 64 [grifo nosso]).

A família de Fabiano é a centralidade da relação do que ocorre na trama. A sua descrição desenha a cada momento que a paisagem exterior formará, do mesmo modo duro, cada acontecimento. Há no livro esta descrição: “A família estava reunida em torno do fogo, Fabiano sentado no pilão caído, Sinhá Vitória de pernas cruzadas, as coxas servindo de travesseiros aos filhos. A cachorra Baleia, com o trazeiro no chão e o resto do corpo levantado, olhava as brasas que se cobriam de cinza”. Para Monteiro (2002), a simbologia formada pela família representa uma ‘síntese’ do homem genérico e isso é feito porque “em sua relação com a natureza e a própria sociedade em que vive, é também e talvez mais ainda do que a paisagem – exibida em uma síntese que chega às raias do simbólico”.

A trama ocorre pelo conflito de terras, seja pela posse e pela falta dela. Assuntos geográficos e o personagem principal Fabiano são desenhados na dualidade, pelo sofrimento estabelecido pela seca a ele e a sua família, entre a condição humana e, em muitos momentos, animalésca. Para Monteiro (2002, p. 68), o périplo da família saindo de seu lugar sem destino,

atravessando a sequidão da caatinga é o ato revelador para a “percepção de um atributo natural – mas movida por uma realidade social. Sua condição de “animal” o iguala à Baleia – cachorra reflexionante e capaz de “sentimentos revolucionários”. É neste sentido que o autor de *O mapa e a trama* conhece as possibilidades de identificação, abordado pelo espaço romanesco, de conteúdo geográfico nas obras literárias, apontando que “a expressão da realidade física, ou natural, da paisagem é tomada em sua essência e adquire, por isso mesmo, foros de “simbolismo” que chega a atingir a força de “modelo teórico” (MONTEIRO, 2002, p. 68).

Assim, temos o espaço social revelador da condição da realidade de muitas pessoas residentes no sertão, fundamental para compreendermos na verossimilhança, essa relação com outros homens e deles com a Natureza e, na trama social, necessário se faz partirmos para a análise simbólica. Por exemplo, para Monteiro (2002, p. 73), “[d]a fazenda, pela caatinga, até a cidade o espaço romanesco projeta-se ao horizonte onde um acidente especial serve de referência simbólica, como que a delimitar o real do imaginário”.

Sequencialmente duas obras se repetem em análise e então Monteiro (2002) faz uma análise da Geografia Urbana d’O Cortiço aluisiano e conseqüentemente alguns problemas do rural nordestino também de Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*. Para melhor esclarecer Monteiro (2002, p. 84) escreve que

[en]quanto o Sudeste se industrializa e urbaniza, o sertão firma os pactos que dão o poder político e domínio das terras aos coronéis, deixando os sertanejos à mercê das retiradas. Os açudes – em terras dos coronéis – e as estradas que se multiplicam a partir do governo de Epitácio Pessoa, em nome de obras “contra as secas”, reforçam a marginalização e saída dos sertanejos – para os seringais da Amazônia, a princípio, e depois para as cidades em via de industrialização no Sul.

Os questionamentos do autor para a aproximação destas duas obras literárias, como *corpus* para o estudo geográfico, se dão no sentido de compreensão de um tempo na literatura, conseqüentemente histórico com o estudo do espaço dos acontecimentos, o geográfico e, ainda, a busca de uma sincronia da possibilidade dos aspectos científicos que unem a cidade

do Rio de Janeiro com o sertão nordestino para explicar elementos de nossa diversidade nacional.

A análise feita neste ensaio, por Monteiro, segue fazendo uma retomada da importância da Literatura para o estudo geográfico e um fator essencial para esta linha de pesquisa, sem fatos comprobatórios uma vez que não é esse a essência da arte, a percepção, é dela que precisamos extrair de tudo que é observado. Assim, tanto *O cortiço* quanto *Vidas Secas* refletem muito do que várias outras obras literárias podem desvelar geograficamente, a exemplo, a injustiça social. Na obra ficcional de Miguel Jorge há uma epígrafe que diz “quantas coisas horríveis já não foram cometidas em nome da justiça”, nas tramas ficcionais muitas destas (in)justiças estão postas para colaborar na identificação de fatos reais. E, para Monteiro (2002, p. 90), ao ensinar sobre esta aproximação, é abordado que mesmo em nosso país onde o número de leitores literários é muito pequeno, ainda assim, “não se pode admitir que os trabalhos geográficos – acadêmicos, técnicos ou tecnocráticos – com seus cartogramas, gráficos e tabelas estatísticas possam sensibilizar a sociedade mais do que as obras literárias”.

Em continuidade da apresentação textual elencada no compêndio de Monteiro (2002, p. 93), temos também a análise feita em *O delírio na indiferença e a esperança no desencontro – O conteúdo geográfico em Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis e Triste fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto*. Aqui, há uma analogia da Literatura e da Geografia no sentido de que, para Monteiro (2002, p. 93), do mesmo modo

que na Literatura a corrente do *nouveau roman* chegou a expulsar os lugares, os espaços, na trama romanesca; na Geografia a noção de espaço, ampliando-se exageradamente às abstrações do espaço econômico, chegou a relegar a concretude do espaço natural, territorial, gerando uma certa fobia da “paisagem”, ou melhor, do “lugar”.

As duas obras, objetos de análise do ensaio monteiriano, além de se aproximarem pela excelência literária de seus autores, Lima Barreto e Machado de Assis, nos desvela ‘tempos históricos e espaços sociais’. Ademais, na análise é feita

Sem desprezar o contraste, já muito explorado entre os dois, no qual a afinidade nas origens raciais divergia profundamente nas conquistas sociais, bem como na glória literária. Indireta, mas significativamente, estes contrastes poderão ajudar a compreender as diferenças de percepção e, sobretudo de utilização do espaço geográfico nos “espaços” dos dois romances. Malgrado as grandes disparidades neste aspecto, ambos partem do destino de duas personagens masculinas, vivendo no Rio de Janeiro do século XIX (MONTEIRO, 2002, p. 94).

Neste sentido, o estudo conta sobre o espaço, fazendo dentro de um tempo geográfico com identificações em cada um dos romances. Do espaço social abordado nas tramas, além dos lugares e das paisagens que são interpretadas pelo autor para caracterizar a aproximação entre Geografia e Literatura.

No sexto ensaio temos, também, um estudo sobre a imigração, transculturação e a identidade nacional em *Graça Aranha*, o texto se divide em três partes em que as duas primeiras fazem uma análise interpretativa de dois diálogos feitos no romance *Canaã*, sendo o primeiro entre Milkau e Lents e o outro entre Milkau e Dr. Maciel. E, ainda, uma análise entre o desânimo e a esperança ao falarmos sobre a identidade. Na mesma forma do ensaio anterior, Monteiro descreve partes das obras para comprovar os conteúdos geográficos e, para Monteiro (2002, p. 144),

O romance *Canaã* como o próprio Espírito Santo tem permanecido um tanto “fora de foco” na vida real brasileira. A crítica literária, sem negar o incontestável valor deste romance publicado em 1902, o tem proclamado como um romance “de idéias”, “de tese”, no qual a própria trama é a estrutura romanesca são tidas como meros sustentáculos das idéias e não da “humanidade” das personagens.

A trama do romance aborda os desejos do imigrante Milkau e toda sua relação com a colona Maria Perutz e a ‘evasão’, a saída. Daí o nome da obra, porque para Monteiro (2002, p. 200), “[a] terra prometida não está nas novas terras do Espírito Santo onde a abertura da mata para o plantio de café oferecia nova oportunidade a europeus evadidos do seu continente”. Este fato se dá distante do ambiente ou da ‘precária sociedade brasileira em formação’. Para

Monteiro (2002), a trama romanesca envolve vários aspectos para o desfecho, a condenação da camponesa, e estes elementos são formados pelos problemas da nossa sociedade e também da sociedade europeia, o preconceito é um dos grandes motivadores destes aspectos que resultam na ‘tentativa de libertação de Maria Perutz’.

E, por último, uma retomada sobre o espaço geográfico no sertão sob a ótica de um ‘tempo volteador’ em Guimarães Rosa, estas conjecturas monteirianas foram construídas no mês de setembro do ano de 1998, para participar de um evento sobre a temática deste artigo. Foi publicado inicialmente na revista Espaço e Cultura, número seis, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro naquele mesmo ano. O ensaio se baseia sobre uma linha de experiência vivida. O próprio autor chama de abordagem ‘prática’ em que percebe aspectos geográficos no sertão rosiano e as demais obras que compõem o livro *O mapa e a trama*.

Ao se aposentar do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo em 1987 dá maior ênfase ao trabalho iniciado tempos atrás, o estudo da ciência geográfica tendo como objeto de estudo os aspectos romanescos. A escolha acurada tanto do tema quanto do *corpus* de pesquisa parte, especialmente, de sua predileção à Literatura Brasileira, o próprio Monteiro (2002, p. 209) esclarece que “[a]s matrizes que guiaram meu interesse provieram de geógrafos britânicos (POCOCK, 1981) e críticos literários franceses (CROUZET, 1981). Um antigo e adormecido interesse pessoal fora avivado no início dos anos oitenta (1982-1984) pelas análises daquelas obras”. Estes textos literários estão elencados no último ensaio do livro que se direciona a uma retomada, posicionando o leitor em uma síntese temática do que foi lido. Monteiro (2002, p. 210) compila seu objeto de estudo, escrevendo que

Estes meus “cometimentos” dirigiram-se, em ordem cronológica, às seguintes obras: *Corpo de Baile*, de Guimarães Rosa; *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo; *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos; *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis; *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto e *Canaã*, de Graça Aranha. Deste conjunto, apenas o segundo e terceiro mereceram publicação (Monteiro, 1988), aliás conjunta, na revista *Trópico & ciência*, da Fundação Joaquim Nabuco, de Recife.

Estes cometimentos formam os anseios monteirianos pelas escolhas literárias, na lista dos romances estudados no livro, há a resposta do critério para a seleção da Literatura. O autor separa três linhas de pesquisa pelas quais o geógrafo pode navegar. A primeira delas um compêndio formado pela prosa romanesca, alguns romances, contos ou crônicas apresentam importante abordagem geográfica, especialmente, no que tange à 'complementação ilustrativa', importante para o processo ensino/aprendizagem nas séries iniciais. Monteiro (2002, p. 210) exemplifica: "Barro Blanco, de José Mauro de Vasconcellos, uma expressiva ilustração da atividade salineira no Rio Grande do Norte".

A segunda vertente direciona-se ao estudo sobre o regionalismo literário. Neste estilo o Brasil está ricamente representado em suas diversas regiões. Contudo, para Monteiro (2002, p. 210), sobre o regionalismo, "por óbvias razões, não oferece atrativos à pesquisa. Não por que não "mereçam", mas por que – por suas próprias características – elas "dispensam" esta preocupação". Estranhamente, no rol utilizado no livro figura *Vidas Secas*, há que se dizer aqui que para Monteiro (2002), esta obra literária está distante de apenas figurar como regionalismo, está além disso, apresentando características ontológicas sobre o sertanejo nordestino. O estudo além de ser da 'mais alta qualidade', trata dos elementos físicos geográficos com tamanha maestria que a obra apresenta.

Neste sentido, é que o autor de *O mapa e trama* discorda do crítico Álvaro Lins, explicando "que o meio físico ou a paisagem exterior, no escritor alagoano constitua-se apenas numa "ambiência acidental", e seu conteúdo geográfico é da mais alta qualidade". Por este motivo, *Vidas Secas* se encaixa na terceira e última vertente apontada por Monteiro (2002) para que a Literatura seja objeto de estudo da ciência geográfica, o que ele chama de 'Alta Literatura'. Desta forma, a continuidade do último texto do livro retoma muito do que foi estudado nos outros seis ensaios. Assim, o objetivo é para Monteiro (2002, p. 213)

Sob o rótulo *O Espaço Iluminado no Tempo Volteador* eu me proponho a apresentar alguns tópicos que imagino constituam a estrutura básica da análise, e de cujo conteúdo se possam extrair algumas ilações teóricas, analíticas ou mesmo conceituais sobre as preocupações básicas do geógrafo motivado pelas componentes humanísticas na relação "espaço e cultura".

São inúmeras as abordagens elencadas em *O mapa e a trama*, o tempo volteador dos chapadões e das veredas sertanejas marcam as características do homem nordestino. E o “brincar”, não de, mas na Geografia com o lugar que ela ocupa no universo cultural e na ciência é salutar. Como escreve Monteiro (2002, p. 213), sobre o escritor João Guimarães Rosa que, ao reviver seu tempo de infância, “declarava-se arredio aos adultos, recolhendo-se às suas preferências: “estudar sozinho e brincar de geografia”. Ao associar a Geografia a uma atividade lúdica, Rosa demonstra que, para um menino solitário, “viajar” pelo mundo era atividade prazerosa”. Neste sentido, o literata demonstra sua satisfação pela observação das relações do mundo, crescendo cada vez mais o gosto por ver a Geografia de forma lúdica e a leva-la aos seus personagens, ao desenvolvimento de suas tramas e para descrever as paisagens do sertão brasileiro, bem como o de outros autores que descrevem as relações sociais urbanas, nesta formação, para Monteiro (2002, p. 219), “o caráter geográfico, dentro se sua complexidade e imprecisão de limites, é percepção que se afirma interiorizada, produzida dentro do Homem. Firma-se aqui o vínculo indissolúvel entre o “real” e o “mítico” na geografia do sertão”.

Desta forma, a Literatura pode ser o palco do mundo a ser observado pelos geógrafos, nas narrativas se constroem os lugares, as paisagens e os espaços físicos e vividos pelos personagens. Encontrar no texto literário o objeto de pesquisa para a ciência geográfica é necessária uma atenta leitura, podemos perceber a paisagem bem como compreender as relações e, ainda, colaborar na comprovação de fatos cronológicos e históricos. Porque como escreve Monteiro (2002, p. 221), “[o] Homem, ser social, vivendo num dado espaço, num certo tempo, em sua travessia lida com a realidade – moldura de sua ‘identidade’ –, e o metafísico (a sobrecoisa) – que lhe traça o ‘destino’ ”. A leitura do último ensaio de *O mapa e a trama* demonstra, além de todo o mapeamento construído na aproximação entre a Geografia e a Literatura, as tramas que constroem o percurso sociológico, político, histórico, geográfico dentre outras ciências e estudos que comprovam as alterações realizadas pelo homem no ambiente. De toda sorte, entendemos, também, a importância e a complexidade da pesquisa na Geografia, e ela pode muito bem buscar elementos comprobatórios, especialmente, na Alta Literatura.

Em todos os textos *de O mapa e a trama* há uma complementação, servindo de base em que a transcendentalidade ficcional encontrada na Literatura reverbera o mundo em dados geográficos, históricos, sociológicos e ainda aspectos da sociedade. Vale ressaltar, nas palavras de Monteiro (2002, p. 15) que “[n]ão se trataria, de nenhum modo, de substituir a análise científica pela criação artística, mas apenas retirar desta (Literatura) novos aspectos de ‘interpretação’; reconhece-la como um meio de enriquecimento”. Assim, as tramas literárias carregam em seu bojo as relações advindas entre o homem e a natureza, e o complexo que compreende a paisagem parte de um estudo destas (trans)formações, para Monteiro (2002, p. 15), “a ‘paisagem’ amplia-se e torna-se bastante complexa quando se lhe associa a ‘condição humana’ ”.

Neste sentido, os ensaios compilados no livro tratam de experiências pessoais do autor, tanto com os conteúdos geográficos quanto das percepções de um leitor assíduo e atento de literatura brasileira. De forma a compreender a necessidade da interdisciplinaridade entre os conteúdos, tanto no ensino básico, e a nosso ver, quanto no superior, porque para Monteiro (2002) esse trabalho em conjunto entre as disciplinas seria de grande utilidade já que a literatura descreve

de modo vívido, dinâmico e artístico – paisagens, modos de vida e demais problemas abordados como fatos “geográficos”. O conhecimento da realidade geográfica do nosso Nordeste tem muito a beneficiar-se daquele ciclo “regional nordestino” em nossa Literatura, para apontar um exemplo óbvio (MONTEIRO, 2002, p. 16).

Ainda de acordo com Monteiro (2002), existe uma heterogeneidade nos textos compilados para o livro, tanto cronológica quanto nos temas geográficos por eles referenciados. No primeiro bloco de textos estão abordados em assuntos geográficos as categorias lugar e espaço, a primeira, voltada às experiências do autor e a outra, ao aspecto psicológico, romanesco ao espaço vivido pelos personagens, este primeiro bloco foi produzido em dois anos 1987 e 1988, fazendo parte dos Anais de um Congresso na Fundação Joaquim Nabuco, no Recife. Depois o segundo bloco de textos, escritos muito tempo depois, somente em 1995 e 1996, se direcionam a uma abordagem ‘metageográfica’ nos romances.

A escrita de Monteiro (2002) direciona-nos trilhar os caminhos para a leitura da Literatura, essa leitura feita pelos geógrafos possibilita outros olhares para compreendermos a ciência. Assim, o autor dá uma importância muito grande para as relações ocorridas nas obras literárias, essas relações são as tramas e elas se manifestam de forma a projetar no mundo real os acontecimentos que este próprio mundo desvela, e, em um processo mimético, imita estes acontecimentos, dando vida aos personagens, aproximando-os da realidade.

Monteiro (2002) aborda sobre esta importante característica de criação literária, para tanto utiliza uma entrevista do escritor Bioy Casares. Para o argentino, a literatura é construída pela trama, é ela que conduz as experiências tidas pelos personagens, o literato escreve e as tramas se formam para dar sentido de verossimilhança às relações. Nesse sentido, Monteiro (2002, p. 24-25) explica:

Entendo que a importância conferida à trama liga-se ao fato de que ela é aquilo que, em seu dinamismo, representa a “condição humana”. A sua comunicação, o seu “tornar vida”, requer, forçosamente, à projeção dessa trama num dado espaço-tempo, um “palco” – praticável, concreto – em que qualquer trama “humana” está envolta nas malhas de diferentes espaços relacionais: social, político, econômico, cultural enfim. Para melhor estabelecer os termos da relação Geografia-Literatura, partindo desse valioso subsídio, acho que toda a urdidura complexa da ação romanesca – a “trama” – proposta pelo escritor, malgrado este dinamismo, pode vir a ser projetado nas malhas de uma estrutura espacial, figurativamente estática – o “mapa” – percebida pelo geógrafo.

A complexa urdidura relacionada à ação proposta pelo romance, ou qualquer outro texto literário, é que conduz importantes indicações para a formação e construção do título da obra monteiriana. A trama é a condição dada pelo autor para formar as relações formadoras dos acontecimentos (ir)reais que condicionam e revelam o processo histórico de construção do espaço. O mapa marca as ‘aparências’ deste espaço, seus elementos, sejam visuais sejam introspectivos do ser humano e o tempo dos acontecimentos, tentando se posicionar na explicação de categorias geográficas. Assim, Monteiro (2002, p. 25) escreve sobre o mapa “como contexto estrutural de configuração espaço-temporal do “lugar” (na concepção mais ampla) na qual se processa o dinamismo da ação, ou seja, a “trama” criada pelo escritor”. Para

o autor, este é um caminho trilhado em que melhor se desenha o encadeamento da ciência geográfica, tendo como objeto de estudo as obras literárias.

Considerações finais

A categoria, assim se constituindo, traz sentimentos, ideias e valores com novos e múltiplos olhares para a sua 'construção'. Sobre o pensamento do estudo da paisagem como significados, a ideia de Cosgrove (1998) está diretamente voltada para a pesquisa geográfica porque podemos relacioná-la com as ações humanas e nessas relações criamos aspectos muito próximos da experiência vivida com estes significados. Em sua pesquisa *Social Formation and Symbolic Landscape*, publicada em 1984, estudo baseado nas teorias de Carl Sauer, Denis Cosgrove (1998) analisa aspectos da paisagem natural em que afasta de sua percepção como sendo o entendimento resultante somente da cultura.

Para ele, a paisagem interfere na cultura, mas não é o todo, produto final, ela age apenas como formadora para sua construção. Nesse mesmo sentido, estuda a cidade de Veneza, estabelecendo proximidades com a América do Norte e, como escreve Corrêa (2011, p. 14), "a paisagem norte-americana inscreve-se em outra formação social, não sendo o resultado de uma transformação social interna, correspondendo à transição do feudalismo para o capitalismo, como é o caso de Veneza e do Vêneto". As representações das localidades analisadas pelo pesquisador trazem características que vão além da formação social a que o autor se refere, elas nos mostram também uma transformação do sistema em que está inserido. A percepção dos participantes destas representações influencia como motivadora, mesmo com visões diferentes, para a 'construção' da paisagem.

Cosgrove (1998) apresenta duas formações de paisagem social, e apesar de terem características distintas em alguns momentos elas se aproximam, caminhando no mesmo sentido em relação à formação do modo de ver a construção da relação da sociedade. Este assunto é também estudado por Name (2010, p. 177), esclarecendo que o pesquisador projeta a paisagem no sentido acadêmico, e assim analisada torna-se uma ferramenta para qualquer estudioso porque o estudo da paisagem pode se dar a partir de um método para que se possa "entender o mundo e as sociedades que, aliás, produzem, mantêm e compartilham as diversas

paisagens e suas devidas valorações. Não há de maneira alguma uma distinção entre a paisagem que é supostamente real daquela que seria mera representação”.

Para Claval (2014, p. 68), “A animação das ruas traduz os ritmos da vida coletiva”. As estruturas das residências e as formas físicas como estão dispostas as avenidas falam sobre as pessoas e sobre os grupos sociais, dando sentido para suas vidas. Contudo, ainda de acordo com o autor, é preciso saber ler a paisagem porque ela “só fala para aquele que aprender a ler. Para ver as realidades sociais, o olhar deve estar formado.” (CLAVAL, 2014, p. 69). As linhas fronteiriças das ciências devem ser rompidas, o embasamento teórico e os aportes referenciais em outras ciências ou artes podem ser buscados com o intuito de apreender a paisagem e suas densidades cartográficas, e ainda, possibilitam o embasamento em diferentes formas de leitura da categoria.

Referências

- BACHELARD, Gaston. *O direito de sonhar*. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1986.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BACHELARD, Gaston. *A Terra e os Devaneios do Repouso*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CAPEL, Horacio. *Geografia humana y ciencias sociales: una perspectiva histórica*. 2ª ed. Barcelona: Montesinos, 1989.
- CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. 4ª ed. revisada. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- CLARK, Kenneth. *Paisagem na arte*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1961.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Denis Cosgrove: a paisagem e as imagens*. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 29 (2011). p. 7-21. Janeiro-Junho, 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3528>>. Acesso em: 18/11/2013.
- COSGROVE, Denis. *Social Formation and Symbolic Landscape*. Madison: The University of Wisconsin Press, Londres, 1998 [1984]. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=NrD2-nJ52aYC&oi=fnd&pg=PR9&dq=Cosgrove&ots=CpOuelbTV8&sig=FidXUR8P8oER9YLtI8HzhIzWGc#v=onepage&q=&f=tree>>. Acesso em: 20/05/2015.
- COSGROVE, Denis. *Prospect, perspective and the evolution of Landscape idea*. In.: Transactions of the Institute of British Geographers, New Series, v. 10, n. 1, 1985. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/622249>>. Acesso em: 25/05/2015.
- DEL PICCHIA, Paulo Celso D. Histórico do ordenamento da paisagem. In: SANTOS, Douglas Gomes dos; NUCCI, João Carlos. *Paisagens geográficas – um tributo a Felisberto Cavalheiro*. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2009.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. O mapa e trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NAME, Leo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. In: *GeoTextos*. v. 6. n. 2. dez./2010.

SAUER, Ortwin Carl. Morfologia da paisagem [1925]. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia Cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

SEEMANN, Jörn. A morfologia da paisagem cultural de Otto Schlüter: marcas visíveis da geografia cultural? In: *Espaço e cultura*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ. n. 17-18, Jan/dez. 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SUZUKI, Júlio César. Espaço na crônica de Mário de Andrade – O Turista Aprendiz. In: *Geograficidade*, v. 1, n. 1, Inverno 2011.

TROLL, Carl. A paisagem geográfica e sua investigação. In: *Espaço e cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1997.

WYLIE, John. *Landscape*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2007.

REFLEXÕES SOBRE A OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES

Jonas Dias de Souza
Doutor em Geografia
Universidade de São Paulo (USP)

Resumo: o presente trabalho reflete sobre a ocupação e desenvolvimento da microrregião do Alto Solimões a partir da chegada dos europeus entre os séculos XVI e XVII. Como referencial realizou-se uma revisão bibliográfica, em busca de informações presentes nos relatos de viajantes que observaram a região, e um consolidado dos dados coletados tanto no Anuário Estatístico do Brasil entre os anos de 1908 a 2010, quanto no banco de dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). O estudo teve como objetivo discutir os processos de ocupação da microrregião considerando a fundação das primeiras missões, aldeias e vilas, seu desenvolvimento populacional, a economia extrativa e a importância da circulação comercial, bem como as condições gerais do desenvolvimento urbano-paisagístico. Como resultado das discussões, percebeu-se a necessidade de melhor contextualização da microrregião dentro do desenvolvimento da Amazônia frente a diferentes escalas regionais, nacionais e internacionais.

Palavras-chave: ocupação populacional; desenvolvimento urbano-paisagístico; microrregião do Alto Solimões; Amazônia brasileira.

Introdução

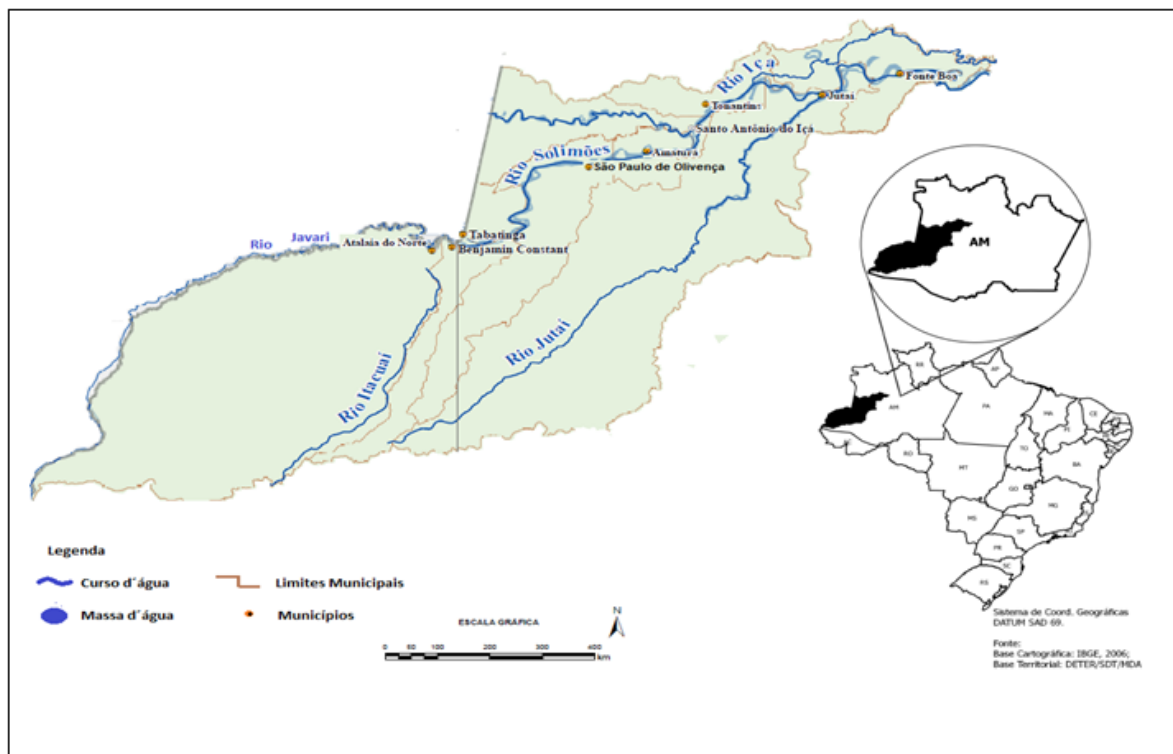
A microrregião do Alto Solimões está localizada a oeste do Estado do Amazonas, na mesorregião do sudoeste amazonense (mapa 1), e possui uma área total de 213 mil km². Cinco rios principais cortam a microrregião: o rio Solimões, como curso principal, e os rios Javari, Jutaí, Itaquai, na margem direita, e Içá e Tonantins, na margem esquerda, como seus tributários. Nove municípios se distribuem ao longo das margens e desembocaduras dos rios: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutaí, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins, somando, juntos, uma população de aproximadamente 251 mil habitantes (IBGE, 2019).

As reflexões acerca da ocupação e desenvolvimento da microrregião partem do início, sobretudo da presença portuguesa, mas também dos espanhóis na região, porquanto este momento assinala uma inflexão na ocupação e povoamento da área, nas apropriações e transformações do ambiente. Isto é, com a chegada das coroas ibéricas, o Alto Solimões

conhece outra ordem espaço-temporal que veio determinar outros rumos na evolução paisagística regional (OLIVEIRA, 2006).

De fato, a atuação inicial de missões religiosas, de militares, das tropas de resgate e de guerra, inclusive das comissões demarcadoras de limites, introduziram a microrregião na escala econômica do emergente capitalismo mercantil europeu, passando a reorientar a formação paisagística do Alto Solimões. O descimento de indígenas realizado pelas missões religiosas, por exemplo, o trabalho compulsório da mão-de-obra nativa para coleta das “drogas do sertão”, a fundação de fortes e vilas para garantir a conquista portuguesa dos “confins ocidentais” (SANTOS, 2012), e a própria instalação da Capitania de São José do Rio Negro, em 1755, provocaram o despovoamento de antigas áreas ocupadas pelos indígenas, o assentamento e crescimento em novas localidades, conformados aos interesses e necessidades da metrópole.

Mapa 1: Localização da microrregião do Alto Solimões



Fonte: Agência Nacional das Águas (2000); Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015).

Ademais, a presença portuguesa no Alto Solimões engendrou a formação de uma sociedade neo-indígena (PORRO, 1995) ou luso-amazônica (SANTOS, 2012) que, aos poucos, comungava mais com os valores e interesses do colonizador do que com os dos nativos locais, dos quais foram sendo desenraizados. Em outras palavras, as cosmovisões indígenas do mundo, as relações com a natureza circundante e, os usos e as trocas, enfim, toda uma *médiance* (BERQUE, 1994). Um sentido de evolução do meio, de uma natureza-objeto, de uma natureza mercadoria apta a ser explorada e comercializada, são paulatinamente substituídos por aqueles europeus.

Não olvidamos que, antes da chegada das coroas ibéricas, a área já havia sido ocupada por diversos grupos sociais indígenas, a exemplo dos Omáguas, Aricanas, Solimões, Iurimáguas, Ticunas, Cambebas e tantas outras etnias (PORRO, 1995; MELATTI, s/d). Estes grupos também conformaram um meio paisagístico, uma paisagem-marca de uso, conhecimento e transformações do meio que se tornaram, posteriormente, o quadro ativo, a paisagem-matriz sobre o qual veio operar a ocupação europeia (BERQUE, 1996, 2010). Contudo, sem menosprezar ou ignorar o elemento indígena, iremos concentrar as discussões sobre a ocupação e desenvolvimento centrados no colonizador europeu.

Os europeus, sem dúvida, aproveitaram e aprenderam com a experiência dos diversos grupos indígenas quando promoveram a ocupação da microrregião do Alto Solimões, pois é muito difícil permanecer ou simplesmente sobreviver num ambiente do qual não se conhece as características, condições ou particularidades do ambiente locais, e onde não se forjaram relações que potencializassem as adaptações e modificações necessárias para realmente habitá-lo. Assim, produtos coletados pelos indígenas para alimentação ou uso medicinal, além de técnicas para navegação no sistema fluvial ou os caminhos de comunicação intertribais, foram aproveitados e assimilados na formação dos aldeamentos, da economia e da população regional (PORRO, 1995; MELATTI, s/d). Os portugueses “serviram-se, sem repugnância, da alimentação do indígena” e “hábitos e costumes do nativo receberam-nos com certa simpatia”, descreveu Reis (1940, p. 113).

As adaptações necessárias realizadas por espanhóis e portugueses no novo meio sublinham uma primeira dimensão relevante no processo de ocupação e desenvolvimento do Alto Solimões, qual seja a força e particularidades dos ecossistemas naturais locais. É verdade que

os portugueses aproveitaram-se do conhecimento indígena para poderem dominar e se estabelecer na região, mas o sucesso ou vicissitude de muitos colonos na ocupação da área dependeu de uma nova aprendizagem que se adequasse às particularidades locais, ao novo tipo de ocupação e à nova localização. Esta posto que o ambiente tropical amazônico era um tipo novo de ambiente para aqueles colonizadores vindos de zonas temperadas: os modelos de agricultura europeus, por exemplo, não condiziam com o regime dos rios ou o tipo de solo encontrados e, com efeito, os viajantes que passaram pelo Alto Solimões desde os séculos XVII e XVIII nos informam que, às vezes, o sítio era tão infestado de mosquitos e formigas que tornavam quase proibitivo o assentamento e a produção agrícola, forçando o estabelecimento em outras paragens.

[...] os colonizadores logo perceberam que as condições na Amazônia estavam longe de ser ideais para o desenvolvimento de uma economia agrícola. A várzea, com sua enchentes periódicas e sua estranha vegetação, não se prestava aos modelos europeus de cultura e, para além dela, o solo das terras altas produziam colheitas decepcionantes (WEINSTEIN, 1993, p. 25).

Uma segunda questão que deve ser sublinhada para se pensar o processo de ocupação e desenvolvimento da microrregião são os imperativos vindos da incorporação da região enquanto área de fronteira (STEIMAN, 2002; ZARATE, 2008). Ou seja, a região do Alto Solimões foi disputada territorialmente por parte das coroas portuguesas e espanholas, e acabou sendo qualificada como área limite de defesa entre as duas potências colonizadoras e, posteriormente, entre os Estados nacionais independentes. Assim, situada na extremidade territorial de poderes políticos-administrativos diferentes, a microrregião simbolizava e deveria consubstanciar a defesa do território colonial-português e nacional-brasileiro frente às investidas e avanços do poder espanhol – peruano e colombiano. A construção de fortificações, os trabalhos das comissões de limites, a fundação de vilas e mesmo o incentivo para casamentos entre soldados e índias não tiveram outra razão que a defesa e manutenção do poder sobre o território (SANTOS, 2012).

Por outro lado, a microrregião enquanto fronteira constitui-se igualmente como área de contato e integração, onde o encontro e a movimentação de pessoas, a circulação e troca de mercadorias foram os responsáveis pelo ânimo e dinamização da vida no Alto Solimões. Foi

assim que no começo do século XIX a decadência geral das povoações e vilas foi contrabalanceada pelas necessidades de contato e trocas comerciais entre os diferentes territórios coloniais e, posteriormente, nacionais. Segundo Zárate (2008):

Las fundaciones coloniales de frontera sobre las riberas del Amazonas habían languidecido casi hasta desaparecer; tal es el caso de Loreto de Ticunas (...) o de Tabatinga (...). A pesar de la reducción de su tamaño, estos poblados lograron sobrevivir como lugares fronterizos de frecuente contacto entre miembros de la sociedad advenediza y los lugareños (ZÁRATE, 2008, pp. 107-108).

Em suma, este trabalho procura pensar a microrregião do Alto Solimões refletindo sobre o processo de ocupação da área pelos europeus, considerando o elemento de fronteira e as particularidades do meio amazônico regional. Assim, foram consideradas a fundação das primeiras missões, aldeias e vilas, a economia da extração de recursos locais, a importância da circulação comercial para o desenvolvimento, a dinâmica populacional e as transformações materiais da paisagem regional.

Materiais e métodos

As reflexões ora empreendidas sobre a microrregião do Alto Solimões adotam as definições e delimitações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo o qual as microrregiões geográficas são partes componentes das mesorregiões geográficas, formadas por um conjunto de municípios contíguos que “apresentam especificidade quanto à organização espacial [...] que podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares” (LIMA, 2002, s/p).

A pesquisa sobre a ocupação e desenvolvimento do Alto Solimões foi feita com base em revisões bibliográficas de monografias, dissertações, teses e livros sobre o tema, leitura e sistematização das narrativas e relatos de viajantes de passagem pela região nos séculos XVII, XVIII e XIX, e a compilação de informações do Anuário Estatístico do Brasil e do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

A propósito da revisão bibliográfica, cabe destacar que não são muitas as obras que se debruçam sobre a microrregião como um todo, sobretudo numa perspectiva histórica e geográfica, embora existam pesquisas que trabalhem realidades específicas da microrregião ou de algum município em particular. Encontram-se mais frequentemente, referências e informações em obras que abordam espaços maiores que aquele aqui delimitado para a análise, devendo-se tomar cuidado para não utilizá-los indiscriminadamente. Vale citar como importantes fontes de informação, o *Dicionário topográfico, histórico e descritivo da Comarca do Alto Amazonas* de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas (AMAZONAS, 1984), o livro de Aureliano Cândido Tavares Bastos *O vale do Amazonas* que trás um balanço descritivo do Alto Amazonas (BASTOS, 2000), a *Corografia Brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brazil* de Manuel Aires de Casal (AIRES DE CASAL, 1817) e o *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, de Antônio Ladislau Monteiro Baena (BAENA, 2004[1839]). Das publicações mais atuais, as contribuições de Carlos Zárate Botía em seu livro *Silvículas, Siringueros y Agentes Estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza em la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia, 1880-1932* (ZÁRATE BOTÍA, 2008) e a tese de doutorado de Francisco Jorge dos Santos intitulada *Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: mando metropolitano e prática de poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII* (SANTOS, 2012).

Sobre os viajantes foram consultados um total de quinze obras. São relatos, narrativas e diários de viagens cujas finalidades, conteúdos e opiniões se diferenciam de autor para autor. A leitura dos relatos dos viajantes⁸ foi feita principalmente para apreender a evolução da ocupação da microrregião até o século XIX, mas sobre os relatos cabem algumas observações: primeiro, estes diversos relatos são obras historicamente datadas, reproduzindo muito dos pré-conceitos e visões de mundo do tempo em que foram escritos; segundo, viajando exclusivamente em embarcações, os autores observam e visitam basicamente as margens e as povoações dos rios principais e afluentes, embora alguns realizem incursões mais adentro da várzea ou nas terras firmes. Consideradas estas particularidades, deve-se atentar para não reproduzir julgamentos e preconceitos da época, e tentar extrair aquilo de mais objetivo pode ser apreendido em suas obras. Assim, foi realizada uma leitura em ordem cronológica das viagens, começando em 1542 com a viagem de Francisco de Orellana e terminando em 1888

⁸ Aqui se denomina relatos de viagens as diferentes formas com que foram registradas as expedições para o Alto Solimões.

com os relatos de Alfred Mars, para que fosse possível apreender evoluções em longo prazo da microrregião; por outro lado, foram anotadas as descrições dos locais por onde foram registrados a existência de construções ou o uso da biodiversidade local e regional.

Por fim, foi realizada coleta nos dados constantes do Anuário Estatístico do Brasil e no SIDRA, que serviu de base na reflexão sobre o desenvolvimento ocorrido nos séculos XX e XXI uma vez que, são escassas as obras que focam no desenvolvimento do Alto Solimões neste período, dentro do contexto geral da Amazônia. Em relação aos Anuários Estatísticos, foram revisados aqueles publicados entre os anos de 1908 a 2017 (com exceção dos anos entre 1913 a 1935, quando a série foi suspensa) e toda a informação referente aos municípios do Alto Solimões foi tabelada. Devido à falta de continuidade de pesquisas sobre o mesmo tema, muitas das informações são fragmentadas, dificultando comparações mais abrangentes, ainda assim, os dados nos dão uma ideia, pequenos retratos de como se processaram as dinâmicas da microrregião nos séculos mencionados.

Uma última observação sobre o material de pesquisa deve ser feita, os relatos das viagens, os anuários estatísticos e os dados do IBGE são de naturezas diferentes e cobrem períodos específicos de desenvolvimento da área delimitada para este estudo. Os relatos são de ordem qualitativa e subjetiva, enquanto os dados estatísticos são quantitativos e objetivos. Embora alguns relatos reproduzam levantamentos oficiais sobre população e comércio, suas características principais são as descrições dos lugares, levantamento de recursos e as estimativas aproximadas do número de casas e habitantes. Os relatos são também mais abundantes a partir do século XIX. Já as informações dos anuários começam a ser sistematizadas no início do século XX e retratam a realidade do Alto Solimões e seus municípios na abstração dos números e tabelas, nada revelando acerca do contexto paisagístico da região. Logo, este trabalho tem um caráter de aproximação inicial do tema, sob uma compilação de dados da ocupação e desenvolvimento geral da microrregião do Alto Solimões, longe de ser uma análise sistemática completa de fenômenos e processos que se desenrolaram na região.

A ocupação europeia

Os europeus começaram a chegar à região do Alto Solimões a partir do século XVI, desde a expedição de Francisco de Orellana em 1542, porém, a conquista e a ocupação (espanhola e portuguesa) da área somente ocorreu de fato nos séculos seguintes, por meio da atuação de missões religiosas e expedições oficiais de reconhecimento e domínio.

Tanto do lado da coroa espanhola quanto da portuguesa, as missões religiosas concorriam com as forças militares no domínio do território amazônico, num projeto de “dilatarse a fé e o império” (FRAGOSO, 1992). Na Amazônia ocidental, desde as margens do rio Solimões até a desembocadura do rio Negro, o padre Samuel Fritz fundou as primeiras missões religiosas em nome da coroa espanhola, ainda na segunda metade do século XVII. Destinadas ao descimento e catequese dos indígenas (Omáguas, Jurimaguas, Aisuares e outros), Fritz fundou um total de vinte e oito missões, dentre elas as missões de São Paulo Apóstolo, Nossa Senhora do Guadalupe, São Cristóvão, Santa Tereza de Tefé e Sant’Ana do Coari (atualmente, os municípios de São Paulo de Olivença, Fonte Boa, Amaturá, Tefé e Coari, respectivamente) (REIS, 2006, p. 133).

O domínio da área foi motivo de disputa entre Portugal e Espanha. Apesar dos esforços e trabalhos pioneiros do padre Fritz em favor da Espanha, o domínio da bacia do Alto Solimões fica na mão dos portugueses. Antes mesmo da fundação das missões jesuíticas espanholas, o capitão Pedro Teixeira já havia fundado, no ano de 1639, nas proximidades do rio Napo, a aldeia Franciscana ou Aldeia do Ouro num esforço de expandir as fronteiras com a coroa espanhola para oeste (PINTO, 2006; MEIRELLES FILHO, 2009). Nas décadas seguintes, expedições militares, tropas de resgate e missões religiosas portuguesas percorriam o Solimões e afluentes reivindicando a posse do território para Portugal.

No século XVIII, tendo em vista o princípio do *uti possidetis* e procurando garantir o domínio sobre a área, a coroa portuguesa promove uma política de assentamentos e construção de fortificações de forma a controlar o acesso e circulação em tão vasta região. Os portugueses também garantiram a posse através da presença crescente do poder estatal, inicialmente por meio das missões e comissões demarcadoras de limites, até culminar, em 1755, com a instalação da Capitania de São José do Rio Negro. Assim, segundo sistematização de Santos (2012), na segunda metade do século XVIII, a Capitania contava com 57 núcleos coloniais; se

considerarmos os assentamentos nos rios da microrregião do Alto Solimões, identificados conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Núcleos coloniais no Alto Solimões na segunda metade do século XVIII

Assentamentos	Denominação
Povoações	Espirito Santo de Tonantins
Vilas	Olivença São José do Javari
Lugares	Fonte Boa Castro de Avelans
Aldeamentos	São Francisco Xavier de Tabatinga São Fernando do Içá
Estabelecimentos militares	Fortaleza de São Francisco Xavier de Tabatinga

Fonte: Santos (2012).

Alguns assentamentos na microrregião foram incorporados a outras jurisdições: as aldeias de São Mathias e São Pedrono rio Solimões, por exemplo, que existiam até 1775, foi incorporada ao lugar de Castro de Avelans (Amaturá) e a vila de Olivença (São Paulo de Olivença), nesta ordem (SANTOS, 2012).

Na prática, a ocupação do Alto Solimões teve que conjugar a posição estratégica dos assentamentos, já que configurava-se como área de fronteira (indefinida) com os territórios coloniais espanhóis e deveria marcar a presença do poder português, com as características naturais dos sítios escolhidos: a geomorfologia, a dinâmica hidrológica ou a própria vida animal local. A Fortaleza de São Francisco Xavier de Tabatinga foi um caso da dificuldade de adaptação: o forte foi construído na margem setentrional do rio Solimões, próximo a foz do rio Javari (SANTOS, 2012; BARROS, 2013) e controlava a circulação de expedições e embarcações comerciais, pondo a outra banda do rio “ao alcance de uma bala de espingarda” (AMAZONAS, 1984, p. 194). Porém, o fenômeno regional das terras caídas, que solapam as margens do rio Solimões, pôs fim aos esforços de estabelecer uma fortaleza permanente no local: o forte foi destruído pelo menos duas vezes pela erosão das margens, a última delas no ano de 1932 (SILVA, 2011; COSTA, 2015). Vale ressaltar também o caso de Amaturá (Castro de

Avelans): antigamente uma das seis missões do padre Samuel Fritz, o assentamento mudou seis vezes de lugar, “ocasionadas todas essas mudanças pela praga de piú e carapana, de que todavia não se podia ferrar” (AMAZONAS, 1984, p. 118).

Desenvolvimento populacional, econômico e paisagístico

De modo geral, entre os séculos XVIII e XIX, a microrregião do Alto Solimões cambaleou entre momentos de maior desenvolvimento, especialmente depois da instalação da Capitania de São José do Rio Negro, até uma estagnação, um quase abandono, principalmente em termos materiais.

Com a criação da Capitania, houve um aumento da população das vilas e aldeias, em grande parte devido ao incremento de descimento de indígenas. A respeito, Santos (2012) afirma:

Sobre o crescimento populacional das povoações da Capitania do Rio Negro pode-se afirmar que, de 1761 até 1777, as operações de descimento foram intensificadas, pois, pelos dados disponíveis, pode-se contar cerca de 90 grupos indígenas descidos para as povoações lusitanizadas. Contudo, Regina C. Almeida, observa que o ‘crescimento vertiginoso deu-se entre 1764 e 1774’, quando um grande número de povoados foi fundado (SANTOS, 2012, p. 127).

Continua o autor, destacando São Paulo de Olivença e Fonte Boa:

Não obstante a média populacional das povoações ter se mantido no mesmo patamar durante o período em análise (...) era comum a variação no percentual de crescimento da população em povoados da mesma região, sem nenhuma explicação para isso. **Entre 1764 e 1774, por exemplo, no alto rio Solimões, Olivença que era um grande centro, cresceu em 18% e Fonte Boa, 218,4%** (SANTOS, 2012, pp. 127-128 - grifo nosso).

Por outro lado, as Comissões para demarcação de limites recrutavam a população indígena das vilas para trabalharem no serviço real, despovoando-as de seus habitantes. Como diz Santos (2012), o “projeto de civilização do indígena”, operada pelos missionários nas aldeias e vilas, competia com o projeto de demarcações de limites.

Na virada do século, acontece um recuo populacional em toda a Capitania do Rio Negro, depois Província do Amazonas⁹. Em seu *Ensaio Corográfico* editado em 1839, Baena (2004) registra o descréscimo na população de ano a ano: dos 34.692 habitantes em 1821, dez anos mais tarde, cai para 16.213 habitantes. Lourenço da Silva Araújo e Amazonas também registra o “estado de retrogradação” da população em relação aos anos finais do século XVIII: “de cerca de 30.000 fogos, aos quais por forma alguma podiam corresponder menos de 100.000 almas, restam apenas de 4.500 com cerca de 40.000” (AMAZONAS, 1984, p. 32).

Na microrregião, São Paulo de Olivença, Fonte Boa, Tabatinga e Amaturá conheceram a mesma redução na população. Nas anotações de Baena de 1833, dos 180 fogos de Amaturá, restavam apenas 10; em Fonte Boa, onde havia 200 fogos em 1776, remanesciam apenas 35; em São Paulo de Olivença, cuja população havia sido a maior do Alto Solimões, “entrou em decremento no ano de 1778 em diante: e hoje forma-se de 9 homens brancos, 10 mulheres brancas, 68 mamelucos, 51 mamelucas, 105 índios, 121 índias, 29 mestiços livres, 37 mulheres desta raça, 11 escravos, e 4 escravas” (BAENA, 2004, pp. 310; 312; 319).

Algumas centenas de indígenas, de diversas etnias, compunham a maior parte da população que habitava as aldeias e vilas (MELATTI, s/d; AMAZONAS, 1984), mas havia também negros escravizados, missionários, portugueses, luso-brasileiros e uns poucos estrangeiros dedicados ao comércio. Esta população se ocupava especialmente da extração de produtos da floresta, da pesca e do trabalho de construção das vilas e embarcações.

Além daqueles produtos que atendiam as necessidades diárias dos moradores, a extração de salsaparrilha, cacau, cravo, baunilha, óleos vegetais e animais, pirarucu, manteiga e ovos de tartaruga ganhavam destaque pois eram comercializados nas vilas e trocados em Manaus e Belém por produtos importados. De fato, ainda no século XVIII, La Condamine fica surpreso ao encontrar produtos da Bretanha “no meio daqueles desertos”:

[...] camisas de pano de Bretanha sobre todas as mulheres índias, malas com fechaduras e chaves de ferro em suas casas, e por achar aí agulhas e pequenos espelhos, facas e tesouras, pentes, e diversos outros utensílios da

⁹ Em 1821, as antigas Capitanias tornam-se Províncias. O Amazonas tornou-se Província autônoma do Pará em 1850, com o nome de Província do Amazonas.

Europa, que os índios obtêm todos os anos no Pará, nas viagens que fazem até lá para levar o 'cacau' [...] (LA CONDAMINE, 2000, p. 76).

A circulação comercial, a propósito, foi muito importante para inserir a microrregião na escala de relações extralocais, dinamizando a vida nas povoações. Não era bem uma inserção inédita porquanto circuitos comerciais já se estabeleciam na Amazônia antes da chegada dos europeus entre diferentes etnias indígenas, e depois, com a inserção do agente colonizador (PORRO, 1995). No caso do Alto Solimões, as embarcações de comércio movimentavam as combalidas aldeias e vilas e tiravam a microrregião do isolamento relativo, inserindo-a numa lógica escalar que ligava aos circuitos comerciais do velho mundo. Tal inserção e escalas foram intensificadas no século XIX. Assim, as vilas do Alto Solimões, bem como as povoações peruanas de Iquitos, Loreto, Moyabamba, abasteciam as embarcações com produtos extraídos da floresta para serem comercializados em Manaus e Belém. Por outro lado, eram importados, conforme listagem de Tavares Bastos (2000, p. 117) armamentos, carnes salgadas, ferragens, louça, papel, pólvora, sabão, tabaco, vinagre, vinho.

Robert Avé-Lallemant, passando por Tabatinga na segunda metade do século XIX, nos dá um testemunho interessante da movimentação de pessoas e mercadorias que aconteciam no local. Quando chega à localidade, o viajante reúne-se com peruanos, franceses, húngaros, alemães e um norte americano, dedicados ao contrabando e ao comércio dos produtos de extração local. Descreve também a movimentação do porto:

Assim que o vapor encosta, os peruanos vão imediatamente para bordo, para ver quem chega e o que traz. No dia seguinte, começam então os negócios com grande animação; porque o vapor só demora três dias, dentro dos quais todos têm de ser feitos. Nesse entretanto, procede-se ao mesmo tempo à carga e à descarga; os fardos de tecidos ingleses dão lugar aos pacotes de chapéus-do chile, e os rolos de salsaparrilha substituem os barris de vinho. Fala-se espanhol, português, inglês, francês e até alemão, embora não se reúnam mais de 20 negociantes [...] (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 184).

Submetida à lógica de circulação e comércio que atendiam as necessidades extralocais, os produtos da floresta foram cada vez mais intensamente explorados e começaram, então, a

apresentar sinais de esgotamento. A situação não passou despercebida por Paulo Marcoy, astuto observador que criticava a imprevidência com que eram explorados os recursos da floresta. Marcoy sublinha a diminuição na quantidade de resinas, bálsamos, gomas, plantas têxteis, de tinturas e medicinais, das tartarugas e da salsaparrilha. Falando sobre a exploração dos peixes, diz Marcoy: “Durante muito tempo os índios só pescavam para obter seu próprio alimento; o homem branco veio e começou a pescar tanto para se alimentar como para aquilo que se chama *as necessidades do comércio*. Dessa dupla demanda e dos meios destrutivos empregados durante mais de dois séculos resultou uma assustadora dos cetáceos e dos peixes do rio” (MARCOY, 2006, p. 188).

Todo esse contexto populacional, fronteiriço e comercial consubstanciou com o meio amazônico uma paisagem material composta de choças, casas de taipa cobertas de folhas de palmeira, igrejas, armazéns, portos e fortificações. Entretanto, os edifícios encontravam-se em sua maioria destruídos ou avariados, o que levava observadores como Francis de Castelnau (1851), Paul Marcoy (2006) ou Avé-Lallemant (1980) a adjetivar as vilas de miseráveis, lúgubres e terríveis. Talvez o olhar do viajante europeu, acostumado com as cidades do velho mundo, não fosse totalmente isento ao descrever e julgar o estado das construções, mas em geral os edifícios que registram estão mal acabados, em ruínas ou abandonados.

No começo do século XIX, Spix (1981, p. 198) vê em Tabatinga ruínas de um “belo edifício, construído pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, fundada no tempo de Pombal, para sua filial”. Também “em ruínas, ou pouco falta para ela, o forte brasileiro de Tabatinga”, descreve Marcel Monnier já no final do século, em 1880: “e quanto as construções, apenas uma é habitada; as outras duas não têm nem janelas nem teto, e através de suas aberturas se percebe a floresta vizinha que invadiram os escombros” (MONNIER, 1890. p. 7). Ainda sobre o forte de Tabatinga, não foi sem certa ironia que o casal Agassis assevera: “quando se olha para os dois ou três pequenos canhões em bateria sobre o rio, a casa de taipa que constitui o posto e os cinco ou seis soldados preguiçosamente deitados à sua sombra, tem-se bem o direito de não considerar a fortificação como formidável” (AGASSIZ, 2000, p. 208).

A situação repetia-se em Amaturá, Fonte Boa ou São Paulo de Olivença. Este, São Paulo de Olivença, que outrora já havia sido considerado a corte do Solimões (SAMPAIO, 1825) mas “agora, porém, parece inferior ao presídio de fronteira de Tabatinga”, sentenciava Spix e Martius (1981, p. 202). Nas palavras de Avé-Lallemant:

Essa povoação não fica a mais de 80 pés sobre o rio e é miserável, acima de toda descrição. Não tem uma só casa que preste. Todas de barro pardacento, cobertas de palha, feitas aos pedaços e de remendos. A mais feia de todas é a igreja. Nem ao menos tem uma porta. Durante a semana pregam algumas ripas no umbral, para que o gado não tome a igreja por estábulo aberto e se refugie dentro (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 174).

As imagens 1 e 2 abaixo nos ajudam a ter uma ideia de como era a paisagem no início do século XIX. Nas imagens, é possível distinguir as escadarias rústicas dando acesso ao terreno mais alto, onde ficavam as povoações, uma cruz no alto de uma construção, denunciando a presença de uma igreja, as casas na beira da mata e a bandeira hasteada marcando território.

Imagem 1: São Paulo de Olivença no início do século XIX



Fonte: Spix (1981).

Imagem 2: Tabatinga no início do século XIX



Fonte: Spix (1981).

A formação da paisagem da microrregião do Alto Solimões deve ter sofrido também os impactos de três acontecimentos muito relevantes para o desenvolvimento geral da Amazônia, das quais, ainda nos falta melhor compreensão para correlacioná-las às dinâmicas da microrregião: a introdução do barco a vapor, a Revolta da Cabanagem e a economia da borracha.

A Cabanagem agitou o governo da região amazônica, com a tomada de Belém e Manaus pelos revoltos e levantes por todo o interior (WEINSTEIN, 1993). A data das agitações, por volta dos anos de 1830, coincide com o período em que a população da microrregião diminuiu e que as vilas estão estagnadas e em estado de abandono.

Porém, se por um lado, a Cabanagem pode estar relacionada com o momento mais deprimido do desenvolvimento da microrregião, por outro, o barco a vapor e a economia da borracha operaram num período de retomada do desenvolvimento do Alto Solimões, já na segunda metade do século XIX. De fato, se compararmos a população de 1840 com aquela de 1865, com base nos registros de Amazonas (1984) e Bastos (2000), notamos uma breve recuperação nos números: a população de Fonte Boa cresce de 600 para 651, São Paulo de Olivença, de 950 para 1007 e Tabatinga, de 496 para 624 habitantes. Concomitantemente, apesar de serem estatísticas gerais para a Província do Amazonas, os números sobre a renda da exportação da goma elástica na região sobem mais de 5.000 por cento¹⁰ (BASTOS, 2000).

Na microrregião do Alto Solimões, especialmente na fronteira peruana do vale do Javari, a extração do látex ganha força no final do século XIX (WEINSTEIN, 1993) e gera consequências relevantes em termos urbanos. A intensificação da exploração ocasionou a ascensão de Remate de Males (depois Benjamin Constant, fundado em 1898) e uma diminuição da

¹⁰ As rendas sobem de 9:496\$000 contos de reis em 1853, para 511:980\$000, em 1863 (BASTOS, 2000).

importância de Tabatinga – bem como, Letícia e Loreto, seus congêneres peruanos. Analisando as consequências da economia cauchera na fronteira do Brasil com o Peru, Zárate Botía (2008) observa o deslocamento do eixo fronteiro entre Brasil e Peru para o sul, de Tabatinga-Letícia-Loreto para Remate de Males-Nazaret-Cabalococha. Segundo o autor:

Este deslocamento da fronteira chama a atenção e explica o porquê das causas que condenaram estes últimos povoados [Tabatinga, Letícia e Loreto] a um papel secundário, em comparação com os primeiros [Remate de Males, Nazaré e Cabalococha], durante grande parte da época de extração da goma. As supostas vantagens locais de Tabatinga e Letícia, que estavam chamadas a ser fundamentais no controle estatal do comércio de produtos de exportação e importação por serem os pontos externos extremos do Brasil e Peru sobre o Amazonas, não resultaram ser as mais favoráveis para uma economia que, como a das gomas elásticas, se caracterizava precisamente por seu pouco apego e respeito as autoridades fiscais ou a normas governamentais (ZÁRATE BOTÍA, 2008, p. 150).

Retratos do desenvolvimento no século XX e XXI

Nas primeiras duas décadas do século XX, segundo os dados da Revista da Associação Comercial do Amazonas, reproduzidas por Antonio Loureiro (2008), a produção de borracha nas bacias dos rios Solimões, Jutaí e Javari oscilou entre momentos de crescimento e de declínio (quadro 2). Se compararmos este quadro com aquele da evolução da população de três municípios da microrregião, Benjamin Constant, Fonte Boa e São Paulo de Olivença, compilados a partir do Anuário Estatístico do Brasil, veremos o aumento da população absoluta das três cidades entre os anos de 1907 a 1912. Cabe sublinhar os municípios de Fonte Boa e São Paulo de Olivença, os quais cresceram em termos percentuais mais que a capital Manaus (quadro 3): assim, enquanto Manaus cresce 12%, Fonte Boa e São Paulo de Olivença crescem 15 e 52% respectivamente.

Associar rapidamente o crescimento da população com a produção da borracha na microrregião, entretanto, pode se mostrar falacioso. São precisos mais dados para correlacionar corretamente os dois fenômenos. Mas, infelizmente, os Anuários Estatísticos não trazem mais informações para o período que possam nos ajudar a pensar a dinâmica da microrregião em relação à economia da borracha.

Quadro 2: Borracha de produção do Amazonas entrada no porto de Manaus, por bacia hidrográfica (em quilogramas)

Ano / Bacia	Solimões	Jutaí	Javari
1909	849.074*	225.132	1.623.951
1910	1.070.637	384.048	1.450.973
1911	864.789	286.644	1.419.067
1912	1.149.823	312.077	1.348.302
1913	612.086	183.047	817.615
1914	753.957	262.306	670.390
1915	1.150.505	228.345	659.320
1916	1.174.470	228.746	729.531

*Inclui a produção do Japurá em 1909

Fonte: adaptado de Loureiro (2008).

Quadro 3: Evolução da população para três municípios da microrregião do Alto Solimões (1907 – 1912)

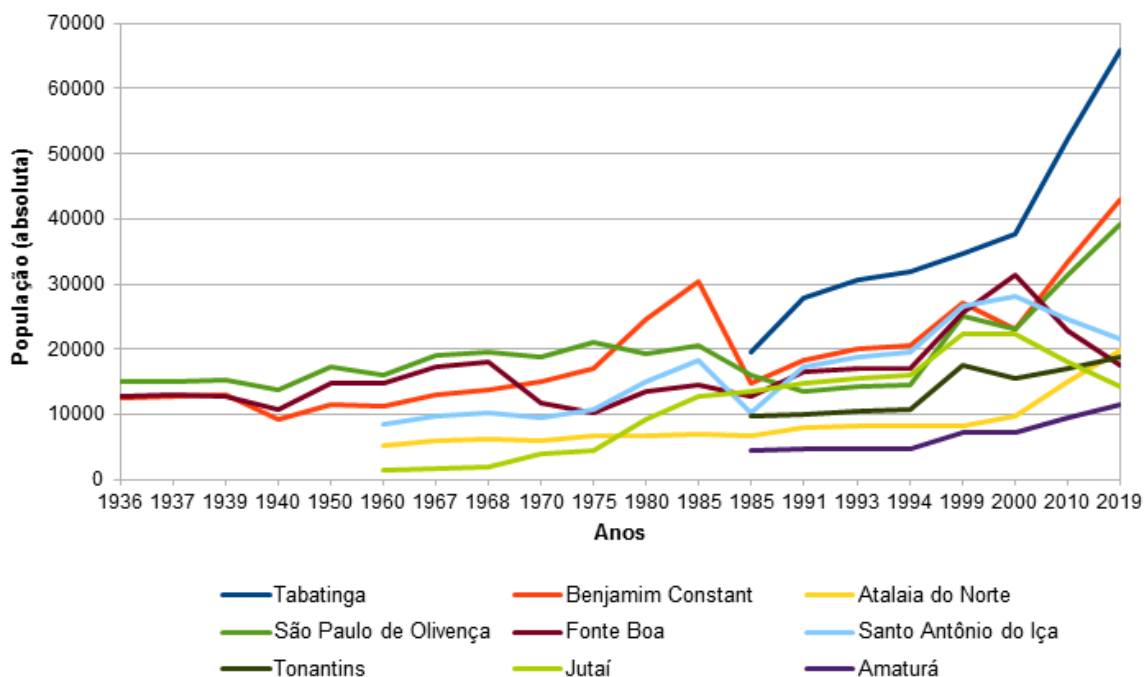
Município/Ano	1907	1908	1909	1910	1911	1912	Crescimento 1907- 1912
Benjamin Constant	4.505	4.572	4.641	4.710	4.781	4.853	7,72%
Fonte Boa	2.500	2.720	2.958	3.218	3.501	3.808	52,32%
São Paulo de Olivença	9.922	10.205	10.495	10.794	11.101	11.417	15,06%
Manaus	72.110	73.792	75.513	77.277	79.082	80.931	12,23%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1908–1912).

Os dados sobre a população são os mais completos que o Anuário Estatístico do Brasil apresenta para a microrregião, ou seja, existem informações para quase todas as décadas do século XX, salvo aqueles dos anos 1913 a 1935. Analisando o gráfico construído a partir dos dados (gráfico 1), podemos observar variações em conjunto dos municípios assim como particularidades entre as cidades. Deve-se notar a não padronização no intervalo de tempo entre os anos e a repetição do ano de 1985, pois se registra a população antes e depois da emancipação política dos municípios. Vejamos:

São Paulo de Olivença, Fonte Boa e Benjamin Constant conhecem uma queda da população nos anos de 1940, mas se recuperam nos anos seguintes. Nas décadas de 1960 até o ano de 1985, os municípios da microrregião, com exceção de Fonte Boa, possivelmente cresceram em consequência das ações do Estado para integração e desenvolvimento da Amazônia. No momento posterior, os municípios têm suas populações diminuídas com o ganho de autonomia administrativa de Amaturá, Tabatinga e Tonantins. A partir daí, nos anos de 1990, a população para o conjunto dos municípios aumenta para, em seguida, já nas primeiras década do século XXI, apresentar tendência de queda em Fonte Boa, Jutai, e Santo Antônio do Içá enquanto nas outras cidades continuar crescendo.

Gráfico 1: População da microrregião do Alto Solimões (1936 – 2019)



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1936 – 2010 (IBGE, 2019).

Chama a atenção os casos particulares de Fonte Boa que nas décadas de 1960 e 1970 não acompanha a tendência geral dos municípios; o aumento mais acentuado de Benjamin Constant, Jutai e Santo Antônio do Içá entre os anos de 1975 e 1985; e a disparada do crescimento populacional de São Paulo de Olivença, Tabatinga e Benjamin Constant a partir dos anos 2000, crescendo 71%, 74% e 85%, respectivamente.

O Anuário Estatístico do IBGE traz ainda outros números para os municípios da microrregião, a exemplo da discriminação do tráfego aéreo comercial, do movimento marítimo de entrada e saída de embarcações e do comércio exterior. Os dados, porém, cobrem somente alguns anos, nos mostrando apenas momentos no desenvolvimento geral da microrregião. O mais interessante do conjunto dos dados, entretanto, é em primeiro lugar, notar a predominância de Benjamin Constant em relação aos outros municípios no caso do tráfego aéreo (entre os anos de 1941 e 1947, a cidade alcança os maiores valores de chegada e partida de aeronaves e de carga carregada e descarregada) e, em segundo lugar, a maior exportação em toneladas, nos anos de 1971 e 1972, em relação a Tabatinga, nos anos de 1982, 1983 e 1984.

Atualmente, a extração de produtos vegetais continua sendo umas das principais atividades econômicas da população, o valor da produção alcançando a casa dos cinco milhões de reais (IBGE, 2018). Contudo, em comparação com aqueles do século XIX, outros produtos figuram na lista dos mais extraídos. Em quantidade produzida, ocupam os primeiros lugares a extração de lenha (15.990 m³), de madeira em tora (2.900 m³), de açaí (1.189 toneladas), castanha-do-pará (371 toneladas) e borracha (látex coagulado) (36 toneladas). Em termos de valor de produção a ordem se inverte: o açaí ocupa o primeiro lugar (R\$ 3.332.000,00) seguido pela castanha-do-pará (R\$ 1.127.000,00), pela madeira em tora (R\$ 190.000,00), a borracha (R\$ 170.000,00) e por último pela extração de óleo de copaíba (R\$ 114.000,00), dados do IBGE (2018).

Além dos já citados, outros produtos de extração vegetal compõem o universo de aproveitamento da biodiversidade local e regional. Em pesquisa¹¹ recente, ainda em andamento, feitas nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte, a

¹¹ Projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).
DA GEOGRAFIA À AMAZÔNIA

extração e venda de mapati (*Pourouma cecropiifolia*), camu-camu (*Myrciaria dubia*), jambu, tucumã (*Astrocaryum vulgare*), ingá e cubiu (*Solanum sessiliflorum*) têm se revelado importante ao garantir renda mínima ao longo do ano, além de contribuir para a segurança alimentar da população local, principalmente a população indígena.

A extração de produtos naturais divide espaço hoje com a produção na agricultura familiar de mandioca, banana, melancia, abacaxi, açaí, mamão, cana-de-açúcar, maracujá, arroz, laranja, dentre outros, com um total de 4.232 hectares de área plantada (IBGE, 2018).

À guisa da conclusão, cabem algumas considerações em termos urbano-paisagísticos. Em sua totalidade, os nove municípios da microrregião apresentam baixos índices relativos à distribuição da rede de água e esgoto, pavimentação das vias e iluminação pública. Na paisagem, as construções são em grande parte de alvenaria, de um e dois andares, mas é fácil observar casas construídas de madeira, principalmente a paxiuba (*Socratea exorrhiza*) ou maçaranduba (*Manilkara spp*). As igrejas e os seminários constituem peças importantes da paisagem das cidades, com destaque para os casos da igreja de São Cristóvão em Amaturá, de São Paulo Apóstolo, em São Paulo de Olivença e a igreja Nossa Senhora do Perpétuo do Socorro, em Tabatinga.

Com o estado de ruínas e destruição das construções dos séculos XVIII e XIX, pouco resta identificado como patrimônio material pertencentes à história e cultura dos municípios ligados a estes séculos. Com efeito, foram identificados apenas três bens materiais tombados dentre os nove municípios: primeiro, a Igreja dos Santos Anjos da Guarda em Tabatinga (Lei Orgânica Municipal, ADT, art. 15); segundo, o Hotel de Trânsito dos Militares, também em Tabatinga (Lei municipal nº 654/2013); e terceiro, o complexo do antigo colégio São Cristóvão, em Amaturá (Lei Orgânica Municipal, art. 300), tombada pela Lei Orgânica em 1994.

Considerações finais

Este trabalho procurou refletir sobre as linhas gerais de ocupação e desenvolvimento da microrregião do Alto Solimões nas suas dimensões históricas e geográficas. Tendo em vista as particularidades do meio amazônico e a configuração enquanto área de fronteira, partindo da chegada dos europeus na microrregião no século XVI para então reconstruir o processo de

desenvolvimento da região até o século XXI. Foram notados momentos de crescimento e diminuição da população, a exploração de certos produtos naturais da floresta e dos rios, diferente dos séculos XVIII e XIX para aqueles dos séculos XX e XXI, viu-se a importância da circulação comercial para o ânimo das vilas do século XIX, bem como as condições urbano-paisagísticas das cidades, durante o período considerado.

Contudo, o processo de ocupação e desenvolvimento não foi isento de conflitos e contradições. A luta dos povos indígenas para manter sua liberdade e seu território, os conflitos com madeireiros e garimpeiros, as restrições ambientais de caça e pesca em desacordo com os antigos costumes locais são ainda alguns dos enfrentamentos que caracterizam a microrregião. Basta lembrar, por exemplo, o episódio conhecido como “Massacre da Boca do Capacete” onde índios Ticuna foram atacados por homens armados, a mando de madeireiros, resultando na morte e desaparecimento de dezesseis indígenas.

Analisar o processo de ocupação e desenvolvimento da microrregião, entretanto, requer sua melhor contextualização dentro da própria Amazônia e frente a diferentes escalas regionais, nacionais e internacionais. Quer dizer, é preciso entender o Alto Solimões inserido em processos maiores de desenvolvimento da Amazônia cujas escalas ultrapassam os limites estreitos definidos para a microrregião.

O fenômeno de fronteira, por exemplo, tem influência sobre a migração da população indígena bem como na evolução econômica dos municípios (MOTTA, 2011; FAULHABER, 2012). A proximidade ou distância com a fronteira poderia contribuir para explicar a situação de municípios como Jutai, Santo Antonio do Içá e Fonte Boa, mais a jusante no rio Solimões, em relação a Tabatinga ou São Paulo de Olivença, mais a montante e próximos a fronteira.

A influência das redes de comércio, navegação e circulação peruanos no espaço transfronteiriço também contribui no entendimento das diferentes dinâmicas entre as cidades. De fato, Bruno Caldas Machado (2014) mostra como a formação de uma região transnacional entre Brasil, Colômbia e Peru, polarizada por Iquitos (Peru) é responsável pela dinâmica espacial nos municípios do Alto Solimões.

Enfim, seja como for, certo é que a microrregião do Alto Solimões possui várias questões ainda a serem esclarecidas e corretamente entendidas, demandando esforço nos próximos anos para sua elucidação.

Referências

- AGASSIZ, Jean Louis Rodolph. *Viagem ao Brasil 1865 -1866*. Tradução e notas de Edgar Sussekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- AIRES DE CASAL, M. *Corografia brasílica ou relação histórico geográfica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua Majestade fideíssima por hum presbitero secular do Gram Priorado do Crato*, 1817.
- AMATURÁ. Lei Orgânica de Amaturá. Amaturá. *Serviço de Portaria da Câmara Municipal de Amaturá*, 1994.
- AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. *Dicionário topográfico, histórico, descritivo do Alto Amazonas*. Manaus: GRAFIMA, 1984.
- AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. *Região Hidrológica Amazônica*. Brasília, 2000. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-spr/mapas-regioes-hidrograficas/amazonica-para-site-ana-a0.pdf>
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas*. Tradução Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- BAENA. Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- BARROS, Carlos Augusto de Castro. *No limiar dos impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c. 1780-c1820)*. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em história social. São Paulo, USP, 2013.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questão fiscais do vale do Amazonas*. Prefácio de Oscar Tenório. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 2000.
- BERQUE, Augustin. *Paysage, milieu, histoire*. IN: BERQUE, Augustin (org). *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Paris, Champ Vallon, 1994.
- BERQUE, Augustin. *Thinking through landscape*. Translated by Anne-Marie Feenberg-Dibon. New York: Routledge, 2013.
- CALDAS MACHADO, Bruno. *A região transnacional entre Brasil, Colômbia e Peru como escala de análise para a tríplice fronteira*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Amazonas. Manaus, UFAM, 2014.
- COSTA, Graciete Guerra da. *Fortes portugueses na Amazônia brasileira*. Tese (pós-doutorado), Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Relações Internacionais. Brasília, UNB, 2012.
- FAULHABER, Priscila. A dinâmica Ticuna e as fronteiras. In: SILVA, Sidney Antonio da. *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec; Manaus: Fapeam, 2012.
- FRAGOSO, Hugo. A era Missionária (1686 – 1759). IN: HOORNAERT, Eduardo. *História da igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1908 – 2018.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem na América Meridional descendo o rio Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000.

LIMA, Maria Helana Palmer (org.). *Divisão territorial brasileira*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria Geral de Geociências, Departamento de Geografia, Departamento de Estruturas Territoriais, 2002. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf. Acessado: agosto 2019.

LOUREIRO, Antonio. *A grande crise*. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Trad., introd. e notas de Antônio Porro. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Caderno territorial: mesorregião Alto Solimões – AM*. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-spr/mapas-regioes-hidrograficas/amazonica-para-site-ana-a0.pdf>

MEIRELLES FILHO, João. *Grandes expedições à Amazônia brasileira*. São Paulo: Metalivros, 2009.

MELATTI, Julio Cesar. *Notas para uma história dos brancos no Solimões*. Disponível em www.juliomelatti.pro.br/artigos/a-solimoes.pdf. Acessado em agosto de 2019.

MENEZES, Maria Lucia Pires. Pequenas cidades em faixa de fronteira na Amazônia: o caso de Tabatinga e Benjamin Constant. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). *Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MONNIER, Marcel. *Capítulo III In: De los Andes hasta Pará: Ecuador - Perú - Amazonas* [en ligne]. Lima: Institut français d'études andines, 2005 (généré le 24 février 2019). Disponible sur Internet: <<http://books.openedition.org/ifea/587>>. ISBN: 9782821826625. DOI: 10.4000/books.ifea.587.

MOTTA, Jorge Aponte. La frontera en el espacio urbano: expresiones de límite entre Letícia (Colombia) y Tabatinga (Brasil). *Mundo Amazônico*, 2, p. 199-223, 2011.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Tempo e espaço urbano na Amazônia no período da borracha. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (35). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-35.html>> [ISSN: 1138-9788].

PINTO, Renan Freitas (org.). *O diário do Padre Samuel Fritz*. Editora da Universidade Federal do Amazonas/ Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2006.

PORRO, Antonio. *O povo das águas: ensaio de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

REIS, Arthur César Ferreira. *A política de Portugal no vale amazônico*. Impresso nas oficinas gráficas da revista NOVIDADE, Belém, 1940.

REIS, Arthur César Ferreira. O significado histórico da obra de Samuel Fritz. IN: PINTO, Renan Freitas (org.). *O diário do Padre Samuel Fritz*. Editora da Universidade Federal do Amazonas/ Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2006.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio. *Diário de viagem*. Que em visita, e correição das povoações da capitania de S. José do Rio Negro fez o ouvidor e intendnte geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio. No ano de 1774 e 1775. Lisboa: Typografia da Academia, 1825.

SANTOS, Francisco Jorge. *Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: mando metropolitano e prática de poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM: UFAM, 2012.

SILVA, Paulo Almeida da. *Aspectos históricos e ambientais do porto das catraias e arredores e suas relações com Tabatinga (AM)*. Dissertação (mestrado), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia Física. São Paulo, USP, 2011.

SPIX, Johann Batist von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Spix e Martius; Prefácio Mário Guimarães Ferri. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

STEIMAN, Rebeca. *A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGG, 2002.

TABATINGA. Lei nº 654 de 27 de agosto de 2013. Dispõe sobre tombamento como patrimônio histórico do município de Tabatinga e dá outras providências. Tabatinga: *Serviço de Portaria da Câmara Municipal de Tabatinga*, 2013.

TABATINGA. Lei orgânica do município de Tabatinga. Tabatinga: *Serviço de Portaria da Câmara Municipal de Tabatinga*, 1990.

ZÁRATE BOTÍA, Carlos Gilberto. *Silvícolas, siringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza em la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia, 1880-1932*. Letícia: Universidad Nacional de Colombia. Instituto amazonico de Investigaciones (IMANI), 2008.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

MOBILIDADE DA PESSOA IDOSA NO REORDENAMENTO DA ESPACIALIDADE DA CIDADE DE MANAUS (AM) ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Cleisiane Xavier Diniz
Enfermeira Gerontóloga, Professora Doutora
Universidade do Estado do Amazonas. Manaus
cxdiniz@gmail.com

Júlio Cesar Suzuki
Geógrafo, Professor Doutor
Universidade de São Paulo. São Paulo
jcsuzuki@usp.br

Maria de Nazaré de Souza Ribeiro
Enfermeira Gerontóloga, Professora Doutora
Universidade do Estado do Amazonas
mnribeiro2@gmail.com

Resumo: a história urbana de Manaus é marcada por importantes transformações, cuja relação com a floresta é marcante, sobretudo no que concerne à expansão de atividades extrativas e produtivas, o que mantém relação densa com as mudanças em relação à mobilidade da pessoa idosa. Assim, a partir de uma perspectiva histórica, pretendemos analisar a relação entre transformações espaciais de Manaus e acessibilidade e mobilidade de pessoas idosas, com foco na gestão urbana.

Palavras-chave: cidade; acessibilidade; mobilidade; pessoa idosa; Manaus.

1. FORMAÇÃO DA CIDADE DE MANAUS (AM) E REORDENAMENTO ESPACIAL

Em 1669, época da colonização da Amazônia, os portugueses fundaram o forte de São José do Rio Negro, sendo elevado à vila de Manaós, em 1832, e à categoria de cidade no dia 24 de outubro de 1848, com o nome de Cidade da Barra do Rio Negro que, em 4 de setembro de 1856, passou a ser chamada de Manaus (FREIRE, 1990, PÁSCOA, 1997 e FILIPPINI, 2010).

Segundo Freire, em 1669, o Forte de São José do Rio Negro tratava-se “[...] de um território densamente povoado por índios, e que pela sua localização geográfica, permitia o controle do recrutamento da mão-de-obra de toda a vasta região do Negro, além de servir de apoio logístico para as tropas de descimentos, resgates e ‘guerras justas [...]’ (FREIRE, 1990, p. 167). A implantação do Forte simbolizava a primeira construção europeia que trazia consigo a pretensão do domínio sobre a cultura indígena local, constituída por várias etnias indígenas,

marcando assim o primeiro momento desse processo de imposição cultural na região. (FREIRE, 1990).

Por volta de 1757, após a criação Capitania de São José do Rio Negro (1754), novas fortificações foram construídas nas cabeceiras dos rios Solimões e Negro. Em 1783, o Forte foi desativado e sua artilharia foi transferida para Mariuá, hoje município de Barcelos. Porém, em 1791, por ostentar geograficamente uma posição privilegiada, o Lugar da Barra passou a abrigar novamente a sede do governo. Foi durante este período, na administração de Manuel da Gama Lobo d'Almada, que surgiram os primeiros prédios públicos, dentre eles estão: o Palácio dos Governadores, o hospital, o quartel e a cadeia pública. Segundo Páscoa (1997, p.9), além dessas obras públicas, foram erguidas também “uma fábrica de panos de algodão e outra de tecidos e redes (estes de juta), um depósito de pólvora, uma olaria, uma padaria, uma tarracena e uma cordoaria [...]”

Embora seja de conhecimento que a cidade de Manaus sempre manteve uma relação muito íntima com o rio e a natureza, fora muito mais intensa no início do século XIX. Segundo Oliveira (2003), a cidade estava inserida às margens do Rio Negro, no meio da floresta e cercada de cursos de água, onde a dinâmica espacial se fazia pelas estradas de rio. Mas, a cidade de Manaus não era objeto de admiração por parte da elite local que sonhava com um espaço urbano desenvolvido. A cidade permanecia constrangida e acanhada pelo rio, para onde estava voltada (OLIVEIRA, 2003).

Na primeira metade do século XIX, o látex extraído da seringueira já era exportado, mas em quantidades modestas, para vários países e utilizado como matéria-prima para a produção de bens de consumo. Após superar as dificuldades enfrentadas com as variações de temperatura que limitavam a produção em larga escala, a cidade se tornou uma das maiores produtoras da matéria-prima para a produção de correias, mangueiras e outros produtos. Entre 1890 e 1900, o consumo se tornou ainda mais intenso com a difusão do uso da bicicleta e do automóvel, especialmente pelo desenvolvimento de pneumáticos. No final do século XIX, o ciclismo já era um esporte popular em várias cidades da Europa e das Américas, incluindo velódromos em Porto Alegre (RS), São Paulo (SP) e Manaus (AM), no Brasil (WEINSTEIN, 1993).

Com a popularização do uso das bicicletas na cidade de Manaus, começaram a surgir diferentes problemas nos espaços da cidade: acidentes, disputa de espaço público, tensão

social, dentre outras. Mas, também começaram a ser comercializados novos modelos do veículo, como triciclos, considerados mais seguros e que permitiam uso, sem preocupação, pela população mais idosa. Esses veículos eram a novidade do momento e não havia referências sobre segurança no trânsito. Para muitos, esses veículos corriam mais que o conveniente, freavam menos que o necessário e eram pouco estáveis. Para aqueles que não faziam uso, o que a princípio era visto como uma interessante novidade, passou a ser motivo de desconforto e irritação (WEINSTEIN, 1993; TELLES, 2008; MACIEL e FILIPPINI, 2010).

O processo de expansão econômica, iniciado no final do século XIX, trouxe consigo um conjunto de transformações que atingiram toda a cidade. As principais obras realizadas foram as de infraestrutura básica, ocorridas entre os anos de 1857 a 1880. Dentre elas estão: cemitérios dos Remédios e São José, o início da Igreja Matriz, a Praça São Sebastião, abertura de ruas, serviços de água, iluminação pública e calçamentos (MACIEL e FILIPPINI, 2010). O crescimento e desenvolvimento da capital aconteceram com traços culturais, políticos e econômicos herdados dos portugueses, espanhóis e franceses.

Entre 1880 e 1913, fase áurea da borracha, a capital do Amazonas foi, talvez, a cidade que mais conheceu a riqueza, os encantos e o glamour do primeiro mundo no Brasil, somando a seus rios e florestas o ouro e a sofisticação importados da Europa. Tendo a elite manauara a França como modelo, a cidade passou a buscar uma identificação europeia, passando a ser transformada na “Paris dos Trópicos”, com a implementação das suntuosas construções como a Biblioteca Pública, o Porto Flutuante, o Teatro Amazonas, a Penitenciária, a Alfândega, o Palácio da Justiça, o Palácio Rio Negro e o Mercado Adolpho Lisboa (COSTA, 2000; DIAS, 2007; MACIEL e FILIPPINI, 2010).

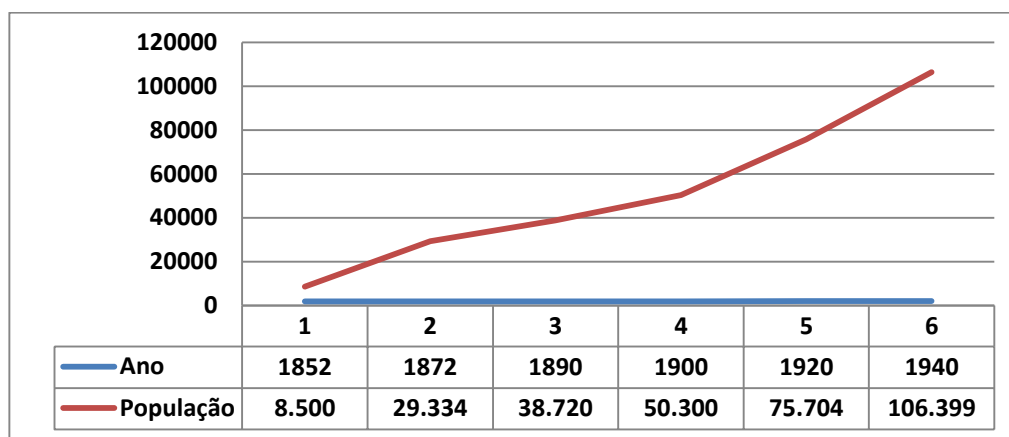
No final do século XIX e início do século XX, impulsionada pelo processo imigratório que chegava do exterior para disputar espaços de trabalho nas mais diferentes atividades urbanas, a cidade assumiu a função de centro comercial passando a necessitar de uma melhor infraestrutura (SANTOS JUNIOR, 2007).

Em sua obra intitulada *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*, Ednéa Mascarenhas Dias (1999) descreve que a ampliação do mercado de trabalho na cidade de Manaus foi decorrente da expansão econômica associada ao crescimento populacional.

É no decorrer desse processo [de expansão econômica] que Manaus passa a vivenciar a ampliação e remodelação de seu espaço, assim como o aumento de sua população. Se em 1852 a cidade contava com uma população de 8.500 habitantes, em 1900 já tem sua população ampliada para 50.300, sendo o processo migratório o principal responsável por este crescimento populacional. O centro urbano se constitui como polo de atração de gente das mais diversas nacionalidades: ingleses, alemães, portugueses, espanhóis, italianos, franceses, deslocam-se para cá, como também imigrantes de vários estados do país (DIAS, 2007, p.38).

Nesse sentido, podemos afirmar que o período de maior crescimento da população manauara coincidiu justamente com os tempos áureos da borracha, conforme observado na Gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução da população da cidade de Manaus, AM, entre 1852 e 1940



Fonte: Séries Estatísticas e Séries Históricas (IBGE)

Em decorrência desta expansão econômica e populacional, as elites locais influenciadas pelas elites estrangeiras, passaram a implementar inovações na dinâmica do espaço urbano e a consolidar uma nova forma de sociabilidade mais identificada com o novo padrão de vida moderno, ocidental e cosmopolita de relacionamento, de consumo e de hábitos, mais condizente com a nova postura que a cidade passara a ter. Por conta disso, a elite, política e econômica, desenvolveu um conjunto de ações em torno do espaço urbano e das relações nele desenvolvidas (DIAS, 2007).

Nas mudanças que dizem respeito ao espaço urbano, foram implementadas diversas obras de infraestrutura e serviços urbanos. Dentre elas estão a implantação de diversas firmas

estrangeiras que atuavam na administração dos serviços urbanos, como porto, transporte, energia, abastecimento de água etc. A praça comercial foi expandida e diversas atividades passaram a ser desenvolvidas na cidade, tais como: comercialização de grande variedade de produtos nacionais e importados; oferta de serviços de hotéis, restaurantes, botequins etc.; instalações de marcenarias e fábricas de tecido, de roupas, de vassouras, de cerveja, de sabão além de sapatarias, alfaiatarias, funilarias e tabacarias (COSTA, 2000).

No reordenamento da espacialidade, foi definida a ocupação de novas áreas e os rumos da expansão urbana, destacando-se os padrões de edificação e arruamento padronizados (FENELON, 2000). Segundo Santos Júnior (2007), foi a partir deste momento que a palavra modernidade e civilidade passam a se tornar mais presentes no vocabulário de determinadas autoridades, no senso comum dos membros das elites e na percepção de seus cidadãos e onde as contradições sociais no espaço da cidade se afluíram, tornando-se perceptíveis as tensões no desenrolar do processo histórico da cidade.

Portanto, é de se pensar que as transformações empreendidas no final do século XIX na cidade de Manaus, além da remodelação e ampliação dos espaços públicos e implantação de inovações na dinâmica do espaço urbano, objetivavam a consolidação de outro tipo de sociabilidade, identificada com o padrão que estabelecia a “vida moderna”, ou seja, os habitantes deveriam estar condizentes com a nova postura que cidade exigia. Contudo, o espaço de circulação e convivência utilizado pelas elites era, muitas vezes, o mesmo de movimento de pessoas trabalhando e morando ocultamente nos arredores (SANTOS JÚNIOR, 2007).

A modernidade para a Manaus da Borracha emergiu com a pretensão de cisão com tudo que era considerado desconexo das posturas e práticas eleitas como referências de modernidade e civilidade. Foi à procura da consistência de um discurso que objetivou projetar sobre a sociedade – principalmente populares – o lapso com práticas de vida cotidiana consideradas pelas elites e autoridade como anticivilizadas (SANTOS JUNIOR, 2007, p.129).

E assim, gostos, consumo e ideais europeus invadiram a vida dos cidadãos manauaras, transformando o cotidiano numa desenfreada busca da sintonia com os referenciais modernos instalados na cidade e em constante mutação.

Para Mesquita:

Adotar as formas da cidade burguesa era abraçar o universo material do mundo capitalista e isto implicava um íntimo compromisso com o conjunto de ideias e interesses que sustentavam o sistema e definiam suas práticas. As elites locais, através do Estado, não apenas assimilavam as ideias, como reivindicavam compromissos com grandes encargos financeiros. A administração pública implantava melhoramentos urbanos e tentava normatizar o uso dos espaços públicos e do comportamento social, através de manuais e códigos (MESQUITA, 2005, p. 104).

Mas não foi somente o reordenamento da espacialidade urbana que sofreu intervenções. Para boa parte da elite local, a Europa era o centro irradiador de ideias e valores entendida como ideal a ser seguido. Por isso, um conjunto de regras de condutas, que pretendiam eliminar os comportamentos e hábitos indesejáveis, foi estabelecido, tendo em vista que o embelezamento da cidade merecia novos padrões de comportamentos “civilizados”, porque, para a elite, parte dessa população ainda não estava apta para a convivência na nova cidade (MESQUITA, 1999).

Outro problema também emergia nesta época: as demandas por emprego no mercado de trabalho foram superiores à capacidade de absorção, produzindo grande números de pessoas desempregadas, carentes e marginais, que desenvolveram no espaço urbano estratégias de sobrevivência diversas, caminhando na contramão da cidade. Desta forma, no dia primeiro de junho de 1872, foi promulgada a Lei N°247 conhecida como Código de Posturas Municipais de Manaus (SANTOS JUNIOR, 2006).

O Código de Posturas era rico em punições, com multas entre um a oito dias de prisão, para a infração de qualquer um de seus artigos. Dentre os vários itens, destacam-se aqui a proibição de edificações de casas cobertas de palha em determinadas ruas da cidade, lavar roupas nos igarapés que cortavam a cidade e disparar flechas (MESQUITA, 1999).

Ana Maria Daou, em sua Tese *A cidade, o teatro e o país das seringueiras: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX*, também trata do controle do espaço no Código de Postura, dizendo que:

[...] ficavam proibidas dentro de “determinado perímetro da cidade” as hortas, capinzais e cocheiras e eram autorizadas por lei a colocação de placas de denominação das ruas e a numeração das casas. Eram inúmeras as

medidas que promoviam a regularização e o controle do espaço da cidade, racionalizando seus usos e expulsando do perímetro urbano comportamentos indesejáveis que viessem a macular a imagem de “progresso” pretendida (DAOU, 1998, p.193).

Para Santos Junior (2007), este período trouxe novos olhares sobre a cidade, uma redefinição da identidade e representações diferenciadas dos outros espaços, especialmente suas autoridades e elites. A *Belle Époque* passou a ser representada por segmentos da sociedade local como a cidade moderna e civilizada. Para que a cidade se constituísse moderna, deveria adotar os símbolos e emblemas próprios do progresso e deixar pra trás o passado considerado retrógrado (CALIRI, 2013).

Maciel e Filippini (2010) relatam que, em 1905, Euclides da Cunha, ao visitar a cidade de Manaus, afirmou que a cidade havia entrado numa profunda crise de identidade histórico-cultural, pois passou a negar sua identidade indígena, porque isso remetia ao passado e ao atraso, e buscava uma nova identidade europeia, mas tal desejo era inacessível e distante.

De aldeia até se tornar cidade, Manaus se desfez da imagem hostil, erma e pacata, com poucas casas, ruas, praças e igrejas em precárias condições, a lugar com uma atmosfera de cultura expansiva, com boas edificações. Da sua origem inicial, como aldeia, até sua configuração como cidade, o desenvolvimento se deu em torno das questões políticas e econômicas locais e nacionais presentes naquele momento no Brasil (LIMA *et alii*, 2011).

2. A EXPANSÃO DA CIDADE E A MELHORIA DA MOBILIDADE

A partir da Primeira Revolução Industrial, na Europa, o processo de urbanização se intensificou trazendo grandes transformações para diversas cidades brasileiras. Essas mudanças tornaram-se mais visíveis em algumas cidades e proporcionaram o surgimento de outras novas, provocando modificações profundas no campo, atraindo grande contingente de pessoas para a cidade e determinando uma nova lógica nas relações que ocorrem nos espaços urbanos. No campo e na cidade, vão se construindo territórios do capital, sem destruir as formas pré-existentes que, ao sofrerem metamorfoses, encontram meios de resistirem e persistirem, enquanto outras são criadas (SUZUKI, 2007).

Assim, a cidade de Manaus, nessa perspectiva, também passou por modificações em sua dinâmica, enquanto local onde se estabeleceram novas demandas do capital, o que provocou transformações no cotidiano e na própria organização do espaço intra-urbano.

Essa dinâmica de relações econômicas e sociais ocorrida na cidade de Manaus foi marcada por uma intensa mobilidade do trabalho do campo em direção à cidade e da periferia em direção ao centro. Embora existam poucos dados geohistóricos sobre mobilidade e acessibilidade da cidade de Manaus e esses não constituíam um problema para o Estado, além do que a mobilidade e acessibilidade no século XIX eram privadas, portanto, sem registro confiável, consideramos importante discutir como a cidade evoluiu, que equipamentos de deslocamentos as pessoas utilizavam e como as atividades eram distribuídas no espaço físico.

Segundo Pinheiro (2001); Dias (2007) e Teles (2008), na última década do século XIX e nos anos iniciais do século XX, o capital estrangeiro, principalmente o procedente da Inglaterra, tornou-se o maior responsável pela execução dos grandes projetos de reforma e urbanização da cidade de Manaus. A maioria dessas obras foi realizada por firmas inglesas que passaram a agenciar melhoramentos e criar serviços inexistentes na cidade. Implantaram-se, então, diversas empresas na cidade de Manaus, tais como: *Manáos Markets*, *Manáos Tramways and Light*, *Manáos Improvements*, *Amazon Engineering*, *Amazon Telegraph*, *Booth Line* e *Amazon River* passaram a manter relações cotidianas com a população local.

Parte da riqueza gerada pelos tributos recolhidos pela administração pública foi destinada para reordenamento da cidade, sobretudo na construção de oponentes prédios públicos; abertura e pavimentação de novas ruas, avenidas, alamedas e *boulevards* com colocação de trilhos urbanos; encanamentos subterrâneos; construção de parques, praças, jardins e passeios públicos, inicialmente iluminados à gás e depois à luz elétrica, que permitia um prolongamento do tempo usado para a sociabilidade urbana e permitia uma melhor mobilidade urbana, principalmente para os mais velhos (OLIVEIRA, 2003).

O plano executado no governo de Eduardo Ribeiro e de seus sucessores nivelou ruas, projetou novas avenidas e *boulevards*, alinhou e calçou as principais vias, construiu praças e jardins, instalando neles coretos, estátuas, fontes e chafarizes importados da Europa. Se não removeu montanhas, arrasou morros, aterrando com eles diversos igarapés como o Espírito Santo e o do Aterro, transformados nas duas principais avenidas da cidade [...] No caso dos igarapés maiores, foram construídas pontes de pedra e ferro para

permitir que a cidade se espalhasse além deles. A cidade deu as costas ao rio e expandiu-se em direção ao norte e à leste (VICENTINI, 2004, p. 127).

Assim, a cidade passou a ter uma vida social e cultural intensa, com o surgimento de novos espaços de sociabilidade como cafés, teatros, parques e passeios públicos.

As obras de embelezamento garantiam a diversificação do espaço, criando novas áreas urbanas de lazer e facilidade de mobilidade e acessibilidade por meio de ruas retas e longas, calçadas com granito e pedras de lioz importadas de Portugal. Essas infraestruturas estavam quase sempre concentradas no centro da cidade (OLIVEIRA, 2003).

Essa nova complexidade urbana ajudou a melhorar a mobilidade e acessibilidade em nível social, econômico e político, e as especificidades de sua inserção nas diversas esferas que o urbano oferece, haja vista que locomover-se sempre foi uma necessidade primordial do homem urbano que convive com as intensas dinâmicas da cidade.

De acordo com Raia Junior (2000), na geografia urbana, o deslocamento nas cidades é analisado e interpretado a partir da articulação de três elementos: a **mobilidade urbana**, que são as massas populacionais e seus movimentos; a **rede**, que é a infra-estrutura que faz fluir os deslocamentos no espaço e no tempo; e os **fluxos**, que são os condicionantes que orientam o processo no espaço. Dependendo do ambiente urbano, esses processos tendem a ocorrer de forma divergente, pois cada cidade possui um dinamismo urbano próprio.

É preciso considerar ainda que “a mobilidade urbana é, ao mesmo tempo, causa e efeito do desenvolvimento urbano e integra as ações dos principais agentes e fatores que afetam a forma como uma cidade se desenvolve” (ANTP, 2003, p. 16). Pizzol (2006) e Gomide (2006) relatam que são evidentes os impactos exercidos pela mobilidade sobre o desenvolvimento e a dinâmica das cidades, tornando-a importante fator de declínio da qualidade de vida e geradora de graves problemas nas cidades brasileiras. Por isso, os problemas de mobilidade urbana trazem o grande desafio da reformulação das políticas de mobilidade na perspectiva de uma mobilidade urbana sustentável, integradas com as áreas de planejamento, com intuito de buscar soluções efetivas para as condições de deslocamento e não somente remediar problemas atuais, mas que surtam efeitos a médio e longo prazo, permitindo o desenvolvimento social, econômico e ambiental das cidades.

Dessa forma, é necessário envolver a adoção de medidas para garantir uma mobilidade que permita o uso coletivo da cidade e o acesso aos serviços de uma forma mais equânime; que garanta a segurança e diminua os fatores geradores de acidentes e mortes; que atue diretamente na melhoria das condições ambientais, reduzindo a poluição e os desperdícios de energia e que torne cada vez mais eficaz o desenvolvimento econômico.

Por sua vez, a acessibilidade, ao ser parte integrante do funcionamento da cidade, contribui para viabilizar sua aproximação com as atividades econômicas e melhorar a qualidade de vida urbana ao facilitar o acesso da população aos serviços e equipamentos urbanos (CARDOSO e MATOS, 2007). Em se tratando da cidade de Manaus, nas últimas décadas do século XIX, percebe-se uma cidade do poder, um espaço repleto de conflitos, segregações e contradições. Ao mesmo tempo em que uma minoria desfrutava a riqueza das benfeitorias da borracha, evidenciava-se também um grupo convivendo com as mazelas da exclusão e das desigualdades sociais (DIAS, 2007).

A implantação das novas infraestruturas era concentrada no centro da cidade, para a elite que buscava uma nova identidade, excluindo-se a periferia. A cidade de Manaus passou a construir uma nova identidade, tomando como modelo outras cidades europeias, cujas realidades fogem às especificidades locais. Essa imagem da cidade de Manaus culmina com o que descreveu Henri Léfèbvre (1991) em sua obra *O direito à cidade* referindo-se ao simbolismo das cidades, destacando que os centros eram o lugar privilegiado para se construir a identidade de uma nação, estado ou região, e um espaço de socialização das elites em que um padrão de comportamento era produzido.

A construção de imponentes residências, cercadas de conforto e modernidade por famílias abastarda, bem como a opulência que o dinheiro era usado para comprar dos artigos mais fúteis aos azulejos portugueses, colunas de mármore e mobiliário francês, mostravam como a cidade se modificava. As reinterpretações das culturas europeias, especialmente a francesa, pelas elites locais, foram utilizadas para produzir um dinamismo diferenciado do já existente na cidade (SARGES, 2002).

Santos Junior afirma que:

A capital crescia na virada dos séculos XIX e XX [...]. A agitação ligada à circulação de passageiros e de mercadorias no porto evidenciava o seu

dinamismo. Com a reestruturação urbana e com a pujança da economia gomífera passaram a viver na capital não só as elites agro-exportadoras, mas grandes negociantes, técnicos, profissionais diversos e uma gama de trabalhadores que exerciam suas atividades na cidade que se expandia (SANTOS JUNIOR, 2007, p.2).

A descrição de Santos Junior (2007) mostra que este período foi marcado por muito trabalho e sacrifício, influenciando o desenvolvimento econômico, político, social e espacial da cidade de Manaus.

Um importante aliado para o desenvolvimento industrial e para o comércio, viabilizado pelos avanços da tecnologia, foi o aproveitamento do gás como nova fonte de energia e eletricidade. Passaram a fazer parte da conformação das cidades as infraestruturas de água, esgoto, carris urbanos¹² e iluminação pública, que exigiram competências técnicas específicas. Para isso foram criados setores especializados no serviço público, com contratação de engenheiros e técnicos (PINHEIRO, 2001; DIAS, 2007 e TELES, 2008).

Pinheiros também faz referência à prosperidade na cidade de Manaus:

A prosperidade começaria a mostrar-se em Manaus na última década do século XIX. A renovação dos prédios públicos, as construções monumentais, os aterros e desaterros, a abertura de ruas e avenidas foram acompanhadas pela incorporação, em alguns casos pioneira, de tecnologia urbana moderna como o sistema de bondes, a iluminação elétrica, a comunicação telefônica, sistema de galerias para drenagem de águas e esgotos, além da abertura de espaços destinados ao lazer refinado, hipódromo, teatro, clubes, etc. (PINHEIRO, 2001, p.30).

Com a prerrogativa da ordem e do progresso, alguns setores do governo foram implantados e melhorados tais como a polícia, a educação, os médicos sanitaristas e a imprensa, que mantiveram o mesmo discurso de modernidade que deveria suplantar as características regionais da cidade de Manaus, mas excluía uma parte da população (SANTOS JUNIOR, 2007).

Oliveira e Magalhães afirmam que:

¹² Carris são barras de ferro laminadas, dispostas de forma paralela entre si sobre travessas de madeiras, nas quais se movem as rodas de diferentes veículos como trens e bondes elétricos. Hoje são mais conhecidos como trilhos.

Com a receita advinda da exploração do látex, foi possível a implementação dos serviços de locomoção num período em que ocorriam na Capital, além das intervenções urbanísticas e sanitárias, a ampliação da malha viária, bem como a edificação de suntuosos prédios públicos, praças e avenidas, gerando a necessidade de eficiência na circulação com vista a cobrir o percurso do perímetro urbano, reproduzindo desse modo mensagens positivas da elite local que demonstrava aos visitantes sinais de modernização da Cidade nos trópicos (OLIVEIRA e MAGALHÃES, 2003, p.47).

Porém, pode-se observar que as principais políticas de intervenção urbanística, sanitárias e arquitetônicas na última década do século XIX e início do século XX, descritas anteriormente, acabaram por negar a natureza amazônica, quando incorporou distintos elementos e valores nas relações da população com o lugar, produzindo novas representações sociais e do espaço. Essa apropriação do espaço constituiu uma catástrofe para a estrutura urbana quando, passados poucos anos, já não representava qualquer vantagem e eram vistas como problemas.

Portanto, o espaço foi transformado não em função da população, mas de acordo com as “necessidades de expansão das relações capitalistas e por isso um urbanismo, pretensamente moderno, apareceu como o elemento privilegiado, revelador do papel imanente do Estado, assinalado pelo signo da violência contra a natureza e especialmente contra a cultura” (OLIVEIRA e MAGALHÃES, 2003, p.48), além de toda a exclusão de velhos e pobres.

Sabe-se que nos moldes da sociedade capitalista, a pessoa vale o que produz. Em vista desse crescente processo de industrialização e desenvolvimento econômico, ocorridos nos séculos XIX e XX, no mundo inteiro, o idoso passa a ser reconhecido como inútil, fraco e improdutivo. Esse era também o entendimento da época na cidade de Manaus, onde o poder se encarregou de tornar o envelhecimento um processo nada funcional e pouco operacional, diante do ritmo do processo produtivo. Além da alteração da visão da velhice, que passa a ser vista como uma “doença social”, a estrutura familiar altera-se também, já que o homem deixa de seguir o ofício familiar para ser operário fabril (ESCOBAR, 2009).

Alcântara (2004) também faz referência ao processo de industrialização e aos efeitos ocasionados à pessoa idosa no Brasil:

A partir da década de 1950, auge da industrialização no país movimentos migratórios do campo para as grandes metrópoles expandiram-se cada vez

mais, ocasionando efeitos sociais e econômicos para a população de uma maneira geral e para os velhos em particular (ALCÂNTARA, 2004, p.17).

Destarte, do século XIX ao século XX, pode-se observar que o espaço urbano da cidade de Manaus se transformou profundamente. A cidade era entrecortada por igarapés com um difícil traçado para a circulação de pessoas e mercadorias. Desta forma, as propostas de regularização da cidade, apresentadas pelo governador Eduardo Ribeiro, para viabilizar a criação de um traçado regular para a cidade de Manaus, passavam pelo aterramento e regularização dos cursos d'água, aliadas à instalação de pontes sobre os igarapés mais volumosos além do nivelamento da topografia irregular (MESQUITA, 2005, DIAS, 2007).

Santos Junior destaca que:

A implementação de padrões inovadores de edificação e arruamento possibilitaram a abertura e pavimentação de ruas, terrenos terraplenados, igarapés aterrados ou mudados de curso, a cidade despreendeu-se das beiras dos rios rumo ao interior da terra-firme, incorporando as áreas de mata ao quadriculado do novo traçado urbano. Marcava-se no espaço o início de um novo tempo permeado de signos de poder, da vitória do homem sobre a natureza, da civilidade do urbano sobre a *incivilidade* da selva (SANTOS JUNIOR, 2007, p.14).

Mais uma vez, vemos claramente descrito pelo autor a alteração da concepção do espaço urbano na sua relação com a natureza. Porém, essa realidade da urbanização fazia parte da maioria das cidades brasileiras sob o impulso dos trilhos que, partindo das áreas centrais portuárias, induziam o crescimento dos bairros periféricos aos centros históricos (MINORA, 2008). Na cidade de Manaus não foi diferente, o porto era o espaço do comércio regional gomífero. Além disso, o porto atraía visitação pública que buscava contemplar vapores que chegavam do estrangeiro trazendo aquilo que significava moderno, como novas modas, hábitos, costumes e notícias. O porto era a ponte de ligação com o ocidente e com a europeização, ficando conhecido não só como entreposto comercial, mas como a principal conexão da cidade de Manaus com o mundo (SANTOS JUNIOR, 2007).

Em todo o país, a urbanização se acentuava com as migrações campo–cidade. Nos deslocamentos centro–periferia, verificava-se a hegemonia das ferrovias suburbanas e, mais tarde, dos bondes elétricos, construídos e operados por empresas privadas de origem

estrangeira (BRASILEIRO, 1991). Porém, a cidade de Manaus não possuía longas estradas e sua ligação campo-cidade era feita sempre por via fluvial. O porto da cidade de Manaus, banhado pelo Rio Negro, e construído sobre boias de ferro cilíndricas para flutuar independentemente do nível do rio, era o ponto de convergência de navios que iam e vinham abarrotados de passageiros e cargas, que garantiam não só o deslocamento para a zona rural, garantindo a ligação aos inúmeros núcleos da região amazônica, como para os portos nacionais e internacionais. Neste período, tornou-se um eixo da navegação fluvial da Amazônia e do Brasil, devido a sua estratégica localização geográfica (CORRÊA, 2005).

Para Mesquita (2005), toda a reforma urbana empreendida na cidade de Manaus provocou uma drástica mudança na cidade e na mobilidade de seus moradores. Percebe-se que as transformações, descritas anteriormente, realizadas na virada do século XIX para o XX, não conseguiram abarcar todos os espaços da cidade. As estruturas instaladas de encanamento de água, drenagem de águas paradas, sistema de esgoto, calçamento de ruas e outros estavam alocados nas áreas centrais da cidade, onde se localizavam os prédios públicos, o comércio e os grandes casarões de estilos europeus onde moravam as elites.

Quanto a estas estruturas urbanísticas, consideradas preponderantes na metamorfose das cidades, concretizada para uma minoria, Oliveira e Magalhães descrevem que:

O espaço urbano apareceu como resultado de processos geradores de formas e funções modificadoras da Cidade encravada no meio da selva. Jamais, todavia, significou um espaço transformado para todos, pois era privilegio apenas de uma minoria. Os pobres não eram considerados; a Cidade era sempre apresentada em largo cenário onde só a elite tinha rosto e se destacava na paisagem. No caso dos bondes, visavam não apenas a atender à demanda, mas principalmente ser os indutores do padrão de ocupação (OLIVEIRA e MAGALHÃES, 2003, p.54).

A descrição acima mostra que uma grande parcela do povo vivia sobre péssimas condições em um espaço disperso e isolado, enquanto a elite ficava na cidade desfrutando de tudo o que se produzia. Isso incluía o direito de usar os bondes que já circulavam na cidade. Na Belle Époque, a concentração de população pobre em construções insalubres nas proximidades do centro foi alvo de uma cruzada sanitária do poder público, que buscava melhorar as condições do centro da cidade, mas acabava por expulsar os pobres de suas casas para bairros cada vez mais distantes e sem nenhuma infraestrutura.

Harvey (2005) afirma que para a garantia das condições de mobilidade e acessibilidade favoráveis, o sistema de transportes constitui elemento relevante, e as demandas que tal processo impõe implicam uma reconfiguração do espaço urbano. Portanto, o sistema de transporte compreende todas as variáveis relacionadas à mobilidade das pessoas e mercadorias, englobando a estrutura física necessária à mesma.

Os serviços de transporte por bondes movidos à eletricidade sempre foram vistos como um dos mais importantes investimentos da época, atestando a presença da modernidade. Esse investimento transformou o ritmo local, garantindo as condições para interligação das áreas em expansão da Cidade. Porém, o bonde não era o único meio de transporte existente, pois as carroças de tração animal, as catraias e os carros de aluguel eram os transportes mais utilizados, principalmente pelas classes mais excluídas. Aliás, todo o projeto de reordenamento da cidade de Manaus já tinha um cunho de exclusão, como descreve Dias (2007), a população mais pobre foi alijada dos investimentos implantados para o atendimento do embelezamento da Cidade.

Para exemplificar, a autora relata a situação das linhas de bonde:

A estratégia consistia em criar dificuldades de circulação para as pessoas que dependeriam dos mecanismos de locomoção para os diversos afazeres da vida urbana, principalmente acesso aos postos de trabalho (e que não havia suficientes para dar conta da demanda de desempregados). O controle da circulação urbana se dava principalmente pela limitação das linhas concentradas na parte central da cidade e pela tarifa. Delimitou-se o espaço para a moradia conseqüentemente tornou-se fácil exercer o controle social sobre a prática de vida dos trabalhadores, disciplinando-se suas vidas quanto ao trabalho, ao lazer, ao mesmo tempo em que também se restringia o acesso aos serviços (DIAS, 2007, p. 57).

Porém, o crescimento na área do transporte só foi possível devido aos investimentos na implantação dos sistemas elétricos e em iluminação pública, a partir de 1869, quando foi contratado o serviço de iluminação pública, inaugurado somente em 1870 (PROVÍNCIA DO AMAZONAS, 1870).

A partir disso, foram ainda aplicados recursos em construções de parques, passeios e jardins, que modificaram completamente a cidade, transformando-a em “Paris da Selva”. Mas, como em muitas cidades brasileiras, com exclusão de muitos em detrimento ao privilégio de poucos,

a cidade de Manaus foi, segundo Santos Junior (2007), produtora de tensões entre o novo e o velho, o moderno e o arcaico, o belo e o feio, a expressão estética das elites e a desqualificada simplicidade das construções populares, múltipla, híbrida, com diferentes usos e representações de seus espaços e territórios, num grande universo cultural e étnico que causaram transformações intrínsecas à cidade e entre seus habitantes.

Segundo Mauricio de Almeida Abreu (2014), as relações de trabalho de tipo assalariado, capitaneadas pela produção industrial e pelo setor de serviços urbanos, foram aquelas que mais se expandiram nas cidades, tornando-as cada vez mais diferentes do campo, onde relações pretéritas de produção e de trabalho ainda mantiveram-se predominantes.

O embelezamento da capital era prioridade e ela precisava parecer saneada e embelezada, como um espaço de aparência moderna e referência de avanço, pois visava oferecer atrativos que amenizassem a pura realidade que era a dureza do trabalho na região, principalmente aos estrangeiros, que estranhavam o clima equatorial do Norte, sendo este um dos fatores que mais influenciaram a não permanência de famílias europeias na cidade de Manaus.

Entre os europeus que migraram para a cidade de Manaus, os portugueses representavam o maior percentual populacional na cidade e se envolveram em segmentos econômicos variados, mas especialmente no comércio. Os ingleses, em sua maioria, eram agentes comerciais e funcionários de firmas comerciais, de navegação, como a *Booth Line Company*, e de concessão de serviços públicos, como a *The Manáos Harbour Limited*. Os alemães desenvolveram atividades comerciais diversas e entre as firmas de destaque estão *Ohliger & Cia.*, *G. Deffner & Cia.* e *Semper & Cia.* Já os italianos, como não ocorreu uma grande imigração agrícola, o envolvimento deles parece ter sido maior nas áreas de arquitetura, artes e urbanismo (DIAS, 2013).

A transformação urbana ocorreu em um ritmo acelerado e acentuado. As significativas mudanças visuais, arquitetônicas, culturais e sociais que foram implantadas promoveram tantas mudanças que o resultado pode ser interpretado como uma nova cidade “refundada” (MESQUITA, 2005). Abreu (2014) afirma que, entre 1870-1930, firmaram-se solidamente nas cidades brasileiras os processos capitalistas modernos, com a difusão das relações sociais de base capitalista, substituindo aquelas que vigoraram em tempos anteriores. Como resultado, modificou-se a paisagem urbana, tanto para a burguesia em ascensão quanto para o

proletariado em formação, diferenciando-se uns dos outros por sua localização no tecido urbano, separando usos e classes sociais no espaço.

Segundo Malveira (2009), a época da borracha foi um período de grande *boom* econômico para toda a Amazônia, especialmente para a cidade de Manaus, porém, esta condição sofreu uma queda brusca a partir de 1910. Isto porque em 1876, sementes da seringueira (*Hevea brasiliensis*) foram contrabandeadas para a Inglaterra e no ano seguinte, os ingleses levaram mudas desse vegetal para a Malásia e logo inúmeros seringais produziram a borracha em grande escala, implementando uma concorrência desigual, superando a produção brasileira em volume e na comercialização a baixo custo, permitindo aos ingleses assumirem o controle do comércio mundial do produto, e decretando a estagnação da economia regional

Em dezembro de 1913, foi criada a Comissão Especial Mista da Defesa da Borracha; tempos depois da promulgação do Plano de Defesa da Borracha (FEITOSA e SAES, 2013). Feitosa e Saes (2013) ressaltam que, em 1915, com o cenário da Grande Guerra, as condições financeiras do governo estavam deterioradas, a escassez de capital privado, a pequena dimensão do mercado interno e a fragilidade financeira do Estado não permitiram atingir a contento os objetivos do Plano.

Os trabalhadores dos seringais migraram para a cidade e fixaram-se na periferia em busca de melhores condições de vida (SOUZA, 1993). Foi no ano de 1920 que, por falta de habitação, iniciou-se a construção da cidade flutuante, um gênero de moradia sobre as águas, que interagiu com a paisagem urbana da capital. Com o passar dos anos, a frente da cidade às margens do rio Negro, foi o local dos mais promissores para o comércio de gêneros agrícolas e extrativistas. Porém, havia péssimas condições de infraestrutura, mobilidade e acessibilidade.

No período da Segunda Guerra Mundial a borracha voltou a ter importância para a economia da cidade de Manaus. Nesse período, o governo de Getúlio Vargas estimulou uma grande operação, conhecida como “Batalha da Borracha”, para extração em grande escala do látex. Durante a Segunda Guerra Mundial toda a Amazônia viveria outra vez a expansão da extração e comércio da borracha, embora por pouco tempo. Essa segunda fase não passou de grande frustração e muito sofrimento para os chamados soldados da borracha (PRATES e BACHA, 2011).

Após a Segunda Guerra, as atividades vão se normalizando, novas instituições vão sendo instaladas e outras reformuladas, com objetivo de fomentar diferentes atividades regionais, dando-se ênfase ao extrativismo mineral, agricultura e industrialização de matérias-primas regionais. O leque de intervenções estratégicas planejadas possibilitava o início de uma nova fase do desenvolvimento regional.

3. O ESTADO, A CIDADE E A ZONA FRANCA DE MANAUS

Considerando a necessidade de promover a ocupação da Amazônia, de integrar a economia da região à economia do país e elevar o nível de segurança para a manutenção de sua integridade territorial, foi instituída a Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1957, tendo sido reformulada em 1967. Salazar (2006) cita como foi iniciada a política dos incentivos fiscais.

A política de incentivos Fiscais para a Amazônia Ocidental iniciou-se pela criação da Zona Franca de Manaus, através da lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 47.757, de 2 de fevereiro de 1960. A referida lei foi uma iniciativa do parlamentar amazonense Francisco Pereira da Silva e estabelecia uma área de livre comércio de importação em um perímetro de 200 hectares na cidade de Manaus (SALAZAR, 2006, p. 231-232).

Lyra (1995, p.7) descreve que a “isenção constitui-se na modalidade mais tradicional de incentivo fiscal, consistindo na liberação da obrigação do contribuinte de recolher o imposto devido, parcial ou totalmente”. O benefício monetário que propicia, vincula-se à promessa da adoção pelo beneficiário de condutas preestabelecidas. A dedução consiste na concessão do direito de deduzir certa parcela do imposto ou de sua base de incidência à condição de que os recursos correspondentes tenham sido ou venham a ser aplicados em eventos relevantes para a política econômica.

A criação efetiva da ZFM se deu no momento em que a economia brasileira começava a sair da recessão e ingressava na fase de mais rápido crescimento econômico de sua história, o período do "milagre econômico", que se estende de 1967 a 1974 (LYRA, 1995).

Entre os anos de 1957 e 1967, a ZFM era uma área de livre comércio de importação e exportação, com reduzidas alíquotas de Imposto de Importação. O objetivo era criar no

interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que mantivessem seu desenvolvimento, elevando as receitas portuárias e criando postos de trabalho, tendo em vista a longa distância dos grandes centros consumidores de seus produtos (BONFIM e BOTELHO, 2009).

Entre os anos de 1967 e 1976, na ZFM, observou-se que as importações de produtos geraram demandas na área do turismo local e a instalação de grandes comerciantes, motivados pela comercialização de produtos importados livres de impostos.

Na década de 1960, a cidade de Manaus, com uma população abaixo de 150.000 pessoas, exibia uma enorme fragilidade econômica, definhava em termos urbanos e sociais; sobrevivia com muito custo à grave falta de energia elétrica, a um deficiente sistema de comunicação e transporte, com um ínfimo mercado de consumo e baixo poder aquisitivo, deixando a cidade isolada dos centros do poder político (BONFIM e BOTELHO, 2009).

Becker (2004) afirma ter ocorrido também uma mudança no processo de ocupação após a década de 1960 em toda a Amazônia, especialmente na cidade de Manaus. Afirma que a ocupação passa a ser contínua no tempo e em maior extensão. À frente deste processo está o Estado brasileiro, por meio do governo federal, fazendo uso de uma política deliberada de integração regional, com a implementação de planos de desenvolvimento para a região, marcando o início de um tempo de transformações. Verificam-se mudanças no cenário econômico de toda a região norte, que após longo período de estagnação econômica é reavivado por medidas com intuito de promover o desenvolvimento e a ocupação da região.

Neste mesmo período, foi dado início à construção do Distrito Industrial de Manaus, com a desapropriação de uma área de 1.700 hectares e a implantação de várias Indústrias de capital estrangeiro, com a finalidade de formação de mercado interno, substituindo os produtos de importação e abertura de postos de trabalhos, com contratação de mão-de-obra barata, proveniente da capital e de outras cidades do estado do Amazonas. A área ocupada pelo Distrito Industrial de Manaus, entranhada na área da floresta, nas proximidades do Rio Negro. Esse novo período econômico determinou um novo ambiente para a cidade de Manaus, conforme descreve Raimundo Pereira Pontes Filho:

Manaus inchou. A população, desassistida e sem perspectiva no interior, veio em massa para a capital. O êxodo rural foi a tônica da década de 80. Favelas,
DA GEOGRAFIA À AMAZÔNIA

desemprego, criminalidade, violência urbana, uma enxurrada de problemas projetou-se fortemente sobre a cidade. Do mesmo modo, prevaleceu na capital a ampliação de seu equipamento urbano. Seus governantes desperdiçaram a oportunidade de reverter o que, para qualquer administrador previdente, era previsível e capaz de ter sido evitado — o caos social (PONTES FILHO, 2011 p.231).

Scherer e Mendes Filho também se referem a este período relatando que:

Essa nova racionalidade capitalista transforma a cidade de Manaus. A modernidade trazida pelo processo de industrialização afeta rapidamente o mundo da vida cotidiana dos amazonenses. A fisionomia da cidade modifica-se, com o processo de urbanização. O espaço urbano ganha uma outra visibilidade com o crescimento populacional decorrente do processo migratório que ocorre e com a constituição de inúmeros bairros que passam a formar a periferia da cidade. Formam-se e redefinem-se as novas classes sociais, configuradas pela dinâmica do capital na região. Compõe-se uma nova força de trabalho constituída por levas de caboclos que migram para a cidade de Manaus. Aos olhos dos ribeirinhos, dos seringueiros, dos castanheiros, do caboclo/camponês, abandonados (SCHERER e MENDES FILHO, 2004, p.1).

Até a década de 1970, a cidade de Manaus tinha um quadro de ocupação do espaço urbano em que os aglomerados estavam nas zonas administrativas Sul, Centro Sul, Oeste e Centro Oeste, com as margens dos seus igarapés densamente povoados. No final da mesma década, com a implantação do Distrito Industrial começa a expansão para as zonas Leste e Norte, sendo algumas delas por ocupações irregulares e sob impactos ambientais significativos, ocasionando graves problemas de infraestrutura, grande incidência de doenças infectocontagiosas, somados à degradação ambiental. Os espaços urbanos brasileiros constituídos a partir de ocupações irregulares somam precárias condições de vida urbana e socioambientais, resultando em inúmeros problemas de ordem física e de saúde pública (MARICATO, 2001).

Neste período, a cidade de Manaus possuía determinadas características geográficas peculiares que determinam seu traçado urbano, como a existência de cursos d'água em toda sua extensão. Isto poderia conferir à cidade uma posição de destaque em termos de infraestrutura para a vida da população local. No entanto, os igarapés na malha urbana da cidade foram apresentando sérios problemas, ao longo do tempo, devido a diversas ações

antrópicas e, principalmente, a ocupação humana às margens dos cursos d'água (BRAGA, SILVA e SCHAFFRATH, 2012).

Tendo o imediatismo como diretriz básica, a cidade de Manaus se desenvolveu sem nenhum acompanhamento e planejamento municipal, levando-a à desorganização espacial da sua área urbana, com ocupações irregulares às margens dos igarapés e áreas de floresta. Dessa forma, as soluções tomadas eram sempre emergenciais para os problemas de infraestrutura, serviços básicos e equipamentos, além de uma grande carência de políticas públicas no que diz respeito à saúde, ao transporte e à segurança.

Ao falar de ocupação urbana da cidade de Manaus, Giatti *et alii* (2011) afirmam que:

A ocupação de áreas distantes ocorreu por projetos estaduais ou municipais de construção de residenciais populares (Nova cidade, Cidade Nova, e outros), criando vácuos centrais e ilhas de populações isoladas dos centros. As dificuldades de ordenamento e planejamento urbano mediante a velocidade do crescimento populacional materializam uma cidade espraiada e com inúmeros vazios, que destrói rapidamente sua cobertura vegetal natural, tornando difícil atender a população com serviços essenciais, também reproduzindo sérios problemas viários (GIATTI *et alii*, 2011, p. 21).

Até a década de 1980, a cidade de Manaus contava com 37 bairros e um Distrito Industrial, mas a partir de 1980, com o crescimento demográfico, a zona urbana sofre mudanças rápidas e agressivas ao ambiente. Essa realidade, infelizmente, não foi privilégio apenas da cidade de Manaus, pois as grandes capitais brasileiras apresentaram o mesmo problema em decorrência da ausência de planejamento urbano sistemático e a falta de controle relacionado ao crescimento da cidade.

Scherer e Mendes Filho (2004), ao falar sobre as mudanças ocorridas na área urbana da cidade de Manaus na década de 1980, relatam que:

Os trabalhadores urbanos pré-existentes, remanescentes do extrativismo da borracha e aqueles que se encontram vão somar-se, na década de 70 e 80, na superpopulação relativa, com seu exército de reserva, que se entrega a toda sorte de atividades no setor informal, em buscas de estratégias de sobrevivência, mas também da mendicância, da violência, da criminalidade, enfim, compondo um cenário urbano de conflitos socioambientais. A intervenção do poder público na construção da infraestrutura pública e na expansão dos serviços coletivos, sempre esteve longe de atender às demandas sociais colocadas pelas classes subalternas que vivem nos bairros

periféricos da cidade. Seja do ponto de vista habitacional, da saúde, da educação, seja dos bens de consumo coletivos mínimos necessários à reprodução da força de trabalho (SCHERER e MENDES FILHO, 2004, p.23).

Dessa forma, a cidade de Manaus adentrou a década de 1990, agregando duas novas peculiaridades: a redução da mão de obra empregada no seu polo industrial, devido à abertura econômica que provocou profundas mudanças nos processos produtivos da ZFM, e uma grande variação em termos de crescimento populacional, advinda do interior para a capital, movidas pela ausência de infraestrutura básica. Os interioranos viam na cidade, embora de modo utópico, a chance de trabalho e da satisfação das suas necessidades básicas não contempladas em seu local de origem (GIATTI *et alii*, 2011).

Essa dinâmica da população possibilitou-lhe concentrar grande parte da população do estado, sendo nítida e intensa a sua progressão a partir da década de 1970, conforme observado na Tabela 1.

Tabela 1: População residente no estado do Amazonas e município de Manaus/1960-1996

LOCAL	ANOS				
	1960	1970	1980	1991	1996
Amazonas	714.774	955.203	1.430.528	2.103.243	2.389.279
Manaus	173.703	311.622	633.383	1.011.501	1.157.357

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, Banco de Dados SIDRA, 2004

Até a década de 1990, convivendo com esta expansão populacional, a cidade de Manaus não estava preparada para atender as demandas que cresciam a cada dia por habitação, emprego, transporte, educação, lazer, saúde, segurança e demais serviços urbanos, pois as riquezas produzidas na cidade continuavam a não ser distribuídas de forma a beneficiar a população de uma maneira mais equitativa, além da falta de planejamento das ações dos governos local, estadual e nacional.

Os impactos desse processo de desenvolvimento atravessaram inúmeras décadas, destinando à cidade de Manaus do século XX a convivência com a ambiguidade das grandes cidades: a

pobreza e a riqueza, a inclusão e a exclusão, o velho e o novo, demonstrando a quão distante foi deixada a preocupação com uma vida urbana que permitisse o acesso à cidadania para todos os seus habitantes, sem nenhuma distinção.

4. O CONTEXTO DA SAÚDE E A INSERÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O IDOSO

A saúde de uma população é resultante da forma como é estabelecida a relação entre o Estado e a sociedade. A ação do Estado é feita por meio das Políticas Públicas de proteção social, e dentre elas estão as Políticas de Saúde (RONCALLI, 2003). Destacamos que de todas as dimensões do envelhecimento humano, as repercussões no estado de saúde se afiguram como as de maior impacto no âmbito social. Desse modo, a análise dos aspectos relacionados à saúde e à doença resulta em temas que permitem compreender as sociedades em determinadas épocas.

No século XIX, com a vinda da família real para o Brasil, começaram a se implementar políticas públicas de saúde, obstaculizadas pela carência de profissionais. Uma estruturação sanitária mínima foi implantada, porém restrita ao atendimento da corte. Às juntas municipais cabiam as atribuições sanitárias e o controle de navios e saúde dos portos, considerados a porta de entrada das epidemias. Já a população, preferia ser tratada por curandeiros. A inexistência de uma assistência médica estruturada fez proliferar pelo país os Boticários (POLIGNANO, 2001).

Segundo Oda e Dalgarrondo (2005), a presença das Santas Casas de Misericórdia no território brasileiro teria acrescentado poucas alterações fundamentais em relação à assistência das até então existentes em Portugal e outras colônias. No Brasil, somente as principais localidades sediavam as Santas Casas de Misericórdia, o que resultou em uma pequena ou quase inexpressiva rede de proteção institucional, com serviços pouco sistemáticos e pouco abrangentes, destinados ao recolhimento de alienados pobres. Surgiram quase sempre como estruturas asilares fazendo, assim, com que muitas fossem desativadas após poucos anos de existência.

No século XIX, por exemplo, os conhecimentos e ações das autoridades médicas foram de grande importância na construção da sociedade. Nesta época, a medicina se institucionalizou

para buscar soluções, debater o urbano, o fluxo dos cidadãos e suas consequências na saúde pública (SANTOS JUNIOR, 2008).

Segundo Abreu (2014), no final do século XVIII, o pensamento higienista já se fazia presente nos trópicos, embora com pouca força. Com a instituição do ensino médico, autorizado a funcionar no Rio de Janeiro em 1809 e na Bahia em 1815 foi ganhando espaço e, a partir destas instituições, difundiu-se pelo Brasil no século XIX. A cidade do Rio de Janeiro, nesta época capital do país, com suas epidemias de cólera e febre amarela tornou-se um laboratório de aplicação do saber médico. A criação da Junta Central de Higiene em 1850 realçou ainda mais a posição de destaque do saber médico, uma vez que todas as iniciativas do Governo Imperial no urbano teriam que passar pela permissão da Junta.

O médico se tornou “autoridade reguladora da vida urbana, de intervenções e ações carregadas de sentido em direção à medicalização da sociedade” (MATOS, 2005, p. 33), num contexto em que a saúde e a doença se entrelaçavam como uma rede de relações estabelecidas, envolvendo manifestações, saberes e práticas de uma sociedade em que o processo do adoecer e da cura estavam intimamente relacionados com a ciência, a sociedade, a cultura, a religião e o ambiente, e toda intervenção feita para o controle das doenças e para a cura produziam impactos sobre o espaço, principalmente os de maior complexidade e diversidade.

Ainda que as epidemias sempre cursassem com agressividade nas distintas realidades das sociedades humanas, no século XIX, leigos, médicos e cientistas desconheciam os agentes etiológicos das doenças. Dessa forma, a sua causa estava sempre associada à relação homem e ambiente, no caso amazônico, ao clima do tipo quente e úmido e fatores associados a ele.

[...] os médicos do Império dedicaram-se no exercício de seu ofício a identificar no ambiente natural brasileiro, e no nosso caso em particular no ambiente natural amazônico, as causas das patologias que recorrentemente acometiam a população, identificando nos seus elementos constituintes – calor, umidade, eletricidade, ventos, produções do solo – o papel de cada um deles no que tange à sua ação patogênica. Seguindo os padrões científicos vigentes – climatologia médica, constituição médica e *topografia médica* – eles se dedicaram a conhecer detalhadamente as condições físicas do solo e da atmosfera identificando suas características mórbidas ou patológicas e neste mesmo movimento buscaram ainda determinar os mecanismos pelos quais eles agiam, seja de forma isolada ou em conjunto, no processo de adoecimento. [...] Estas características climáticas favoreceriam a formação e

a propagação das emanações pútridas provenientes das matérias orgânicas em processo de decomposição. Transportadas pelo ar atmosférico estas emanações acabavam por contaminar o ar ambiente causando o adoecimento das populações que habitavam nas proximidades do seu foco (COSTA, 2008, p. 64-65).

Complexidade e diversidade são as principais características que distinguem e diferenciam os estados e municípios amazônicos de todos os demais do Brasil, expressada em sua territorialidade, marcada por segmentos sociais distintos que intervêm no território, que vai desde o grande capital aos pequenos produtores rurais; e dos mecanismos desiguais e combinados, nos quais convivem processos sociais tradicionais e outros extremamente modernos, com a lógica capitalista presente como uma mediação geral (CASTRO, 2009; SUZUKI, 2006). É dentro desta realidade que está a cidade de Manaus, geograficamente localizada no centro de uma floresta tropical, onde os mosquitos sempre dominaram o ambiente.

Os mosquitos e as condições sanitárias faziam a fama da cidade que tanto propiciava riqueza como representava riscos à saúde. A cidade de Manaus reunia as condições necessárias para a disseminação das doenças vectoriais porque era cortada por uma rede de igarapés e tinha uma constante renovação de pessoas não-imunes às doenças tropicais (SCHWEICKARDT, 2009, p.72).

Os rios que entrecortaram e que entrecortam a cidade de Manaus sempre desempenharam um papel importante na sobrevivência do homem, assim como também favoreceram o aparecimento e a propagação de inúmeras doenças. No século XIX, as doenças e a salubridade das cidades já se apresentavam como problema em todo o mundo e encontraram sua fundamentação na teoria miasmática. O termo “miasmas” traduzia tudo o que se relacionava à insalubridade. Os miasmas eram emanações nocivas invisíveis, que, gerados pela sujeira e por gases formados pela putrefação de cadáveres (humanos e animais), corrompiam o ar e atacavam o corpo humano (CORBIN, 1987).

Em razão da grande quantidade de materiais orgânicos e de umidade que se concentravam nos leitos de rios e igarapés, a cidade de Manaus passou a ser vista como lugar por excelência das doenças originadas pelos miasmas. Com base nesses pressupostos, as autoridades

médicas da província do Amazonas reforçavam os argumentos que as doenças neste território tinham procedência miasmática. Assim, a partir dos anos de 1880, o melhoramento e a ampliação das ações de saúde pública puderam ser percebidos, de maneira mais nítida, na cidade de Manaus, principalmente em razão dos melhoramentos urbanos promovidos a partir do crescimento da economia gomífera.

Mesmo com tantas medidas tomadas para melhoria do ambiente da cidade com o alargamento e calçamento das vias públicas, a retirada de moradores de casas palustres, fiscalização sanitária, a imposição no uso da água encanada e sistema de drenagem de águas paradas, a proibição de víveres e hortifrutigranjeiros no perímetro urbano, seria um erro pensar que as transformações alcançaram todos os espaços da cidade, pois elas tinham espaços definidos para serem erigidos pelos poderes públicos (SANTOS JUNIOR, 2008).

Essas melhorias se davam na parte central da cidade, porque em outros de seus pontos a situação era bem diferente, conforme descreve Júlio César Schweickardt (2009, p.72):

A elite urbana ufanava-se pelas belezas da sua cidade, por detrás dessa vitrine os cortiços se multiplicavam em pleno centro, abrigando estrangeiros e nacionais que trabalhavam no comércio. Por esse motivo, os cortiços sofriam constantes intervenções sanitárias, especialmente no período de epidemias. O subúrbio, por outro lado, concorria com a mata e com os igarapés, dificultando qualquer ação de saneamento. As condições ambientais do subúrbio propiciavam o meio favorável à reprodução do temido *Anopheles* que transmitia a malária. [...] os costumes da população, o regime de águas e as dificuldades de saneamento contribuíam para a continuidade das doenças tropicais em Manaus. Desse modo, viver na capital amazonense era perigoso, pois significava um risco constante de se contrair uma dessas terríveis doenças que atemorizavam os estrangeiros e os migrantes (SCHWEICKARDT, 2009, p.72).

O desenvolvimento econômico local obrigou o governo provincial a implementar um programa sanitário que atendesse os regulamentos da Junta Central. Mesmo, com um número de médicos e de estabelecimentos de saúde reduzidos, procurava-se atender as necessidades de saúde mais urgentes dos habitantes da província. Assim, como não se podia alterar alguns dos componentes climáticos, pois tratava-se de elementos próprios da paisagem natural, as autoridades médicas do Império acreditavam que a adoção das regras da Higiene tornava-se

a melhor alternativa para a solução dos problemas sanitários e de saúde pública para a população (COSTA, 2008).

De acordo com Costa (2008), em 1886, a Junta Central de Higiene Pública foi extinta, criando em seu lugar a Inspetoria Geral de Higiene (IGH). Devido ao surto de varíola, em 1887, a Inspetoria foi substituída pela Diretoria Geral de Higiene (DGH) mantendo as mesmas atribuições. Com o advento da República e com a autonomia federativa, em 1891, criou-se a Inspetoria de Higiene do Estado do Amazonas, que tinha a função de fiscalizar o serviço sanitário, exercício da medicina, os estabelecimentos públicos e as condições de higiene; promover o saneamento dos espaços públicos; adotar medidas para prevenir, tratar e atenuar as doenças epidêmicas, endêmicas e infectocontagiosas; organizar o atendimento público de saúde; organizar as estatísticas demografossanitárias. O Porto, localizado no centro da cidade, era merecedor de maiores cuidados por parte do poder público, por ser um dos espaços de entrada e saída de produtos e pessoas da cidade de Manaus (COSTA, 2008).

Para Polignano (2001), as ações em saúde sempre ganharam relevância na proporção em que determinadas endemias ou epidemias repercutiram com prejuízos econômicos na sociedade. Desta forma, o Estado passava a conceder atenção a grupos sociais importantes de regiões socioeconômicas igualmente importantes, quase sempre direcionadas aos grupos mais urbanos, demonstrando que as conquistas obtidas pelos demais foram e são resultado do poder de luta, organização e reivindicação dos trabalhadores brasileiros.

Nos primeiros anos da República Velha, o desafio da medicina era de se empenhar na luta contra os males da nação, o que justificaria as medidas intervencionistas e autoritárias que marcaram este período, como a reforma urbana e higienização da cidade do Rio de Janeiro, assim como as campanhas para a vacinação da população, que teve como consequência eventos como a Revolta da Vacina¹³, ocorrida em 1904, em decorrência do caráter austero das medidas governamentais empreendidas.

¹³ A revolta da vacina foi um movimento social urbano que marcou a sociedade política durante a primeira República brasileira (1902-1906). No dia 09 de novembro de 1904, é publicado oficialmente o plano de aplicação obrigatória da vacina contra a varíola. A população, humilhada pelo poder público autoritário e violento, não acreditava na eficácia da vacina. Os pais de família rejeitavam a exposição das partes do corpo a agentes sanitários do governo. A partir deste momento se desencadeia um debate transpondo as dimensões do legislativo, para empolgar toda a imprensa da capital federal com sede no Rio de Janeiro. A vacinação obrigatória foi o estopim para que o povo, já profundamente insatisfeito e insuflado pela imprensa, se revoltasse. Durante uma semana, enfrentou as forças da polícia e do exército até ser reprimido com violência (BENCHIMOL, 2003).

Com relação aos cuidados assistenciais aos idosos, eles eram prestados pelas Santas Casas de Misericórdias. A criação de instituições filantrópicas destinadas a prestar cuidados a velhos, denominadas de asilos, teve sua origem no final do século XIX e início do século XX (SANTOS JUNIOR, 2008). Porém, grande parte da população, em toda a região amazônica, fazia uso da prática milenar de manipulação das ervas medicinais, facilmente encontradas na floresta; do parto assistido por parteiras; e da consulta ao curandeiro. Essa prática era repassada pelos idosos de geração a geração. Se a Inspetoria de Higiene do Estado do Amazonas já combatia o que considerava exercício ilegal da medicina, de nenhum modo deixou de perseguir os curandeiros e as parteiras, na sua maioria idosos, que tinham papel importante e gozavam de muita credibilidade até aquele momento, tentando inibir suas práticas de cuidado nos diferentes grupos sociais e étnicos no início do século XX.

Na medicina da floresta introduziu-se paulatinamente palavra “ciência”, em que o científico e o milagroso dividiam o mesmo espaço (FIGUEIREDO, 2003).

Nos primeiros anos do século XX, sob moldes militares, de natureza autoritária, diferentes campanhas implementaram as ações de saúde pública, gerando conflitos de interesses por parte da população, de políticos e líderes militares. Em 1920, com a saída de Oswaldo Cruz do comando das ações sanitárias, o médico Carlos Chagas assumiu a organização do Departamento Nacional de Saúde. Assim, o problema de cunho sanitário adquiriu um caráter de questão social, deixando de ser um caso de polícia (POLIGNANO, 2001).

Com relação ao sistema de previdência, ele surgiu nas primeiras décadas do século XX, graças à iniciativa dos trabalhadores. A assunção do Estado brasileiro na gerência do sistema previdenciário foi lenta e gradual. O primeiro ato governamental nesta área ocorreu em 1923, com a promulgação da Lei Eloy Chaves, determinando a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAP) para os trabalhadores de ferrovias. Entretanto, eram sociedades civis em que a ingerência do setor público era mínima, tendo sua administração composta por empregados e empregadores (BRAVO, 2006; PAIM *et alii*, 2011; BATICH, 2004).

Nas décadas de 1920 e 1930, os direitos civis e sociais do indivíduo foram vinculados à sua posição no mercado de trabalho (PAIM *et alii*, 2011). Dessa forma, somente aqueles que possuíam o vigor da força física eram protegidos, ficando o idoso excluído e recaído sobre ele o peso da sua inutilidade na lógica capitalista de produção de mercadorias.

Durante o governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-45) e dos governos militares (1964-84), houve a expansão do sistema de proteção social e de saúde em todo o Brasil. Neste período, o setor de saúde enfrentou sérios problemas que passaram pela falta de ampliação dos serviços, falta de recursos financeiros e pelos interesses advindos das conexões entre o setor estatal e empresarial médico (BRAVO, 2006).

O Estado assumiu uma postura mais intervencionista, porém, não investiu em obras públicas para idosos sob sua responsabilidade direta, não fomentou políticas de promoção de práticas que contribuíssem para o ajustamento de seus velhos, que também necessitava de mobilidade e convivência social. As ações do Estado na saúde pública passaram a meras normas, deixando no campo teórico as soluções dos grandes problemas existentes (BRAVO, 2006; ESCOBAR, 2009; PAIM *et alii*, 2011).

A Revolução Industrial do século XIX ocasionou mudanças drásticas na sociedade capitalista, que desvalorizou o idoso, principalmente o menos favorecido. Essas mudanças alcançaram o século XX, em pleno período de industrialização, aumentando o estigma da velhice improdutiva (ESCOBAR, 2009).

De modo geral, na segunda metade do século XX, a velhice era considerada um problema social e o idoso brasileiro doente era tratado em abrigos de mendigos, moribundos e leprosos. As desigualdades sociais vigentes no país, naquele momento, tornaram mais agudos os problemas relacionados à velhice, em decorrência das transformações sociais, econômicas e culturais vigentes, que provocou o enfraquecimento das relações na comunidade e na família, principal suporte para a pessoa idosa (ESCOBAR, 2009). O atendimento ao idoso era feito pelo Estado por auxílios e convênios com o setor privado. Por um lado, ampliava-se o escopo das práticas institucionais de âmbito particular, por outro, práticas assistenciais passaram a adquirir espaços em instituições públicas (ESCOBAR, 2009).

A estrutura de saúde no setor privado, desde 1950 estava montada para a formação das empresas médicas, ligadas aos interesses capitalistas, que buscavam desde então a privatização dos serviços de saúde. A política de atenção à saúde era de cunho nacional, sendo subdividida em: saúde pública, predominante na primeira metade da década de 1960, que atuava junto às populações urbanas buscando melhorar minimamente as condições sanitárias, mas esquecendo das populações residentes no campo; e medicina previdenciária,

que tornou-se superior à saúde pública a partir de 1966. A assistência médico-hospitalar aos trabalhadores rurais ocorreu somente a partir de 1971 (BRAVO, 2006).

Segundo Paim *et alii*:

O sistema de saúde era formado por um Ministério da Saúde subfinanciado e pelo sistema de assistência médica da previdência social, cuja provisão de serviços se dava por meio de institutos de aposentadoria e pensões divididos por categoria ocupacional (p. ex., bancários, ferroviários etc.), cada um com diferentes serviços e níveis de cobertura. As pessoas com empregos esporádicos tinham uma oferta inadequada de serviços, composta por serviços públicos, filantrópicos ou serviços de saúde privados pagos do próprio bolso. Após o golpe militar de 1964, reformas governamentais impulsionaram a expansão de um sistema de saúde predominantemente privado, especialmente nos grandes centros urbanos. [...] Entre 1970 e 1974, foram disponibilizados recursos do orçamento federal para reformar e construir hospitais privados; a responsabilidade pela oferta da atenção à saúde foi estendida aos sindicatos e instituições filantrópicas que ofereciam assistência de saúde a trabalhadores rurais (PAIM *et alii*, 2011, p.17).

Percebe-se, então, que vigoravam regimes diferenciados de atendimento, desde aqueles vigentes no âmbito da Previdência Social, com contratação e financiamento de serviços para os trabalhadores rurais, até os esquemas de assistência alternativos, proporcionados por serviços privados, contratadas pelo Estado.

Com relação aos idosos, Vicente Faleiros (2007) os descrevem como improdutivos pela Constituição de 1934, o que lhes garantia apenas a implementação da assistência social por meio dos direitos trabalhistas, previsto no artigo 121, item h, caso tivessem sido inscritos na produção como operário. A mesma Constituição previa a contribuição social tripartite em “favor da velhice”, pelo empregador, pelo empregado e pela União. Na Constituição de 1946, o artigo 157 trazia explícita a formulação da previdência contra as consequências da velhice. O mesmo autor acrescenta que:

Quando a velhice passa de uma questão filantrópica e privada para a esfera pública, a perspectiva dominante passou a ser a incorporação do direito do trabalhador e não o direito da pessoa envelhecida. Ao mesmo tempo, manifestava-se que a velhice tinha uma relação profunda com a privacidade, o âmbito da família e o âmbito da filantropia e da religião. As Sociedades São Vicente de Paula tentavam manter a família assistida em lares subsidiados e os asilos atendiam àqueles privados de laços familiares e de renda. A Legião

Brasileira de Assistência, fundada em 1943, possuía programas para idosos como o apoio a asilos (FALEIROS, 2007, p.41).

Confrontando interesses públicos e privados, percebemos que, na prática, não se deu importância à vida do sujeito que envelheceu. Consideramos que, para o idoso, a qualidade de vida no espaço urbano estaria relacionada ao ambiente físico limpo e seguro, serviços de saúde acessíveis, possibilidade de participação social por meio de interações sociais e a possibilidade de se deslocar de forma independente no espaço urbano de circulação.

Segundo Mariana Batich (2004), com as mudanças econômicas da década de 1930 e a crise no mercado internacional do café, um processo de crescimento industrial se intensifica e as classes assalariadas urbanas passam a reivindicar melhores condições de vida, o que levou o Estado a interferir nas relações trabalhistas, no intuito de conciliar conflitos entre capital e trabalho. Dessa forma, o poder público se colocou como o principal responsável pela proteção social dos trabalhadores, determinando que as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), fossem substituídas por outro tipo de instituição, aglutinando categorias profissionais e abrangendo todo o território nacional.

A primeira instituição desse tipo surgiu em 1933, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos - IAPM, e destinava-se a agregar as CAPs dos marítimos. Ao longo da década, foram criados outros institutos para as categorias dos comerciários (1934), bancários (1935), industriários (1938) e os empregados em transportes e cargas (1938). Vale ressaltar que os tipos e valores dos benefícios previdenciários dos IAPs não eram uniformes (BATICH, 2004).

Cada categoria de atividade os estabelecia livremente e eram dependentes do percentual de contribuição que os participantes pagavam ao instituto durante sua vida ativa. As categorias com salários mais elevados tinham mais recursos para as provisões previdenciárias e incluíam até serviços de assistência médica. E tal como acontecia com as CAPs, os participantes dos IAPs conduziam-se pautados por laços de solidariedade, uma vez que as contribuições dos trabalhadores da ativa eram utilizadas para a cobertura de quem se afastava do trabalho por doença ou velhice, porém, agora, além de contarem com a contribuição dos empregadores, passavam a ser financiados também pelo Estado, que cuidaria principalmente das despesas com a administração (BATICH, 2004, p. 34).

Assim, na Era Vargas, muitos dos direitos ligados à seguridade social foram instituídos, ao passo que também se aprimoraram as ações de Estado acerca da saúde pública. No entanto, embora esses avanços tenham sido de grande importância do ponto de vista da saúde pública e seguridade social, somente em 1953 ocorreu a criação do Ministério da Saúde. Daí até a criação do SUS (Sistema Único de Saúde), a população brasileira esperou mais 35 anos.

Em março de 1964, os militares derrubam o governo e assume a presidência da República o general Castelo Branco. Estabeleceu-se a institucionalidade do novo regime que perduraria por vinte anos e que pode ser resumida em: ampliação do poder executivo, exclusão dos trabalhadores do pacto de poder, eleições indiretas para presidência da República e dos estados, censura e repressão à discordância ao regime. Na economia, houve um grande crescimento, chamado 'milagre econômico', baseado no arrocho salarial e na transnacionalização crescente da estrutura produtiva. As reformas realizadas nesse sentido, além de favorecerem a acumulação capitalista, submeteram o Estado às regras do capital privado. Para justificar tal medida, extinguiu o Estado populista que estava em crise e conteve a radicalização do movimento de massas exigindo as reformas de base (FLEURY, 1994).

Em sua obra intitulada *História das políticas de saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à reforma sanitária*, Sarah Escorel (2008), relata que até 1964 a assistência médica previdenciária da população era de responsabilidade da rede de serviços próprios dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), compostas por hospitais, ambulatórios e consultórios médicos. A partir da criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), foi priorizada a contratação de serviços de terceiros, com a justificativa que haveria uma incapacidade da rede fornecer assistência médica a todos os beneficiários. Essa tendência de abandono das ações executivas, em benefício do setor privado foi estabelecida para todos os ministérios da Saúde, pelo primeiro governo do regime ditatorial, Castelo Branco na presidência, que institucionalizou o novo regime, em 1964.

Estimulando um padrão de organização da prática médica orientado pelo lucro, o INPS passou a ser o grande comprador de serviços privados de saúde. Além disso, todos os IAPs foram unificados no INPS, com o que os benefícios para os trabalhadores segurados foram uniformizados. Sua organização eliminou a gestão tripartite (União, empregadores e empregados), afastando os últimos dos processos decisórios. Aqueles que não contribuían

para a previdência social só eram atendidos se integrassem o perfil dos programas (materno-infantil, tuberculose, hanseníase etc.), dos serviços filantrópicos ou que pudessem pagar, em consultórios e clínicas privadas (SCOREL, 2008).

Na década de 1970, em todo o mundo discutiam-se as reformas no setor de saúde, porém o Brasil estava na contramão da história. O governo do general Figueiredo, foi marcado por 3 importantes crises: crise econômica, que fragilizou a aliança do regime militar com o empresariado nacional e em conjunto com as pressões das reivindicações populares, sindicais e de entidades de oposição liberal, acirrou uma crise política; crise social, em que a concentração de renda, que já vinha da época do 'milagre econômico', somada ao arrocho salarial e ao desemprego, desencadearam uma série de tumultos; e crise moral, com perda de legitimidade do regime, denúncias de corrupção e crimes do colarinho branco (FLEURY, 1994; SCOREL, 2008).

A abertura política oportunizava a luta pelo resgate da dívida social engavetada pela ditadura. Neste cenário, inicia-se o histórico *Movimento da Reforma Sanitária*, constituído por intelectuais, trabalhadores da saúde, líderes políticos de partidos de esquerda, população de classe média e os sindicatos, que trazia um discurso pautado pela teoria crítica histórico-estrutural do binômio saúde-doença, inspirada nos conhecimentos da medicina social inglesa, no estruturalismo francês e na sociologia política italiana (CARVALHO, 2002), questionando a manutenção do Estado de bem-estar social.

A concepção política e ideológica do movimento pela reforma sanitária brasileira defendia a saúde como uma questão social e política a ser abordada no espaço público. Muitos se engajaram na luta, incluindo, principalmente, duas grandes instituições que propiciaram a base institucional para alavancar as reformas: o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), fundado, em 1976 e responsável pela organização do movimento da reforma sanitária, e a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), fundada em 1979, quando muitas reuniões e assembleias foram realizadas com a participação de técnicos e gestores municipais, e, em 1980, foi constituído o Conselho de Secretários de Saúde (CONASS) (PAIM *et alii*, 2011).

Em 1986, em Brasília, aconteceu a 8ª Conferência Nacional de Saúde, chamando a sociedade para um amplo debate. Esta conferência tornou-se um marco na história da saúde brasileira

porque aprovou o conceito de saúde como direito de cidadania e dever do Estado; propôs um sistema de saúde nos princípios da participação popular, equidade, descentralização, universalidade e integralidade das ações de saúde, delineando os alicerces do Sistema Único de Saúde (SUS) vigente até os dias de hoje.

Apesar da forte oposição por parte de um setor privado poderoso e mobilizado, os participantes do movimento da reforma sanitária garantiram a sua aprovação na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

A década de 1980 foi iniciada com baixas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de salários achatados, de crise na Previdência Social e aumento da concentração da riqueza com distanciamento de classes sociais, mas com uma expressiva organização da sociedade civil, que rompia com a ditadura militar e instaurava um Estado Democrático, exigindo eleições diretas e uma nova Constituição.

Segundo Escobar (2009), na década de 1980, houve um aumento do número de associações e federações de pensionistas e aposentados e o movimento da sociedade civil que exigia a valorização e o respeito à pessoa idosa começa a ganhar forças, com a participação de professores universitários, associações de idosos e alguns políticos comprometidos com questões sociais:

Como reflexo das defasagens nos proventos dos aposentados e pensionistas no ano de 1985, inicia-se um movimento social de idosos que irá se organizar posteriormente através da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. Tal instituição desempenhou um importante papel no debate previdenciário brasileiro e se fortaleceu no momento em que os protestos contra a miséria da população encontram espaço para a emergência de novos atores sociais. Esse movimento conseguiu introduzir modificações no plano de benefícios como recomposição dos valores de aposentadorias e pensões que serão efetivados na constituição de 1988 (ESCOBAR, 2009, p.6).

Não seria exagero afirmar que as inovações da política de saúde na década de 1980 foi tomada como a mudança ideal na política social dentro do contexto da transição democrática pós-1985. Fiori (1991) indica que, no plano das chamadas reformas sociais, a reorganização da assistência médica do sistema previdenciário foi o que mais avançou.

O nascimento de uma nova configuração institucional, o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), implementado a partir do Ministério da
DA GEOGRAFIA À AMAZÔNIA

Previdência Social de 1987 a 1988, encontrou perfeita continuidade e a devida consolidação no reconhecimento constitucional da saúde como direito de todos e dever do Estado e, conseqüentemente, na reordenação legal do sistema de prestação do serviço de saúde que passou a obedecer às normas deste sistema de formato unificado [...]. Este projeto reformista conquistou na Assembleia Constituinte uma ampla base de sustentação que incluiu alentados apoios reformistas por parte de setores conservadores que, insatisfeitos com a situação de saúde da população, passaram a defender a mudança de modelo assistencial privatista que vinha sendo promovido pela Previdência Social desde os anos sessenta (FIORI 1991, p. 4-5).

Essa mobilização deu rumo e base à Constituição Cidadã (1988), primeira Constituição da República Federativa do Brasil, que trouxe descrita no seu texto linhas para a proteção jurídica ao idoso, que imputava à família, à sociedade e ao Estado obrigações de amparo aos idosos (ESCOBAR, 2009).

A promulgação da Constituição Brasileira, em 1988, tratou das questões específicas da velhice e garantiu direitos sociais mais equitativos e um capítulo exclusivo para a saúde com um modelo considerado um avanço para a política de saúde no mundo, conhecido como SUS. Essas disposições constitucionais permitiram a elaboração de legislação complementar posterior acerca do assunto.

Numa retrospectiva histórica, os eventos mais importantes ocorridos durante este período no Brasil que influenciaram as políticas de saúde em todos os municípios do país estão descritos no Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 - Contexto histórico e desafios para a saúde nos séculos XIX e XX até 1988, no Brasil

	Contexto macroeconômico e socioeconômico	Contexto político	Sistema de saúde	Principais desafios de saúde
Colonialismo português (1500-1822)	- Exploração de matérias-primas e monopólio comercial por Portugal	- Controle político e cultural de Portugal	- Século XIX: - Criação de Hospitais da Santa Casa de Misericórdia em Santos, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Belém e Olinda . Organização Sanitária incipiente	- Doenças, pestilências e assistência à saúde para a população

<p>Império (1822-1889)</p>	<p>- Abertura dos portos (1808), surgimento do capitalismo moderno e início da industrialização</p>	<p>- Centralismo político e sistema de coronelismo, que dava aos grandes proprietários de terra o controle político de províncias e localidades</p>	<p>- Estruturas de saúde com ênfase na polícia sanitária - Administração da saúde centrada nos municípios - Criação das primeiras instituições de controle sanitário dos portos e de epidemias (1828 e 1850)</p>	<p>- Doenças, pestilências e prioridade da vigilância sanitária (portos e comércio)</p>
<p>República Velha (1889-1930)</p>	<p>- Economia agroexportadora (capital comercial), crise do café e insalubridade nos portos</p>	<p>- Estado liberal-oligárquico, revoltas militares e emergência das questões sociais</p>	<p>- Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP;1897) - Revolta da Vacina (1904) - Reformas das competências da DGSP (Oswaldo Cruz,1907) - Caixa de Aposentadoria e Pensões (Lei Eloy Chaves, 1923) - Incipiente assistência à saúde pela previdência social - Dicotomia entre saúde pública e previdência social</p>	<p>- Doenças, pestilências (febre amarela, varíola, peste) e doenças de massa (p.ex, tuberculose, sífilis, endemias rurais)</p>
<p>Ditadura Vargas (1930-1945)</p>	<p>- Industrialização, mas com manutenção da estrutura agrária</p>	<p>- “Estado Novo” – Estado autoritário entre 1937 e 1938 identificado com o nazifascismo</p>	<p>- Saúde pública institucionalizada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública - Previdência social e saúde ocupacional institucionalizada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - Campanhas de Saúde pública contra a febre amarela e a tuberculose - Instituto de Aposentadoria e Pensão (IAP) estendem a previdência social à maior parte dos trabalhadores urbano (1933-1938)</p>	<p>- Predominância de endemias rurais (p.ex, doença de chagas, esquistossomose, ancilostomíase, malária), tuberculose, sífilis e deficiências nutricionais</p>
<p>Instabilidade democrática (1945-1964)</p>	<p>- Substituição de importações, rápida urbanização, migrações, advento da indústria automobilística, penetração do capital internacional</p>	<p>- Governos liberais e populistas</p>	<p>- Criação do Ministério da Saúde (1953) - Leis unificaram os direitos de previdência social dos trabalhadores urbanos (1960)</p>	<p>- Emergência de doenças modernas (p.ex, doenças crônicas degenerativas, acidentes de</p>

			<ul style="list-style-type: none"> - Expansão da assistência hospitalar - Surgimento de empresas de Saúde 	trabalho e de trânsito)
<p>Ditadura militar (1964-1985)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Internacionalização da economia ou - Milagre econômico (1968-1973) - Final do milagre econômico - Penetração do capitalismo no campo e nos serviços 	<ul style="list-style-type: none"> - Golpe militar, ditadura (1964) - Reforma administrativa (1966) - Crise política (eleições de 1974) - Abertura política lenta, segura e gradual (1974-1979) - Liberação - Criação do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (1976); movimentos sociais - 1°. Simpósio de Política de Saúde do Congresso (1979) - Transição política (1974-1984) - Criação da Associação Brasileira em Pós-Graduação em Saúde Coletiva (1979) 	<ul style="list-style-type: none"> - Instituto de Aposentadoria e Pensão (IAP) unificados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), privatização da assistência médica e capitalização do setor saúde (1966) -Capitalização da medicina pela previdência social - Crise do sistema de saúde - Programas de Extensão de Cobertura (PEC) para populações rurais com menos de 20.000 habitantes - Crise na previdência social - Instituto Nacional da Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS,1977) - Centralização do sistema de saúde, fragmentação institucional, beneficiando o setor privado - INAMPS financia estados e municípios para expandir a cobertura 	<ul style="list-style-type: none"> - Predominância da morbidade moderna (p.ex., doenças crônicas degenerativas, acidentes de trabalho e de trânsito) - Persistência de endemias rurais com urbanização - Doenças infecciosas e parasitárias predominando nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste
<p>Transição Democrática (1985-1988)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fim da recessão, reconhecimento da dívida social e planos de estabilização econômica 	<ul style="list-style-type: none"> - Início da “Nova República” (1985) - Saúde incluída na agenda política - 8°. Conferência Nacional de Saúde - Ampliação do Movimento de Reforma Sanitária - Assembleia Nacional Constituinte - Nova Constituição (1988) 	<ul style="list-style-type: none"> - INAMPS continua a financiar estados e municípios - Expansão das AIS - Sistema Unificados e Descentralizados de Saúde – SUDS (1987) - Contenção das políticas privatizantes - Novos canais de participação popular 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da mortalidade infantil e de doenças preveníveis por imunização - Persistência de doenças cardiovasculares e cânceres - Aumento nas mortes violentas e relacionadas à AIDS

				- Epidemia de Dengue
--	--	--	--	----------------------

Fonte: PAIM *et alii*, 2011, p. 16-17

O tempo transcorrido entre as décadas de 1940 e 1950 mostrou o crescimento médio anual no período de 2,3% para a população geral e 3,2% para a população idosa. Em 1940, a esperança de vida ao nascer era de 41,5 anos de idade, passando para 67,7 em 1990, uma média de mais de 5 anos por década. Os maiores índices aparecem na década de 1980, quando aumentou de 53,5 anos de idade em 1970 para 61,8 em 1980 (IBGE, 1995).

Este crescimento se deu basicamente pelo fim dos constantes períodos de guerras, peste, fome e evolução da medicina curativa e preventiva sobre doenças infecciosas e parasitárias, somadas à descoberta dos antibióticos, o que resultou no aumento da expectativa de vida, na queda da fecundidade e da mortalidade. O Brasil chegou ao final da década de 1980 com indicadores inquietantes com situações de desigualdades contrastantes. Na cidade de Manaus, a situação não foi diferente (GIATTI *et alii*, 2011).

Giatti *et alii*, relatam que:

Assim, se, por um lado, ocorre o envelhecimento da população, aumento da expectativa de vida, redução da mortalidade infantil e redução da mortalidade bruta sobre a população, prevalece ainda para Manaus uma situação em que indicadores de morbidade assinalam a persistência de doenças fortemente ligadas a riscos ambientais do âmbito do domicílio e da comunidade, ampliando a carga de doenças, sobretudo se considerarmos grupos de agravos importantes como das causas externas. Também é necessário salientar que na categorização de riscos ambientais, aqueles de ordem global como as consequências das mudanças climáticas, podem representar sérios riscos como de enchentes e inundações, deslizamentos de terra e epidemias, dadas as precariedades de moradia e ocupação de áreas irregulares na cidade de Manaus (GIATTI *et alii*, 2011, p.35).

As estatísticas gerais mostravam que a maior concentração de idosos encontrava-se em áreas urbanas. Isso é importante porque a ampliação desta população aumenta também sua razão de dependência, mesmo que estes idosos ainda sejam produtivos para o país; uma vez que muitos deles são portadores de múltiplos problemas de saúde crônicos e coexistente carecendo de formulação de políticas públicas sociais voltadas para essa faixa etária.

Morar na cidade pode significar que esses idosos tenham disponíveis espaços equipados de infraestrutura urbana e social, tais como unidades de atendimento em saúde, mas eles podem não ter a infraestrutura adequada para sua acessibilidade e mobilidade (calçadas, rampas, guias rebaixadas etc.) e nem estarem recebendo o atendimento adequado.

Considera-se de fundamental importância, a participação da sociedade, da população-alvo e das três esferas de governo, nas discussões e planejamentos de projetos para este segmento, observando os contextos dos municípios e estados de acordo com as demandas apresentadas pelos idosos, especialmente aqueles com mobilidade reduzida, que enfrentam inúmeros problemas relacionados a uma cidade com tão grande diversidade de problemas estruturais,

Dadas as suas peculiaridades de ser uma cidade na floresta de um país em desenvolvimento, a cidade de Manaus merece ser analisada de modo a atender suas peculiaridades e desigualdades, buscando-se assim compreender os impactos à saúde. Assim, chamamos atenção para as situações de vulnerabilidade [...], como no caso da distribuição espacial da pobreza, o precário saneamento, a proximidade com os igarapés poluídos, a periferia distante em contato com a floresta e a sobreposição com os riscos “modernos” como o crescimento da frota de veículos e a poluição atmosférica, as ilhas de calor urbano, os acidentes de trânsito etc. Recordamos, entretanto, que todos esses determinantes devem ser compreendidos em sua motricidade a partir de forças como as grandes mudanças nas dinâmicas socioeconômicas que incidem sobre Manaus oriundos de seus problemas socioambientais (GIATTI *et alii*, 2011, p.33).

Segundo Raul Borges Guimarães (2013), cada lugar é uma combinação desigual de tempos, em que podem encontrar meios diversificados e sobrepostos, em que interesses, disputas, conflitos e tensões são a base da vida social. Esta é a forma como o espaço é produzido e transformado.

Compreende-se que a dinâmica de formação de centros urbanos é complexa e apresenta uma necessidade de um contínuo processo de reorganização espacial com mudanças na qualidade

de vida do indivíduo à equiparação de oportunidade, reforçando a acessibilidade como atributo da qualidade de vida, além da valorização do idoso possibilitando-lhe autonomia e bem-estar.

Muitos problemas de saúde podem ser causados não somente pelo envelhecimento natural, mas também pela qualidade das relações sociais que se processam no meio. Assim, vale ressaltar o grande significado, para o idoso, das interações sociais e a possibilidade de participar como sujeito social nestas interações que permitirão uma melhora na sua qualidade de vida no que diz respeito à saúde física e mental.

Dessa forma, é possível compreender que as características da velhice afetam suas relações sociais que, por sua vez, afetam a saúde e a qualidade de vida do indivíduo que envelhece. Portanto, a organização dos espaços públicos é elemento de coesão territorial ao nível da mobilidade e acessibilidade, promovendo também coesão social. É neste contexto que as questões relacionadas à mobilidade e acessibilidade devem ser consideradas no planejamento da cidade (REIS, 2009).

Ao longo da história do envelhecimento, foram significativos os avanços na área de acessibilidade e mobilidade urbanas, principalmente no que diz respeito às leis que garantem o direito de ir e vir dos idosos no espaço urbano de circulação. Mas todas as proposições feitas acima iniciaram com uma revolução no campo da previdência social, do sistema de saúde e do serviço assistencial, que puderam ser vislumbrados a partir da Constituição de 1988, o que será tratado no capítulo seguinte.

Referências

- ABREU, Mauricio de Almeida. **Escritos sobre espaço e história**. Org. FRIDMAN, Fania e HAESBAERT, Rogério. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2014.
- ALCÂNTARA, Adriana. **Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos**. Campinas: Editora Alínea, 2004.
- ANTP. Associação Nacional de Transportes Públicos. **Mobilidade e cidadania**. São Paulo, 2003.
- BATICH, Mariana. Previdência do trabalhador: uma trajetória inesperada. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n.3, p. 33-40, 2004.
- BECKER, Bertha. Amazônia: mudanças estruturais na passagem do milênio. In: MENDES, Armando Dias. (Org.). **Amazônia terra e civilização: uma trajetória de 60 anos**. Belém: Banco da Amazônia, p.115-140, 2004.

- BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (orgs). **Brasil Republicano 1**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 233-277, 2003.
- BONFIM, Ronaldo; BOTELHO, Lissandro. **Zona Franca de Manaus**: condicionantes do Futuro. Manaus: Valer, 2009.
- BRAGA, Kellem Andrezza de Araújo Freitas; SILVA, Frederico Fonseca; SCHAFFRATH, Valter Roberto. Microbacia do igarapé do gigante: unidade de planejamento para a gestão da bacia do tarumã. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v.5, n.1, p. 103-129, 2012.
- BRASILEIRO, Anísio. **Développement urbain et transports collectifs urbains au Brésil**. Enseignements de Recife et Curitiba. Thèse (Doctorat). École Nationale des Ponts et Chaussées, Paris, França, 1991.
- BRAVO, Maria Inês Souza. **Política de Saúde no Brasil**. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). Serviço Social e Saúde - Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: OPAS/OMS/ Ministério da Saúde, 2006.
- CALIRI, Jordana. **Os sonhos da Cidade**: a modernidade e os jornais amazonenses no início do século XX. Vol. 5 n.1, pp. 3-13, 2013.
- CARDOSO, Leandro; MATOS, Ralfo. Acessibilidade Urbana e Exclusão Social: novas Relações, velhos Desafios. In: **X Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, Florianópolis. 2007.
- CARVALHO, Sérgio Resende. **Saúde Coletiva e Promoção à Saúde**: uma reflexão sobre os temas do sujeito e da mudança. 2002, 184 fl. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo. Fev. 2002.
- CASTRO, Edna. **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.
- CORBIN, Alan. Saberes e odores. **O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.
- CORRÊA, Marcus Vinicius de Miranda. **Da Capela Carmelita a Catedral Metropolitana de Manaus (AM)**: uma arqueologia da arquitetura. 171fls Tese (Doutorado). Curso de Pós-graduação em Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- COSTA, Cybele Moraes. **Socorros públicos: as bases da Saúde Pública na Província do Amazonas (1852-1880)**. 141 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, 2008.
- COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana**: cotidiano de trabalhadores em Manaus, 1915-1925. 53fl. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História. PUC-SP. São Paulo, 2000.
- DAOU, Ana Maria. **A Cidade, o Teatro e o “Paiz das Seringueiras”**: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX. V.2. 222fl. Tese (Doutorado). Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1998.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto**: Manaus 1890-1920. Manaus: Valer, 2007.
- DIAS, Pollyanna D’Avila Gonçalves. **A arquitetura Neogótica no Período da Borracha**: um estudo tipológico das construções de Manaus. 142 fl. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Letras e Artes (PPGLA). Universidade do Estado do Amazonas, 2013.
- ESCOBAR, Karen Alves do Amaral. Novos paradigmas na assistência ao idoso: o enfoque da prevenção e promoção de um envelhecimento saudável. In: **IX Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva**: Compromisso da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Direito à Saúde, 2009, Recife. Ciência e Saúde Coletiva (Impresso), 2009.

- SCOREL, Sarah. História das políticas de saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à reforma sanitária. In: **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. GIOVANELLA, Lígia *et alii* (Org), Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 385-434, 2008.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Cidadania e direitos da pessoa idosa. **Rev. Ser. Social**, v.20, n. 35-61, 2007.
- FEITOSA, Orange Matos; SAES, Alexandre Macchione. O plano de defesa da borracha: entre o desenvolvimentismo e a negligência política ao norte do Brasil, 1900-1915. **Am. Lat. Hist. Econ.**, año 20, n. 3, p. 138-169, septiembre-diciembre, 2013.
- FENELON, Dea Ribeiro. **Cidades: pesquisa em História**. São Paulo: Olho D'Água, 2000.
- FIGUEIREDO, Aldrim Moura de. Pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX. In: CHALHOUB, Sidney. *et alii*,. (org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- FIORI, José Luís. **Democracia e Reformas: Equívocos, Obstáculos e Disjuntivas**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial/UFRJ, 1991.
- FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 1994.
- FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord). **A Amazônia Colonial**. 4ª Ed. Manaus: Metro Cúbico. 1990.
- GIATTI, Leandro Luiz *et alii*. Manaus: uma análise ecossistêmica através de indicadores de sustentabilidade ambiental e de saúde. Texto elaborado enquanto síntese preliminar para subsídio ao Seminário da pesquisa: **“Abordagem ecossistêmica para o desenvolvimento de indicadores e cenários de sustentabilidade ambiental e de saúde na cidade de Manaus / AM”**. Manaus: Fundação Oswaldo Cruz, 2011.
- GOMIDE, Alexandre de Ávila. **Mobilidade Urbana, Iniquidade e Políticas Sociais**. In IPEA: Políticas Sociais – acompanhamento e análise. v. 12, s/n. p. 242-250, Fevereiro, 2006.
- GUIMARÃES, Raul Borges. *Del período técnico científico al período demográfico* sanitario: desafíos metodológicos para la salud pública. **Rev Cubana Salud Pública**, v. 39, n. 4, p. 763-767, sep.-dic. 2013.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume. 2005.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais: uma análise da década de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, p.33, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LIMA, Susane Patrícia Melo de; *et alii*. Uma análise multiescalar da problemática urbana de Manaus: apontamentos para sustentabilidade da cidade. **Revista GEONORTE**, vol. 1, n. 2, Ano 2, p.35-56, 2011.
- LYRA, Flávio Tavares. **Os Incentivos Fiscais à indústria da Zona Franca de Manaus: uma avaliação (Relatório Final)**. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Texto para discussão nº 371, 1995.
- MACIEL, Regiane Macedo; FILIPPINI, Elizabeth. **Manaus: uma reflexão acerca de seu passado**. 4ª ed. **Revista Eletrônica Aboré** - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus, Dez 2010.
- MALVEIRA, William. **Economia & Horizontes da Amazônia**. Manaus, 2009.
- MARICATO, Ermínia. A metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente. In. **O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental**. VIANA, Gilney; SILVA, Marina e DINIZ, Nilo (Org). São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Na trama urbana**. Projeto História, São Paulo, nº 13, junho, 2005.

- MESQUITA, Otoni Moreira de. **La belle vitrine**. O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus - 1890/1900. 439fl. Tese. Doutorado em História Contemporânea. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.
- MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: história e arquitetura (1852-1910)**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1999.
- MINORA, Leonardo Ataíde. **Mobilidade urbana, acessibilidade**, governo eletrônico / organizado Natal: CEFET/RN, 2008.
- ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 983-1010, set.-dez, 2005.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920 a 1967**. A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.
- OLIVEIRA, José Aldemir de; MAGALHÃES, Soraia Pereira de. Circulação na Manaus da Belle Époque: modernização e exclusão. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 02, n. 04, p. 45-53, 2003.
- PAIM, Jairnilson *et alii*,ii. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **The Lancet.com**. p. 11 -31, 2011.
- PASCOA, Márcio Leonel Farias Reis. **A vida musical em Manaus na época da borracha**. Manaus: Valer, 1997.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1889-1925**. Manaus: Valer, 2001.
- PIZZOL, Kátia Maria Santos de Andrade. A dinâmica urbana: uma leitura da cidade e da qualidade de vida no urbano. **Caminhos de Geografia**, v1, n.16, p. 1-7, 2006.
- POLIGNANO, Marcus Vinícius. História das políticas de saúde no Brasil: uma pequena revisão. **Cadernos do Internato Rural-Faculdade de Medicina/UFMG**, v. 35, 2001.
- PONTES FILHO, Raimundo Pereira. **História do Amazonas**. Manaus: Cultural do Amazonas, 2011.
- PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3(43), p. 601-636, 2011.
- PROVÍNCIA DO AMAZONAS. **Documentos da cidade de Manaus**. 1870.
- RAIA JÚNIOR, Archimedes Azevedo. **Acessibilidade e Mobilidade na Estimativa de um Índice de Potencial de Viagens utilizando Redes Neurais Artificiais e Sistemas de Informação**. 2000. 212 fl. Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil: Transportes. Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos, 2000.
- REIS, Andréa Carla Jorge. **Os idosos e a circulação no espaço urbano: a locomoção dos idosos do Pólo Tuna Luso Brasileira do Projeto Vida Ativa na cidade de Belém/PA**. 2009. 147 fl. Dissertação (Mestrado). Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia, Belém, 2009.
- RONCALLI, Angelo Giuseppe. O desenvolvimento das políticas públicas de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde. In: PEREIRA, Antonio Carlos (Org.). **Odontologia em saúde coletiva: planejando ações e promovendo saúde**. Porto Alegre: ARTMED, p. 28-49, 2003.
- SALAZAR, Admilton Pinheiro. **Amazônia Globalização e Sustentabilidade**. 2. ed. Manaus: Valer, 2006.
- SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. A imposição da modernidade na Manaus da borracha. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**. n. 36/37, ano 20, p. 119-131, 2007.

- SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. **Criminalidade e criminalização de práticas populares em Manaus, 1906-1917**. São Paulo. Dissertação (Mestrado). PUC-SP, São Paulo, 2006.
- SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. Vivências urbanas e conflitos culturais: intervenções e ações na medicalização da sociedade manauara da belle époque. **Revista OPSIS**. v. 8, n. 11, 299-317, 2008.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2ªedição, 2002.
- SCHERER, Elenise, MENDES FILHO, Ivanhoé. **Injustiça Ambiental em Manaus**, In: II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação, Indaiatuba. 2004.
- SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. A ciência nos trópicos: as práticas médico-científicas em Manaus na passagem do século XIX para o XX. Texto. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.6, n.12, p. 69-88, 2009.
- SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1993
- SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista NERA**. Ano 10, n.10, p. 134-150, Janeiro/Junho, 2007.
- SUZUKI, Júlio César. Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.
- TELES, Luciano Everton Costa. 159p. **A vida operária em Manaus: imprensa e mundos do trabalho (1920)**. 159 fl. Tese. Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, 2008.
- VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.
- WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec. p. 22. 1993.

INICIATIVAS ECONÔMICAS SOLIDÁRIAS NA AMAZÔNIA MARAJOARA: possibilidades e limites¹⁴

Alexandre Nunes da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
alexandre.nunes@ifpa.edu.br

Gilberto de Miranda Rocha
Universidade Federal do Pará – Núcleo de Meio Ambiente
gilrocha@ufpa.br

Maria do Socorro Almeida Flores
Universidade Federal do Pará – Núcleo de Meio Ambiente
saflores@ufpa.br

Resumo: a pesquisa visa apresentar estudo de caso que evidencia e contextualiza o tema “Economia Solidária” à luz do que vem sendo construído no âmbito do território do Marajó. Buscar-se-á apresentar importantes iniciativas com enfoque direcionado aos fundamentos econômicos solidários em planejamento e em plena execução no dia a dia de uma comunidade ribeirinha da Amazônia Marajoara, tendo como universo da pesquisa o Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) denominado Acutipereira, mais especificamente a Comunidade Santo Ezequiel Moreno. O objetivo da pesquisa irá se concentrar em conhecer projetos cooperativos de grande relevância social em andamento na comunidade pesquisada, que mostram-se promissores na busca da melhor gestão dos recursos naturais e desenvolvimento rural sustentável, bem como avaliar suas reais possibilidades e limites para o sucesso. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, na perspectiva qualitativa descritiva, por meio de um estudo de caso. Destaca-se como hipótese que a comunidade encontra-se em plena construção de uma cultura solidária e cooperativista que ainda requer um salto de qualidade tanto no amadurecimento e operacionalização de seus projetos, quanto no acesso a novos mercados, para assim atingir sua emancipação social e o bem estar coletivo.

Palavras-chave: desenvolvimento; solidariedade; cooperativismo; Marajó.

1. Introdução

A pesquisa visa apresentar estudo de caso que evidencia e contextualiza o tema “Economia Solidária” à luz do que vem sendo construído no âmbito do território do Marajó. Utilizou-se

¹⁴ Artigo apresentado no XII SICOOPES – Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária & III FECITIS – Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação Social, na Área Temática: Cooperativismo, Economia Solidária e Gestão de Empreendimentos, realizado no Instituto Federal do Pará - IFPA, Campus Castanhal, de 27 a 30 de agosto de 2019.

como objeto de pesquisa uma experiência relevante que tem o associativismo e o cooperativismo como foco de suas ações em busca do desenvolvimento rural sustentável de sua comunidade. Trata-se da comunidade rural denominada Santo Ezequiel Moreno, localizada no município de Portel, estado do Pará.

Entender como ocorre as dinâmicas econômicas e solidárias no dia a dia das comunidades ribeirinhas da Amazônia marajoara torna-se um exercício de forte relevância social, uma vez que irá contribuir para a melhor compreensão acerca das possibilidades e limites que permeiam a estruturação e a gestão de empreendimentos solidários no âmbito do Marajó.

Para o bom entendimento do presente estudo, se faz necessário ter em mente que considera-se que há uma alternativa social com características coletivas que efetivamente coloca em prática todos os fundamentos da economia solidária, trata-se do “cooperativismo”. Luzio dos Santos (2014), afirma que a economia solidária integra diferentes iniciativas organizacionais, porém, tem no cooperativismo o seu principal modelo de funcionamento e busca resgatar a sua identidade original. Portanto, o cooperativismo é atualmente a iniciativa que melhor traduz os fundamentos da economia solidária, como pode-se observar na abordagem de Schimidt; Perius (2003 *apud* Luzio dos Santos, 2014) ao afirmar que o modelo cooperativo de organização, base da atual economia solidária, pode ser definido com um conjunto de empreendimentos econômicos formados pela associação voluntária de pessoas, visando o apoio mútuo de suas atividades. As cooperativas são, simultaneamente, associações de pessoas e empresas econômicas, cuja finalidade é a satisfação das necessidades de seus sócios/cooperados e a promoção da cultura da cidadania.

Com relevância equivalente aos demais aspectos abordados neste estudo, realizou-se a apresentação das principais normativas que regem o tema cooperativismo, a nível federal e estadual, para assim possibilitar contribuir na melhor compreensão do assunto.

A questão problematizadora destacada no presente estudo se concentra em identificar se as iniciativas econômicas solidárias, tais como o cooperativismo, implementadas no âmbito do território do Marajó, tem reais condições de obter bons resultados considerando as grandes limitações presentes nesse espaço geográfico?

A hipótese submetida à confirmação ou contestação é de que a economia solidária, e especificamente o cooperativismo é uma estratégia de grande potencial em todo o mundo e não seria diferente no caso do território do Marajó, entretanto, esse modelo de negócio e ao mesmo tempo uma filosofia de vida, traz consigo grandes desafios em sua implantação, em especial em um lugar como a Amazônia, com suas complexidades e limitações no que tange aos aspectos políticos, econômicos e sociais. Contudo, acredita-se que tudo começa quando as pessoas se juntam em torno de um mesmo objetivo, e quando os resultados se apresentam satisfatórios e os “donos do negócio” atingem os objetivos coletivos, e por que não dizer individuais em certa medida, a cooperativa cresce e se desenvolve de maneira sustentável.

Portanto, pressupõe-se que a comunidade encontra-se em plena construção de uma cultura solidária e cooperativista, mas que ainda requer um salto de qualidade tanto no amadurecimento e operacionalização de seus projetos, quanto no acesso a novos mercados para assim atingir sua emancipação social e o bem estar coletivo.

O objetivo da pesquisa se concentrou em conhecer projetos econômicos solidários de grande relevância social em andamento na Amazônia marajoara que mostram-se promissores na busca da melhor gestão dos recursos naturais e desenvolvimento rural sustentável, bem como avaliar suas reais possibilidades e limites para o sucesso.

O presente estudo foi fruto de esforço acadêmico proveniente de pesquisa científica realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGDAM/NUMA/UFGA).

2. Metodologia

A área de observação empírica do presente estudo foi a comunidade ribeirinha denominada Santo Ezequiel Moreno, localizada em Projeto de Assentamento Agroextrativista no município de Portel, estado do Pará.

Para o desenvolvimento do estudo os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa de modalidade bibliográfica, a partir da análise de registros disponíveis decorrentes de pesquisas anteriores, em artigos, revistas e legislações disponíveis em ambiente virtual. Complementarmente, foram realizadas visitas *in loco* para melhor subsidiar as análises necessárias. Portanto, procurou-se alcançar o objetivo metodológico com abordagem

qualitativa do tipo descritiva, pois buscou-se descrever as características de determinada população ou fenômeno e o estabelecimento de relações entre as variáveis.

3. Resultados/Discussões

A economia solidária está inserida no presente estudo como base estruturante e indissociável, contudo, compreende-se que é no cooperativismo que ela se materializa, no caso em questão, na comunidade Santo Ezequiel Moreno. Portanto, buscou-se transitar em meio a ambos os conceitos.

3.1. Aspectos Jurídicos e Conceituais do Cooperativismo

No âmbito do Brasil as cooperativas estão regulamentadas na Constituição Federal, no Novo Código Civil e também por lei específica, a Lei Federal nº 5.764/71, de 16 de Dezembro de 1971, conhecida como “Lei do Cooperativismo”. Neles estão descritas as leis que regem o modelo em nosso país e que embasam sua organização. Em diversos estados pode-se encontrar legislação específica para atender suas peculiaridades, mas qualquer que seja a legislação deverá estar subordinada às leis federais.

Abaixo estão escritos os locais na Constituição e no Novo Código Civil nos quais estão os artigos relacionados ao tema:

- Constituição Federal (inciso XVIII do art. 5º; art. 146, inciso III, alínea “c”; § 2º do art. 174 da CF/88);
- Código civil (artigos 1.093 a 1.096 do Código Civil Brasileiro instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002);
- Lei federal nº 5.764/71;
- Legislações específicas de acordo com os 13 ramos de atividades atuantes no Brasil.

Conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 5.764 (BRASIL, 1971), “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades”.

No âmbito do estado do Pará, a Lei Estadual nº 7.780, de 26 de dezembro de 2013, institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo e dá outras providências. A referida lei instituiu

a normativa que rege a matéria e consiste no conjunto de diretrizes e regras voltadas para o incentivo à atividade cooperativista e ao seu desenvolvimento no Estado do Pará. Em seu parágrafo único do Art.1, assegura nos termos do Art. 231, inciso III, da Constituição do Estado do Pará, que prevê a ampla liberdade e autonomia para a organização de cooperativas e para o ato cooperativista, na forma da supracitada lei.

Segundo a definição da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 1988), cooperativa “é uma sociedade de, pelo menos, vinte pessoas físicas, unidas pela cooperação e ajuda mútuas, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos das outras sociedades”.

Destacamos ainda o conceito utilizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2014), que diz que cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho econômico eficiente, por meio da produção de bens e serviços com qualidade destinada a seus cooperados e clientes.

Para Cardoso (2014), a cooperativa é, então, um meio para que um determinado grupo de indivíduos atinja objetivos específicos, por meio de um acordo voluntário para cooperação recíproca, o que pode-se chamar de finalidade. Para tanto, a cooperativa atua no mercado desenvolvendo atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização para seus cooperados.

Diante de todos os conceitos e previsão legal na esfera federal e estadual, é possível afirmar que o Brasil detém importantes mecanismos que resguardam a operacionalização das cooperativas em seus mais variados ramos de atuação, fato que permite um destaque importante ao modelo de negócio e/ou filosofia de vida com base nos princípios do cooperativismo ser considerada uma estratégia de grande potencial no mundo todo, e obviamente no território do Marajó, mesmo com suas limitações.

3.2. A Comunidade Santo Ezequiel Moreno – Portel/Pará

O estudo tomou como espaço geográfico, a comunidade rural denominada Santo Ezequiel Moreno, localizada na área periurbana do município de Portel, estado do Pará, mais especificamente no Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) denominado Acutipereira, possuindo área de 65.640,0977 hectares, para o assentamento de 368 (trezentas e sessenta e oito) famílias.

Fotografia 01: Comunidade Santo Ezequiel Moreno



Fonte: registro dos autores

Em atividades de campo e levantamentos bibliográficos, verificou-se dados primários e secundários que mostram que atualmente na comunidade Santo Ezequiel Moreno, habitam 34 famílias, com aproximadamente 160 moradores que subsistem principalmente da manipulação de produtos oriundos da floresta, onde todas as atividades são realizadas com a observância dos princípios que norteiam a Economia Solidária – cooperação, autogestão, equidade, solidariedade e sustentabilidade.

É importante mencionar que nas décadas de 1980 e até meados do ano 2000 a região foi marcada pela forte exploração dos recursos naturais, cuja atividade madeireira, a exploração do palmito e a pecuária intensiva, ocasionaram grandes impactos ambientais em toda a região marajoara (FASE, 2006). Essa também foi a realidade enfrentada pelas comunidades do rio Acutipereira, até a ocorrência de um fato que deu destaque nacional e internacional para essa região. No ano de 2004, houve um surto endêmico de raiva humana nas localidades do rio Acutipereira, proveniente da transmissão via mordedura de morcegos hematófagos. Foram

registradas as mortes de 16 comunitários (EID, 2004). Este fato, fez com que os moradores das comunidades deste rio refletissem sobre os impactos da ação do homem sobre o meio ambiente e sua repercussão até mesmo no comportamento dos animais (como o morcego), pois a degradação da floresta obrigou a busca desses animais por novos habitats e novas fontes de alimentos.

De acordo com o relatório preliminar realizados por profissionais do IBAMA (2004), sobre as possíveis causas dos ataques, apontam que há relação com as condições naturais do lugar, pois um considerável percentual do entorno do Rio Acutipereira é caracterizado por grandes extensões de campos naturais. Esses campos por serem compostos por uma vegetação rasteira e pequenos arbustos, não oferecem condições de abrigos aos morcegos, o que por si só já leva a uma concentração de colônias de morcegos hematófagos. Outro fator importante que contribuiu para a ocorrência do sinistro, foi o desmatamento causado pela extração madeireira que também pode ser apontada como atividade de alto impacto ambiental na localidade e que praticamente levou ao extermínio de grande parte da floresta primária.

A partir desse lamentável acontecimento uma diversidade de ações deram início, promovidas e desencadeadas com o protagonismo local e suporte de órgãos públicos, organizações não governamentais, governo municipal, igrejas, agentes de financiamento e instituições de ensino e pesquisa, tais como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Portel (STTR), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR), Instituto de Terra do Pará (ITERPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER-PARÁ), Instituto de Educação do Brasil (IEB) e o Ministério Público – Promotoria Agrária de Castanhal.

Em 2018, o Governo do Estado do Pará, através do Decreto Estadual nº 2.012, de 20 de março de 2018, criou o Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX), denominado Acutipereira, no território da antiga Gleba Acutipereira. Consolidou-se assim o processo de regularização fundiária e ambiental em 65.640,0977 hectares, beneficiando diretamente 368 famílias.

No decorrer dos anos, em meio a vivência de diversos acontecimentos com fortes impactos negativos para o meio ambiente e principalmente para as pessoas, sucedeu que nos dias atuais os comunitários entendam que a saída para a melhoria da qualidade de vida perpassa

pelo incremento da renda familiar, busca por melhores condições de vida e o respeito à natureza, e isso só irá ocorrer a partir de um intenso processo de organização e controle social. Essa mudança de atitude possibilitou a criação da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Acutipereira (ATAA), entidade que representa os moradores de Santo Ezequiel Moreno e de outras comunidades da região do baixo Acutipereira. Passo importante que possibilitou o planejamento e criação de diversas iniciativas inovadoras com reais poderes de transformação social.

Fotografia 02: Escritório de Economia Solidária e Sustentabilidade



Fonte: registro dos autores

Está em fase de construção o Escritório de Economia Solidária e Sustentabilidade da Comunidade Santo Ezequiel Moreno – PEAEX Acutipereira. Iniciativa popular que deixa claro a perspectiva acerca do modelo de desenvolvimento territorial que busca-se atingir no âmbito dessa localidade, o bem estar individual e comunitário, permeada de valores que buscam atender às necessidades e os desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando a emancipação e o bem estar individual, comunitário, social e ambiental (SINGER, 2002).

3.2.1. O Fundo Solidário Açai

O principal benefício adquirido com a criação da ATAA, foi a organização do Fundo Solidário Açai, em 2012. Trata-se de uma Tecnologia Social (TS) certificada e premiada pela Fundação

Banco do Brasil no ano de 2017, também recebeu o Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local da Caixa Econômica Federal, no mesmo ano.

Miranda e Potiguar (2017) conceituam o Fundo Florestal Comunitário Familiar (FFCF), como reservas econômicas coletivas formadas a partir da comercialização de bens e serviços florestais para o bem viver das famílias e comunidades agroextrativistas. De acordo com a Fundação Banco do Brasil (2017), os objetivos do Fundo Solidário Açaí foram norteados para o enfrentamento dos problemas de infraestrutura comunitária e socioproductiva, para favorecer a permanência dos cidadãos agroextrativistas em seu território, com boa qualidade de vida e capacidade de resistência. A TS também visa permitir que os recursos financeiros gerados a partir de produtos florestais sejam internalizados pela própria comunidade, por meio de um mecanismo comunitário e autogestionado no formato fundo; adquirir bens e serviços de uso comum que melhorem as condições de vida dos comunitários; estimular a diversificação produtiva e econômica da comunidade como alternativa à exploração predatória dos recursos naturais; aumentar a renda das famílias pela diversificação produtiva; dar suporte as estratégias de macrodefesa do território da comunidade, reforçando a apropriação territorial, permanência na comunidade, e afirmação coletiva da posse da terra; valorizar os recursos naturais locais por meio da transição para a produção agroecológica, evitando a degradação ambiental.

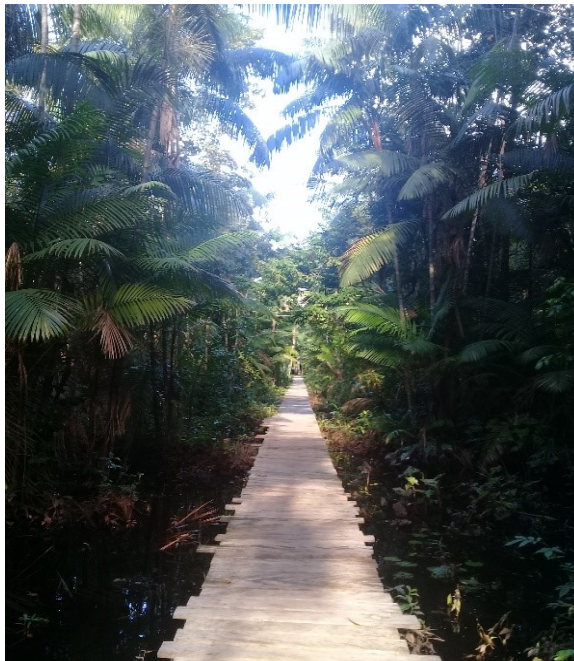
A tecnologia social é operacionalizada a partir da arrecadação pecuniária realizada ao longo da safra do açaí comercializado pelos moradores. Com a contribuição de R\$2,00 (dois reais) por cada rasa de açaí vendido, forma-se uma “poupança coletiva” que é convertida em benfeitorias à comunidade (MIRANDA; POTIGUAR, 2017). Os recursos financeiros são repassados a tesouraria da ATAA e a aplicação desses recursos é votada em assembleia.

Destaca-se algumas ações de maior relevância realizadas a partir da iniciativa econômica solidária Fundo Solidário Açaí: investimento na ampliação da sede da ATAA; estruturação do sistema de abastecimento de água (700 metros de encanamento); suporte às lideranças comunitárias em viagens para a participação em capacitações; investimento em outros produtos agrícolas e agroflorestais como hortaliças, legumes, mandioca, fruticultura (bacuri, taperebá, abacaxi) e no próprio manejo de açazais e de espécies florestais como a andiroba; reforma da capela local; fortalecimento da agricultura familiar para a expansão em mercados institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE); e, acordos comerciais com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Entretanto, cabe destacar que a primeira benfeitoria proveniente desse esforço coletivo solidário, fora a construção de uma ponte e passarelas de madeira, com mais de 690 metros de extensão, que interligam todas as casas umas às outras, até a área de plantio das famílias (terra firme). Estrutura à primeira vista simples e básica para uma realidade urbana, todavia, mostra-se uma obra importante para a realidade ribeirinha marajoara, que trouxe grandes benefícios para a qualidade de vida e o fortalecimento das relações de solidariedade entre os comunitários, pois a partir de então, passa a existir uma ligação física entre todas as residências, que as unem e as levam ao trabalho (casas de farinha, caça, produção agrícola familiar, extrativismo), e ao lazer (campo de futebol). Enfim, levam a caminhos que fortalecem os vínculos sociais solidários e cooperativos.

Fotografia 03: Ponte de madeira



Fonte: registro dos autores

Portanto, observa-se no fundo solidário açai, a grande sustentação das iniciativas populares com a observância a todos os princípios da economia solidária.

3.2.2. Miniagroindústria Boa União

Outra iniciativa popular solidária importante na Comunidade Santo Ezequiel Moreno, fora a construção da miniagroindústria de beneficiamento de frutas nativas “Boa União”, que brevemente dará início às suas atividades produtivas, a qual possibilitará girar a roda da cadeia de valor na comunidade. O principal produto florestal será o açaí de várzea (*Euterpe oleracea*). A perspectiva é escoar a produção para o mercado consumidor da área urbana do município de Portel, bem como destinar a Programas de Governo, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim os agroextrativistas estudados irão se inserir na cadeia de valor em seu território e assumirão as funções de coleta, processamento e comercialização do fruto, e desta forma aferir maior renda e qualidade de vida.

Fotografia 04: Miniagroindústria Boa União



Fonte: registro dos autores

Atualmente o projeto encontra-se paralisado, aguardando o início do fornecimento de energia elétrica por parte da empresa de distribuição – Centrais Elétricas do Pará (CELPA), fato que ocasionam tensões entre os comunitários e a concessionária de energia elétrica, tendo em vista a necessidade urgente de colocar em prática a iniciativa planejada coletivamente e arduamente construída pelas mãos de todos os cidadãos organizados por meio da cooperação e da solidariedade. Tomando como exemplo este caso específico, observa-se o descompasso do poder público no atendimento de demandas básicas junto à sociedade civil organizada.

3.2.3. Cozinha Agroextrativista Iaçá

Inaugurada em setembro de 2018, a Cozinha Agroextrativista laçá, representa mais uma importante iniciativa econômica solidária, desta vez com o protagonismo essencialmente feminino. Trata-se de um projeto proveniente da organização comunitária por meio da ATAA, Fundo Solidário Açaí, Associação dos Moradores Agroextrativistas do Assentamento Acutipereira (ASMOGA), em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e apoio financeiro do Fundo Socioambiental Caixa, o qual foi responsável pela aquisição de todos os equipamentos da cozinha.

Esta iniciativa é liderada pelo projeto “Mulheres Marajoaras: inclusão produtiva e sustentabilidade”, gerido pelas mulheres da comunidade Santo Ezequiel Moreno. É importante frisar que toda a infraestrutura em alvenaria fora construída a partir da mobilização popular e os alimentos produzidos estão sendo fornecidos à escola municipal da comunidade, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A perspectiva é atender a mais três escolas, além de produzir alimentos sob encomenda destinados à venda direta local ou para outras comunidades, bem como para eventos e feiras livres.

Quanto ao aspecto da gestão e organização da Cozinha laçá, as mulheres empreendedoras deram início às suas atividades com a adoção de uma gestão baseada nas finanças solidárias e a prática de técnicas básicas na área gerencial, tais como, controle administrativo, financeiro, contábil, gestão de pessoas, formação de preços e custos de produção (IEB, 2019).

Imagem 01: Peça Publicitária de Inauguração



Fonte: Instituto Internacional de Educação do Brasil

Imagem 02: Peça Publicitária de Inauguração



Fonte: Instituto Internacional de Educação do Brasil

O objetivo central deste projeto é fortalecer as experiências solidárias de inclusão produtiva sustentável de famílias agroextrativistas do Marajó, com base no protagonismo das mulheres. Além de promover ações que visem o fomento à capacitação para a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar e o acesso ao mercado institucional.

Os principais produtos da agricultura familiar e do extrativismo usados na cozinha são: açaí, macaxeira, mandioca, banana, bacuri, cupuaçu, entre outras frutas e verduras.

3.2.4. Próximo passo: O Cooperativismo

Em visita *in loco*, verificou-se que atualmente está em fase de discussão e planejamento a implementação da modificação jurídica da Associação dos Moradores Agroextrativistas do Assentamento Acutipereira (ASMOGA), para a pessoa jurídica de uma cooperativa.

Para operacionalizar o empreendimento solidário, o ramo de atuação ainda está em processo de definição, contudo, dentre os ramos do cooperativismo o que mais se molda a

DA GEOGRAFIA À AMAZÔNIA

realidade estudada é o ramo agropecuário, pois no novo empreendimento certamente haverá a união dos produtores rurais assentados e cooperados que trabalharão de forma solidária para a realização das várias etapas da cadeia produtiva, desde a compra de insumos, até a colheita, armazenamento, processamento e comercialização da produção. Para assegurar eficiência, a cooperativa poderá também promover a compra em comum de insumos com vantagens que isoladamente o produtor não conseguiria. A intenção é cuidar de toda a cadeia produtiva, desde o manejo dos produtos florestais até seu processamento e sua comercialização.

A conversão de associação para cooperativa agropecuária irá permitir o acesso mais facilitado a mercados mais promissores, tais como a comercialização e ampliação junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), políticas públicas em foco atualmente na comunidade. Portanto, pode-se evidenciar que a mudança de personalidade jurídica para uma cooperativa irá abrir novos mercados e grandes possibilidades ao assentamento Acutipereira, em especial à comunidade Santo Ezequiel Moreno.

4. Considerações Finais

Podemos observar que a relação trabalho-renda que se proporciona através da economia solidária / cooperativismo, de fato está ocorrendo no território da Amazônia Marajoara, mesmo que de forma incipiente. A experiência estudada na presente pesquisa, mostra que o bem mais precioso que há em uma iniciativa solidária cooperativista, são as pessoas. As pessoas constituem o grupo, e esse por sua vez, determina as regras e todos constroem e ganham juntos.

É importante mencionar que a comunidade Santo Ezequiel Moreno, efetivamente exerce a administração coletiva de suas associações e do Fundo Solidário Açaí, com destaque nacional inclusive (Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social e Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local da Caixa Econômica Federal). Portanto, o princípio da autogestão, basilar na economia solidária, que é uma modalidade de gestão multidimensional (social/econômica/política/técnica), por meio da qual os parceiros do processo de trabalho se organizam com o objetivo de alcançar resultados, está presente na comunidade e em pleno processo de consolidação.

Quanto à possibilidade de mudança jurídica de uma associação para cooperativa, essa modificação trará uma conotação diferenciada quanto à natureza de abordagem da comunidade, a partir de então. De acordo com o Código Civil Brasileiro, em seu artigo 53, associações são organizações que têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e ações filantrópicas. Enquanto que na prática, as cooperativas têm finalidade fortemente econômica, seu principal objetivo é viabilizar o negócio produtivo de seus cooperados junto ao mercado. Portanto, os comunitários devem estar preparados para dar início a uma ação com maior ênfase no empreendimento rural e seu ótimo desempenho mercadológico para a satisfação de suas aspirações e necessidades econômicas, sem é claro desconsiderar as necessidades sociais e culturais como já vem sendo realizado, entretanto, agora com a perspectiva de perseguir um desempenho econômico eficiente de forma permanente.

Vale enfatizar que o território do Marajó ainda carece de serviços de assistência técnica e extensão rural mais eficientes, assim como maior apoio nos aspectos administrativos, contábeis e jurídicos junto aos empreendimentos existentes e que venham a existir. Desta forma, os custos com as atividades rotineiras do negócio seriam menores ou até inexistentes, tais como a contratação de prestação de serviços contábeis por exemplo.

Outro aspecto importante que chama a atenção é a logística para a entrega dos produtos, considerando a complexidade territorial do Marajó, que infelizmente ainda é um fator crítico para o maior e melhor desempenho do cooperativismo marajoara. Frequentemente, as escolas ficam localizadas em espaços rurais distantes das unidades produtivas e não possuem energia elétrica, diante disso, não há como fornecer grandes quantidades de produtos, devido à perecibilidade dos produtos agropecuários, tais como o açaí. Além das exigências quanto aos processos, como uma escala produtiva em quantidade, frequência e qualidade suficientes para atender as demandas dos mercados futuros dentro e fora do município de Portel.

Algumas questões importantes devem ser analisadas e respondidas pelos futuros cooperados da Comunidade Santo Ezequiel Moreno, tais como: existe mercado para os produtos a serem oferecidos pela cooperativa? Qual a perspectiva da capacidade comercial e produtiva da cooperativa? Como está sendo planejado o processo de produção e comercialização da cooperativa? A cooperativa está preparada para atender a todas as exigências feitas pelas

políticas públicas de comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar? Como acessar essas políticas públicas? Enfim, trata-se da necessidade de um estudo de mercado e de viabilidade econômica para responder a todas essas perguntas e a diversas outras que surgirão no decorrer do processo. Para tanto, constatou-se em diálogos mantidos com as lideranças comunitárias, por meio de pesquisa de campo, que torna-se imprescindível a construção um estudo detalhado das potencialidades e viabilidades dos empreendimentos solidários presentes na comunidade – um Plano de Negócio para Empreendimentos Solidários. Instrumento de apoio à gestão, que deverá considerar as vertentes econômicas, sociais e de cidadania, tanto no planejamento, criação e organização dos empreendimentos, quanto na destinação de suas sobras, e assim encontrar o caminho almejado conforme os fundamentos da Economia Solidária. A partir desse documento os empreendimentos solidários terão um instrumento de referência para a consecução de um planejamento consistente e equilibrado que eventualmente os permitirão o acesso a linhas de créditos específicas ou a outras políticas públicas voltadas a populações tradicionais e agricultores familiares que apresentem em seu dia a dia práticas econômicas solidárias.

Apesar dos pontos que ainda merecem aprimoramentos, é evidente que o caso estudado demonstra que a economia solidária, por conseguinte, o cooperativismo de fato é uma filosofia de vida que sem dúvida transforma a realidade das pessoas de forma mais justa, equilibrada e com melhores oportunidades para todos. Através do cooperativismo os povos inseridos na Amazônia marajoara têm maiores possibilidades de colocar em prática a gestão de recursos naturais e assim alcançar o desenvolvimento local sustentável. O cooperativismo nos ensina que é possível conciliar os interesses econômicos e os sociais no mesmo patamar e grau de importância. Ele tem o poder de aliar o que é importante para as pessoas e o que é imprescindível para o desenvolvimento local sustentável.

Destacamos que a principal vantagem de uma cooperativa é a organização do trabalho. Ela possibilita que indivíduos isolados e com menos condições de enfrentar o mercado, aumentem sua competitividade e melhorem sua renda ou sua condição de trabalho. Realidade muito presente no Marajó e bem perceptível no caso analisado no presente estudo.

Todas as iniciativas empreendidas pela comunidade pesquisada demonstram a real possibilidade em alcançar níveis satisfatórios em termos de uma economia com ênfase na solidariedade e no cooperativismo.

Portanto, de fato, observa-se que a comunidade pesquisada possui características que a diferencia e coloca em um patamar importante em termos de desenvolvimento rural, visto que seus cidadãos desenvolvem estratégias de organização social que buscam a cooperação, autogestão, equidade, solidariedade e a sustentabilidade em suas iniciativas coletivas, e vem atuando com o objetivo de efetivamente dar o salto de qualidade necessário para o alcance de sua emancipação social e o bem estar coletivo.

Agradecimentos

Nossos sinceros agradecimentos aos mestres e amigos do Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), pelo excelente convívio e grandes momentos de aprendizado em prol dos povos da Amazônia. Agradecemos imensamente a todos os comunitários agroextrativistas do Rio Acutipereira, em especial aos sempre empenhados caboclos marajoaras - Teofro Gomes Lacerda, Odivan Ferreira Correa, Sônia do Socorro de Oliveira Almeida, Nilson Corrêa da Silva, Maria Cláudia dos Santos Baia e Benedita do Socorro da Silva, pelo gentil e prestativo acolhimento na comunidade Santo Ezequiel Moreno, e pelas informações prestadas que foram essenciais para subsidiar a presente pesquisa.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Código civil**. Organização de Sílvio de Salvo Venosa. São Paulo: Atlas, 1993.

CARDOSO, Univaldo Coelho. **Cooperativa - Série Empreendimentos Coletivos**. Brasília: Sebrae, 2014.

CASTRO, Luiz Humberto de; DAMÁSIO, Andrea Mageste. **Referenciais de Cooperação do Sebrae**. Brasília: Sebrae, 2012.

Cozinha Agroextrativista Iaçá – Disponível em: <https://iieb.org.br/cozinha-agroextrativista-iaca-uma-conquista-das-mulheres-marajoaras/>. Acesso em: 07 jun. 2019.

Cozinha Agroextrativista Iaçá. **Receitas da Culinária Agroextrativista** –Organização: IEB. Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2019.

EID. Emerging and Reemerging Infectious Diseases, Region of the Americas. Human Rabies Transmitted by Bats in Pará State, Brazil. **EID. Weekly Updates**. Vol. 2, No. 14. 8 April, 2004.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Disponível em: <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-700.htm>. Acesso em: 19 jun. 2018.

IBAMA. **Relatório preliminar sobre as possíveis causas dos ataques de morcegos hematófagos no rio Acuti-pereira, município de Portel, Estado do Pará.** Organizadores: Antônio Carlos Moura da Silva, Benedito dos Santos Pompeu, Maurício Vieira de Souza. Relatório técnico do escritório regional de Breves. 2004.

Legislações. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/legislacao>. Acesso em: 24 jun. 2018.

LUZIO DOS SANTOS, Luís Miguel. **Socioeconomia: solidariedade, economia social e as organizações em debate.** São Paulo: Atlas, 2014.

MIRANDA, Kátiuscia; POTIGUAR, Manoel. **Embarca Marajó: Estratégias locais de inovação, fortalecimento institucional e desenvolvimento sustentável.** Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2017.

RAMOS, Carlos Augusto; MELO, Pâmela; NASCIMENTO, Raoni; LACERDA, Teofro. **Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Rio Acutipereira, município de Portel, no estado do Pará.** Portel: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, 2006.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós Constituinte.** In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 40, nº 3, 1997. pp. 335-376.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária – 1ª Ed.** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

A CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS-ASSENTAMENTOS NO SUDESTE PARAENSE¹⁵

Rogério Rego Miranda¹⁶

Júlio César Suzuki¹⁷

Resumo: a realidade do sudeste paraense é impactada diretamente pela hegemonia do agronegócio e da mineração, os quais recebem fortes incentivos estatais, seja via créditos seja via construção de infraestruturas que facilitam a produção e o escoamento da produção. Essa ampliação das commodities significa uma disputa territorial com os diversos outros sujeitos do campo, dentre eles, os camponeses, que outrora lutaram para conquistarem seu território, materializado nos Projetos de Assentamento, e hoje resistem para permanecerem nele. O presente artigo tem por objetivo discutir essa territorialização camponesa a partir dos assentamentos conquistados e organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense. Para esse fim, tece um conjunto de estratégias que envolvem a construção de uma rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra; o uso da política de escala para ampliar a luta a nível global e tornar possível conquistas locais e/ou regionais; e a disputa dos aparelhos privados de hegemonia. Nesse sentido, a territorialização está assentada no tripé terra-educação-produção. Em termos metodológicos, o trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental; observação sistemática; entrevistas semi-estruturadas; questionários; registros fotográficos e a produção de uma cartografia temática.

Palavras-chave: sudeste paraense; MST; territórios-assentamentos.

Introdução

Os Projetos de Assentamentos (PAs) constituem territórios importantes para a reprodução da vida dos camponeses em suas múltiplas dimensões, mas sua conquista e permanência tem se mostrado extremamente difícil face ao processo de territorialização do capital que vem se tornando hegemônico no país e, particularmente no sudeste paraense, pautado nas *commodities*, destacando-se a soja, a pecuária e os minérios (ferro, cobre, manganês, níquel e ouro), cuja dilatação produtiva implica na necessidade de monopolização e expansão das terras destinadas a esse fim, bem como da manutenção, ampliação e construção de

¹⁵ O artigo é resultado, em parte, da tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo (USP) no ano de 2017. Sua concepção teórica foi mantida, mas ampliada, assim como os dados quantitativos foram atualizados.

¹⁶ Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e integrante do Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (Lerassp). E-mail: rogeriomir@unifesspa.edu.br

¹⁷ Geógrafo. Professor Doutor na FFLCH/USP e no PROLAM/USP. E-mail: jcsuzuki@usp.br

infraestruturas relacionadas à geração de energia (hidrelétricas), à circulação (Portos, rodovias, hidrovias e ferrovias) e às telecomunicações (internet, satélites etc.), conformando uma rede técnica, mas igualmente política, como afirma Becker (2001), visto que visa desterritorializar os povos e comunidades tradicionais, dentre esses, os assentados rurais.

Embora exista essa expansão do projeto agropecuário e mineral no espaço agrário brasileiro e paraense é de fundamental importância sublinhar a territorialização camponesa por meio dos assentamentos, que constroem territórios contra-hegemônicos, portadores de outro projeto de desenvolvimento territorial, embora atrelados aos ditames do capital, que os engendram em um sistema de dependência, responsável por produzir uma série de contradições e conflitos no interior dos PAs.

O presente artigo tem por objetivo discutir exatamente essa territorialização camponesa a partir dos assentamentos conquistados e organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense, os quais foram oriundos de um longo processo de luta pela terra, no qual diversos sujeitos vieram à óbito para que seus familiares e companheiros conseguissem se territorializar. Para esse fim, tecem um conjunto de estratégias que envolvem a construção de uma rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra; o uso da política de escala para ampliar a luta a nível global e tornar possível conquistas locais e/ou regionais; e a disputa dos aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2001). Nesse sentido, a territorialização está assentada no tripé terra-educação-produção, que será melhor analisada ao longo do trabalho.

Reflexões teóricas acerca dos assentamentos

Os assentamentos resultantes dos processos de luta pela terra, tais como ocupações e acampamentos, referem-se a frações do território importantes ao projeto territorial do movimento sem-terra, visto que materializam a força do sujeito coletivo e possibilitam a reprodução camponesa. Mesmo assim, os assentados possuem uma autonomia relativa nesses lugares, uma vez que, como assevera Alentejano (2008), o trabalho e a posse da terra fazem parte das relações de trabalho, mas não se referem a totalidade das relações de

trabalho. Portanto, deve-se inegavelmente avaliar os condicionantes e disciplinamentos impostos pelo Projeto de Assentamento.

Segundo Neves (1999), o assentamento corresponde a uma unidade espacial que abriga particularidades. Constitui-se de uma unidade social local que é base da construção de identidades de pertencimento, a partir de vivências e trocas de experiências comuns. No seu interior, posições sociais são redefinidas, assim como as relações de poder e a visão de mundo. Sua organização social materializa a (re)constituição de posições sociais em decorrência do jogo de forças nos quais se sobressaem as demandas e pressões daqueles que se desejam beneficiários da propriedade da terra, expressando efeitos que a obtenção do lote lhes assegura, cujo benefício depende de intervenções por parte de autoridades estatais, da rede de relações em que interagem seus demandantes, opositores ou apoiadores e de mediadores (aqueles sujeitos intermediários no processo de objetivação do assentamento, tais como movimentos sociais, sindicais, partidos políticos, técnicos agrícolas etc.).

A inserção em um processo de assentamento se define por uma participação em situações de mudanças desejadas, necessárias ou impostas, visto que os assentados não são necessariamente incorporados em virtude de uma manifestação da vontade política, mas sim por serem atingidos por medidas que tem como alternativa única a mudança das visões de mundo. Nesse contexto, não se deve negligenciar o papel do Estado, ainda que como um sujeito de ações ora contrárias ora favoráveis aos objetivos dos assentados, visto que sua atuação é acionada permanentemente. Assim, os assentados devem se integrar a mudanças compulsórias, aderindo a um sistema de crenças que leve efeitos positivos às transformações, logo, é desejável que incorporem a ideia de que a conquista dos recursos é alcançada apenas se os assentados se constituírem enquanto grupos de interesse, com o intuito de influenciar o poder político a responder a suas demandas, seja por meio de manifestações seja institucionalizando suas lutas (NEVES, 1999).

Carvalho (1999), por seu turno, compreende que o assentamento se refere ao conjunto heterogêneo de famílias de trabalhadores rurais que vivem e produzem em um dado imóvel rural desapropriado ou adquirido pelo Estado, para que este cumpra com os dispositivos constitucionais referentes à reforma agrária. Dessa maneira, o projeto de assentamento é um produto formal resultante de um ato administrativo. Entretanto, também é produto de lutas

sociais que se desenvolvem por um período longo em busca da redistribuição da terra. Com efeito, o assentamento seria um ponto de inflexão histórica, visto que sua criação implica no encerramento de um determinado processo político-social marcado pelo monopólio da terra e pelo conflito e institui o início de outro, engendrado pelo desenvolvimento de uma nova organização econômica, política, social e ambiental na área destinada ao assentamento.

Nesse espaço, “plasmam-se uma nova organização social, um microcosmos social, quando o conjunto de famílias de trabalhadores rurais sem-terra passarem a apossar-se formalmente dessa terra” (CARVALHO, 1999, p. 8). Esse processo transitório entre desapropriação e assentamento cria um artificialismo com o parcelamento da terra, a construção de estradas, a definição da área destinada às moradias etc. Inicia-se uma outra superestrutura política e ideológica pela construção das associações, cooperativas, igrejas, pelas relações de vizinhança, dentre outras, permeadas pelo consenso e/ou conflito. Constituem-se novas relações com o poder público, movimentos sociais, sindicatos e demais sujeitos. Por fim, o autor destaca que nos assentamentos não estão “os assentados”, e sim indivíduos distintos, que possuem uma biografia na qual está manifesta a diversidade psicossocial e experiências que seu viver dialeticamente o/com mundo lhe proporcionou.

Fernandes (2005) busca compreender os assentamentos pelo prisma do território. Para o autor, os assentamentos são “territórios compostos de diversos espaços políticos de acordo com as presenças de diferentes movimentos camponeses na organização socioterritorial” (2005, p. 127). Ele entende que a construção desses assentamentos remete ao debate da reforma agrária, para o Estado geralmente definida como uma política compensatória. Logo, o Estado objetiva diminuir os conflitos fundiários, mas, para os movimentos sociais, são territórios que expressam a possibilidade de transformação da sociedade e são resultantes da luta frequente e intensa dos movimentos camponeses. Com efeito, o conceito de reforma agrária tornou-se uma arena de disputa. Enquanto política compensatória, por um lado, imprime um processo de controle social dos movimentos por parte do Estado e com a interferência do capital, alçando reforçar a ideia do fim do campesinato. Por outro, a reforma agrária como revolução política de transformação socioeconômica implica um processo de enfrentamento contínuo tal qual é advogado por movimentos sociais, com destaque para aqueles vinculados à Via Campesina. Essas definições acerca do conceito de reforma agrária

correspondem a territórios em disputa no interior da sociedade e se inserem no espaço de realização das lutas pela terra e pela reforma agrária, envolvendo um processo de ressocialização e exclusão, visto que os assentamentos são resultantes dos projetos políticos em desenvolvimento.

Com base nessas considerações e inspirado em Sigaud (2005), para quem existe uma *forma acampamento*, podemos inferir que há uma *forma assentamento*, ou melhor, um *território-assentamento*, não no sentido do epifenômeno, ou seja, em sua apresentação em termos da paisagem apenas, mas considerando os elementos expostos pelos autores supracitados, desde uma perspectiva sociológica até uma mais geográfica. Em outras palavras, baseando-nos nas premissas conceituais acima e nas pesquisas realizadas no sudeste paraense, podemos considerar os seguintes elementos para compreender os assentamentos:

- 1) correspondem a um espaço juridicamente legalizado resultante de um ato administrativo do Estado, via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para garantir a propriedade aos assentados que possuem enquanto benefícios um lote de terra, créditos agrícolas, infraestrutura físico-social (estrada, energia elétrica, posto de saúde, escola, casas etc.), política (associações, cooperativas, igrejas, dentre outras) e cultural (áreas destinadas ao esporte, praça...) – tais elementos dependem do grau de organização do grupo social para mobilizar e lutar por tais direitos, visto que embora sejam garantidos por lei, não são instalados ou ofertados adequadamente;
- 2) são oriundos de um longo processo de luta social via ocupação e/ou acampamento, geralmente articulada a um movimento socioterritorial e/ou sindical, que no caso MST, por exemplo, visa não apenas a redistribuição de terras, mas a construção de um projeto territorial contra-hegemônico, almejando disputar a compreensão da reforma agrária, no sentido de que ela se estenda para além de uma perspectiva de política compensatória e de controle social e instaure elementos de uma reforma agrária revolucionária;
- 3) Internamente é constituída por uma nova organização social, econômica e política, que foge à organização do latifúndio que outrora existia ali, porém ganha

outros contornos em termos territoriais que ora convergem para as experiências do território-acampamento¹⁸ ora divergem, muito embora com o passar do tempo e pelo processo de complexificação interna (entrada de indivíduos que não participaram da ocupação, não possuem vínculos com o movimento, pequenas e médias empresas etc.) haja uma grande metamorfose nas relações de vizinhança, nas formas de interagir e lutar pelas melhorias, podendo levar até uma cisão territorial e um afastamento/aproximação em graus e de natureza variadas com o movimento socioterritorial que ajudou na organização da luta pela terra;

- 4) O assentamento apresenta uma grande diversidade de sujeitos, cujas biografias, ou melhor, trajetórias geográficas¹⁹, se entrecruzaram, (re)constroem redes de sociabilidade e de identidade, constituem outras relações de poder nas quais se sobressaem lideranças do movimento socioterritorial, presidentes de associações e/ou cooperativas, grupos que participaram do período do acampamento, indivíduos que adquiriam a terra no momento transitório ou posterior à criação do assentamento e apresentam poucos vínculos com a história de luta pelo território, dentre outros sujeitos que ora convergem em determinadas reivindicações para o Projeto de Assentamento (PA) ora divergem pela compreensão que possuem acerca da terra e das táticas de mobilização.

Esses elementos mais abstratos expostos acima podem ser melhor compreendidos à luz da realidade concreta dos assentamentos estudados no sudeste paraense, devidamente analisados a seguir.

¹⁸ Os territórios-acampamentos são produtos sociais advindos da luta cotidiana dos movimentos sociais e sindicais, que se utilizam da política de escala e da construção de uma rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra, para permanecerem territorializados. Sua construção possibilita a disputa por hegemonia dos movimentos sociais em termos materiais (terra) e imateriais (reapropriação dos aparelhos privados de hegemonia para a proposição de um outro projeto de desenvolvimento territorial) (MIRANDA, 2019).

¹⁹ Por trajetória geográfica compreendemos os espaços de passagem ocupados pelos sujeitos dos processos de migração geralmente forçada – em decorrência de busca de serviços, assalariados ou não, em grandes projetos, garimpos, fazendas etc. –, sujeitos desterritorializados em virtude da expropriação e/ou término do período do trabalho a quem é imposta a necessidade de viver na mobilidade, que se busca findar por meio da luta pela terra.

Particularidade dos assentamentos rurais no sudeste paraense: entre conflitos e contradições

Os assentamentos do sudeste paraense são produto de ocupações desenvolvidas desde o final da década de 1970 e ao longo de 1980, momento de diversos conflitos fundiários. Entretanto, os PAs representam uma ação tardia do Estado em reconhecer uma situação de reforma agrária engendrada pelos próprios camponeses, visto que o assentamento não lhes proporcionou o acesso à terra. Pelo contrário, esse fato só ocorreu pela organização e luta coletiva travada pelos acampados/assentados. Desse modo, os PAs compreendem um direito adquirido pelos pequenos produtores, mediante a posse e o trabalho na terra desenvolvido há anos, independente e muitas vezes contra o Estado. Logo, o direito à terra pouco tem a ver com as regras formais de propriedade, ao passo que o projeto de assentamento é consequência de várias iniciativas sociais que venham a lhes garantir melhorias, e é resultado de um processo jurídico-político, cuja elaboração é efetuada por instituições ou organizações externas ao mundo camponês (MAGALHAES, 2009).

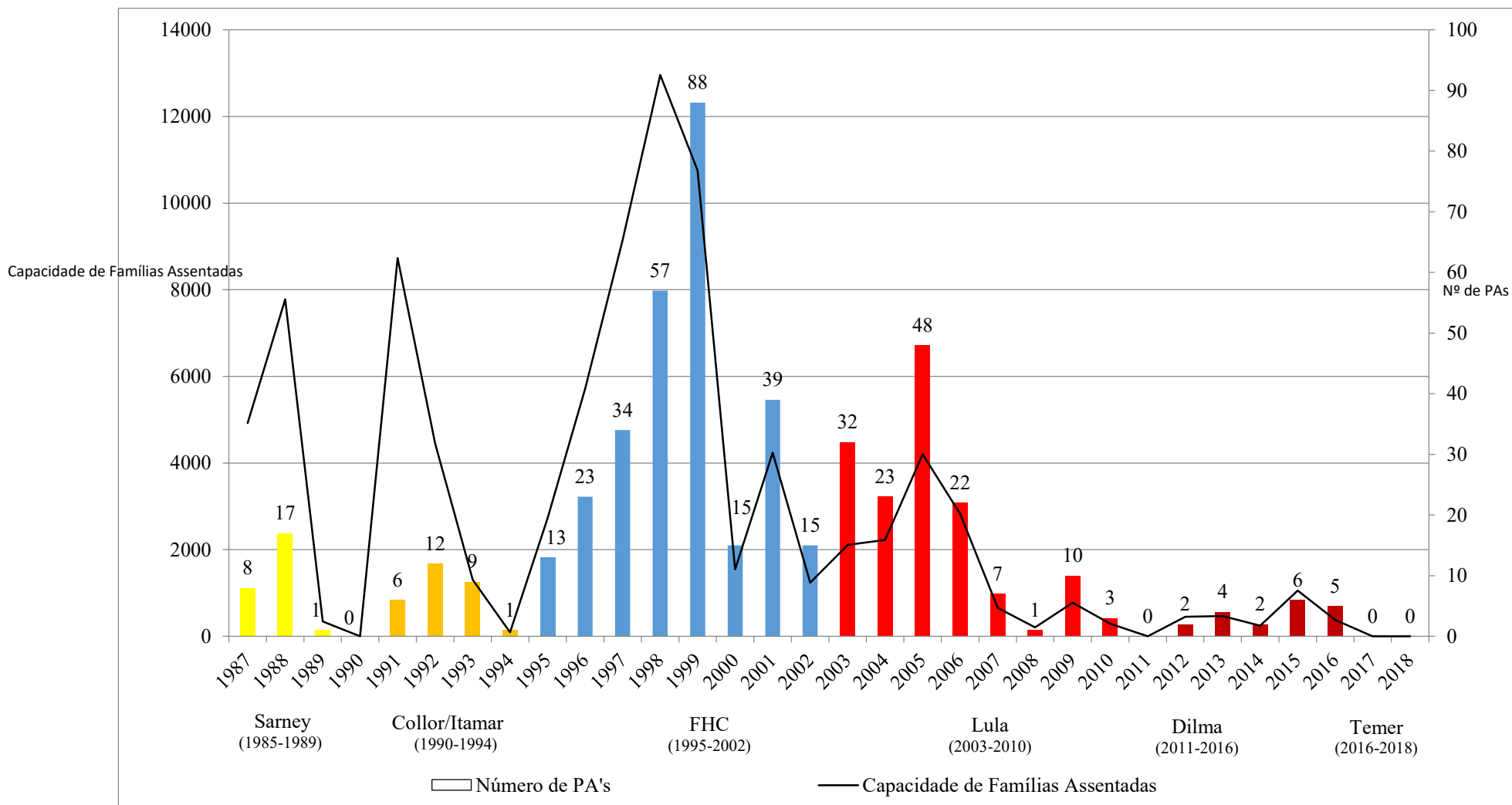
Atualmente o estado do Pará apresenta 1.143 assentamentos em áreas que somam 23.417.829 de hectares (234.178,3 km²), nos quais existe a capacidade de assentar 321.556 famílias. O sudeste do Pará, por sua vez, apresenta 503 projetos de assentamento com uma superfície territorial de 4.507.016 hectares (45.070,16 Km²), com capacidade de abrigar aproximadamente 91.890 famílias (REDE DATALUTA, 2018). Esse número de famílias deve ser relativizado, pois muitos assentamentos já sofreram um forte processo de crescimento populacional e de fragmentação dos lotes.

O Gráfico 1 identifica ao longo do período compreendido entre os anos de 1987 e 2018 a quantidade de assentamentos criados anualmente no sudeste paraense. Nele, sobressaem-se três momentos ímpares com relação aos PAs.

O primeiro se refere ao intervalo temporal de 1996 a 1999, quando se deu a criação de 204 assentamentos em quatro anos, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC). No entanto, é relevante observar que esse grande número de assentamentos sucedeu o conhecido Massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido no dia 17 de abril de 1996, que culminou na morte de dezenove sem-terra, número oficial do Estado, contestado pelo MST e os sem-

terra que estavam presentes no evento. Esse massacre da Polícia Militar (PM) em relação aos sem-terra ocasionou uma forte pressão da opinião pública nacional e internacional e intensificou as ações dos movimentos sociais que clamavam pela reforma agrária. Esses eventos resultaram na criação de novos assentamentos.

Gráfico 1 – Número de PAs criados por ano no sudeste paraense – 1987-2018



Fonte: INCRA/SIPRA, 2019; Rede Dataluta, 2018. Organização: Rogério Rego Miranda

O segundo momento corresponde aos anos de 2003 e 2005, início do governo presidencial de “Lula”, quando foram criados 108 PAs no sudeste paraense, por ocasião do aumento de acampamentos na região, como forma de pressionar a implementação da reforma agrária na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, é notório que após esse período inicial do mandato, há uma diminuição considerável no número de novos assentamentos.

Por fim, o terceiro momento se refere ao golpe de Estado desferido no ano de 2016 que levou Michel Temer (2016-2019) à presidência da República, concorrendo igualmente para uma diminuição drástica das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, fato manifesto na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pela medida provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, e a não criação de novos PAs.

Apesar de esses assentamentos sofrerem intervenções estatais e privadas e disciplinamentos decorrentes de determinadas relações desenvolvidas com o mercado, variando em grau de acordo com os assentamentos pesquisados, é importante destacar que eles representam uma relativa mudança na geografia regional, marcadamente concentracionista em termos fundiários; embora essa concentração seja ainda bastante forte, os PAs compõem uma parte significativa do território, conforme podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de assentamentos por microrregião do sudeste paraense e o percentual ocupado pelo território – 2019.

Meso/ Microrregiões do Sudeste Paraense	Número de Assentamento s	Território dos assentamentos (Km ²)	Território total da meso/ microrregião (Km ²)	% do território dos assentamentos em relação a meso/microrregião (Km ²)
Sudeste Paraense	503	45.070,16	297.344,257	15,15
Conceição do Araguaia	92	8.760,800	31.325	27,96
Tucuruí	97	10.768,40	32.916,68	32,71
Marabá	111	5.325,737	19.936,31	26,71
Redenção	77	3.779,106	21.269,42	17,76

Parauapebas	51	3.842,77	23.056,37	16,66
São Félix do Xingu	30	9.420,25	120.592,56	7,81
Paragominas	45	3.152,49	48.377,60	6,51

Fonte: SIPRA SR-27, 2019; Rede Dataluta, 2018; IBGE, 2014. Organização: Rogério Rego Miranda.

A Tabela 1 revela que os assentamentos representam praticamente um terço da área total de microrregiões importantes do ponto de vista agrário e mineral, a exemplo de Marabá, que possui diversas fazendas, empreendimentos hidrelétricos projetados, grupos fortes do agronegócio e empresas siderúrgicas; no campo oposto, embora os assentamentos não possuam mais de 10% da área de determinadas microrregiões, ocupam espaços considerados estratégicos para o capital, com destaque para a microrregião de Parauapebas, que apresenta diversos projetos minerais da Vale S.A.

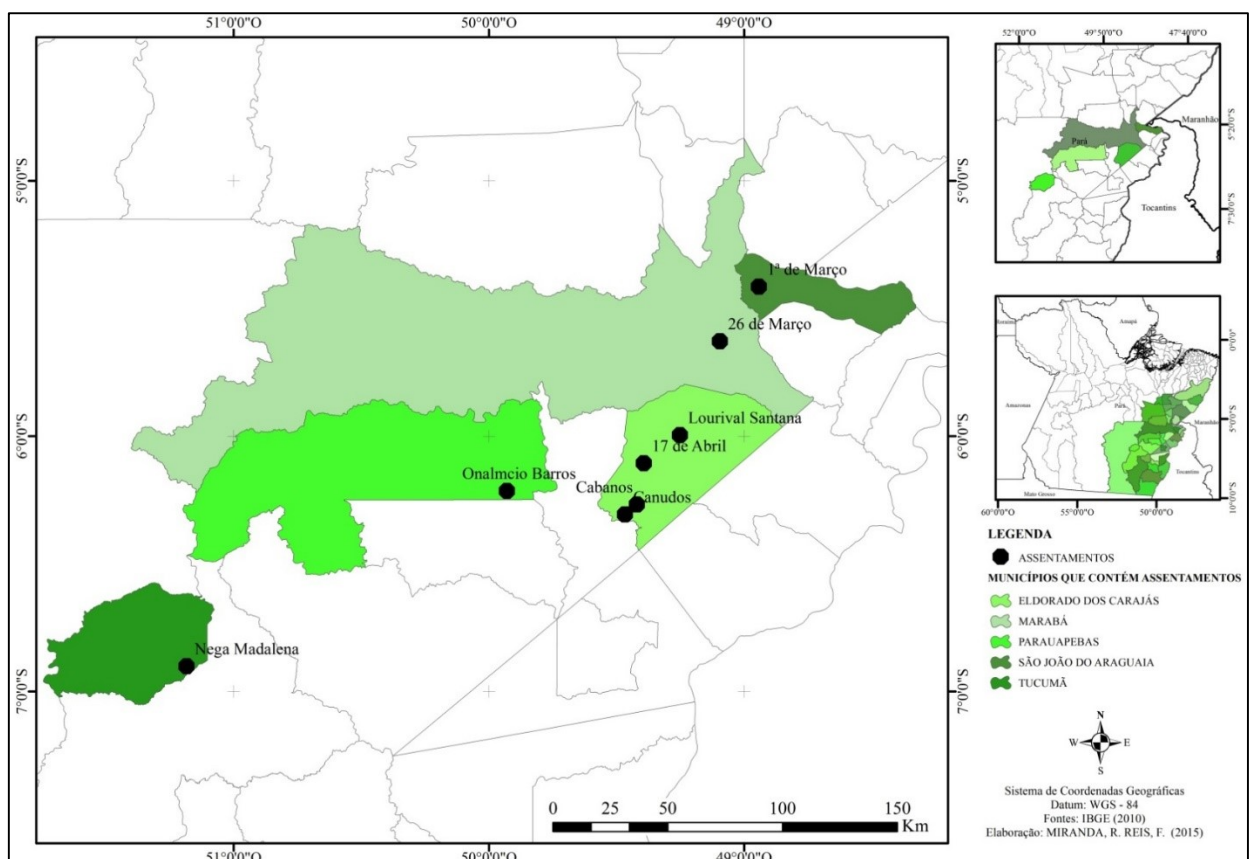
Especificamente os assentamentos organizados pelo MST no sudeste paraense somam um total de nove, a saber: 1º de Março, 26 de Março, 17 de Abril, Cabanos, Canudos, Lourival Santana, Palmares II, Onalício Barros e Nega Madalena, dispostos espacialmente no eixo agropecuário e mineral, conforme podemos visualizar no Mapa 1.

O *assentamento* que resulta desses territórios expressa os períodos históricos de sua construção, as múltiplas temporalidades provenientes de trajetórias geográficas díspares dos sujeitos que compõem o assentamento, relações de poder que diferenciam os sujeitos e provocam processos de contradição e conflito interno, potencial diferenciado de construção de um projeto contra-hegemônico.

Neste contexto é importante sublinhar que o processo transitório de acampamento para assentamento é marcado por ações específicas, nas quais há um envolvimento ativo do MST. Primeiramente, há a negociação junto ao INCRA da área destinada à criação do projeto de assentamento. Após essa etapa, ocorre a definição coletiva, por meio de assembleias, acerca da organização espacial do futuro assentamento. Nesse momento, os acampados definem se o PA terá uma vila central (agrovila) ou se haverá vilas circulares: na agrovila central se localizam as principais infraestruturas coletivas e cada assentado tem uma parcela de terra para moradia, além dos lotes onde desenvolvem suas atividades agropecuárias e/ou extrativistas, os quais são entrecortados por viciniais e estão dispostos de maneira

perpendicular à vila (como em Palmares II, 17 de Abril, 1º de Março, Canudos, Nega Madalena, Lourival Santana e Onalício Barros). Já no caso de várias vilas circulares, estas tomam como referência os núcleos de base²⁰, que orientam a disposição dos lotes circundantes, de forma que todos os lotes destinados à produção ficam próximos à área coletiva, projeto denominado de “raio de sol” (são assim, por exemplo, os assentamentos Cabanos e 26 de Março).

Mapa 1 – Assentamentos organizados pelo MST – Sudeste Paraense, 2016.



Fonte: IBGE, 2016. Organização: Rogério Rego Miranda. Desenho: Francisco Renan da Silva Reis.

²⁰ Núcleo de base corresponde ao coletivo composto por um determinado número de famílias, as quais serão a base para a organização espacial do acampamento e do assentamento. De cada núcleo de base são retirados um homem e uma mulher para compor os setores de produção, juventude, segurança, saúde, educação, formação, cultura, massa etc.

Então, é feita a divisão do assentamento por quadras, limitadas por vicinais, cursos d'água, a vila ou vilas etc. Cada quadra é composta por um conjunto de lotes cujo número varia de acordo com o total de famílias que compõe o núcleo de base existente no acampamento. Se existem, por exemplo, dez núcleos de base contendo nove famílias cada, devem existir dez quadras com nove lotes cada.

Após definir o projeto, os futuros assentados fazem o sorteio dos lotes em uma assembleia, momento em que a área do PA já está devidamente parcelada e numerada. Esse procedimento corresponde ao rito “final” de passagem da condição de sem-terra para a de assentado, e há uma grande reunião das famílias para a definição de seus lotes. Os números correspondentes às parcelas de terra são colocados dentro de um saco ou fronha e cada núcleo familiar tem seu representante chamado para retirar o número referente a sua área.

É importante salientar que esse sorteio é realizado em duas etapas: na primeira, o representante (coordenador) do núcleo de base retira o número referente à quadra que será o local de vivência dos familiares; a segunda etapa corresponde ao sorteio do lote individual de cada família do núcleo de base na quadra definida anteriormente.

As áreas apresentam diferenciações geográficas, como proximidade da vila, da estrada principal, abundância ou não de água, área de pasto ou de mata, o que pode influenciar nas atividades que serão desenvolvidas. Esses e outros elementos provocam ansiedade, tristeza, frustração, felicidade, enfim, vários sentimentos que se misturam, pois cada um em seu imaginário já havia escolhido a porção que mais lhe agradava por conhecer bastante o território que outrora era uma fazenda e por ter expectativas atreladas à sua trajetória geográfica (atividades que desenvolveram anteriormente, formas de uso da terra com que estão mais acostumados etc.). Por esses motivos não são incomuns as “trocas de lotes”: por exemplo, famílias que estão mais envolvidos com a agricultura ou extrativismo preferem a área de mata e permutam sua área de pastagem com famílias de vaqueiros, e assim por diante.

O sentido desse “rito” de passagem é buscar (re)criar no assentamento as relações de proximidade/vizinhança existentes no acampamento, para que permaneça ou se amplie a

solidariedade entre os sujeitos e estes possam desenvolver projetos coletivos e prestar ajuda mútua.

Entretanto, como indicado anteriormente, ao longo dos anos há um processo de complexificação social e territorial internamente, que se define histórica e geograficamente em função do grau e da natureza do avanço do capital, que na região se atrela principalmente à dinâmica da mineração e da agropecuária.

Nesse contexto, *grosso modo*, podemos categorizar alguns grupos sociais dos assentamentos, considerando determinados aspectos, a saber: a relação que estabelecem com a terra, a relação que desenvolvem com os sujeitos internos, a lógica produtiva e a relação com o MST.

Primeiramente observamos os *assentados antigos*, que participaram da ocupação ou tiveram familiares que estiveram nesse momento da luta pela terra e que buscam permanecer no assentamento, compreendendo-o como local de reprodução do seu núcleo familiar, espaço de resistência, abrigo, sossego, liberdade, trabalho e reconhecimento social da sua existência pelo governo e pela sociedade local, embora a mobilização por melhorias nas condições de existência continue (créditos, assistência técnica, energia elétrica...). Sua trajetória geográfica “mais recente” advém da condição de acampado, cuja luta era pela possibilidade de sair da posição de migrante, tendo em vista sua forte instabilidade territorial, não possuindo controle sobre o fluxo no/do território, inclusive do seu corpo e de seus familiares, concorrendo para o eminente processo de expropriação que é marcante em sua vida. Daí o assentamento (ou ser assentado) proporcionar-lhe segurança e estabilidade de seu território, ainda que relativa. É a conquista do direito de decidir sobre se fixar em um mundo que se define (embora não apenas) pelo fluxo.

Sua base produtiva é diversificada, embora se sobressaia a criação do gado de corte e especialmente de leite, que o insere em um sistema de dependência com atravessadores, empresas locais de laticínios ou fazendeiros. Em grande parte, a produção se realiza mediante trabalho familiar, utilizando o trabalho temporário em momentos específicos (colheita, utilização de veneno, construção de cerca, retirada da juquira, dentre outros), cujo pagamento se realiza pela “diária rural” no valor de R\$50,00 (cinquenta reais); também se realiza pela empreita (paga-se pelo total do serviço envolvido com uma porcentagem da produção); ou

ainda pela “troca de diária”, em que os assentados se comprometem em desenvolver determinadas atividades nos lotes um do outro, sem a mediação do dinheiro. A maior parte da labuta é feita com trabalho braçal e pouco uso de tecnologias ou maquinários, a não ser em momentos e lugares específicos em que são servidos com políticas públicas municipais. Sua relação com o MST ainda é forte seja por ser liderança seja por continuar a participar das reuniões internas ou externas do movimento; a estratégia de resistência possui fortes vínculos com o movimento, a exemplo do que acontece em menor ou maior grau para todos os assentamentos pesquisados.

Um segundo grupo é o dos *pequenos agricultores* que compraram os benefícios existentes nos lotes de antigos assentados que se desfizeram da propriedade por motivo de doença e/ou velhice ou por preferirem voltar para a cidade (nesse caso particular geralmente são pessoas mais novas que receberam o lote no início da transição para assentamento ou por herança de seus familiares); nesse grupo estão incluídos os que foram *assentados pelo INCRA* por um processo de retomada do lote. Esses sujeitos não participaram do processo de construção da luta pelo território do assentamento, logo, são despojados de vínculos com a história local e com o movimento. Entretanto são pessoas de menor poder aquisitivo e possuem entre um e no máximo dois lotes, tal qual aos assentados antigos, desenvolvem com eles relações de sociabilidade próximas e acabam incorporando suas estratégias de mobilização. Igualmente mantêm com a terra uma relação de trabalho para a reprodução do núcleo familiar e estão imersos nas mesmas relações de dependência econômica e de relações de trabalho que o primeiro grupo social.

Em terceiro lugar, temos os *médios proprietários pecuaristas* que fazem parte da história recente do assentamento e foram adquirindo vários lotes de terras, geralmente justapostos, por meio da compra, ainda que de maneira irregular. Em alguns casos extremos a aquisição da propriedade ocorreu por meio da coerção, como foi possível registrar no PA 1º de Março. Esses sujeitos apresentam uma renda muito superior à média dos assentados e detém equipamentos modernos, como tratores (alugados por hora aos assentados menos capitalizados ao preço de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)), insumos agrícolas, mão de obra assalariada, como vaqueiros, e assistência técnica particular, assim como transporte para escoar a produção, em geral leite e, principalmente, gado de corte (negociado com açougues

da região ou grandes empresas como a JBS, caso registrado no assentamento 17 de Abril). Seus vínculos são muito mais externos do que internos, visto que possuem, além de atividades dentro do assentamento, outras nas cidades próximas.

Por fim, no limite observamos *pequenos e médios incorporadores* que adquiriram lotes para parcelá-los e criar chácaras para venda, tendo em vista a posição geográfica de proximidade com o rio e a cidade de Parauapebas, a exemplo do que ocorre em Palmares II. Igualmente, existem casos singulares da presença de *empresas exploradoras de areia* no assentamento Onalício Barros e de outras que trabalham com garimpo ilegal, em Nega Madalena.

Essa diversidade de sujeitos que hoje compõe de maneira mais duradoura (*assentados antigos, pequenos agricultores, assentados pelo INCRA e médios proprietários pecuaristas*) ou periódica (*incorporadores, empresas exploradoras de areia e de garimpo*) os assentamentos leva a disputas territoriais e a fortes contradições e conflitos internos, com especificidades em cada assentamento.

O Quadro 1 a seguir revela algumas contradições gerais resultantes do processo histórico que culminou na metamorfose territorial nos assentamentos: observamos que a organização espacial de proximidade entre os sujeitos, com referência nos núcleos de base do acampamento, foram gradativamente redefinidas em função da entrada de novos sujeitos econômicos e da necessidade dos sujeitos se voltarem para a produção individual em seus lotes, devido à reprodução do núcleo familiar, a dívidas contraídas pelo financiamento da produção e aos insucessos em ações mais cooperativas. Os conflitos internos decorrem de uma relação marcada pela relativa perda de solidariedade entre os assentados, embora ainda permaneçam a ajuda mútua e a interação pessoal próxima, especialmente entre assentados antigos, pequenos agricultores e assentados pelo INCRA.

Igualmente observamos conflitos provenientes de situações singulares, como ocorre nos PAs Onalício Barros e Palmares II, hoje atingidos pela duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), o que os levou a realizar manifestações e ocupações da via férrea, já que a Vale S.A. pouco considera os anseios dos assentados e os problemas que gera nessas realidades, fechando-se à negociação. No PA Nega Madalena, em virtude de problemas relativos às dificuldades de escoamento da produção, à ineficiência da assistência técnica e do financiamento da

produção e à baixa renda dos assentados, muitos cedem parte do lote para que as empresas relacionadas ao garimpo explorem ouro em suas terras concedendo-lhes uma porcentagem do que for encontrado.

Quadro 1 – Principais contradições e conflitos nos projetos de assentamento organizados pelo MST no sudeste paraense

Município	Projeto de assentamento	Contradições	Conflitos
Parauapebas	Palmares II	Alguns loteamentos rurais foram transformados em chácaras destinadas ao lazer de pessoas oriundas de Parauapebas e municípios próximos.	Perda relativa da relação de solidariedade devido a entrada de sujeitos alheios ao movimento e às formas de organização interna; conflitos com a VALE por conta dos impactos causados pela exploração mineral e da passagem da EFC no PA e sua duplicação, tais como trepidação e rachadura nas casas, morte de animais etc.
	Onalício Barros	Algumas áreas foram destinadas à exploração da areia por empresas locais.	Perda relativa da relação de solidariedade devido à entrada de sujeitos alheios ao movimento e às formas de organização interna; conflitos com a VALE por conta dos impactos que serão provocados pela duplicação da EFC.
Eldorado dos Carajás	17 de Abril	Alguns lotes foram vendidos e/ou convertidos em terras de negócio, destinadas à produção agropecuária, inclusive com acumulação de vários lotes por empresários locais ou do sudeste paraense.	Perda relativa da relação de solidariedade devido à entrada de sujeitos alheios ao movimento, que priorizam a terra de negócio, são contrários às formas de luta para obter melhorias no PA, tais como as manifestações, e se colocam em discordância com a ação do MST.
	Cabanos Canudos Lourival Santana		
Marabá	26 de Março	Houve venda de alguns lotes para terceiros, o que provocou alterações nas relações internas, e se intensificou a produção de leite e de gado para corte.	Perda relativa da relação de solidariedade devido à entrada de sujeitos alheios ao movimento que priorizam a terra de negócio, são contrários às formas de luta para obter melhorias no PA, tais como as manifestações, e se colocam em discordância com a ação do MST. Nessa realidade há casos de conflitos físicos com médios proprietários e/ou comerciantes que atuam na região, para forçar a venda de lotes de alguns assentados.
São João do Araguaia	1º de Março		
Tucumã	Nega Madalena	Exploração clandestina de ouro nos lotes dos assentados, levando a problemas de uso do solo.	Perda relativa da relação de solidariedade devido à entrada de sujeitos alheios ao movimento que priorizam a terra de negócio, são contrários às formas de luta para obter melhorias no PA, tais como as manifestações, e se colocam em discordância com a ação do MST.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Por fim, no PA 1º de Março existem *médios proprietários pecuaristas* que criam situações para obrigar os assentados a vender suas terras: estes não possuem condições de cercar seus lotes adequadamente e acabam tendo suas áreas invadidas pelos animais dos médios proprietários, como porcos e gado, que comem ou destroem as plantações dos assentados; quando eles reclamam são ameaçados e, no limite, têm como única saída vender seus lotes para aqueles que os coagiram. No PA 1º de Março também existe a possibilidade de alagamento parcial de algumas áreas em decorrência da construção da Hidrelétrica de Marabá (cf. SILVA, 2014), levando os assentados a reivindicarem a regularização fundiária como forma de ter melhores condições de negociação em termos de indenizações ou mesmo para forçar a permanência no lugar.

Nessas realidades, se o MST possuía uma inserção permanente e significativa agora passa a ter sua atuação relativizada e em muitas situações, negada. Os símbolos do movimento começam a ser questionados pelos novos sujeitos, a exemplo da placa com a bandeira do MST na entrada do assentamento que muitas vezes é destruída; a mística que animava e reproduzia por meio lúdico a história da conquista do assentamento na data do seu aniversário de criação é substituída pela “cavalgada” (expressão cultural dos fazendeiros da região) ou compete com ela; as estratégias de luta como o bloqueio de estradas, ocupação do INCRA, marchas etc. são intitulados de práticas de baderneiros; outras associações desvinculadas do movimento são criadas; dentre outras práticas.

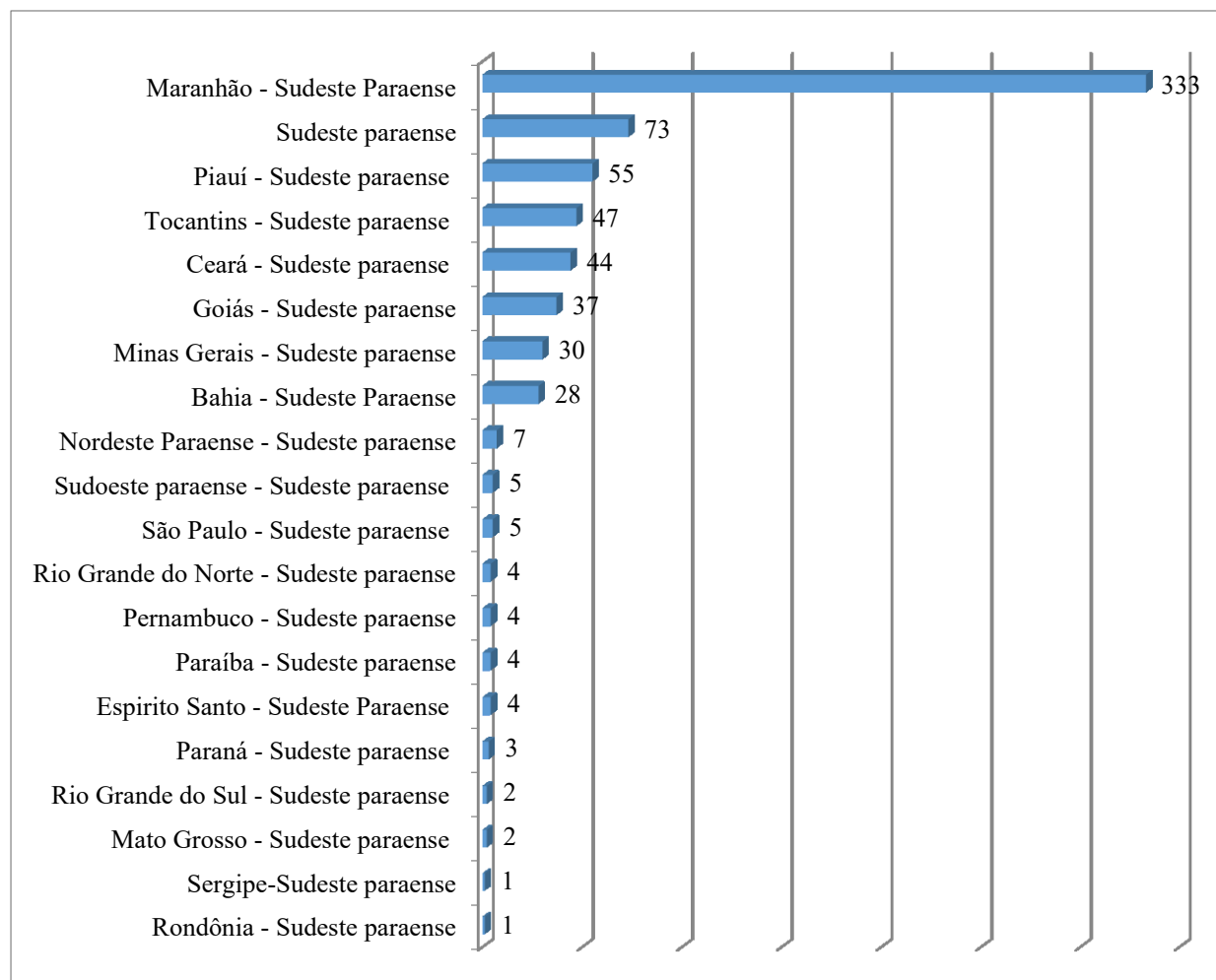
PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ASSENTADOS

Para qualificarmos de maneira mais aprofundada os sujeitos que vivem nos assentamentos, discutiremos a seguir sua origem migratória, profissões exercidas antes de serem assentados, sua produção, sua renda, dentre outros elementos,

Os assentados, como ilustra o Gráfico 1, são em grande parte migrantes oriundos do Maranhão e somam 48,33% (333 assentados); ainda, 27,30% dos indivíduos pesquisados (187 assentados) são de outros estados do Nordeste brasileiro; 5,9 % (39 assentados) são da região Centro-Oeste; 5,9 % (39 assentados) advêm do Sudeste; 1,50% (5 assentados) migraram do Sul; por fim, 0,30% (1 assentado) veio de Rondônia. Há também aqueles que migram

internamente no estado do Pará, dos quais 10,60% (73 assentados) são do próprio sudeste paraense e os outros 1,74% (12 assentados), das mesorregiões nordeste e sudoeste do Pará.

Gráfico 1 – Trajetória geográfica dos assentados.



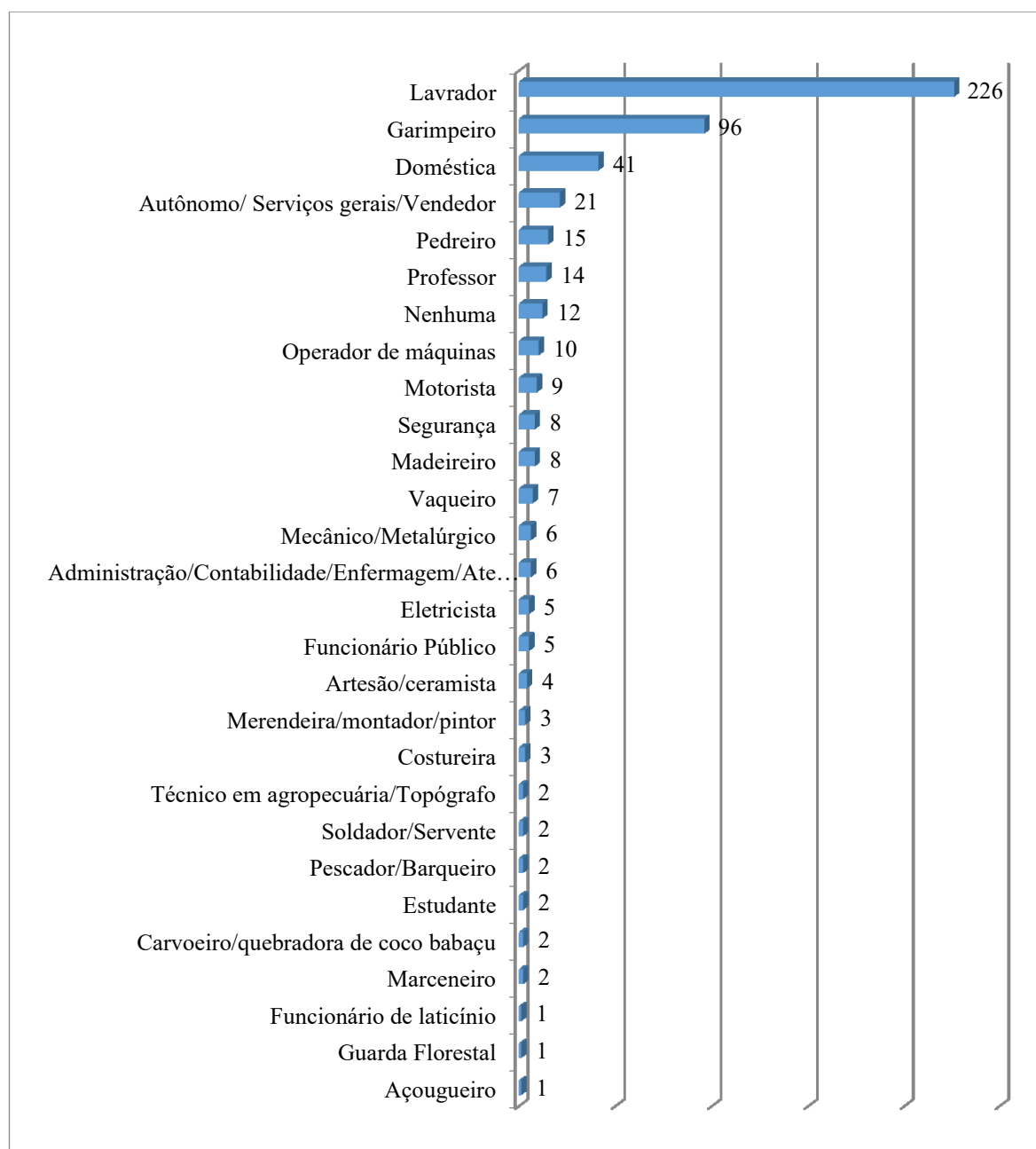
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Os sujeitos que hoje vivem nos assentamentos desenvolviam atividades agrícolas anteriormente: 43,54% dos pesquisados (300 assentados) afirmaram ser lavradores, trabalhando junto com seus pais ou para terceiros; outros 21,19% (146 assentados) revelaram ter trabalhado no garimpo, ainda no período de Serra Pelada²¹, especialmente na década de 1980 e início de 1990, ou em garimpos clandestinos que ainda hoje existem; também

²¹ Serra Pelada correspondeu a maior mina de ouro ao ar livre do mundo, sendo iniciada sua exploração em 1979 de maneira incipiente, porém, com seu desenvolvimento, acabou atraindo mais de 80 mil garimpeiros em 1984, auge de sua mineração. Devido as pressões das empresas mineradoras teve suas atividades paralisadas em 1992 e atualmente corresponde a uma vila do município de Curionópolis que abriga aproximadamente 4500 habitantes.

identificamos que 3,92% (27 assentados) executavam outras atividades no espaço agrário – eram carvoeiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores e madeireiros. Outros 31,49% (217 assentados) indicaram trabalhar em atividades assalariadas ou não na área de marcenaria, construção civil, mineração, dentre outras (ver Gráfico 2).

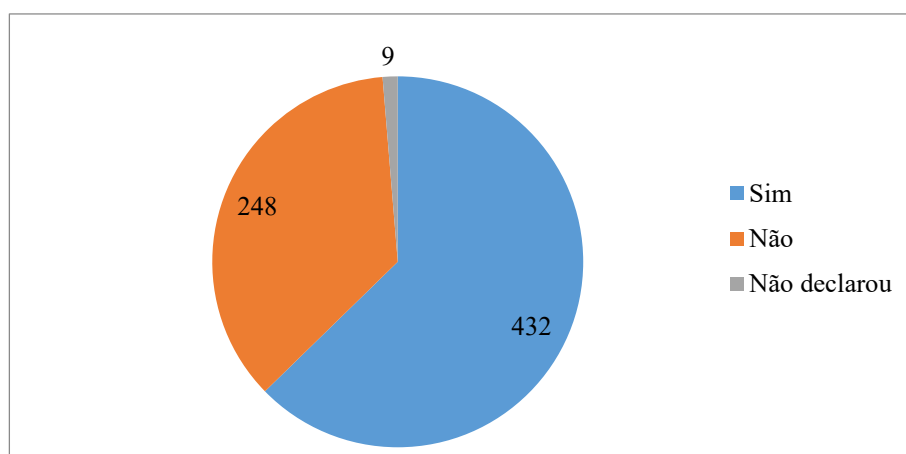
Gráfico 22 – Profissões exercidas antes de serem assentados.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

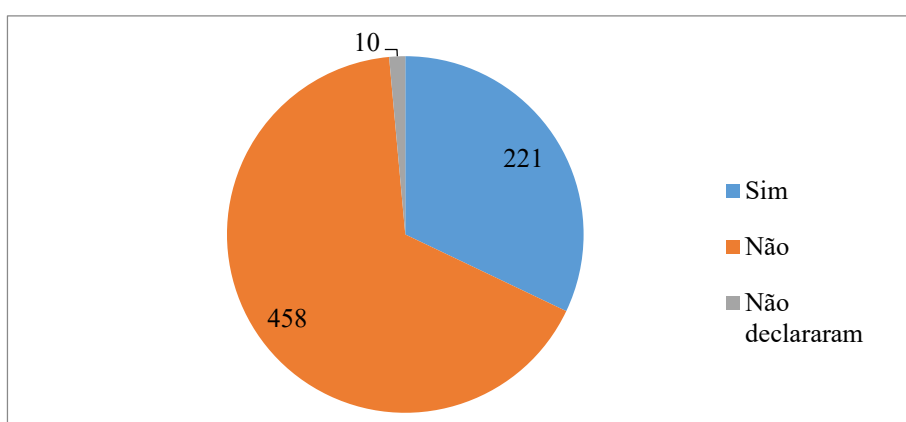
É importante salientar que uma parte dos assentados que atualmente residem no local não participaram diretamente da ocupação das áreas dos seus respectivos assentamentos (cerca de 248 pessoas, 35,99% do total – ver Gráfico 3), porque esses sujeitos constituem uma geração posterior ao período de luta pela terra, ou seja, é o(a) filho(a) que hoje ajuda na labuta diária. Existem situações em que parentes que outrora viviam em lugares diferentes passam a morar no assentamento e há pessoas que compraram os benefícios que existiam no lote ou requereram o lote comprando-o (221 pessoas declararam essa condição, compreendendo 32,08% do total de assentados – ver Gráfico 4). Ressaltamos que cerca de 62,70% (432 assentados) declararam ter participado da ocupação da fazenda que originou o PA e 66,47% (458 assentados) afirmaram que não adquiriram a terra por meio da compra.

Gráfico 3 – Participação na ocupação da terra e no período do acampamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

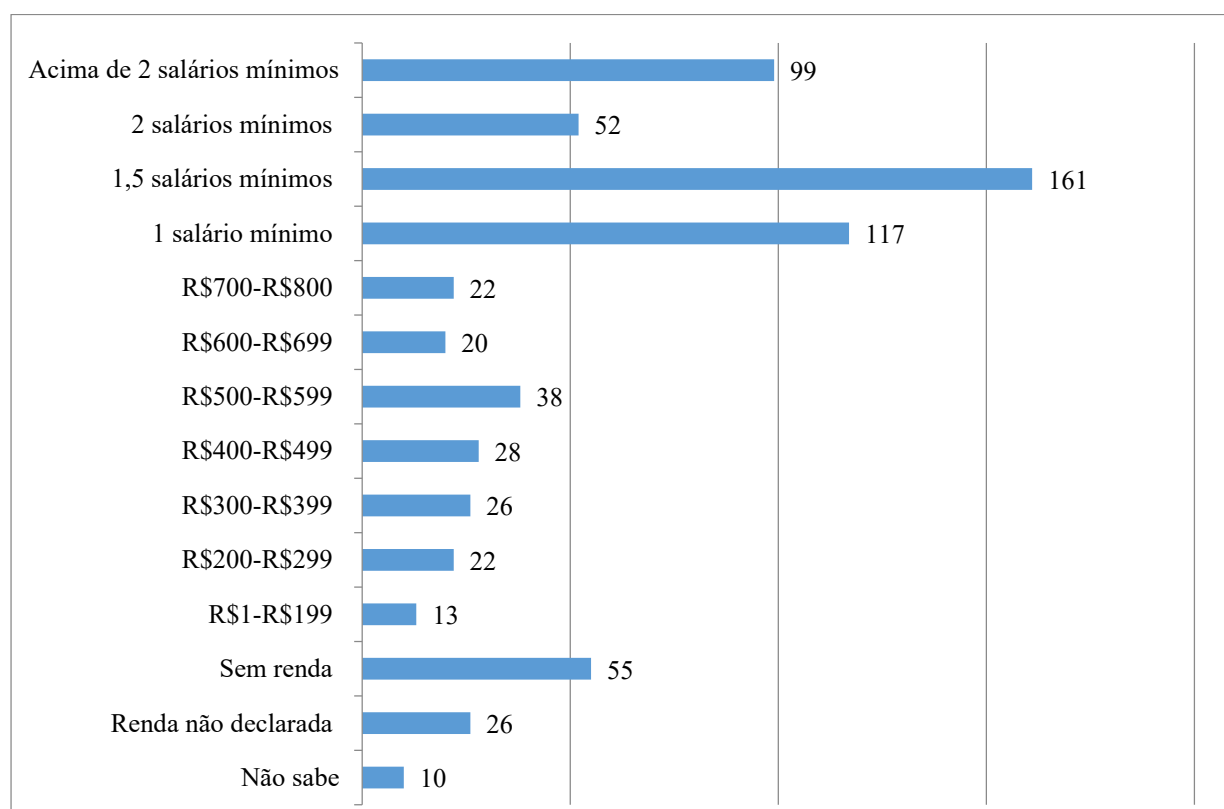
Gráfico 4 – Terra obtida por meio da compra



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com relação à renda média familiar dos assentados, observamos que 23,37% (161 assentados) declararam receber um salário mínimo e meio; 16,98% (117 assentados) indicaram possuir uma renda mensal de um salário mínimo; 14,37% (99 assentados) ganham acima de dois salários; 7,55% (52 assentados) informaram possuir ganhos em torno de dois salários mínimos; e 24,53% (169 assentados) possuem uma renda oscilando entre R\$1,00 e R\$800,00; ao passo que 7,98% (55 assentados) relataram não possuir nenhuma renda; e 5,22% (36 assentados) não souberam ou não quiseram informar a renda (ver Gráfico 5). É importante notar que aqueles que recebem a partir de um salário mínimo desenvolvem atividades na agricultura e em outro setor, têm filhos empregados nas empresas próximas, possuem assistência por alguma política pública municipal que garante o acesso de seus produtos em feiras, a exemplo de Parauapebas, são aposentados ou recebem benefício e/ou vendem sua produção diretamente para empresas, especialmente de laticínios.

Gráfico 5 – Renda média dos assentados.



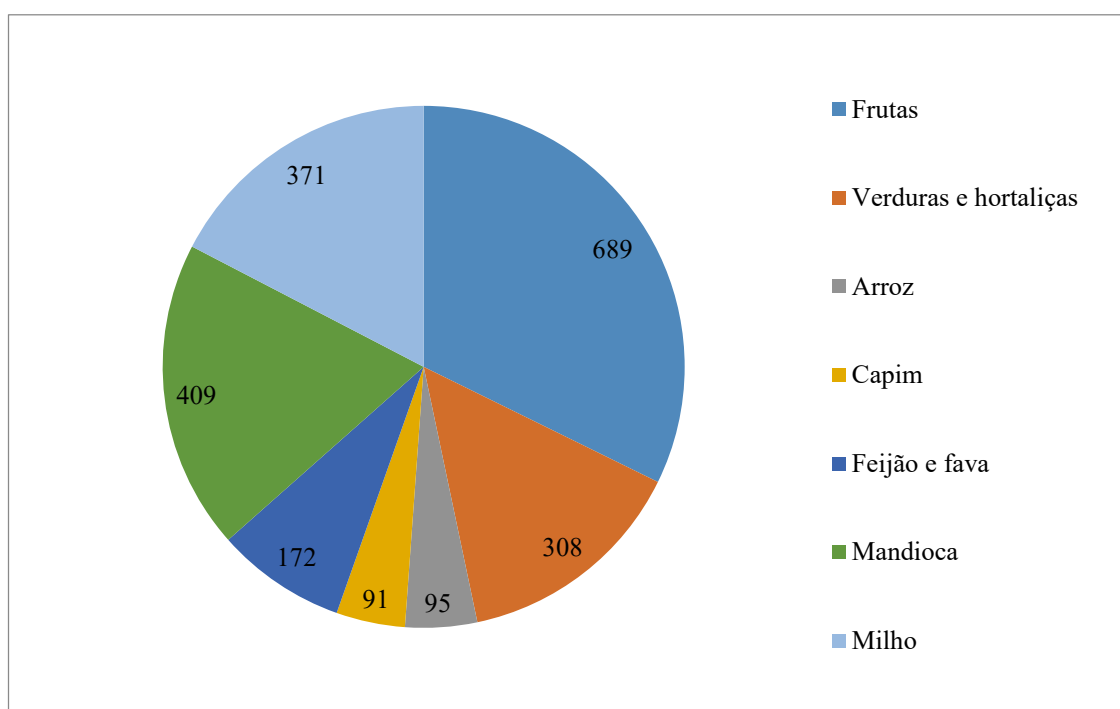
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A produção desses sujeitos é diversificada e baseada no mercado de excedentes (MARTINS, 2009), de modo que a mão de obra familiar é fundamental para a reprodução dos assentados, haja vista a baixa renda que possuem, logo, produzem para sua sobrevivência e destinam uma

parte dos víveres à venda, realizada através de atravessadores ou nas feiras das cidades mais próximas.

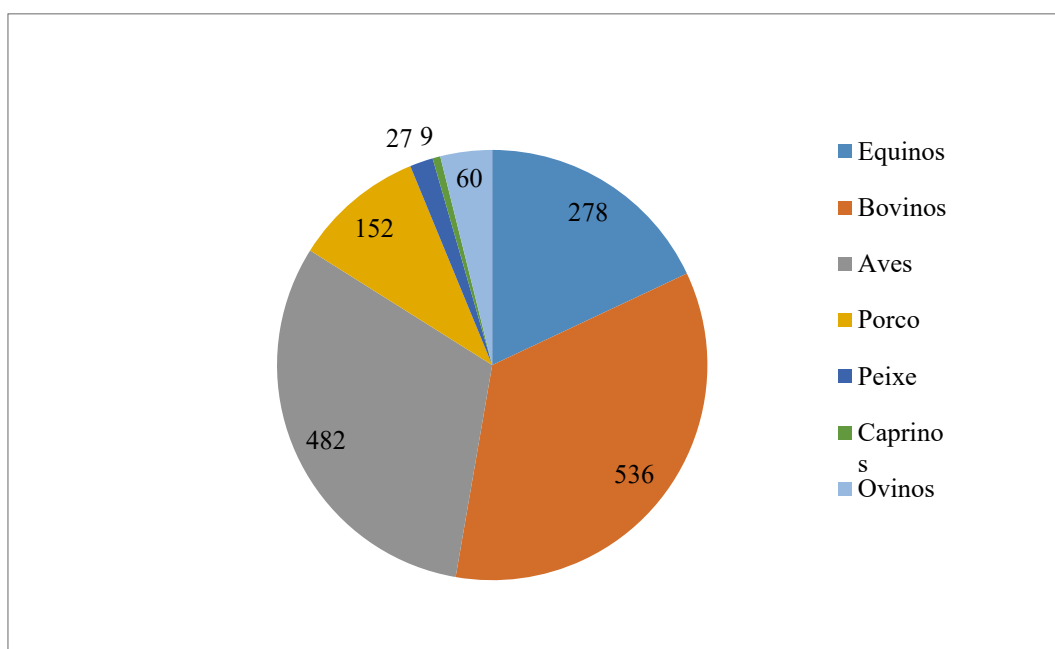
Assim sendo, o Gráfico 6 ilustra que 689 pessoas plantam frutas regionais e outras variações (açai, manga, cupuaçu, laranja etc.) e apresentam uma grande diversidade de cultivos como verduras, hortaliças, arroz, feijão, fava, mandioca e milho, além do capim para o gado. 536 pessoas declararam trabalhar com rebanho bovino (ver Gráfico 7), uma das principais criações dos assentados por conta de o leite servir de alimento diário e ser facilmente vendido para atravessadores, principalmente para empresa de laticínio localizada em Eldorado de Carajás (Laticínios Fortaleza S.A.). Outro fator que explica a elevada criação bovina é que os créditos concedidos via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) são, em certa medida, direcionados para essa atividade, sob alegação de rentabilidade mais rápida; no entanto, isso atrela o camponês a um conjunto de relações de dependência com o banco, que concede o financiamento, com fazendeiros locais, que compram e vendem os bezerros aos assentados, e com empresas e atravessadores, que definem o preço do leite e da cabeça de gado comercializados na região. Além do gado, observamos a criação de equinos, utilizados no transporte das mercadorias e pessoas, caprinos, aves, porcos e peixe, vendidos e/ou consumidos pelo núcleo familiar.

Gráfico 6 – Cultivos desenvolvidos pelos assentados.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Gráfico 7 – Criações desenvolvidas pelos assentados.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Proposta interpretativa dos territórios-assentamento a partir da experiência do sudeste paraense

Os *territórios-assentamento* se estruturam a partir da conflitualidade (FERNANDES, 2013), que envolve dois aspectos articulados, quais sejam: a) disputa pela terra, mediante aos conflitos agrários nos quais os movimentos sociais e/ou sindicais ocupam a terra e criam acampamentos, que permitem a territorialização dos sem-terra em condições precarizadas e inseguras, pela possibilidade iminente de desterritorialização via ação do Estado e/ou dos intitulado proprietários, mas que criam as condições históricas e geográficas fundamentais para a conquista dos Projetos de Assentamentos; e b) a disputa por um modelo de desenvolvimento territorial que é aberto, dialético, multidimensional, multiescalar, contraditório e conflituoso, que se coloca em termos contra-hegemônicos frente ao projeto agropecuário e mineral.

Esses assentamentos manifestos como frações do território conquistados pelos sem-terra, embora sejam envoltos em contradições e conflitos, visto que estão atrelados à dinâmica do capital, são condição para a continuidade da espacialização da luta pela terra no sudeste paraense, pois conformam, junto com os acampamentos, uma *rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra*, que garante articulação, comunicação e ajuda mútua em graus

diversos entre os assentamentos e acampamentos que possivelmente tornar-se-ão PAs, seja por meio da organização da ocupação de terra, negociação com o INCRA e manifestações; seja através da rede de parentesco que se desenvolve entre as áreas, devido aos parentes e/ou amigos dos assentados se lançarem na luta pela conquista por seus próprios territórios de sobrevivência.

Nessa rede, os assentamentos são fundamentais para a permanência da luta, pois são bases logísticas de novos acampamentos. Isto ocorre de duas maneiras: a primeira é acolher aqueles sujeitos que efetuarão uma ocupação em uma dada fazenda próxima, depois ajudar a planejar a ação e a executá-la, destacando membros do assentamento e de outros para mobilizar o maior contingente de pessoas possíveis, e, assim, ter maior possibilidade de êxito ao entrar na área pretendida, evitando fortes retaliações dos fazendeiros e do aparelho policial do Estado. A ocupação pode desenvolver a construção de um acampamento passível de sofrer processos de reintegração de posse por parte do governo, que concorrem para a retirada, muitas vezes violenta, dos sem-terra da fazenda. Surge, então, o segundo momento de ajuda do assentamento que serve novamente de local ao reagrupamento dos acampados, até surgir outra oportunidade de ocupar a área.

Além dessa articulação entre assentamentos e acampamentos, o MST cria outras alianças que possibilitam desenvolver uma política de escalas, ampliando a arena de disputa por outro modelo de desenvolvimento territorial. Para Smith (2000) essa política de escala materializa a intencionalidade dos movimentos sociais “saltarem escalas”, significando a rebeldia dos sujeitos subalternos em relação aos limites impostos pelo capital que os relegam às periferias urbanas ou áreas longínquas que ainda não foram devidamente territorializadas, em outras palavras, essa política de escalas permite aos movimentos ampliarem seus territórios, dentre eles os assentamentos.

Nesse sentido, para conseguirem desenvolver essa política de escala, constituem articulações em múltiplas escalas geográficas. Regionalmente o MST vêm tecendo ações conjuntas com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), organizados na Federação de Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI).

De acordo com Assis (2007), isso decorre de uma abertura maior dos dirigentes sindicais a partir dos anos 1990, inicialmente da FETAGRI Sudeste Paraense, que reconhecem as mútuas

competências, diferenças e potencialidades entre MST e FETAGRI, passando de um momento de *deslegitimação recíproca* – marcado pelo desentendimento e com negociações separadas – para um de *reconhecimento recíproco* – manifesto pelo reconhecimento das diferenças e das ações coletivas –, decorrente da necessidade de se fortalecerem para enfrentar conjuntamente o Estado. Tal junção de interesses não significou a extinção das diferenças, mas possibilitou uma relação mais próxima para realizar embates nas arenas de disputa por políticas públicas, a partir, por exemplo, dos Grandes Acampamentos para reivindicar alterações e inclusões na Programação Operacional (PO) do INCRA e conseguir conquistas importantes, no âmbito da criação de assentamentos, assistência técnica e educação do campo.

Desse modo, esses Grandes Acampamentos assumem uma particularidade regional, devido à grande extensão territorial, composta atualmente por 39 municípios, à elevada quantidade de agricultores envolvidos na ação, geralmente em torno de 10 mil pessoas, à diversidade das pautas de reivindicações, que variam entre políticas agrárias e agrícolas, assistência técnica, políticas sociais, infraestrutura e políticas específicas para mulheres e jovens agricultores, e devido à diversidade de sujeitos envolvidos, como STR, associações, cooperativas, federações, movimentos, agências de mediação, partidos políticos e entidades de representação de trabalhadores urbanos (ASSIS, 2007).

Essa articulação é denominada pelas lideranças locais de *arco da aliança*, e consistem em ações coletivas de maior envergadura por: a) demandar um contingente de pessoas maior, pois envolve um enfrentamento com sujeitos econômico-políticos de grande expressão como a Vale S.A. ou o próprio Estado; b) as manifestações pontuais não resultarem em soluções referentes às pautas requeridas; c) morosidade no atendimento de determinadas pautas como cestas básicas para os acampamentos, infraestrutura (estrada, saúde, escola), crédito e extensão rural para os assentamentos e a desapropriação de terras ocupadas.

Para atingir seus objetivos, as organizações definem previamente uma programação e uma pauta conjunta entre MST e FETAGRI, e em alguns casos com a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), e sua ação geralmente culmina em um grande acampamento no INCRA que perdura vários dias; paralelamente, realizam bloqueios de estradas, caminhadas, manifestações em outros órgãos públicos e privados, mas a concentração principal fica no INCRA.

Para que o arco da aliança não resulte em conflitos internos pactuam-se alguns pontos, especialmente no que tange aos recursos para os assentamentos, pois em termos numéricos temos uma quantidade maior de PAs organizados pela FETRAGRI, seguido pela FETRAF e, em menor número, pelo MST, apesar de, muitas vezes, as mobilizações apresentarem um contingente maior de pessoas do MST. Isso pode levar ao questionamento sobre qual organização sindical ou movimento social irá ficar com maior parte do investimento conseguido pela ação, pois o INCRA delega a responsabilidade de divisão para aqueles sujeitos, como forma de criar uma cisão.

Muitas dessas ações são assistidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) ou são encampadas por ela, especialmente nos momentos de manifestações. Nacionalmente o MST se articula a suas outras instâncias, além da CPT e da própria FETAGRI e, internacionalmente, possui relações com a Via Campesina.

Por fim, para o desenvolvimento desse território-assentamento, busca-se disputar os aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2001), especialmente aqueles referentes ao processo formativo, nesse sentido que o MST, em conjunto com outros movimentos sociais e sindicais, vai se utilizar de políticas de escalas educacionais (MEEK, 2014) para repensar regionalmente e nacionalmente as políticas públicas, no intuito de construir a Educação do Campo, com a ampla participação dos movimentos, sendo importante nesse processo o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que garantiu gradativamente a alfabetização de crianças, jovens e adultos residentes no espaço agrário brasileiro e, particularmente, do sudeste paraense.

Nesse contexto uma das bandeiras de luta do MST corresponde exatamente a construção de escolas do campo nos assentamentos que garanta um processo educacional crítico, dialógico e que respeite a temporalidades desses sujeitos a partir de conteúdos que lhes integrem e garantam seu tempo de trabalho. Portanto, o PRONERA reforçou o projeto do MST de “ocupar as escolas” com professores formados a partir dos seus princípios, e igualmente ajudou a construir cursos nas Universidades e Institutos Federais do Pará, como a Educação do Campo, que se tornam outro local de disputa com os agentes econômicos hegemônicos, como as empresas mineradoras, que incentivam os cursos de engenharias, e os fazendeiros, que priorizam os cursos voltados para o agronegócio.

Articulada a proposta de uma reforma agrária popular e a uma educação emancipatória, o MST hoje também incentiva, nos assentamentos, uma produção agroecológica.

A agroecologia envolve a construção de um projeto territorial contra-hegemônico que se pauta na filosofia da práxis, ou seja, em um conjunto de valores produzidos a partir das experiências dos sujeitos do campo, cujos saberes são fundamentos para a construção de uma teoria transformadora da realidade, em que o papel dos movimentos sociais e sindicais, em consonância com a participação das Universidades (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará) e dos Institutos (*campus* Rural de Marabá do Instituto Federal do Pará e Instituto Latino Americano de Agroecologia Amazônico), é de grande importância para garantir a inclusão desses saberes em políticas públicas, em cursos de ensino básico e superior e na própria realidade dos PAs.

Apesar disso, a agroecologia ainda tem uma difusão mais discursiva do que prática nessas realidades, visto o longo tempo de luta pelo território, as experiências pouco frutíferas de cooperativismo, o forte incremento da pecuária e a diminuta assistência técnica (especialmente porque ela ainda está fortemente marcada por um viés produtivista e não agroecológico), o que está sendo repensado pelos Institutos nos cursos direcionados aos filhos dos assentados.

Destarte, o projeto contra-hegemônico do MST que se consubstancia nos/por meio dos territórios-assentamentos se assenta principalmente no *tripé terra-educação-produção*, conceitos que se entrelaçam para pensar uma reforma agrária popular e geradora de um projeto territorial alternativo disputado no seio da sociedade civil. A respeito dessa proposição, ela envolve as diversas formas de luta pela terra, que corresponde ao centro das disputas por ser a condição material de reprodução dos sujeitos, mas paralelamente houve a necessidade de se pensar um projeto para além da conquista da terra, que subsidiasse a reprodução camponesa e a permanência da luta por outras gerações. Por esse motivo ao longo da territorialização do MST foi pensado um processo formativo que incluía a educação em sua dimensão mais ampla, ou seja, que congregue as disciplinas formais, porém integrando-as aos princípios do movimento social e à dinâmica dos sujeitos do campo, em particular a sua produção, a qual precisa ser refletida à luz da agroecologia, enquanto um outro modelo produtivo.

Conclusões

Em termos conclusivos os *territórios-assentamentos* são produtos sociais, envoltos por relações de poder, advindos de um processo histórico-geográfico multidimensional, cuja formação econômico-social, lhes conferem determinadas características particulares, mas atreladas aos processos mais gerais relacionados à territorialização do capital (OLIVEIRA, 1999), por esse motivo é prenhe de contradições e conflitos. Eles podem ser mais ou menos complexos dependendo do seu tamanho, número de famílias envolvidas, grau de organização interna e externa, de conexão com outros movimentos sociais e/ou sindicais e do movimento socioterritorial e/ou sindical que o constrói e organiza, podendo estar articulado ou mesmo sendo articulador de uma *rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra* e mobilizado/mobilizador na/*da política de escala* como estratégia de ampliar a luta local para uma escala regional, nacional e internacional, também podem vir ou não a disputar os aparelhos privados de hegemonia com o intuito de produzirem um processo formativo que considere os sujeitos do campo e suas especificidades, além de debater a necessidade da luta pela terra, mas igualmente de um projeto de desenvolvimento territorial que parta dos sujeitos subalternos e de um consenso ativo (GRAMSCI, 2001), que no caso do MST, pauta-se no tripé *terra* (de trabalho) - *educação* (emancipatória) - *produção* (com o horizonte da agroecologia).

Referências

ALENTEJANO, Paulo. Uma análise geográfica dos conflitos no campo brasileiro. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello. (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas** (II). Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008. p. 238-253.

ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 135-159, 2001.

CARVALHO, Horácio Martins de. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: IICA/NEAD/MIPF, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Impactos socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária. In: FRANÇA, C. G.; SPAROVER, G. (Coords.). **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD-DEBATE, 2005. p.113-132.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária do Brasil: o debate da década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-238.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, v. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IBGE. **Censo Agropecuário**, 2006. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/Segunda_Apuracao/censoagro2006_2aapuracao.pdf> Acesso em 10 abr. 2014.

INCRA. **Obtenção de terras**. 2016. Disponível em <http://www.incra.gov.br/Aquisicao_de_terras> Acesso em 08 nov. 2016.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Travessia: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MEEK, David Duncan. **Movements in education: the political ecology of education in the brazilian landless workers' movement**. 2014. 281 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Georgia, Athens, 2014. Disponível em: <http://bc.ufpa.br/site/images/DocumentosPDF/Meek Movements in Education.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MIRANDA, Rogério Rego. A geografia dos acampamentos dos movimentos sociais e sindicais no sudeste paraense. In: IX Simpósio Internacional X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 10, 2019. Recife-PE. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, 2019. Disponível em: <https://www.singa19.com.br/resources/anais/8/singa2019/1572996159_ARQUIVO_590af444e1b4baaeffbdbf9349704a2.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, out. 1999, p. 5-28.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo Brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo, Contexto, 1999, p.63-107.

REDE DATALUTA. **Relatório Brasil 2017**. São Paulo: Presidente Prudente, 2018.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papius, 2000. p. 132-175.

SIGAUD, Lygia Maria. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2005, p. 255-280.

SILVA, Cristiano Bento da. **A comunicação da usina hidrelétrica de Marabá traduzindo uma situação social de conflito**: reflexões a partir de um território ribeirinho do sudeste paraense. Dissertação

(Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2014.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DE PROMOÇÃO DO ENFOQUE DE GÊNERO NO NORDESTE PARAENSE

Zélia Vanuza Marques²²

Romier da Paixão Sousa²³

Resumo: o presente artigo aborda reflexões sobre a importância da Sistematização de Experiências como estratégia político pedagógica da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com potencial para utilizá-la a partir da abordagem de gênero. O estudo foi estruturado a partir de um processo de investigação com aportes teóricos e metodológicos da pesquisa-ação, da qual participaram extensionistas e beneficiários da ATER vinculados às ações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER-PA. A investigação se desenvolveu no contexto de quatro experiências acompanhadas pela EMATER-PA, num exercício de escrita coletiva que contou com o uso de metodologias participativas de extensão rural, cujos resultados foram analisados através das concepções da educação popular, feminismo e agroecologia. A pesquisa apontou que Sistematização de Experiências consiste em uma estratégia que pode contribuir para a construção de uma abordagem equitativa para a ATER. Apresenta elementos para a estruturação de ferramentas didáticas inventivas e a criatividade em processos de Sistematização de Experiências de ATER com enfoque de gênero.

Palavras-Chave: extensão rural; feminismo; agroecologia

Introdução

No período de 2003 a 2016, no Brasil, diversas modificações ocorreram na concepção da política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Essas mudanças adquiriram status de institucionalização com o estabelecimento de dispositivos legais da Lei nº 12.188/2010 (BRASIL, 2004), que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) (BRASIL, 2010; 2013).

Como efeito do processo de construção nacional, as entidades estaduais de ATER passaram a contemplar em suas diretrizes o foco de atuação na agricultura familiar na adoção da

²² Licenciada em Pedagogia, Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, Extensionista Rural da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará - Emater-Pa.

²³ Agrônomo, Doutor em Estudo sobre o Meio Ambiente. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do IFPA-Campus Castanhal.

agroecologia como matriz tecnológica, bem como repensar os processos pedagógicos a partir das metodologias participativas (WEITZMAN, 2011).

Dos Reis (2016) construiu uma linha do tempo da institucionalização da perspectiva agroecológica na EMATER-PA. A autora identificou que este processo iniciou no ano de 1998, com capacitações das equipes técnicas, agricultores e agricultoras. Neste sentido, entre os anos de 2003 a 2008 identificou um esforço de intensificação dessas atividades e a consolidação de parcerias com instituições públicas como Universidades, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre outras. É significativo o fato do quadro de servidores que tiveram acesso a debates com enfoque na agroecologia, desenvolvimento rural sustentável, política territorial, o uso de metodologias de ATER e pesquisa com enfoque participativo, em conexão com a nova abordagem da PNATER.

Como resultado dessas ações de formação, capacitação e das experiências vivenciadas no ano de 2008, quando se estabeleceu como missão institucional da EMATER-PA: “Contribuir com soluções para a agricultura familiar com serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, baseadas nos princípios éticos e agroecológicos” (EMATER, 2008, p. 12).

Os documentos de orientações para a construção dos Planos Operacionais de Trabalho Anual (PROATER) evidenciam que o planejamento das atividades de ATER da Empresa tem previsão orçamentária e estratégica vinculada às diretrizes do Plano Plurianual do Governo do Estado do Pará e são estruturadas conforme o Plano de governo da gestão eleita no Estado a cada quatro anos.

As gestões públicas têm autonomia para estabelecer os programas e projetos, no entanto, estes precisam se coadunar com a PNATER e com os dispositivos legais inerentes a serviços como: legislação ambiental, fundiária e de proteção social. Assim, em cada município os planos de ação são estruturados conforme demandas das famílias e/ou das organizações formais e não formais, considerando ações específicas do conjunto de Políticas Públicas para a agricultura familiar que se consolidaram no contexto de reformulação da PNATER. Há, com isso, a intencionalidade de fortalecer a agricultura familiar e fortalecer ações afirmativas como as cotas de jovens e cotas para mulheres (EMATER, 2018; 2019).

Desta maneira, a ATER, segundo a Lei nº 12.188/2010, deve ser realizada através de uma abordagem multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, mediada por metodologias participativas, viabilizando a promoção da cidadania e da igualdade, entre diferentes matizes socioculturais, respeitando a pluralidade e as diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, implicando na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia, como preconizado no seu Art. 3º, inciso V (BRASIL, 2010).

Neste artigo, visa-se, portanto, apresentar resultados de uma investigação de quatro experiências de ATER no Nordeste do Pará realizada a partir de um exercício de sistematização de casos múltiplos de experiências de ATER, com a participação de pessoas beneficiárias e extensionistas, vinculados à EMATER-PA, com aportes teóricos da Educação Popular, Feminismo e Agroecologia adotando a sistematização de experiências como um instrumento político pedagógico, a fim de contribuir para mediar reflexões sobre a abordagem de gênero no contexto da ATER.

Percurso metodológico

Para investigar a relevância da ferramenta de sistematização de experiências como estratégia política pedagógica da ATER, com enfoque de gênero, a pesquisa-ação foi estruturada, a partir de uma abordagem exploratória com a intencionalidade de gerar novas ideias e hipóteses que pudessem desencadear em novas pesquisas (VOLPATO, 2015).

As atividades de campo foram desenvolvidas em iniciativas de ATER vinculadas à atuação da EMATER-PA, na região Nordeste do Pará, localizadas na região administrativa de Castanhal, composta por um conjunto de 20 equipes que atuam em 19 municípios e são articuladas entre si, através do gerenciamento de uma equipe regional. O trabalho de campo teve início em novembro de 2018 e foi concluído em dezembro de 2019.

Adotou-se a abordagem da pesquisa-ação, como definida por Thiollent (2011), a qual consiste em um tipo de pesquisa social com base empírica, concebida como uma ação ou resolução de um problema coletivo, na qual os pesquisadores, pesquisadoras e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

O problema coletivo que deu origem ao trabalho diz respeito às dificuldades das equipes de ATER em registrar suas ações de forma reflexiva e com a abordagem de gênero, conforme preconiza a legislação atual. Assim, optou-se pela ferramenta de sistematização de experiências como estratégia político pedagógica da ATER, tendo em vista contribuir com a abordagem de gênero, geração, raça e etnia, de acordo com a Lei de ATER 12.188/2010 (BRASIL, 2010).

O processo metodológico, para concretizar a investigação, foi estruturado de maneira a permitir a triangulação das fontes de informação, considerando múltiplas possibilidades: pesquisa documental; rodas de conversa de sensibilização e planejamento com as equipes de ATER; Oficinas de escrita coletiva com os beneficiários de ATER e extensionistas.

Esses momentos foram estrategicamente planejados para estabelecer relações e concretizar um exercício no qual o objeto da investigação da pesquisa-ação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas, de diferentes naturezas, encontrados na situação em que esses estão inseridos (THIOLLENT, 2011). A sistematização é colocada por De Souza (2006) como uma modalidade especial de pesquisa social e como instrumento didático, ressaltando que a mesma pode ajudar a desenvolver a capacidade de invenção, de criação, de cultivo da inteligência crítica.

Dessa forma, ao longo do desenvolvimento do processo de sistematização das experiências, buscou-se dialogar com os participantes com o cuidado para que o exercício significasse uma oportunidade de relatar e dar sentido coletivo ao processo vivido, refazer caminhos, repensar práticas, celebrar resultados, compreender limites e construir estratégias e planos futuros (JARA, 2013).

No que se refere aos aspectos éticos, envolvendo o exercício da pesquisa-ação, é imperativo ressaltar que os resultados aqui expressos representam uma amostra pontual de apenas quatro realidades acompanhadas por ações de ATER vinculadas às ações da EMATER-PA. Dessa forma, não se tem a finalidade de avaliar como as diretrizes da PNATER ou como a missão institucional da EMATER-PA são vivenciadas no cotidiano.

Nessa perspectiva, a proposta da pesquisa-ação foi avaliada tanto pela empresa e os extensionistas quanto pelos beneficiários de ATER, que aderiram a proposta de escrita coletiva e elaboração o Caderno Metodológico de forma voluntária.

O processo metodológico se estruturou a partir da perspectiva da interseccionalidade que consiste num arcabouço teórico-crítico para apontar opressões impostas a mulheres, ocorridas muitas vezes em sobreposição ou intersecção de identidades sociais, sistemas de opressão, dominação ou discriminação, sobretudo, nas relações inter-raciais, de classe, de geração, de poder político (entre outras), incluindo a opressão de mulheres sobre mulheres (CRENSHAW, 2002, p.177).

Para fins de estruturação da pesquisa, foi tomado como referência os estudos de Sanches e Abreu, (2017), Jara (2013; 2006), De Souza (2006), Torres (2003). Com destaque para as contribuições do estudo de Torres (2003) acerca da sistematização de experiências com enfoque de gênero.

Nessa direção, desenvolveu-se a pesquisa-ação segundo recomendações de Pacheco (1997) sobre a necessidade de ouvir as mulheres que integram experiências, dando atenção às suas preocupações ao reconhecer a percepção delas, como elemento importante nas lutas sociais. Para tanto, buscou-se garantir os tempos de falas e de escuta tendo presente a necessidade de estimular a participação das mulheres ao longo do trabalho.

E, igualmente, considerou-se as construções de Ramos (2017) ao salientar a importância de reconhecer o trabalho das mulheres e destacá-las como sujeitas dos espaços de produção, como um caminho para identificar o trabalho da mulher no contexto das experiências agroecológicas, na contribuição para sua autonomia e equidade de gênero, na perspectiva do bem viver.

Do mesmo modo, procurou-se garantir que as contradições de gênero fossem refletidas sem negar a existência de relações de poder, no entanto o trabalho não agudizou conflitos intencionalmente, nem entre os extensionistas, nem entre os beneficiários de ATER que participaram da pesquisa, tampouco explicitou contradições com ocorrência isolada, ou promoveu conflitos pessoais.

Portanto, buscou-se deixar em evidência, em todas as etapas, que a intencionalidade do processo de pesquisa-ação consistia na construção de uma ferramenta didática, ética, política e metodológica em favor das mulheres, e que nesse processo a escuta atenta dos diferentes sujeitos representava um significado importante às reflexões coletivas.

Essa opção metodológica dialoga com atitude de Hooks (2019), quando menciona a importância da conscientização feminista, para homens com a intenção de dialogar sobre sexismo. Portanto, ao adotar essa estratégia metodológica, para consolidar reflexões sobre a abordagem de gênero e seus entrelaçamentos com geração, raça, classe e etnia, orienta-se de modo a concretizar oportunidades para materializar processos de diálogos sob uma atitude de educação para a sustentabilidade. Sendo assim, comprometida em reconhecer e enfrentar as diferenças através da “quietude”, ou seja, uma virtude de escuta ativa para conhecer e aprender com o outro a fim de criar condições para emergir novas narrativas (GADOTTI, 2012).

Considerou-se a abordagem preconizada pela pedagogia de ATER nos processos metodológicos, visando compreender a temática de gênero e outras iniquidades, a qual estabelece uma ação extensionista fundamentada em uma ação emancipadora. Disto procurou-se revelar a condição dos seres humanos no mundo e a construção de saberes necessários para a ampliação do quadro cultural e a transformação da situação de opressão presente na sociedade (BRASIL, 2010). Sob esses pressupostos, descrevem-se as fases da pesquisa:

A primeira fase na pesquisa-ação teve por objetivo identificar experiências de ATER que mencionassem, nas suas descrições (planos e ou relatórios de execução), as seguintes expressões:

- a) Desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- b) Metodologias participativas, multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural;
- c) Construção da cidadania e articulação com outras políticas públicas.

O estabelecimento desses critérios foi essencial para identificar realidades nas quais os sujeitos da pesquisa poderiam participar e se comprometer com a construção do Caderno

Metodológico, pois se objetivou entender realidades práticas de ATER em um período significativo de acompanhamento, tanto aos beneficiários quanto aos extensionistas vinculados.

A definição dessas expressões como critério de identificação conecta-se com os princípios da Lei 12.188, instituídos na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER. A partir desse filtro, foram selecionados (05) cinco municípios/equipes para a realização da pesquisa-ação.

A segunda fase objetivou caracterizar e sensibilizar as cinco equipes responsáveis pela ATER, na área onde as experiências identificadas estão em desenvolvimento, com o intuito de concretizar articulações para materializar o exercício da pesquisa-ação. Nessa etapa, quatro equipes aderiram à próxima fase do trabalho (Equipes dos municípios de Curuçá, São Francisco do Pará, Inhangapi e Terra Alta).

A terceira fase consistiu no processo de escrita coletiva das experiências selecionadas, realizada em uma etapa de sensibilização das famílias, planejamento com a equipe de extensionistas e concretização da etapa de escrita coletiva das experiências.

Considerando que a pesquisa objetivava construir uma ferramenta didática para a sistematização das experiências de ATER com abordagem de gênero e suas interfaces, avaliou-se que, no processo de escrita coletiva, o foco da abordagem deveria centrar-se no papel dos diferentes membros da família, nas relações sociais, formas de participação, planos futuros, bem como caracterizar aspectos sociais, econômicos e ambientais de cada experiência. Assim, foram escolhidas as seguintes ferramentas de ATER e pesquisa para essa mediação:

a) Mapa falado: consiste num desenho representativo da unidade de produção a ser produzido pelo conjunto de sujeitos da família, apresentando o detalhamento do sistema de produção e das modificações planejadas e realizadas nos últimos períodos (EMATER, 2012; FARIA, 2010).

b) Linha do tempo: representação simbólica dos fatos, transformações e mudanças significativas ocorridas na experiência (EMATER, 2012; VERDEJO, 2007).

c) Diagrama de Venn: representação simbólica do grau de relacionamento (importância e proximidade) entre os sujeitos e as instituições, bem como entre os sujeitos e outras organizações externas. (EMATER, 2012; FARIA 2010; VERDEJO, 2007).

Abordagem de gênero, geração, raça e etnia nas políticas públicas de Ater

Para Farah (2004), política pública pode ser compreendida como uma das formas de interação entre o Estado e a sociedade, e possui objetivos dimensionados por um corpo conceitual que a orienta e prevê seus prováveis impactos sobre a ordem social, econômica e ambiental.

Historicamente, as políticas públicas foram desenvolvidas apenas pela elite política, formada por homens brancos, heteronormativos, escolarizados, com renda e inserção social, sendo que as experiências originadas fora da esfera hegemônica não eram consideradas legítimas pelo Estado, tendo em vista que apenas os homens brancos da elite estavam presentes na política, tanto na tomada de decisões sobre a ação do Estado, como na sua execução (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013).

No período que antecedeu a formulação da Constituição Federal de 1988, os movimentos sociais articulados pela defesa dos direitos humanos, das mulheres, das lutas antirracistas e dos múltiplos campos de organizações dos trabalhadores pontuaram ao Estado Brasileiro a relevância da abordagem de gênero nas políticas públicas a partir de uma campanha de mobilização em torno do lema “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” que produziu como resultado concreto, uma série de propostas para a nova Constituição que foram apresentadas ao Congresso Constituinte sob o título “Carta das Mulheres Brasileiras” (FARAH, 2004).

Santos (2015) ressalta que na Carta das Mulheres Brasileiras houve uma contribuição inestimável das mulheres negras, quanto a autoria das demandas relacionadas à educação com ênfase na igualdade de gênero e raça e dos impactos da discriminação racial e étnica na produção de desigualdades sociais.

Nesse contexto histórico, um fator preponderante para a inclusão da abordagem de gênero nas políticas públicas foi a adoção do conceito de gênero como referência para a análise da

realidade, isto é, a compreensão de que há um conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais as diferenças biológicas entre homens e mulheres são culturalmente significadas (BANDEIRA, 2005).

Scott (1995) evidencia que gênero está relacionado com a concepção cultural do homem e da mulher. Dessa forma, gênero quando utilizada como categoria de análise histórica, nos permite diferenciar a construção cultural do determinismo biológico e significar as relações de poder, uma vez que tais diferenças se configuram como desigualdades, permitindo então chamar a atenção para a construção social e histórica do feminino e do masculino e pontuar como as relações sociais entre os sexos marcam na sociedade as assimetrias entre homens e mulheres.

Tendo presente que gênero como categoria de análise histórica contribuiu para desconstruir estereótipos estabelecidos culturalmente acerca do masculino e o feminino e gerar rupturas e transformações, Scott (1995), atribui às mulheres identificadas como feministas, as primeiras a utilizar a palavra "gênero" como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. Essa denominação fez parte da tentativa empreendida pelas pesquisadoras feministas para sublinhar a incapacidade das teorias existentes em explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens ao longo da história da humanidade.

Hooks (2019, p. 17) define feminismo como “um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” e salienta que mulheres e homens são socializados culturalmente para aceitar pensamentos e ações sexistas. Conseqüentemente, mulheres podem ser tão sexistas quanto os homens, embora os homens se beneficiem mais que as mulheres do sexismo. Entretanto, os homens são menos dispostos a abrir mão dos privilégios obtidos pela exploração sexista.

Compreendendo as assimetrias de gênero como uma construção cultural, Biroli (2018) destaca que essas diferenças não se configuram independente das opressões de classe, de raça e outras, assim, não incide igualmente sobre todas as mulheres.

Hooks (2019) ressalta também que existem assimetrias entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens que produzem historicamente uma série de hierarquias que diferencia

as posições das mulheres como porta voz das reivindicações feministas e dificulta o estabelecimento de uma solidariedade política entre as mulheres como estratégia para enfraquecer as opressões advindas do sexismo, pois essa solidariedade só é possível quando as mulheres coletivamente compreendem que vivenciam as opressões a partir de lugares de privilégios ou de vulnerabilidade.

Um exemplo de como as hierarquias entre mulheres limitam o acesso de algumas mulheres aos espaços de decisão, como porta voz das suas especificidades, pode ser identificada no relato de Heredia e Cintrão (2006) sobre o fato da participação das mulheres rurais no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – criado em 1985, que consistiu em uma das iniciativas pioneiras do Estado, no que se refere à incorporação do enfoque de gênero nas políticas públicas – pois este teve uma função importante, inclusive, no apoio à mobilização nacional das mulheres rurais para a participação na Constituinte. No entanto, uma representante efetiva dessas mulheres só passou a integrar o conselho no ano 2000, quinze anos depois de sua criação.

Alvarez (2014) em seu estudo sobre o significado conceitual da identificação das mulheres com o feminismo, propõe nomear como “campo(s) discursivo(s) de ação”, ao invés de movimento(s), feminista(s), tendo em vista que há uma multiplicidade de formas de ação e interpretação da realidade pelas mulheres identificadas com o feminismo, onde se percebe questões interpretativas, preocupações político-culturais compartilhadas e outras radicalmente opostas, mas que ainda assim fazem parte constitutiva dos chamados campos de ação feminista.

Bandeira (2005) e Weitzman (2011) apontam em suas pesquisas que o campo feminista que ancorou a inserção do debate sobre equidade de gênero nas políticas públicas nos últimos anos, parte do reconhecimento de que a sociedade está estruturada de tal forma que as relações sociais de gênero são entrelaçadas numa teia de relações desiguais e seus diversos cruzamentos, na qual a exclusão afeta a posição assumida pelos indivíduos e coletivos no tecido social. Dessa forma, a discriminação social não está relacionada apenas à classe econômica, mas também, aos marcadores sociais como gênero, geração, raça e etnia, que somados, representam uma sentença de imobilidade social especialmente para as mulheres.

A abordagem feminista que ressalta os entrelaçamentos de opressões de gênero com outras se estruturou a partir do movimento de mulheres negras, em seus movimentos de denúncia histórica da inseparabilidade estrutural das opressões sociais. Crenshaw (2002, p. 171) cunhou o conceito de interseccionalidade para nomear essa inseparabilidade e a interdependência das relações de poder, apontando dessa forma que a abordagem de gênero nas políticas públicas deve se consolidar de forma transdisciplinar, considerando a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado que refute a hierarquização dos eixos da diferenciação social.

Santos (2015) destaca um marco importante da atuação feminista interseccional, ao descrever o protagonismo das mulheres negras no processo constituinte de 1988, quando essas apresentaram demandas plurais e não se restringiam unicamente à questão racial, mas também se relacionavam a problemas sociais que incidiam sobre a população negra.

Crenshaw (2002) ressalta também a atuação internacional das feministas em conferências mundiais no campo dos direitos humanos, como uma estratégia que contribuiu para desenvolvimento de um consenso de que o direito das mulheres não pode ser limitado às situações problemáticas, dificuldades e vulnerabilidades se assemelhassem aos sofridos pelos homens e que a proteção contra a discriminação baseada na cor, na descendência e na origem étnica ou nacional, consiste em uma violação de direitos humanos que devem ser enfrentadas pelo Estado.

Para Alvarez (2014) os campos discursivos de ação feministas são muito mais do que meros aglomerados de organizações, mas espaços que abarcam uma vasta gama de autoras individuais e coletivas e de diferentes lugares sociais, culturais, e políticos, constituindo-se como um espaço plural em que estão presentes iniquidades nas relações de poder como qualquer espaço de formação e organização política.

Na mesma perspectiva, Miranda (2009) cita as atuações internacionais do movimento feminista como uma expressão de articulações heterogêneas, abarcando todas as pluralidades do campo feminista, mas que ainda assim, representaram uma construção internacional de documentos e movimentos significativos para a constituição das equidades de gênero como o decreto da Organização das Nações Unidas (ONU) do ano de 1975,

criando o Ano Internacional da Mulher; a elaboração do plano de ação mundial na Conferência da Mulher (México, 1975); a Conferência Mundial das Nações Unidas para a década da Mulher (Copenhague, 1980); a Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres (Nairobi, Kenya, 1985); e a Beijing 95 – 4ª Conferência Mundial das Mulheres (China, 1995).

O diálogo do campo feminista com o Movimento de Mulheres Rurais é um exemplo das múltiplas articulações que ocorrem no campo feminista. De acordo com Aguiar (2016) a origem das reflexões feministas no espaço rural é atribuída ao trabalho da educação popular, inspirados na Teologia da Libertação – onde são desenvolvidos nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – articulações de defesa dos interesses sociais e econômicos dos grupos socialmente desprivilegiados, como as populações rurais. Embora possa parecer inconcebível a convivência entre feminismo e religião, teólogas das CEBs construíram, juntamente com mulheres rurais, um conjunto de reflexões que culminou numa elaboração teológica que investe singularmente na composição entre religião e alguns pressupostos feministas.

Além disso, as CEBs também ocuparam um lugar estratégico na trajetória política das mulheres rurais que viviam confinadas à esfera familiar e doméstica. Foi a partir da participação nas CEBs que muitas puderam concretizar o engajamento nos processos de mobilizações para participar das lutas sociais por melhores condições de vida (AGUIAR, 2016).

Amaral (2010) relata que a partir da mobilização das CEBs, as mulheres passaram a ocupar os espaços de retomada do sindicalismo rural de base e que essa presença nos ambientes de participação política possibilitou o fortalecimento de um sólido movimento por todo o Brasil com o objetivo de alcançar o reconhecimento de que as mulheres são trabalhadoras rurais e, portanto, a Constituição Federal deveria reconhecê-las como membros da classe trabalhadora do campo e garantir-lhes os direitos de acesso às políticas públicas.

Heredia e Cintrão (2006) relatam que o processo de construção da Constituição Federal de 1988 pode ser considerado um marco para a visibilidade do movimento de mulheres rurais, pois pela primeira vez foi colocada em nível nacional uma negociação de políticas públicas que levou em conta a questão das mulheres trabalhadoras rurais, bem como possibilitou as primeiras articulações nacionais de mulheres desta categoria.

No processo de mobilização consolidado a partir dos anos de 1980 se concretizou, de acordo com Aguiar (2016), o contato das mulheres rurais com o feminismo, como um movimento que denuncia as opressões vivenciadas pelas mulheres e que estabelece diferenças sobre como essas opressões se manifestam nas mulheres, conforme suas condições sociais e identitárias.

A partir do ano de 1990, as mulheres rurais ampliaram suas plataformas de luta, aprofundando questões de segmentos específicos como das mulheres extrativistas, pescadoras, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco, assentadas, agricultoras familiares e outras, numa diversidade de situações e identidades (AGUIAR, 2016).

Abordagem de gênero, geração, raça e etnia na Ater

O surgimento da ATER no Brasil ocorreu no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, com influência no processo de modernização da agricultura, tendo como marca registrada a visão fragmentada, ancorada na dicotomia entre social e técnico, pautada por uma lógica vertical e unidirecional do difusionismo, como meio de disseminação de tecnologias e conhecimentos que promoveu consequências perniciosas nos aspectos ambientais, sociais e econômicos (CAPORAL e RAMOS, 2006; PETTAN, 2010).

Considerando essa conjuntura, Weitzman (2011) argumenta que o projeto pedagógico assistencial, que constituiu a espinha dorsal da política de ATER nas origens do serviço foi embasado numa separação entre dois universos – o universo da produção agrícola e o da economia doméstica.

Na mesma perspectiva, Siliprandi (2002) relata que as ações da ATER foram concebidas para se desenvolver num ideal preconizado pela revolução verde de "profissionalizar" e "modernizar" o meio rural. A partir de uma dinâmica executada por um técnico homem da área de ciências agrárias que deveria tratar as questões da produção agrícola e do Crédito Rural Supervisionado com os homens e uma Extensionista mulher capacitada a atuar no campo da "Economia Doméstica" com a responsabilidade de atender às questões referentes ao âmbito doméstico-familiar junto às mulheres.

Essa dinâmica de trabalho negligência o papel produtivo que as mulheres sempre desempenharam na agricultura, e contribuiu para a exclusão das mesmas dos espaços nos quais se discutem as questões tecnológicas e de financiamento da produção agrícola, ainda que as mulheres se dedicassem a trabalhar no desenvolvimento das atividades e sobre elas recaíssem os impactos da ação da ATER (SILIPRANDI, 2002).

Weitzman (2011) destaca que a filosofia produtivista, difusionista que estrutura os serviços de ATER no universo da produção agrícola e da economia doméstica tem como consequência o reforço à divisão sexual de trabalho, definida por Hirata e Kergoat (2007) como a separação do trabalho em: tarefas dos homens e tarefas das mulheres, e a associação do trabalho das mulheres aos cuidados humanos, doméstico e maternal. Este trabalho, portanto, não recebe o mesmo destaque hierárquico e de remuneração que o trabalho dos homens, associados à esfera produtiva de maior visibilidade e valorização social e econômica.

Sobre esse aspecto Gouveia (2003), Weitzman (2011) comentam que a abordagem das políticas públicas também é ancorada na lógica de existência de uma família ideal, sustentada a partir de uma perspectiva essencialista em torno da unidade familiar, como se esse espaço fosse destituído de conflitos internos e desigualdades sociais. Ou seja, numa visão ideal de “família”, onde os homens “marido/pai” são vistos como os “chefes de família” e “porta-vozes” das atividades agrícolas e, conseqüentemente os responsáveis por traçar as estratégias no estabelecimento familiar. Dessa forma, as mulheres, jovens e idosas estão sendo naturalmente contempladas quando o porta-voz é atendido.

Para Biroli (2018) é preciso considerar ainda, que a separação do trabalho dos homens e das mulheres não acontece nas mesmas condições para todas as mulheres, pois os sistemas de opressões se organizam de forma distinta, segundo as posições que as mulheres ocupam num sistema de hierarquias.

Diante das evidências apresentadas pelas autoras, é possível observar que as consequências e os impactos dos serviços de ATER difusionista atingiram de forma diferente homens e mulheres em seus múltiplos grupos sociais, localizações geográficas e atividades produtivas. Neste sentido, a ponderação de Hirata e Kergoat (1994) sobre a importância de ampliar os olhares e considerar que os indivíduos são homens e mulheres, e para compreender o

impacto sofrido pela ação do Estado, é preciso tornar visível sua classe social e suas características identitárias que se sobrepõem nos processos de exclusão social.

Dos Santos (2017) ressalta, sobre as questões identitárias e hierárquicas, que as especificidades dos povos indígenas, quilombolas e as comunidades tradicionais que vivenciam acentuados quadros de desigualdade, discriminação e racismo, só foram mencionados e reconhecidos como beneficiários dos serviços de ATER a partir da promulgação da lei de ATER, em 2010.

Dessa maneira, o desenvolvimento histórico da política da ATER é permeado pela exclusão dos espaços de decisão das mulheres, dos jovens, dos idosos, dos povos e comunidades tradicionais, das comunidades quilombolas, das comunidades indígenas e demais sujeitos que integram grupos socialmente invisibilizados.

Também se observa uma visão restrita dos potenciais desses sujeitos, das diferenças socioeconômicas (e outras assimetrias) que existem entre eles e uma compreensão de desenvolvimento rural reduzida a crescimento econômico, ignorando os aspectos sociais, ambientais, culturais e de valorização do conjunto dos sujeitos presentes em determinados territórios.

A questão de gênero na realidade das famílias

Pettan (2010) reflete sobre o processo de implementação da PNATER, e descreve uma série de dificuldades na implementação da política, mas identifica também que tanto os extensionistas, quanto as organizações de ATER estão se ajustando às proposições da PNATER, o que indica que conceitos centrais da política têm sido incorporados na prática e nas orientações de forma processual.

Nos relatórios e planos consultados da EMATER-PA não é perceptível abordagens específicas, em relação ao conteúdo das assessorias para homens e mulheres, sendo a unidade de análise a família. No entanto, os relatórios apontam que as mulheres participam nas atividades individuais e coletivas orientadas pela ATER (essa identificação é visível em imagens das atividades e nas listas de presença).

Sobre a expressão dos resultados de atendimento das políticas públicas pelo número de famílias e unidades atendidas, Siliprandi (2002) questiona a existência da família idealizada – monolítica e harmônica, e alerta que na prática as mulheres não usufruem dos mesmos direitos dos homens por ser membro da família, portanto é preciso construir referenciais que permitam identificar em que medida as especificidades das mulheres, dos jovens e dos idosos têm sido atendidas no interior das famílias.

Em relação à diversidade do público atendido quanto às diversas categorias da agricultura familiar, reconhecidas pela PNATER, ainda que no ano de 2018 não estivessem mais em andamento ações de ATER específica, como ocorreu através de contratos e chamadas públicas em período anterior, é possível identificar na área da pesquisa o atendimento de usuários das reservas extrativistas e áreas quilombolas que vivem na área delimitada em ações pontuais (EMATER, 2018).

Na segunda etapa da pesquisa, quando se desenvolveram as atividades de planejamento e consolidação das oficinas de escrita coletiva, foi possível identificar a partir do diálogo com os extensionistas que há uma compreensão sobre a importância da sistematização de experiências para contribuir com a reflexão sobre as práticas de ATER e seus impactos como política pública. Vale ressaltar que, os resultados apontam que de forma espontânea a abordagem de gênero não é mencionada.

Esta percepção tem consonância com a abordagem de Jara et. al. (2013) que, a partir de múltiplos conceitos de sistematização, resumiram essa prática como uma interpretação crítica das experiências a partir da reconstrução do processo vivido, da avaliação dos fatores envolvidos e dos movimentos que se concretizaram em cada espaço, numa dinâmica que é conscientemente orientada para a geração coletiva de conhecimentos.

Ao dialogar sobre as estratégias de sistematização das experiências, foi possível observar que foi destacada pelos extensionistas a necessidade de “estabelecer diálogo com as famílias e organizações para sensibilizar e criar sinergias para concretizar a sistematização”. Sobre esse aspecto, foi comentado que o trabalho necessariamente precisa garantir tempos de escuta e de fala de todas as pessoas da família porque no cotidiano é perceptível que existem assimetrias e divergências nas realidades. Também foi pontuado que mulheres de diferentes

gerações e homens jovens e idosos possuem iniciativas produtivas, expectativas e percepções quanto às questões sociais, econômicas e ambientais que envolvem às experiências que serão fontes de aprendizado significativa.

Ao avaliar com os extensionistas os resultados do uso das metodologias participativas de ATER como ferramentas didáticas com potencial para visualizar a inserção das mulheres, dos jovens, dos idosos nas experiências e identificar a existência de hierarquias e vulnerabilidades entre os sujeitos, os participantes das pesquisas identificam as opressões presentes nas realidades onde atuam e mencionam estratégias que utilizam para enfrentar o debate sobre equidade de gênero e suas interfaces no cotidiano.

Entre essas estratégias, destacam a importância da previsão legal da Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ser emitida a partir de visitas técnicas aos núcleos familiares, levantamento de informações e orientações para a família quanto à possibilidade de contemplar a dupla titularidade e a inclusão de jovens e mulheres em registros acessórios, conforme preconizado pela legislação vigente.

Andrea Butto (2011) relata que a emissão de DAPs contemplando o conjunto de sujeitos da unidade familiar é fruto de debates e reivindicações ocorridas no Plano Safra 2004/2005, passando obrigatoriamente a contemplar o nome do casal. Para a autora, esse movimento teve como finalidade estimular uma maior inclusão das mulheres em todo o PRONAF e não apenas na linha de crédito especial para as mulheres.

Na terceira etapa da pesquisa, no exercício prático de sistematização das experiências das famílias, percebeu-se que os extensionistas conheciam os princípios epistemológicos e metodológicos das ferramentas aplicadas e, embora tenha sido programada uma dinâmica semelhante para cada realidade (quatro casos), o contexto permitiu a adaptação e o desenvolvimento das atividades de forma inclusiva e geradora de autonomias, contando com a participação de todos os sujeitos da família (inclusive as crianças). Isto corrobora com as reflexões de Stamato e Moreira (2017), ressaltando o caráter complementar das metodologias participativas e que nenhuma delas é suficiente para assegurar um processo participativo quando não combinadas com as necessidades e realidades das distintas comunidades.

Vale observar que a participação de todas as pessoas das famílias nos processos de escrita coletiva só se concretizou porque os vínculos entre os extensionistas e as famílias permitiram uma avaliação prévia da rotina, dos níveis de leitura, escrita e cálculos em relação a unidade familiar (eram famílias já acompanhadas pelos técnicos).

O que as experiências das famílias nos ensinam?

A síntese das quatro experiências demonstra que as ações de ATER nessas realidades estão conectadas com as orientações da PNATER quanto a “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis” e a “adoção de metodologia participativa”, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública (BRASIL, 2010, p.09), sendo assim as lições das experiências serão descritas considerando essas dimensões sociais, econômicas e ambientais identificadas de cada realidade sistematizada.

O quadro 01 apresenta uma síntese dos resultados obtidos na pesquisa de campo, abordando a quais redes estão vinculadas a experiência, a abordagem principal e a inserção das diferentes mulheres.

Quadro 1: Síntese das experiências sistematizadas

EXPERIÊNCIA	INSTITUIÇÕES VINCULADAS À EXPERIÊNCIA	ABORDAGEM DA EXPERIÊNCIA	INSERÇÃO DAS MULHERES
CRIAÇÃO DE VALOR CULTURAL PARA A PRODUÇÃO ARTESANAL DE BIJU	Associação comunitária local; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; Feira da Agricultura Familiar	Unidade de produção com 80% de cobertura vegetal, historicamente a principal atividade produtiva foi à produção de mandioca.	Unidade em processo de sucessão hereditária que está sendo conduzida pela matriarca, que detém a posse do imóvel e o legado da produção artesanal do biju. As demais mulheres atuam no processo de comercialização da produção.
DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS	Feira da agricultura Familiar; Secretaria Municipal de Agricultura	Unidade acompanhada por ATER desde o ano de 2017, nesse período iniciou-se um processo de diversificação das atividades e de uma maior inserção das filhas, filho e genro no processo de gestão da mesma.	As mulheres garantem o autoconsumo de 03 núcleos familiares na unidade de produção e participam ativamente do processo de diversificação das atividades produtivas.
SISTEMAS AGROFLORESTAIS	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; Associação comunitária local; Secretaria Municipal de Agricultura	Processo de implantação de sistemas agroflorestais consolidados com utilização de recursos de crédito rural e acompanhamento de ATER.	As mulheres são protagonistas dos planos futuros e nas articulações da família com as instituições e comunidade; Participam de todas as fases do processo produtivo e das decisões acerca da comercialização e investimentos na unidade; Mencionam divisão do trabalho doméstico com os companheiros e relações de sonoridade
DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; Secretaria Municipal de agricultura; Grupo de mulheres da feira; Comunidade católica	Unidade em processo de diversificação das atividades produtivas e comercialização via feira da agricultura familiar.	O processo de diversificação da produção tem início a partir do momento que a mulher começa a participar da comercialização na feira; Mencionadas relações de sororidade entre a nora e a sogra no compartilhamento das tarefas domésticas e nos diálogos internos que possibilitou uma maior inserção de ambas no processo de decisão da família;

Fonte: Trabalho de campo (2019).

O processo de triangulação dos resultados oriundos da pesquisa documental, da roda de conversa com os extensionistas e do exercício de escrita coletiva, para a sistematização dos casos estudados, é possível afirmar que as quatro experiências demonstram que as ações de ATER, nessas realidades, têm ocorrido com a intencionalidade de potencializar o uso dos meios e recursos disponíveis localmente como compostagem orgânica, produção de mudas, manejo de açazais nativos, produção de rações alternativas para pequenos animais, entre outros.

Essa forma de atuação confirma a importância da formação técnica fundamentada na sustentabilidade, onde o extensionista compreende os princípios ecológicos e as influências desses princípios na forma de cultivo ou criação, exerce o papel de um especialista no auxílio para construção das alternativas, em projetos diversos, atendendo as peculiaridades das realidades através de um assessoramento tecnológico que não segue características padronizadas e nem homogêneas COTRIM (2017).

Nesse aspecto, se destaca a assessoria realizada na experiência localizada no município de Inhangapi, onde o atendimento inicial à família estava relacionado ao Programa Brasil Sem

Miséria (PBSM), que significou uma oportunidade para redesenhar o sistema produtivo da unidade de produção, com orientações técnicas para o manejo dos açazais, proteção das nascentes e fontes de água e diversificação das atividades produtivas na roça e no sítio, o que promoveu ao longo dos últimos quatro anos uma considerável mudança na segurança alimentar e nutricional e ampliação da renda da família.

A materialização dessas mudanças relaciona-se a atuação da ATER e tem se conectado com as múltiplas dimensões políticas da agroecologia. O campo agroecológico se consolida como um campo de resistência ao modelo de desenvolvimento baseado no uso intensivo dos recursos naturais que causa problemas econômicos, sociais, culturais, ambientais. No entanto, para ser abrangido como ciência, prática e movimento social o questionamento acerca da divisão sexual do trabalho, da opressão que o gênero masculino exerce sobre o gênero feminino, da subordinação das mulheres e as discriminações de raça, classe e etnia são temas centrais (FERREIRA e MATTOS, 2017).

A ênfase no conhecimento local e a postura do extensionista de que este não detém um saber dominante e não há um único saber, mas que os projetos e alternativas das famílias podem partir de conhecimentos derivados de experimentações, suas necessidades históricas e modos de vida específicos pontuada por Caporal e Dambrós (2017) pode ser identificada na experiência que registra a produção artesanal de biju no município de Terra Alta.

A partir dos diálogos intergeracionais mediados pelos extensionistas, todos foram estimulados a olhar para a prática alimentar da família que consiste na produção de biju como uma possibilidade de geração de renda. O legado dessa produção foi compartilhado pela matriarca com os demais membros. A nora e as netas assumiram um papel importante na construção de estratégias de comercialização (tendo em vista que as duas residem na cidade) e o filho e os netos assumiram o processo de cultivo e beneficiamento da mandioca. Desse modo, foi agregado valor cultural a produção artesanal que hoje permite uma maior autonomia financeira da família, e proveu o retorno do jovem que estava trabalhando em emprego informal da periferia da capital para as atividades agrícolas.

Embora assumindo papéis distintos dos homens, as mulheres que integram essa família ao descreverem suas rotinas se reconhecem como partes de um grupo, desempenhando,

portanto, um papel importante para consolidar o projeto da família. Questionados sobre a não participação ativa das mulheres na rotina produtiva, os dois homens mencionam as tarefas que estas desenvolvem como essenciais – a necessidade da permanência de ambas na cidade em função do acesso à educação da jovem – e pontuam que residindo em domicílios separados, todos conciliam o trabalho doméstico com a produção e comercialização dos produtos.

Weitzman (2011) alerta que é preciso estar atento às dinâmicas familiares, pois em determinadas realidades o incentivo à participação ativa das mulheres nos processos produtivos poderá resultar numa sobrecarga de tarefas às mulheres. Relacionando o alerta da autora com a realidade descrita na experiência do biju artesanal, observa-se que fortalecer o significado da atividade de comercialização e da educação da jovem para o projeto coletivo da família, pode atribuir importância ao legado da produção que pertence à mulher idosa, sempre à incluindo nas decisões sobre as modificações na receita original e outras decisões sobre o uso da unidade produtiva e adequação do espaço produtivo. Esta estratégia tem sido adotada pela equipe de ATER nos diálogos sobre as relações de gênero e geração.

Na experiência nomeada como produção do Biju artesanal, também foi possível observar a existência de relações assimétricas entre mulheres. O fato da posse da unidade produtiva ser registrado em nome da mulher idosa não é percebido pelas outras duas mulheres (a nora e a neta) como uma possibilidade de participar mais efetivamente das decisões referentes aos rumos da unidade produtiva, estando esse diálogo centrado apenas no filho e no neto para que assumam as decisões da sucessão em andamento.

Nesse sentido, a equipe de ATER tem atuado a partir das visitas para mediar diálogos entre todos os membros da família e orientar o direito da dupla titularidade da DAP pela esposa. A previsão da DAP jovem como estratégias que podem contribuir para o acesso a políticas públicas e o reconhecimento dos mesmos como agricultores, ainda que não sejam os proprietários da unidade, busca incentivar o diálogo intergeracional e mediar os conflitos.

O papel de protagonista ocupado pela mulher idosa no contexto da experiência do Biju artesanal, também pode ter relação com os achados da pesquisa de Heredia e Cintrão (2006) que versa sobre mudanças significativas que a aposentadoria rural causa na vida das idosas

trabalhadoras rurais, por simbolizarem uma remuneração pelos trabalhos realizados ao longo da vida, tendo presente que grande parte das mulheres rurais nunca administrou os lucros dos seus trabalhos. Sendo assim, quando aposentadas, sentem-se revalorizadas e não mais totalmente dependentes dos companheiros, filhos ou de outros parentes em idade ativa.

Observa-se na experiência, que o acesso a aposentaria rural trouxe a agricultora a percepção de que ser reconhecida como trabalhadora rural pelo Estado é essencial, portanto quando a ATER dialoga sobre esse direito ser estendido para os demais membros da sua família e da comunidade, essa mulher compreende e apoia articulações na comunidade para que os direitos sociais sejam mantidos e ampliados. Tanto que sobre os planos futuros, a idosa relata que tem dialogado com o filho e o neto sobre possibilidades de ampliar a produção do Biju artesanal em parceria com outras pessoas da comunidade, como um caminho para a melhoria da vida de todos e principalmente para que todos que desejam, possam continuar na agricultura.

Duas das experiências sistematizadas são atendidas há 10 e 06 anos, respectivamente, com ATER e representam unidades com processos produtivos mais consolidados no que se refere à diversificação das atividades, manejo ecológico do solo, uso da compostagem orgânica e defensivos naturais. Além disso, as famílias foram assessoradas para a inserção em políticas públicas estruturantes como crédito rural, Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR e mercados institucionais. As mulheres descrevem uma série de iniciativas das equipes de ATER de estímulos à participação nas reuniões das organizações sociais como caminho para acessar as políticas públicas e nos processos de capacitação coletiva que envolvem temas produtivos, sociais e econômicos.

Em todas as realidades as informações disponíveis no cadastro das Declarações de Aptidão ao PRONAF indicam que houve uma ampliação da renda das famílias, mudanças na organização das dinâmicas produtivas com o acesso à energia elétrica e água encanada e adoção e fortalecimento de práticas de adequação e conservação ambiental (EMATER, 2018).

Percebe-se também pelos relatos que as mulheres foram se inserido nos processos de decisão das famílias à medida que protagonizaram o acesso da família às políticas públicas como PNHR, comercialização coletiva em mercados institucionais e crédito rural.

As relações de cooperação compreendida como alianças de fraternidade entre noras e sogras também consiste em um aspecto que foi pontuado pelas mulheres como condição para que todas pudessem estar mais envolvidas nos trabalhos produtivos e, conseqüentemente participando de forma mais equilibrada do cotidiano do lote e tomada de decisão quanto aos investimentos com a renda obtida na unidade de produção.

Weitzman (2011) menciona quão fundamental para a construção da equidade nas relações de gênero os processos de mediação das equipes de ATER para que seja viabilizada a participação das mulheres nos espaços de decisão nas comunidades e nos diálogos familiares.

As mulheres também relatam que para participarem das ações nos espaços públicos existe a necessidade de articular as rotinas domésticas, e que para que essa dinâmica fosse estabelecida foi importante o diálogo dos extensionistas como propositivos, no sentido de conversar sobre o envolvimento de todas as pessoas da família nas tarefas cotidianas como forma de viabilizar a presença das mulheres nos espaços públicos. As mulheres mencionam ainda que esse processo exige uma mudança de postura tanto dos homens como das mulheres, e que relatam conflitos para ajustar essas rotinas entre homens e mulheres e também entre as diferentes gerações de mulheres.

Para Siliprandi (2015), os caminhos trilhados pelas mulheres rurais para assumir qualquer tipo de militância social não são fáceis. Como mulheres, elas enfrentam muitos entraves, seja na família de origem, nas novas famílias que formam com o casamento, na sua vizinhança, no mundo institucional. A lógica patriarcal deslegitima a participação social das mulheres em espaços que não sejam os consentidos

Também foram identificadas as relações de solidariedade extrafamiliar, sendo destacado que nos espaços da feira da agricultura familiar, mulheres apoiam outras mulheres para definir preços, utilizar a calculadora, dar o troco aos clientes, desenvolvendo-se assim laços de amizade com outras mulheres.

A caracterização das experiências possibilitou identificar que as ações de ATER, nessas realidades, têm rompido com os estereótipos de que a ATER para as mulheres está vinculada aos cuidados humanos que permeiam o trabalho reprodutivo, pois há registros que apontam a identificação das mulheres tanto nos documentos elaborados pela EMATER como na

Declaração de Aptidão ao PRONAF, Cadastro Ambiental Rural – CAR, projetos de crédito e fichas de acompanhamento de ATER de atividades individuais e coletivas que mencionam os seus nomes e suas contribuições em orientações de ATER que abordam temas de natureza técnico produtiva, social e econômica, com destaque para a participação das mesmas nas articulações da participação das famílias nas atividades de comercialização, tanto nas feiras como nos mercados institucionais (EMATER, 2018).

Os níveis de participação das mulheres nas experiências são variáveis em cada realidade. Destaca-se, que em uma experiência foi observada uma menor inserção das adolescentes em qualquer processo de decisão, estando essa mais voltada para os afazeres domésticos e conciliando com a educação escolar. Desse modo, essa jovem acaba sobrecarregada com as tarefas reprodutivas e, embora contribua para o autoconsumo da família, os demais membros do grupo pouco percebiam a sua atuação. Apontando para a importância de sensibilizar o grupo familiar, no sentido de atentar para a sobrecarga e fortalecer com a família o debate acerca da divisão do serviço doméstico e o significado dele para que as tarefas produtivas possam ser realizadas.

Observar o lugar das diferentes mulheres, no contexto das experiências, tem conexão com as percepções de Weitzman (2011) quando a autora menciona que embora se reconheça o avanço na formulação da PNATER e ao conjunto de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, ainda existem limites no que se refere ao reconhecimento pleno das necessidades dos diferentes, pois as mulheres e outros sujeitos em condições de vulnerabilidade, não podem ser englobados como se pertencessem a um grupo homogêneo.

Os movimentos de divisão do trabalho doméstico com os homens das famílias são mencionados como consequência da inserção das mulheres nos processos de comercialização, tendo em vista que, as feiras exigem a presença dessas em atividades fora do domicílio e, dessa forma a realidade tem promovido algumas modificações concretas. Contudo, é importante salientar que, em todas as experiências identificou-se que são as mulheres as principais responsáveis pelas atividades reprodutivas, como cuidado das crianças, preparo de refeições e produção para autoconsumo da família.

Duas das famílias mencionaram preocupações com violência urbana e o futuro dos filhos, pontuando questões específicas como o genocídio da juventude negra nas periferias, como aspecto que motiva a diversificação produtiva e conservação ambiental da unidade, de forma que os filhos que estão residindo fora da unidade possam ter a opção de retornar se desejarem pois, se encontram em trabalhos informais, e de acordo com a família, mais expostos aos riscos de violência das grandes cidades.

As configurações familiares vinculadas às quatro experiências são múltiplas e envolve a existência de mais de um domicílio em cada unidade de produção. A presença de idosas, casais jovens e adultos com filhos pequenos que compartilham a gestão da unidade, vínculos parentescos diversos como noras, cunhadas, sogras, irmãs mantêm uniões estáveis e inclusive um cenário onde o casal vivenciou uma separação e continua compartilhando a gestão da unidade e os cuidados dos filhos em domicílios diferentes na mesma unidade.

Estes aspectos retomam as considerações de Gouveia (2004), Weitzman (2011) e Siliprandi (2013) sobre a necessidade de superar a idealização de famílias homogêneas nos espaços de atuação da ATER e importância de ter presente que as famílias e as organizações sociais são espaços que conflitos internos e desigualdades estão presentes. Nesta perspectiva, ressalta-se a necessidade de estabelecer estratégias metodológicas que superem a escuta de “porta vozes” do grupo, como caminho para traçar as estratégias no estabelecimento familiar.

Também foi mencionado que já consiste em rotina das equipes que acompanham as experiências, orientações e diálogos coletivos. No entanto, o fazer da pesquisa reforçou a importância de utilizar as metodologias participativas no coletivo das famílias (já que essa prática é mais comum nas ações com a comunidade).

Foi identificado que o processo de emissão do CAR das unidades produtivas significou um momento de reflexão sobre o manejo de açais e outras práticas extrativistas, bem como de orientação quanto à conservação de nascentes e mata ciliar, em uma das famílias estudadas.

Conforme identificado nos registros de acompanhamento das equipes, todas as unidades estão adequadas enquanto previsão de reserva legal e possuem os recursos hídricos preservados. Há uma compreensão das famílias quanto às regras para o extrativismo de

madeira, para uso nas instalações da unidade, frutas, ervas, pesca e caça, sendo mencionado nas oficinas de escrita coletivas que consiste num recurso importante para o cotidiano as atividades extrativistas para autoconsumo, tanto na reserva da unidade quanto em áreas coletivas próximas.

Nas famílias que vivenciam processos de sucessão hereditária na gestão das unidades, é significativo o quanto as mulheres que tem a posse formal do imóvel valorizam a importância da conservação ambiental das áreas. Notou-se tensões entre avós e netos homens, que a ATER vem enfrentando com atividades de educação ambiental como meio para mediar conflitos com informações de qualidade.

Nesse aspecto, as equipes relatam articulações para integrar a ATER com outras políticas públicas e com as organizações sociais para dialogar com os direitos específicos das mulheres como, por exemplo, as cotas de mulheres no PAA e PNAE, seguridade social das agricultoras e uma interconexão com o programa bolsa família, que tem as mulheres como principais beneficiárias do programa de inclusão produtiva rural.

Considerações finais

O trabalho aborda reflexões sobre a relevância da ferramenta de Sistematização de Experiências como estratégia metodológica da ATER com potencial para contribuir com a reflexão sobre abordagem de gênero e demais desigualdades a que são submetidas as mulheres em seus lugares sociais.

Para tanto, o desenvolvimento dos processos de registro das experiências deve ser planejado e concretizado com a superação da visão que as famílias possuem um porta-voz “chefe de família” para a construção de uma prática de ATER que é fundamentada na intencionalidade de dialogar com o conjunto de sujeitos.

A pesquisa possibilitou reflexões sobre os papéis exercidos por cada um dos membros da família no contexto das experiências, experimentou ferramentas metodológicas que permitiram tornar visível o trabalho das mulheres, dos jovens, dos idosos, bem como pontuar

questões como a divisão sexual e faixa etária do trabalho como processos que produzem hierarquias e geram vulnerabilidade.

Lições das experiências e sugestões

A exigência de número mínimo de mulheres para o acesso de políticas públicas vinculadas ao desenvolvimento rural contribui para a equidade de gênero no interior das experiências agroecológicas, amplia a presença das mulheres nos espaços públicos e contribui para o reconhecimento da sua condição de agricultora;

As ações de ATER têm contribuído com a informação e mediação das relações familiares, no sentido de dialogar com as comunidades e famílias sobre a necessidade e direito das mulheres de integrarem os projetos de venda e os espaços de negociação e articulação desses processos.

O trabalho de sistematização das experiências contribui para a reflexão sobre a importância do trabalho das mulheres em qualquer fase da vida nos grupos familiares, contribuiu também, para que os extensionistas envolvidos possam motivar-se para consolidar outros movimentos de sistematização das suas práticas de ATER, pois o exercício permitiu contemplar resultados do próprio trabalho e desafios futuros.

As mulheres ouvidas pontuaram que a inserção em organizações sociais como o coletivo da feira da agricultura familiar, associações e sindicatos contribuiriam para que essas pudessem, com o apoio de outras mulheres, ampliarem a sua inserção nos processos de decisão das famílias, sobretudo no destino dos lucros e planos futuros da família.

Nas experiências onde não foram mencionadas relações de cooperação entre as mulheres e onde há referências a conflitos entre as gerações (e outros) é perceptível uma limitação da ascensão das mulheres aos espaços públicos como a participação nas organizações sociais e nos processos de comercialização da produção.

Sobre a avaliação das famílias quanto aos serviços de ATER foram mencionadas a expectativa de consolidação de apoios para a implantação de experimentos, interesses em intercâmbios

com outras realidades e frequência de visitas menor que a expectativa. Também foi pontuado que conhecem a realidade dos poucos recursos disponíveis para a realização das ações e mencionam a importância do fortalecimento da ATER pública e de políticas públicas para a garantia dos direitos sociais básicos como saúde, educação, crédito rural, comercialização da produção, estradas entre outros recursos indispensáveis para que as experiências possam seguir se desenvolvendo.

O trabalho aponta o significado simbólico atribuído às feiras da agricultura familiar pelas mulheres como espaço para a sua inserção social, como um caminho que favoreceu a participação das mulheres e jovens na gestão produtiva e econômica da unidade.

O conjunto de integrantes da família relaciona a diversificação dos processos produtivos com as múltiplas possibilidades de comercialização e atribuem as feiras e as compras institucionais como estratégias que motivaram a necessidade de diversificação da produção nas unidades e da adoção de práticas agroecológicas de cunho técnico produtivo.

O processo possibilitou perceber a concretização de princípios e diretrizes preconizadas pela PNATER no que se refere à soberania alimentar e nutricional, diversificação das atividades produtivas, abordagem ambiental, na perspectiva da sustentabilidade, uso de metodologias participativas, articulação da ATER com outras políticas públicas, articulação com as organizações sociais entre outros avanços que nos permitem afirmar que a sistematização dessas experiências significou um momento de reflexão coletiva tanto para os extensionistas como para o conjunto de sujeitos que tem inserção concretas nas experiências.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural Brasília: MDA, 2004.*

_____. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Brasília, 2010.

_____, Câmara Interministerial de Agroecologia. *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica-PLANAPO.* Brasília, DF: MDS, 2013.

AGUIAR, Vilenia Venâncio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 261-295, 2016

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos PAGU*, n. 43, p. 13-56, 2014.

AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva. Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará. 2010.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia M. C. de. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. *Revista do CEAM*, v. 2, n. 1, p. 35-46, 2013.

BANDEIRA, Lourdes. *Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas*. Convênio Comissão Econômica para América Latina e Caribe–CEPAL, Secretaria Especial de Política para as Mulheres–SPM UnB, Brasília, 2005.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo Editorial, 2018.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emanuela Ribeiro. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana L. & BUTTO Andrea. *Mulheres na Reforma Agrária A experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA 2008

CAPORAL, F.; RAMOS, L. F. *Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia*. Brasília, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto; DAMBRÓS, Olivo. *Extensão rural agroecológica: experiências e limites*. Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 22, n. 2, p. 275-297, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, v. 10, n. 1, p. 171, 2002.

COTRIM, Décio Souza. As arenas de Construção do Conhecimento Agroecológico como espaços para emergência de um “novo profissionalismo” da ação extensionista. *Redes (St. Cruz Sul, Online)*, v. 22, n. 2, p. 298-319, 2017.

DE SOUZA, João Francisco. *Sistematização: um instrumento pedagógico nos projetos de desenvolvimento sustentável*. Recife. 2006.

DOS REIS, LUCIANA MOREIRA; DE OLIVEIRA, MYRIAM CYNTIA CESAR. Agroecologia e extensão rural: um olhar sobre a EMATER PARÁ–Regional Marabá. *Cadernos de Agroecologia*, v. 10, n. 3, 2016

DOS SANTOS, Danilo Moreira. Os quilombolas e sua inserção nas políticas públicas: subsídios à discussão da política de ATER quilombola. *Revista de Políticas Públicas*, v. 21, n. 2, p. 1019-1043, 2017.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ. *Planejamento Estratégico 2008-2012*. Marituba, 2008.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ. *Relatórios de atividade 2005-2019*. Marituba, 2020.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ. *Termo de Referência para a elaboração do PROATER - 2018-2019*. Marituba, 2019.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ. *Planejamento das atividades de ATER - 2018-2019*. Marituba, 2019.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 47, 2004.

FARIA, Nalu. *A divisão sexual do trabalho como base material das relações de gênero*. SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, São Paulo: SOF, 2010.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. *Ciência e Cultura*, v. 69, n. 2, p. 38-43, 2017.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *Revista Diálogos*, v. 18, n. 2, 2012

GOUVEIA, TACIANA. Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras. *Observatório da Cidadania*, p. 44-49, 2003.

HEREDIA, Beatriz et al. Assentamentos rurais e perspectivas da reforma agrária no Brasil. *Revista Trimestral de Debate da Fase*, 2006.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele; DOS SANTOS ABREU, ESTELA. A classe operária dois sexos. *Estudos feministas*, p. 93-100, 1994

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo, 2013.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019

JARA, Oscar. *A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis*. Brasília, DF: CONTAG, 2013.

JARA, Oscar. *Para sistematizar experiências*. MMA, 2006.

MIRANDA, Cynthia Mara. *Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil*. NIEM/UFRGS, 2009.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. *Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero*. FASE, Desenvolvimento sustentável, Revista proposta, n. 71, p. p30-38, 1997.

PETTAN, Kleber Batista. *A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências*. 2010. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

RAMOS, Flavia Soares. *Do campo à academia, da academia ao campo: as mulheres na agroecologia*. Século XXI: Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 1, p. 43-65, 2017.

SANCHES, CDA; DE ABREU, L. S. O método de sistematização de experiências sociais. In: *Embrapa Meio Ambiente-Artigo em anais de congresso (ALICE)*. In: *Jornada De Estudos em Assentamentos Rurais*, 8., 2017, Campinas. Anais... Campinas: FEAGRI/Unicamp, 2017., 2017.

SANTOS, Natália Neris da Silva. *A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos*. 2015. Tese de Doutorado.

SCHMITT, Claudia Job. A transformação das “Ideias Agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 16-48, 2016.

SCOTT, Joan (1995). “Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica”. In: *Educação e Realidade*. vl. 20, n. 2, p. 71-99, Porto Alegre: Pannonica

SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, v. 3, n. 3, p. 38-48, 2002.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, Emma. A alimentação como um tema político das mulheres. *Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 187-198, 2013.

STAMATO, Beatriz; MOREIRA, Rodrigo Machado. Metodologias Participativas em Agroecologia: redes, processos e estratégias rumo a uma Pedagogia do Alimento. *Redes Santa Cruz do Sul (Online)*, v. 22, n. 2, pp. 152-173, 2017.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-Ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011;

TORRES, A.; FELICIA, Ana. Sistematizando experiências de mulheres para o empoderamento uma proposta prática. *Alforja*, 2003. Disponível em: www.cepalforja.org/ (acesso em janeiro 2020).

VOLPATO, Gilson Luiz. *Guia prático para redação científica*. Botucatu: Best Writing, 2015.

WEITZMAN, Rodica. *Mulheres na assistência técnica e extensão rural. Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. BUTTO, A, 2011.

VERDEJO, Miguel Expósito. *Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP*. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, 2007.

PROBLEMÁTICAS Y RETOS DEL CONOCIMIENTO DEL OTRO: una apuesta metodológica construida desde el caso del pueblo Sápara, Ecuador

Wladimir Mejía Ayala²⁴

Resumen: partiendo de la narración de una experiencia vivida en una comunidad indígena del Alto Amazonas, el capítulo expone una propuesta metodológica con la cual se busca lograr el conocimiento del otro, desde una mirada no eurocéntrica, donde el investigador hace parte del problema a investigar. Frente a la imposibilidad de permanecer un tiempo prolongado en la comunidad y la incertidumbre de poder volver, la metodología requiere apoyarse en experiencias previas y reflexionadas, y utilizar el cuerpo y la memoria como herramientas de captura de la información; así mismo, es necesario adquirir el comportamiento de un turista, en su condición de desplazamiento, para lo cual se debe lograr el acceso al territorio y sobre todo la aceptación. En cuanto al análisis de la información, se identifican y se interrelacionan aspectos claves que permiten entender el relato, lo que permite proponer una conclusión sobre la experiencia vivida. Evitando tener un solo punto de vista, el capítulo presenta una estructura en la cual conceptos y teoría se encuentran inmersos en el desarrollo del texto y no como apartados en sí. Por esta razón, se recomienda al lector, tomar en cuenta toda la información que se brinda en los pies de página.

Palabras clave: otro/otredad; Amazonas; comportamiento de turista; observación participante; ignorancia metodológica.

El nueve de septiembre de 2010, a las seis de la mañana, salí de Masaramu para dirigirme a Jandiyaku, una comunidad ubicada a una hora río arriba, hacia el oeste del territorio ancestral Sápara. Me acompañaban dos técnicos de ALTROPICO²⁵, el vicepresidente de la NASE²⁶ y su hijo de 19 años, así como el motorista y el puntero de la embarcación²⁷. La tarea de los técnicos de ALTROPICO consistía en instruir a los habitantes de las comunidades Sápara, sobre el mejoramiento de las técnicas de producción de miel de abejas. Por mi parte, debía

²⁴ Doctor en Geografía de la Universidad de Angers en Francia, profesor asociado de la Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, Estudios de Posgrado en Geografía EPG (Convenio UPTC-IGAC).

²⁵ La Fundación para el Desarrollo de Alternativas Comunitarias para la Conservación del Trópico –ALTROPICO, organización no gubernamental presente desde 1992 en Ecuador, desarrolla proyectos agrícolas y procesos de capacitación técnica para mejorar las vidas de las comunidades indígenas, negras y campesinas de ese país y de Colombia. ALTROPICO ayudó al pueblo Sápara en su proceso de refuerzo político, legalización del territorio y desarrollo de proyectos productivos.

²⁶ Organización política de la Nacionalidad Sápara de Ecuador.

²⁷ El puntero es el asistente o la persona que guía al motorista durante los trayectos largos y no tan conocidos, para evitar chocar con troncos de árboles sumergidos, piedras y bancos de arena que no son visibles desde la parte posterior de la pequeña embarcación. En efecto, el puntero se sitúa al extremo contrario del motorista quien se encuentra en la parte trasera de la embarcación, representando de esta manera sus ojos.

hacer un balance del impacto de la implementación durante el primer año del proyecto “Eco-guardianes” propuesto y financiado por ARUTAM²⁸, lo cual se lograría identificando en el discurso de los habitantes de las comunidades, sus experiencias, expectativas y necesidades, para consecuentemente organizar el segundo año de ejecución del proyecto. Sin embargo, mi objetivo principal como investigador era participar en una minga a la que se había convocado en la comunidad de Jandiyaku.

Cuando llegamos a Jandiyaku, los hombres y mujeres de la comunidad se encontraban reunidos en la casa comunal construida cerca a la escuela. Esta comunidad fundada en 1994 a orillas del río Conambo por Cesario Santi, uno de los últimos ancianos Sápara que practicaban aún su lengua materna, contaba con 48 habitantes de orígenes Sápara, Kichwa y Achuar; ocho familias nucleares. El presidente de la comunidad había sido el encargado de convocar con anterioridad a los habitantes de Jandiyaku y a los de la comunidad vecina de Masaramu. El objetivo de la minga era preparar un terreno que enseguida usaría como chagra una joven mujer: la beneficiaria. Esta mujer tuvo que preparar una gran cantidad de chicha²⁹ para dar de beber durante el desarrollo de la minga a todos los participantes, hombres, mujeres y niños. Había preparado chicha con tres grados diferentes de fermentación que distribuyó, con la ayuda de sus dos hermanas menores, entre los hombres adultos que se encontraban presentes: en un recipiente o totuma grande, la beneficiaria repartía la chicha menos fermentada; en una mediana, su hermana servía la chicha más o menos fermentada; en una tutuma pequeña, su otra hermana, la chicha más fuerte. Sin mirar los ojos del bebedor, una tras otra y sin detenerse, estas mujeres acercaban la tutuma a su boca y no la retiraban hasta no estar seguras de que se había vaciado el recipiente. Por su parte, el bebedor también debía evitar mirar a los ojos de estas mujeres (Imagen 1).

²⁸ Asociación francesa de solidaridad internacional (Ley 1901), creada en 1992 para apoyar a los pueblos indígenas de Ecuador, México y Perú en el desarrollo de proyectos dirigidos a la legalización de su medicina tradicional, la restitución y la preservación de sus territorios ancestrales, así como la revitalización de su lenguaje y cultura. Durante las conferencias y la participación en eventos relacionadas con el tema, esta organización no gubernamental, pero especialmente su creador, Jean-Patrick Costa, promueve en Europa las tradiciones y el modo de vida de estos pueblos. También organiza intercambios, invitación a Europa de líderes indígenas, viajes y reuniones interétnicas, intercambios entre artistas (pintura, dibujo, edición de video), publicaciones, exposiciones, intervenciones en escuelas, programas comunitarios para la cohesión étnica. Por otra parte, Arutam organiza inmersiones turísticas en el territorio Sápara.

²⁹ Bebida fermentada de común consumo en las comunidades indígenas de la Alta Amazonía, la cual se prepara a base de yuca principalmente.

Imagen 1: Las maneras de mesa. Joven mujer da de beber chicha a un hombre, sin contacto visual. Gráfico vectorial realizado a partir de una fotografía tomada en la comunidad de Jandiayaku, en septiembre de 2010



Fuente: Mejía (2014).

Durante su estancia en el Alto Amazonas, Descola (1993) identificó que esta situación es común en otros pueblos indígenas quienes manejan un código específico, el cual debe ser asimilado en pocos días por el investigador, ya que, como lo señala el autor, es siempre por las maneras de mesa que comienza el aprendizaje de una cultura desconocida. En cualquier caso, el visitante, sobre todo el hombre, no debe mirar fijamente a la mujer que lo sirve bajo la pena de pasar contradictoriamente por un seductor. Así, Las tres jóvenes mujeres no dejaron de girar más que en raras ocasiones durante toda la mañana. De hecho, los bebedores no tenían tiempo para descansar entre uno y otro giro y solo tenían el derecho de rechazar la bebida a partir del tercero (Imagen 2). No obstante, si bien podían rechazar la bebida, el hecho de hacerlo era una demostración de desdén hacia el anfitrión, paralelamente, un motivo para que los habitantes de la comunidad desconfiaran del bebedor. Alrededor de las once de la mañana, una buena parte de los bebedores empezó a sentir el efecto de la ingestión en exceso de chicha fermentada: la borrachera; y a vomitar. Fue entonces cuando nos dirigimos al terreno que se podría y quemaría.

Imagen 2: Dinámica de la toma de chicha durante la minga. Gráfico vectorial realizado a partir de una fotografía tomada en la comunidad de Jandiayaku, en septiembre de 2010



Fuente: Mejía (2014).

El sitio estaba al otro lado de la pista de aterrizaje, a menos de dos kilómetros de distancia de la casa comunal, 20 minutos a pie aproximadamente. Una vez en el lugar, hombres y mujeres juntos cortamos las ramas de los árboles y recogimos las que habían sido cortadas con anterioridad y que debían ser quemadas. La beneficiaria de la minga llevó al sitio, con la ayuda de sus hermanas, un gran recipiente de chicha no fermentada, la cual brindó sin descanso durante el trabajo que se anunciaba largo y agotador bajo un sol ardiente pero que con sorpresa para mí, se interrumpió después de dos horas cuando todos fuimos invitados a regresar a la casa comunal. Mientras caminaba, Arturo Santi, el presidente de la comunidad, me explicó que dos horas de trabajo al día eran suficientes para satisfacer las necesidades en un hogar, lo que me pareció paradójico al haber gente que fue convocada a participar en la minga y que para ello debió recorrer una distancia significativa. Por otra parte, los habitantes de las comunidades indígenas están siempre muy atentos al comportamiento del visitante y, en este caso, especialmente a su rendimiento físico. La observación parece ser por sí misma una de las formas de medir el nivel de aceptación que el visitante tendrá de ahí en adelante en la comunidad, porque de cierta manera que se manifiesta a partir de miradas, burlas y murmullos, los habitantes asocian el rendimiento y la resistencia física del visitante con sus

virtudes morales, sociales y físicas que son siempre muy apreciadas localmente en un cazador: elocuencia, coraje, energía, un temperamento alegre y por extensión, la excelencia en la cacería y su dominio técnico.

De vuelta en la casa comunal, los tres potes de chicha empezaron a girar de nuevo en manos de las tres hermanas. Fue entonces cuando se puso en marcha un generador de electricidad que funcionaba con gasolina para conectar un estéreo y animar la continuación de la minga con grabaciones de música popular ecuatoriana. Con el acceso a los elementos de la modernidad, la recreación de música y bailes tradicionales ha perdido importancia entre las nuevas generaciones. No obstante, durante un evento sociocultural importante, como la fiesta de la fundación de la comunidad o la elección de un nuevo representante político, la música y los bailes tradicionales se ponen en valor mostrando que todavía están vivos entre las mujeres y los hombres mayores, pero también entre los jóvenes y los niños de ambos sexos. De este modo, los Sápara dieron un nuevo uso a estos elementos culturales para decidir, consciente o inconscientemente, cuándo, dónde, quién y por qué deben seguir siendo recreados³⁰. Así, con la música la minga se transformó en una fiesta dando inicio al baile. Del lado de las mujeres, únicamente las solteras participaron: la joven mujer para quien se organizó la minga, sus hermanas y la maestra de la escuela comunitaria; las otras mujeres junto a sus pequeños hijos simplemente observaban. Por el lado de los hombres, todos bailaban, solteros y casados. Esta situación representaba para mí como investigador, una única oportunidad de acercarme a las mujeres sin ser visto con malicia, puesto que de otra manera, para un hombre extraño y además soltero o por lo menos en solitario, la comunicación con las mujeres de una comunidad indígena siempre es difícil o incluso implícitamente no autorizada. Según Descola (1993), el celibato es considerado una incongruencia entre los pueblos indígenas del Alto Amazonas y está relacionado directamente con la seducción, lo que representa una dificultad en el terreno para muchos investigadores hombres durante su integración social.

³⁰ La recreación de una tradición es un proceso que responde a unos principios o a unas reglas pensadas y establecidas por actores de otro tiempo, lo que sugiere que mantienen un cierto grado de inercia. No obstante, al mismo tiempo las reglas son dinámicas porque deben adaptarse a contextos siempre cambiantes del entorno y exponerse a nuevos estímulos o perturbaciones; los individuos no son actores pasivos que siguen las reglas, los individuos, con su actuar, hacen las reglas. Es así como la recreación es la capacidad de los portadores de una tradición en favorecer su evolución sin perder su naturaleza y sin dejar de cumplir su función, la cual consiste en establecer la comunicación entre generaciones del pasado, del presente y del futuro, a partir de la transmisión de un mensaje que garantiza la cohesión social y la pervivencia física y cultural del grupo (MEJÍA, 2016).

En esa dinámica, al caer la noche, las mujeres y los hombres que bailaban se acercaban cada vez más y, si la situación seguía siendo aparentemente festiva y relajada, todos los miembros de la comunidad, especialmente los hermanos de las mujeres solteras vigilaban los intercambios que se producían. Sucedió que me acerque demasiado a una de las mujeres solteras, lo que provocó entre los dos, comportamientos asociados al enamoramiento. Para un visitante no indígena, soltero, latino, que había ingerido una buena cantidad de alcohol, la situación resultaba, desde su cabeza occidentalizada, muy interesante; no obstante, esforzándome por mantenerme en mi posición como investigador, decidí comentar la situación al motorista de la canoa a quien en ese momento y con toda la chicha ingerida a lo largo del día y la mayor parte de la noche, consideré el más sabio de todos mis colegas de viaje. Él sintió que no era prudente quedarse en Jandiayaku puesto que la situación podría complicarse y tornarse violenta, sobre todo por parte de los hermanos de aquella mujer.

Decidimos dejar Jandiayaku a las tres de la madrugada del día viernes 10 de septiembre. Los Sápara maniobran en las noches hábilmente sus canoas porque practican de manera cotidiana la pesca nocturna, no obstante, el descenso del río Conambo en medio de la noche bajo los efectos de la chicha representaba un riesgo, al parecer, menor del que representaba el hecho de quedarnos en la comunidad. En esas condiciones, el motorista era la única persona que tenía el derecho de encender su linterna para no ser molestado por la luz de las linternas de otros y, de esa manera, conducir evitando los bancos de arena, las grandes piedras y los troncos de árboles sumergidos y difíciles de detectar que pueden volcar una canoa y ocasionar accidentes potencialmente mortales. El motorista condujo muy lentamente y llegamos a Masaramu antes del amanecer.

Introducción

El relato expuesto narra un evento en el cual participó el autor de este trabajo, y el cual tuvo lugar en 2010, en la comunidad indígena de Jandiayaku, territorio Sápara, Amazonia ecuatoriana. A partir de la aplicación de una propuesta metodológica que se desarrollará a lo largo de este trabajo, el relato representa la capacidad del investigador para recordar las experiencias vividas *in situ*, pensándose como parte del fenómeno, recrearlas a partir de narraciones –objetivo primordial del método- y desarrollar su capacidad de análisis, relación y síntesis (sistematización de resultados).

Con dicha metodología se intenta enfrentar los posibles problemas y asumir los retos que implica el conocimiento del Otro desde una mirada no eurocéntrica, es decir, alejándose del pensamiento construido a partir de la historia y experiencias europeas³¹; intentado así no reproducir el patrón de dominación (RESTREPO y ROJAS, 2010), sino más bien, incitar la apertura y la libertad del pensamiento, la creatividad, el desprendimiento de la retórica de la modernidad y de su imaginario imperial, y poder apreciar, tal como lo señala Mignolo (2007), formas de vida-otras, economías-otras, teorías y políticas-otras.

Lo anterior no implica desconocer que, en diferente proporción, toda sociedad, minoritaria o no, construye Otredad. Según Turco (2003), toda sociedad construye otredad en el acto de territorializar, es decir, en el acto de certificar su existencia por la de un lugar que le es inherente, a partir de la construcción de un ambiente -su propia geografía-, utilizando unas tecnologías específicas que responden a sus propias necesidades de funcionamiento y reproducción tanto física como cultural. Por el contrario, se trata de reafirmar la existencia del Otro, no obstante, evitando caer en la estigmatización de las diferencias, que es, según Staszak (2009), lo que llevaría a clasificar a los individuos en una jerarquía donde el Otro se encontraría en una posición inferior; o incluso, buscando su des-otricación, que consistiría, según Restrepo (2012), en “*pensar la diferencia en clave de diferencias*” (p. 221), es decir, desplazarse de la diferencia a las heterogeneidades, a la multiplicidad de diferencias, a las

³¹ El conocimiento del Otro fue un tema que interesó a los europeos desde épocas muy tempranas. Staszak (2009) y Turco (2003) rastrean el origen de ese interés en la Grecia Antigua, en la descripción de tierras lejanas que Homero realizó en “La Odisea”, en el encanto que representaba la sociedad persa para Heródoto durante sus viajes y estudios, en el “Parménides” de Platón, donde el autor trata la relación entre el yo único y el idéntico y la pluralidad de los otros, y en un posible determinismo ambiental con el cual Hipócrates en su obra “Aires, Aguas, Lugares”, a partir de descripciones sobre el carácter y la organización de cada cultura en función del espacio y las dificultades que experimentaban para acceder a la alimentación, intentó explicar la diversidad social en cuanto a la salud y la manera de ser de los pueblos, sin dejar de lado la política y la administración. Se incluye el término “determinismo ambiental” puesto que, a pesar de ser una invención moderna retomada en la época contemporánea como “determinismo neo-ambiental”, la idea que subyace en este, es decir, la manera cómo las características medio ambientales, principalmente el clima, determinan las cualidades físicas e intelectuales de las sociedades, se encuentra en los orígenes del pensamiento occidental en la Grecia Antigua (GARCÍA, 2005; ISAAC, 2004). El término “determinismo neo-ambiental” fue acuñado por Andrew Sluyter y se desarrolla, entre otras publicaciones, en: (2001) *Colonialism and Landscape. Postcolonial Theory and Applications*. Rowman and Littlefield Publishers, 280 p. Enrique Dussel (1994), por su parte, avanzando en el tiempo, propone que en la confrontación con el Otro nació la Modernidad en el mundo occidental. Esa confrontación se relaciona con la posibilidad de controlar, vencer, violentar, dando la oportunidad a occidente de definirse como descubridor, conquistador y colonizador de la alteridad constitutiva de la misma Modernidad. Es en 1492 cuando, según el autor, nace la Modernidad como concepto, donde no se da un descubrimiento sino un encubrimiento de lo no-europeo.

diferencias y desigualdades presentes al interior de una misma comunidad, indígena, afro o poblado pequeño, dentro de su supuesta homogénea condición, tomando, de esa manera, distancia del modelo dicotómico de grupos étnicos versus sociedad nacional, occidental u occidentalizada. A pesar de lo anterior, el Otro no puede ser considerado como una esencia totalmente autónoma, puesto que solo existe en relación con el si-mismo/uno-mismo (Nosotros), y viceversa, de esa manera, la Otredad y la identidad son los lados inseparables de la misma moneda (STASZAK, 2009).

Para ello y como parte de la propuesta metodológica, se intenta vivir con el Otro desde su historia, su realidad, compartiendo sus hábitos, experimentando sus problemas, comprendiendo sus expectativas, sintiendo su relación con el espacio. Se considera que la observación participante, técnica no directiva de investigación de un trabajo de tipo etnográfico³², es un método apropiado para aprehender el fenómeno, realizando para ello, una residencia prolongada con los sujetos de estudio y, si es posible, aprendiendo su lengua. No obstante, la realidad de los investigadores en cuanto a acceder a los recursos necesarios para desarrollar un trabajo de campo con las anteriores características en espacios de difícil acceso físico y cultural como la selva amazónica, es aún muy limitada. Es así como la metodología que se expondrá se construyó a partir del aprovechamiento de esa realidad - tratando de transformar algunas supuestas desventajas en oportunidades-, del individuo que investiga y se encuentra en situación de movilidad, aprendiendo a disponer de sus rasgos y características personales, su formación y sus experiencias previas (y reflexionadas) para poder, no solamente acceder a los lugares de observación sino también, desde la participación en lo observado (aceptación), registrar información y utilizarla. En esa dinámica y en cuanto a los intereses de este trabajo, es la otredad que se ha creado a partir del binomio indígena (hombre de la selva) - no indígena (hombre de la ciudad, turista), en la que se centra la atención, así como en el componente espacial y las formas geográficas que toman su

³² En su obra "La etnografía: Método, campo y reflexividad", Rosana Guber (2001), propone que la noción Etnografía puede ser entendida, entre otras cosas, desde su significación como enfoque y como texto. Como enfoque, la etnografía es, según la autora, una concepción y práctica del conocimiento para comprender los fenómenos sociales desde la perspectiva de sus miembros, donde la descripción es muy importante. Como texto, corresponde al resultado de la aplicación del enfoque anterior, traducido en el intento de representar, interpretar y traducir una cultura o determinados aspectos de una cultura para lectores que no la conocen o no están familiarizados con ella. En este trabajo se pretende tomar en cuenta lo anterior, puesto que, siguiendo a la autora, con la etnografía se pretende favorecer nuevos descubrimientos, vinculando de manera crítica la teoría en el trabajo de campo (descripción y análisis) y en el investigador mismo.

encuentro en el marco de la experiencia del investigador, la cual está fundada principalmente en la relación entre la geografía y el turismo³³.

El objetivo del trabajo es por tanto presentar la propuesta metodológica y, tomando el caso de estudio del pueblo indígena Sápara, identificar y analizar los problemas y retos del conocimiento del Otro en la Amazonia ecuatoriana, así como presentar los resultados de ese análisis. Para ello, el trabajo se encuentra estructurado en cinco partes: primera. *Saber aprovechar el camino recorrido: inicio al conocimiento del Otro*, en la cual se describe el origen de la propuesta hasta llegar al caso de estudio; segunda. *Una metodología construida al ritmo*

³³ Con lo propuesto no se desconoce el interés de los geógrafos en los grupos minoritarios, el cual se consolidó en la década de 1960 dando inicio al desarrollo de la geografía radical y luego de la geografía feminista. Para Mattson (1978), el origen de la geografía radical se sitúa en la Expedición Geográfica de Detroit, organizada y desarrollada por William Bunge, geógrafo que inició su trabajo en el seno de la Geografía Cuantitativa evolucionando luego hacia las perspectivas más críticas y radicales, convirtiéndose incluso en activista. Bunge plasmó los principales resultados de esta experiencia en su obra "*Fitzgerald: The Geography of a Revolution*", en 1971, logrando cambiar el enfoque de la geografía, hasta ese momento cuantitativo, que centraba sus preocupaciones principalmente en la organización espacial racional de la sociedad, el movimiento de ideas, productos y personas, para centrarlo en los problemas y asuntos internos de las mismas ciudades norteamericanas. En su obra, Bunge propone un debate continuo sobre asuntos teóricos y metodológicos de la ciencia (enfoque educación versus investigación), pero también, sobre cuestiones profesionales y éticas. De esa manera, la geografía empezaría a ser vista como una herramienta para resolver (o al menos comprender) los problemas de los habitantes más pobres de las ciudades, expuestos a procesos de especulación del suelo, represión social, ghettoización. En este proceso de consolidación de la Geografía Radical, también es importante la obra de David Harvey y más adelante, el trabajo de Milton Santos, muy significativos sobre todo para América Latina.

En cuanto a la geografía feminista, si bien de manera tardía en relación a otras ciencias sociales, como lo señalan Ibarra y Escamilla-Herrera (2016), los geógrafos reconocieron la necesidad de atender y comprender los diversos espacios de manera diferenciada desde la especificidad que proponen las desigualdades de género. Es así como, según los autores, la geografía podía ser comprendida y visualizada como feminista y de esa manera capaz de propiciar un cambio en la sociedad, donde las mujeres debían interpretar la realidad e interpretarse a sí mismas y, en el contexto de sus experiencias, podrían condicionar transformaciones políticas, económicas, sociales y culturales.

No obstante, tanto la geografía radical como la feminista, al menos en sus orígenes, no lograron tratar la Otredad como un problema geográfico sino más bien desde el análisis de los sistemas de opresión ejercidos hacia el no blanco y la mujer. Staszak (2009) señala que, para rebasar ese punto, los geógrafos tuvieron que hacerse preguntas sobre la diversidad de grupos en términos de construcción sociodiscursiva en lugar de en términos de una diferencia objetiva, como se había hecho hasta entonces, lo que solamente se logró, según el autor, hasta el desarrollo de la posmodernidad, gracias a, principalmente, el análisis poscolonial. Este último se refiere a la forma de crítica social que descifra los desiguales procesos de representación con los que la experiencia histórica del tercer mundo antes colonizado llega a conceptualizarse en Occidente (BHABHA, 1994). Es así como, la aparición de los estudios poscoloniales en la geografía como en las otras ciencias sociales tiene relación con la llegada, ascenso y consolidación en el mundo académico occidental de estudiosos originarios del tercer mundo y, así, se comprende que este enfoque contenga una fuerte crítica al eurocentrismo y, en general, al etnocentrismo (GARCIA-RAMON, 2016).

del territorio, en la cual se expone y explica el paso a paso de dicha metodología; tercera. *Claves para entender el relato: encuentro con el Otro*, en la cual se reflexiona acerca de tres aspectos claves que permiten entender el relato; cuarta. *Síntesis*, donde se retoman los tres aspectos en conjunto y se da una explicación sobre el fenómeno estudiado a partir de la aplicación de la propuesta metodológica; quinta. *Conclusiones*. El texto se presenta como una propuesta de estructuración y presentación de avances o resultados de investigación donde los conceptos y la teoría se encuentran inmersos en el desarrollo del texto y no como apartados en sí, evitando tener un solo punto de vista o referente teórico. Se recomienda al lector, tomar en cuenta toda la información que se brinda en los pies de página.

1. Saber aprovechar el camino recorrido: inicio al conocimiento del Otro

Esta parte presenta las principales experiencias que marcaron el camino del investigador, permitiendo construir su propuesta.

1.1 El turismo o el origen del camino al conocimiento del Otro

En 1999, siendo estudiante de último año en el programa de Ingeniería Agroforestal de la universidad de Nariño, Colombia, tuve la oportunidad de realizar una pasantía en el proyecto “Desarrollo Forestal Comunal en los Andes del Ecuador”, con el cual se buscaba mejorar la seguridad alimentaria de la población indígena de la sierra ecuatoriana. Trabajé con el pueblo Quechua Kayambi³⁴ de Olmedo, una parroquia del Cantón Cayambe de la Provincia de Pichincha, localizada a 90 km al noreste de la ciudad de Quito. Los Quechua Kayambi están asentados en la zona rural de Olmedo, entre los 2.800 y los 3.400 metros de altitud, muy cerca del páramo y dentro de él, en minifundios, en zonas de laderas con suelos erosionados, sin agua para riego y con dificultades para comercializar sus productos.

Frente a esas dificultades, algunos de los Quechua de Olmedo migraron hacia las ciudades para dedicarse al comercio informal, al trabajo en la construcción o a mendigar; otros se desplazaban diariamente a los cultivos de flores localizados en el Cantón Cayambe, donde, expuestos a la utilización de pesticidas y fungicidas, enfrentaban graves problemas de salud.

³⁴ Para conocer un poco más sobre las comunidades Quechua de los Andes en Ecuador, consultar el libro de BECKER M. y TRUJILLO, S. (2009). *Historia agraria y social de Cayambe*. Quito: FLACSO, 262 p.

Otras personas habían decidido ampliar la frontera agrícola, principalmente, con el cultivo de papa, lo que significaba que entre más pasaba el tiempo más se destruía el páramo, además de los bajos rendimientos que se obtenían³⁵. Muchas familias se enfrentaron a su desintegración parcial o total, siendo la mujer quien frecuentemente quedaba encargada del hogar, la crianza de los niños, los cultivos y los animales, mientras el hombre era quien se desplazaba.

La llegada de un centro de salud propiciado por una organización no gubernamental (ONG) demostró algo que no era evidente para mí a pesar de estar trabajando y conviviendo con los Quechua por más de dos meses: sus rasgos culturales. Es posible que mi formación como ingeniero, mi origen mestizo y mi cotidianidad en la ciudad donde frecuentemente encontraba miembros de pueblos indígenas hayan influenciado mi comportamiento frente al exotismo que evidenciaron los familiares de los médicos, enfermeros y enfermeras suizos del centro de salud, que iban a visitarlos, y por lo que se sintieron atraídos. Algunos autores como Urry (1996), Urry y Larsen (2011) y Violier (2008), están de acuerdo en que la mirada del turista, en este caso los visitantes de origen suizo³⁶, no es la misma del habitante; a pesar de que yo no lo era, en principio, me había convertido en un habitante más o menos temporal en relación a la pasantía que estaba desarrollando, o por lo menos era un no-turista sin dejar de ser, posiblemente, un extraño para los locales, quien, inmediatamente después de transformar esa alteridad³⁷ en su cotidiano, perdió interés y dejó de darle valor a las particularidades socioespaciales del lugar. No obstante, tal como lo propone Staszak (2008), el exotismo no es propio a un espacio o a un objeto, más bien corresponde a un punto de vista y a un discurso sobre aquellos. Es así como, la situación, más que una dificultad, me mostró un posible camino hacia el conocimiento del Otro por medio del turismo.

El fenómeno del turismo, desde un punto de vista geográfico, implica un desplazamiento, un cambio de lugar *“un mouvement des habitants dans le monde”* (LAZZAROTTI, 2011, p. 43), lo

³⁵ En relación a una altitud adecuada (1.500-2.500 msnm) y otras particularidades edafoclimáticas, en el páramo, el cultivo de la papa tarda el doble de tiempo para cosecharse y su rendimiento es de solamente 50%; además, estos suelos solo soportan dos cosechas, luego son utilizados para el pastoreo o devienen pasivos ambientales.

³⁶ Los visitantes de origen Suizo pueden ser considerados como turistas, puesto que son personas que se encontraban en desplazamiento temporal fuera del espacio-tiempo de su cotidianidad con el fin de desarrollar prácticas recreativas. En vista de que las prácticas son solamente un aspecto del turismo (LAZZAROTTI, 2003), el turista puede ser definido a partir del conjunto de actos que realiza en su condición (incluidos actos habituales) y que, en su totalidad y en función de los lugares donde los realiza, toman un sentido.

³⁷ La alteridad expresa todas las facetas de lo que es el Otro: diverso, dispar, diferente, heteróclito, heterogéneo y extraño. El termino se aplica tanto a los lugares como a las personas (ÉQUIPE MIT, 2008).

cual permite analizarlo como una experiencia. Según Laplante (1996), se trata de una experiencia que debe ser entendida como una totalidad existencial en la que el turista vive su tiempo inmerso en un segundo estado, como en un mundo aparte que transforma todos sus actos, incluso los más ordinarios o rutinarios, en algo memorable; desayunar, por ejemplo. Por otra parte, la experiencia turística es fundamentalmente una experiencia de comunicación entre los turistas y los nativos que los acogen (LAPLANTE, 1996), que, para el caso de este trabajo se trataba de los familiares de los mismos médicos, enfermeros y enfermeras suizos del centro de salud y las mujeres quechua, principalmente. Las mujeres quechua, si bien eran consideradas campesinas, mantenían intactos sus rasgos indígenas, como la lengua maternal, su vestimenta y sus ornamentos, así como algunas de sus fiestas y tradiciones.

Cuando empecé a tratar de sentipensar su territorio, es decir, a entregarme a este evitando mis prejuicios, recorriéndolo, viviéndolo y pensándolo con el corazón y la mente, pero sobre todo, a co-razonarlo (Escobar, 2016), es decir, razonar el espacio con y desde su gente, entonces pude acercarme también, aún de manera tímida pero con todo el deseo de descubrir la diversidad ahí presente, a sus saberes, los cuales se materializaban en sus prácticas de producción ligadas al calendario lunar o a otras maneras de concebir su relación con el tiempo, sus prácticas gastronómicas, medicinales, de curación y adivinación, así como a sus ritos funerarios. Todo eso fue mostrándose a medida que aprendía a aproximarme a los habitantes de Olmedo y fue lo que evidenció la necesidad de un entrenamiento para poder observar su territorio desde su complejidad, desde los saberes de sus habitantes, quienes, en simbiosis con la naturaleza y en un dinamismo continuo, lo construían, desde acuerdos pero también de manera contradictoria y problemática³⁸, en su relacionamiento e interdependencia con otros actores intencionados a quien se debía también identificar y comprender, entre ellos y de acuerdo a mis intereses, aquellos actores relacionados con el turismo, los cuales pude descubrir en experiencias posteriores.

³⁸ Esta manera de concebir el territorio como algo dinámico y contradictorio desde el juego de actores, se basa en la definición que propone Bozzano (2017, p. 102). Para el autor, el territorio es un espacio “*de variada escala –micro, meso, macro- donde actores –públicos-privados, ciudadanos, otros- ponen en marcha procesos complejos de interacción –complementaria, contradictoria, conflictiva- entre sistemas de acciones y sistemas de objetos, constituidos estos por un sinnúmero de técnicas –híbridos naturales y artificiales- e identificables según instancias de un procesos de organización territorial en particulares acontecimientos –en tiempo-espacio- y con diversos grados de inserción en la relación local-meso-global. El territorio se redefine siempre*”.

1.2 Crear e introducir prácticas culturales para mantener la tradición

La experiencia anterior se complementó en Guyana Francesa en 2006, en el marco de la maestría en cultura y turismo desarrollada con la universidad Paris IX Dauphine. En ese lugar, el turismo se ha organizado alrededor de la imagen de la selva amazónica la cual ocupa el 90% de su superficie, así como de la imagen del antiguo centro penitenciario francés que funcionó desde 1795 hasta 1946³⁹, de los diferentes medios naturales y colonias de aves de paso, de la arquitectura colonial antillana, la gastronomía, la artesanía y de la multiculturalidad⁴⁰. Los turistas que visitan la Guyana son principalmente los familiares y amigos de las personas que trabajan en la administración pública, los colegios, los hospitales, así como los militares y aquellos que lo hacen en el centro espacial de Kouru, plataforma de lanzamiento Ariane de donde son enviados la mayor parte de los satélites europeos.

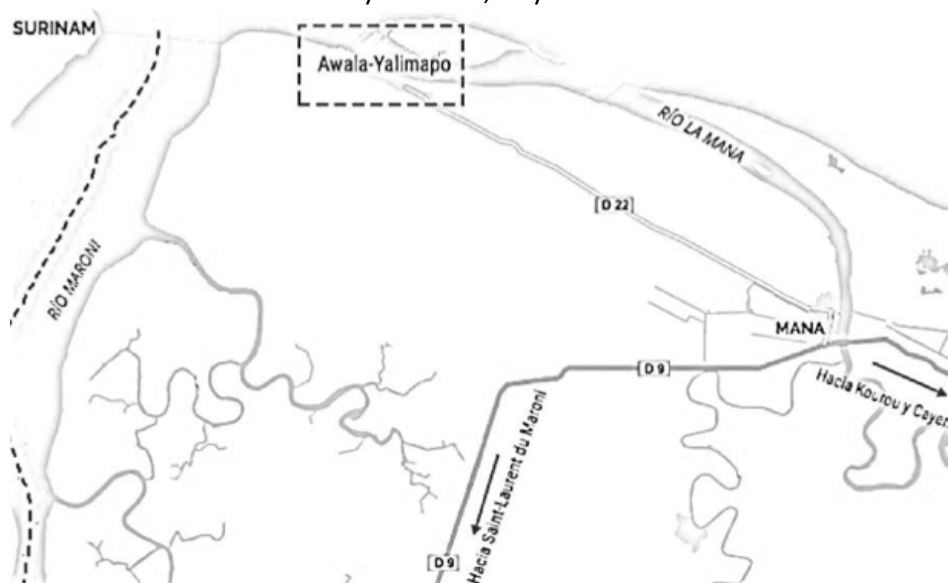
En Guyana Francesa, habité la comunidad indígena Kali'na de Awala-Yalimapo que, en ese entonces, contaba 1.000 personas aproximadamente. Al encontrarse localizada al extremo noroeste del departamento, en la confluencia de los ríos Mana y Maroni (Imagen 3), la observación de la puesta de tortugas marinas Laúd (*Dermochelys coriácea*), representaba la principal motivación para su visita turística, no obstante, una vez en el lugar, también lo eran la arquitectura, la gastronomía y las artesanías. Por otra parte, la comunidad experimentaba enormes dificultades para garantizar la pervivencia y transmisión de sus tradiciones, por lo que los mayores, hombres y mujeres mayores de 50 años, pusieron en marcha estrategias para mantener su cultura viva, las cuales pueden ser entendidas desde su sistema tradicional definido a partir de los tres tipos de prácticas culturales que se identificaron y se tipificaron en el lugar: creadas, introducidas y ancestrales (MEJÍA, 2007). En cuanto a las primeras, son creaciones modernas (actuales): exposiciones de fotografía y pintura, conciertos y otros eventos. Las introducidas corresponden a prácticas de otros pueblos indígenas que han sido apropiadas y reterritorializadas por la comunidad de Awala-Yalimapo y donde, como en el

³⁹ Entre los reclusos se encontraba Henry Charrière, autor del libro '*Papillon*', autobiografía que escribió en 1969 a partir de sus relatos relacionados con sus fugas, su libertad y exilio en Venezuela. Franklin J. Schaffner, cineasta americano se basó en su libro para realizar la película que tiene el mismo nombre. Tanto la película '*Papillon*' como la autobiografía de Henry Charrière alimentan el imaginario de los turistas.

⁴⁰ En Guyana Francesa cohabitan, entre otros, amerindios, europeos, mestizos y afros, que pertenecen a las etnias saramaca, djuka, aluku, pamake, entre otros, así como brasileros, surinameses, chinos, indios y hmong.

caso de la anterior, se permite la participación del gran público: los juegos Kali'na⁴¹ (Imagen 4). Las ancestrales podrían también llamarse originales y son prácticas de las cuales no puede rastrearse, en el tiempo y el espacio, su origen, sino que, según sus portadores, han sido recreadas desde siempre por sus ancestros: ceremonia del *Epekotono* o ceremonia de duelo⁴² y el chamanismo⁴³; la participación del gran público en su recreación es permitida en las escuelas de música y danza que se crearon para tal fin.

Imagen 3: Localización de la comunidad de Awala-Yalimapo, entre la desembocadura de los ríos Maroni y La Mana, Guyana Francesa



Fuente: elaboración propia.

⁴¹ Son originarios de Brasil y fueron introducidos en Guyana por la comunidad de Awala-Yalimapo en 2005 y comprenden varias actividades deportivas que tienen lugar cada año durante dos días en diciembre: atletismo (*Akanu*), tiro con arco (*Piliwa emokili*), juego del diablo (*kulupi waisanpa'topo*), entre otros.

⁴² Esta ceremonia es un momento de recogimiento, de intercambio y celebración, en torno al cual se reúnen cientos de Kali'na de Guyana y Surinam para quienes la muerte no se considera un final. El difunto irá al país de sus antepasados después de un período de luto de dos a tres años, retraso que está estrechamente relacionado con la duración de los preparativos requeridos para la ceremonia y la importancia y prestigio del que disfrutaba el difunto. La ceremonia que dura cuatro días también representa la liberación de la familia, es decir, el levantamiento o cierre del duelo, y su acceso a una nueva vida o a una nueva pareja.

⁴³ Para conocer más sobre Awala-Yalimapo, consultar: TIOUKA F., y COLLOMB G. *Na'na Kali'na: une histoire des Kali'na en Guyane*. Cayenne: Ibis Rouge, 2000.

Imagen 4: Afiches promocionales relacionados a la recreación de prácticas culturales creadas e introducidas



Fuente: sitio de la alcaldía de Awala-Yalimapo <http://www.awala-yalimapo.fr>.

Desde su función, las prácticas creadas y las introducidas representan una plataforma que permite, no solamente poner en valor las prácticas ancestrales al darlas a conocer, en este caso, con la participación del turismo, sino también facilitar su apropiación orgullosa y su transmisión silenciosa hacia las nuevas generaciones, las cuales, posiblemente, están definiendo paralelamente su identidad⁴⁴. De estos tres tipos de prácticas, se puede considerar que las creadas y posiblemente las introducidas, a diferencia de las ancestrales, corresponden a lo que Hobsbawm y Ranger (1983) llamaron tradiciones inventadas, puesto que si bien se trata de prácticas reglamentadas y reiterativas, que se conectan con un pasado histórico por medio de los sonidos, los colores, las imágenes y el juego, sus funciones son de índole técnico más que ideológico y, desde ese punto de vista, este tipo de prácticas puede modificarse o incluso abandonarse en función de las cambiantes necesidades cotidianas de los habitantes, en este caso, los de Awala-Yalimapo, sin negar que sobre toda práctica se opera, con el transcurso del tiempo, una inercia, que tiene origen en la resistencia emocional a toda innovación por parte de las personas que la han adoptado (HOBSBAWM y RANGER, 1983).

El caso de Awala-Yalimapo es paradójico, si tenemos en cuenta el hecho de que es una comunidad indígena amazónica que se encuentra en territorio político francés, es decir, pertenece a un país pionero de la industria turística mundial y económicamente desarrollado.

⁴⁴ La identidad entendida aquí como los lazos que el individuo o comunidad mantiene con el territorio, con la historia, con la lengua, con la religión y con la etnia (GARCÍA, 2006).

Awala-Yalimapo está localizada a 20 minutos de Mana, ciudad conectada por una vía pavimentada (ver Imagen 3), donde trabajan varios miembros del pueblo indígena; la educación está garantizada en francés, así como la salud y, si no el empleo, un seguro de desempleo. Diferentes figuras de ordenamiento y gestión se encuentran yuxtapuestas sobre el territorio de Awala-Yalimapo: los jefes tradicionales, la comuna con su alcalde, la Reserva Natural Nacional de la Amana y el Parque Natural Nacional de la Guyana; todo esto representa para un investigador la oportunidad de establecer el diálogo con los habitantes pero no garantiza su conocimiento. Por otra parte, si bien Awala-Yalimapo ha mantenido y mantiene luchas sociales por el respeto de sus derechos como pueblo indígena, las condiciones en las que estas se han desarrollado son diferentes a las del resto de pueblos indígenas de la Amazonía. Estos últimos viven en espacios que pertenecen a países del Sur Global, localizados en áreas rurales a menudo muy distantes de los centros urbanos y de muy difícil acceso⁴⁵, lo que impide el diálogo y su conocimiento. Lo anterior me llevó a buscar un caso de estudio más representativo de las dificultades que en general, a diferencia de las condiciones presentes en Awala-Yalimapo, enfrentan los pueblos indígenas de la Amazonia para garantizar su supervivencia física y cultural. En esa búsqueda encontré al pueblo Sápara.

1.3 Características del pueblo indígena Sápara

En la década de 1970, se consideró al pueblo Sápara como extinto, al menos a nivel cultural (COSTALES y COSTALES, 1975). El interés sobre este pueblo se comienza a evidenciar desde 2001 con su proclamación como Obra Maestra del Patrimonio Oral e Inmaterial de la Humanidad y, en 2008, con su inscripción en la lista representativa de este tipo de patrimonio⁴⁶ (Imagen 5).

Su territorio ancestral de 370 mil hectáreas se encuentra localizado en plena selva amazónica, en la provincia de Pastaza, parroquias de Río Tigre, Maldonado y Sarayaku. El territorio

⁴⁵ Paradójicamente, estando localizada en el centro del continente, la Amazonia se considera la periferia de los nueve países que la conforman (DROULERS, 2004).

⁴⁶ Sobresale la tesis de Maximiliano Viatori (2005), desarrollada en el Departamento de Antropología de la Universidad de California. Así mismo, la tesis doctoral en Etnología de Anne-Gaëlle Bilhaut (2007), desarrollada en la Universidad Paris Nanterre. El trabajo de maestría en filosofía de Agnes Müller (2011) desarrollado en la universidad de Wien, sobre el contacto de las lenguas Sápara y Shuar. Se encuentra también el trabajo del etnolingüista Carlos Andrade Pallares, desarrollado durante el proceso de preparación y presentación del dossier de solicitud de proclamación a la UNESCO, entre 1999 y 2001, publicado en 2001.

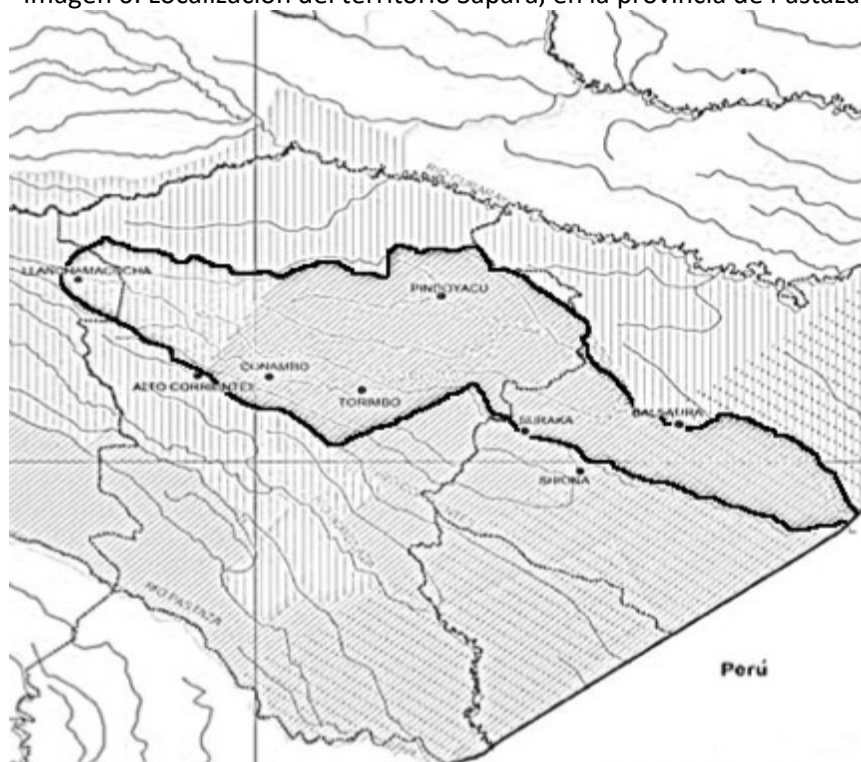
comenzó a consolidarse cuando sus habitantes, 1000 aproximadamente en 2010, amenazados por la explotación petrolera que se estaba dando en la década de 1980, se dieron cuenta de que su capacidad para influir en el avance de dicha industria no dependía solamente de su grado de organización política (FONTAINE, 2003), sino también del hecho de estar presentes sobre las áreas donde se encontraba el petróleo. En esa dinámica se dispersaron a lo largo del territorio, reafirmando su presencia en comunidades existentes y fundando nuevas comunidades interétnicas de ascendencia Sápara, Achuar y Kichwa (Imagen 6).

Imagen 5: Cotidianidad de los Sápara por la que fueron reconocidos como Obra Maestra del Patrimonio Oral e Inmaterial de la Humanidad



Fuente: Gráfico vectorial realizado a partir de fotografías tomadas en el territorio Sápara en 2010.

Imagen 6: Localización del territorio Sápara, en la provincia de Pastaza



Fuente: elaboración propia.

Al territorio Sápara se accede únicamente por vía aérea, en un vuelo en avioneta que dura 45 minutos; los ríos Pindoyaku y Conambo, los cuales deslindan este territorio del Perú y de los territorios de los pueblos Kichwa y Shiwiar, no son navegables. El territorio no es tomado en cuenta durante la promoción de lugares y culturas a descubrir, en las guías turísticas y publicaciones, incluso, las del Ministerio de Turismo del Ecuador.

Para 2008, al iniciar mi acercamiento al pueblo Sápara, no existía información sobre la actividad turística desarrollada en su territorio, a pesar de que las incursiones de turistas habían comenzado en la década de 1990 (MEJÍA, 2014). Desde ese momento y a pesar de las dificultades a las que los organizadores de los viajes debían enfrentarse año tras año⁴⁷: - distancia, movilidad, precio, conflictos étnicos-; grupos de turistas de dos a ocho personas recorren este espacio durante diez días para ir, particularmente, al encuentro de sus habitantes. En cuanto al turismo, para los Sápara no representa solamente una actividad económica que les genera ganancias y diversifica sus prácticas tradicionales, sino también representa una estrategia para preservar la selva y, en consecuencia, garantizar la recreación,

⁴⁷ La organización humanitaria francesa ARUTAM, llevando turistas principalmente de origen francés, suizo y belga; y Gloria Ushigua y su hermano Bartolo, llevan pequeños grupos de turistas norteamericanos y francés.

conservación, transmisión, incluso la producción (BILHAUT, 2007) e invención, de sus tradiciones. Esta situación se explica en el hecho de que la llegada de la industria petrolera provocó una reorganización espacial representada principalmente en la fundación de nuevas comunidades y el paso de una vida seminómada a una sedentaria, consolidada con la llegada de la escolarización. De esa manera, transformó la espacialidad de los habitantes, haciendo que sus prácticas socioculturales itinerantes (agricultura, pesca, cacería y recolección) se desarrollaran desde ese momento sobre un espacio reducido y limitado.

Si se considera la llegada de la industria petrolera como una limitante en cuanto al acceso al espacio, y en consecuencia, a plantas y animales, entonces puede pensarse que los Sápara se vieron obligados a buscar en el turismo nuevas estrategias para poder adaptarse y sobrevivir. Es así como la complejidad del caso del pueblo Sápara se presentó como una gran oportunidad para estudiar la Otredad, construida en la relación establecida en el binomio: indígena (hombre de la selva) - no indígena (hombre de la ciudad, turista). Así, mi acercamiento al mundo Sápara inició en el marco del desarrollo de un trabajo de grado de maestría en Geografía del Turismo con la universidad Paris VII Diderot, para continuar con una tesis de Doctorado en Geografía, adscrita a la Universidad de Angers, en Francia. La tesis incluía un trabajo de campo para recopilar información que permitiera cimentar especialmente dos argumentos: 1) la recreación de cualquier tradición indígena responde a un sistema de reglas que garantiza, conscientemente o no, en el individuo o en el grupo que la recrea, su supervivencia tanto física como cultural; 2) el sistema de reglas no siempre es compatible con el turismo, lo que plantea un problema cuando se pondera a esa actividad como una estrategia que permite su conservación y transmisión. En ese contexto, llegué a la ciudad de Puyo en Ecuador en busca de los Sápara, gracias al contacto realizado previamente con el director de una ONG quien me invitaría a unirme como voluntario a su organización.

Una vez en Puyo, tuve la ocasión de conocer a Bartolo Ushigua, en ese entonces, presidente de la organización política de la Nacionalidad Sápara de Ecuador (NASE), quien me dijo que ya sabía quién era yo porque me había encontrado previamente en sus sueños, donde vio mi llegada con amabilidad; para él, todo estaba planeado. Esta situación se presentó igualmente con su hermana, Gloria, quien me había encontrado en sus sueños unos días antes de conocerme personalmente al visitar su casa localizada en la periferia de la ciudad de Puyo; y con su primo Arturo Santi, presidente de Jandiayaku (ver Relato), quien me dio la bienvenida

a su comunidad porque cuando había soñado con mi llegada todo había salido bien. Al parecer, un sueño autoriza actividades y prácticas importantes en el cotidiano de los Sápara, como la cacería (Mejía, 2017), pero también, el acceso a su territorio y a sus comunidades:

Como yo le soñé, creo que era buenazo de que llegaron unos de afuera, y más tranquilidad estamos, yo soñé antenoche, ya sabía que venías para acá. En el sueño decían que no habían llegado acá, sino a Masaramu. Yo le conocí, por eso estoy tranquilo. Nosotros hablamos del sueño [en la comunidad], tú y el resto son bienvenidos para ayudar o para conocer, a tener una buena capacitación (...) Si te sueñas mal, no tienes que conversar con esa persona. Así es. Algunos son malas gentes que llegan y en el sueño mismo ya sabes. Así son nuestros sueños, ya sabemos, los que vienen de afuera, a veces llegan unos animalitos que están cerca y están con nosotros y todo se pasa bien. Pero a veces, viene una gente que esta odiando, y pasan cosas raras, es como una pesadilla (Extracto de una conversación mantenida con Arturo Santi. Jandiyaku, territorio Sápara, 9 septiembre 2010).

Según Bilhaut (2007), los sueños permiten a los Sápara establecer relaciones, las cuales se dan primero, entre el soñador y sus interlocutores oníricos; luego, entre el soñador y los receptores de su historia; finalmente, entre el soñador y los individuos externos a su comunidad o territorio que participan directa o indirectamente en su sueño y que, por lo tanto, se verán afectados en varios niveles. Por lo tanto, el buen presagio que Bartolo Ushigua tuvo en su sueño, le permitió durante nuestro primer encuentro y como representante principal del pueblo Sápara, autorizarme descubrir su organización política y permitirme tener un acercamiento a sus espacios de vida para adelantar el trabajo encomendado por la ONG, recomendándome así visitar las comunidades de Conambo, Torimbo, Imatiño y Suraka. Estas son comunidades localizadas relativamente cerca entre sí y en las orillas del río Conambo, a las que se puede llegar mediante largos desplazamiento en canoa motorizada. Sin embargo, la materialización de esa intención tomó alrededor de cuatro meses, tiempo en el cual conviví con los líderes políticos del pueblo Sápara y con otros actores vinculados directa e indirectamente a la realidad social, cultural, política, económica y ambiental de su territorio: líderes y miembros de otros pueblos indígenas, funcionarios públicos, empleados de petroleras, prestadores de servicios turísticos, investigadores, entre otros. También tuve el tiempo necesario para prepararme si mi oportunidad de acceder al territorio se presentaba.

En efecto, un territorio tradicional no es un espacio abierto al público; aunque hace parte del territorio nacional, se controla de forma independiente a partir de leyes inherentes vigiladas por sus habitantes que responden a la forma como ahí se vive. Para acceder, se debe obtener un permiso verbal de entrada por parte de su organización política y luego, para movilizarse en este, es necesario ir acompañado si no por un nativo, por otra persona que lo conozca bien. Esta persona debe ser reconocida y apreciada en las comunidades. No obstante, para poder recorrerlo, además de la compañía, es necesario previamente ser aceptado; acceder al territorio y ser aceptado en este es muy diferente. Ser aceptado es lo único que garantiza que la información recopilada a partir de la observación directa y de la observación participante sean verídicas. El acceso y la aceptación pueden tomar mucho tiempo, lo que representa un problema cuando los medios económicos y el tiempo son reducidos. Puede suceder que solamente haya una oportunidad para acceder al territorio y recopilar información. Incluso, existe la posibilidad de que una vez se acceda al territorio y durante el ejercicio de ser aceptado, el investigador advierta rápidamente que la metodología preparada previamente no puede ser aplicada en el terreno.

Durante los primeros días de inmersión en el territorio Sápara advertí que las herramientas escogidas y preparadas cuidadosamente –entrevistas, encuestas, libreta, talleres con grupos focales, cartografía social-, ayudándome de lecturas previas, encuentros con otros investigadores que habían vivido experiencias similares y con otros actores vinculados al fenómeno estudiado, no podían ser aplicadas en el poco tiempo que disponía para permanecer en el territorio. La razón principal que explica este impedimento tiene que ver con el hecho de que los Sápara tienen una relación con el espacio-tiempo completamente diferente a la occidental: tanto en el día como en la noche, en la cual se duerme poco, se recrean permanentemente tradiciones y actividades, las cuales se retoman en cualquier momento; se pesca y se caza, se realizan desplazamientos, también se sueña. Las comidas no están organizadas en tres momentos principales, incluso, en ocasiones, se puede pasar días sin comer, solo se toma chicha. No hay horarios o por lo menos si estos existen no son fáciles de aprehender en poco tiempo. El dialogo no se desarrolla únicamente con la palabra, sino en los sueños, las borracheras, los gestos, el trabajo colectivo, entre otros. Teniendo en cuenta las limitaciones de lo que significa comprender una comunidad en la realidad amazónica, la escuela establece una cotidianidad que facilita el acercamiento, porque,

asegura que la gente que tiene hijos en edad de escolarización se encuentre en la comunidad de lunes a viernes.

Después de casi cuatro meses de trabajo con los líderes políticos en la ciudad de Puyo, logré realizar dos inmersiones, de doce días cada una; la primera junto a dos miembros de una ONG local quienes eran ya conocidos por los Sápara, por lo que prácticamente yo resultaba siendo el único extraño –el Otro-; la segunda, con un grupo de seis turistas y dos guías, todos franceses. Tanto en la primera como en la segunda estancia, el tiempo que pude pasar en cada comunidad visitada fue poco, entre dos a tres días, y las distancias que debimos recorrer entre una y otra comunidad fueron muy importantes, por lo que entendí que la oportunidad de conocer al Otro también estaba presente en nuestra condición de individuos móviles.

El siguiente apartado contiene una propuesta metodológica que busca sobrepasar esos inconvenientes, los cuales, paradójicamente, representan una gran oportunidad para conocer al Otro. La propuesta es el resultado del camino recorrido en la preparación como investigador, en la experiencia y la vida cotidiana, en las teorías, conceptos y métodos encontrados principalmente en la geografía y el turismo.

2. Una metodología construida al ritmo del territorio

La presentación que a continuación se hace de la propuesta metodológica, se basa en dos aspectos: la dificultad de ser aceptado en el terreno y la utilización del cuerpo y la memoria como herramientas para la captura y el registro de información.

2.1 La aceptación en el terreno

Lo primero que se debe lograr es el acceso al espacio de estudio, puesto que, tal como lo propone Geertz (2003), la única manera de estudiar las conductas humanas dentro del contexto cultural al cual pertenecen es a través de la experiencia y de la observación del investigador, a pesar de las dificultades que eso implica. En cuanto a lo anterior, de manera equivocada o no, los investigadores occidentales y occidentalizados practicaban el asistencialismo e incluso alcoholizaban con frecuencia a los miembros de un pueblo indígena como estrategias de acercamiento al Otro (aún hoy los practican), lo que generó y todavía genera dificultades significativas para lograr un acercamiento real al terreno. Los habitantes

son muy reacios/desconfiados de la presencia de los investigadores, tanto porque están cansados de ser objetos de observación como por tener dificultades bien fundadas para reconocer los beneficios, si estos existen, que los estudios realizados sobre o con ellos les representan⁴⁸. En muchos casos se relaciona la presencia de cada visitante, investigador o no, con donación de objetos o artefactos, proyectos de desarrollo, ayudas humanitarias, etc., que no garantizan tampoco que el investigador, a pesar del tiempo que dedique a la inmersión y los recursos que esto le implique, observe más allá de lo evidente⁴⁹.

Una posible manera de sobrepasar la dificultad anteriormente expuesta es la de encontrar un rol en la realidad del Otro; es decir, lograr ser relacionado por los miembros de la comunidad, en un primer momento, con un beneficio que posiblemente no tenga nada que ver con el resultado de la investigación pero que le permitirá al investigador, por lo menos, tal como lo propone Geertz (2003) en un sentido muy amplio, conversar con ellos para observar lo

⁴⁸ Algunos líderes indígenas han logrado aprovechar las investigaciones y los escenarios donde los resultados de estas tienen impacto; hoy están presentes en las discusiones globales sobre derechos humanos y medio ambiente, donde sus voces se escuchan cada vez con más fuerza. Por otro lado, están los lugares que se han desarrollado turísticamente gracias a resultados de investigaciones y contactos realizados a partir de estas – ver Mejía (2014).

⁴⁹ Es posible que el origen de la dificultad para lograr el acercamiento real al terreno, este relacionado igualmente con el proceso discursivo mediante el cual Occidente construyó, en oposición a él mismo, uno o muchos grupos dominados -Ellos, el Otro-, despojándolos de su identidad y transformándolos en objetos de una posible discriminación, llegándolos incluso a entender como enemigos o anfitriones con quienes se mantiene conflicto o se puede instaurar relaciones de cooperación (STASZAK, 2009). En ese contexto, se dio la negación de la simultaneidad epistémica (JOHANNES FABIÁN, 1983; citado por CASTRO-GÓMEZ y GROSFOGUEL, 2007), es decir, la negación/anulación de la coexistencia en el tiempo y el espacio de diferentes formas de producir conocimientos y saberes. Occidente creó un mecanismo ideológico donde, primero, al no compartir el mismo tiempo histórico y vivir en diferentes espacios geográficos, el destino de cada región fue concebido como no relacionado con ningún otro; segundo, la Europa/Euro-Norteamérica eran pensadas como viviendo una etapa de desarrollo cognitivo, tecnológico y social más avanzada que el resto del mundo, con lo cual surge la idea de superioridad de la forma de vida occidental sobre todas las demás (CASTRO-GÓMEZ y GROSFOGUEL, 2007). Según Turco (2003), desde esa ideología de dominación ampliamente prevaleciente en Occidente, la geografía terminó practicando un enfoque de tipo diferencial muy jerárquico, con connotaciones colonialistas, geopolíticas o de ordenamiento. Es así como, desde una concepción evolucionista de las sociedades, el Otro se encontraría en un estado de civilización menor del propio, el cual, desde un pensamiento determinista, estaría también relacionado con el clima, la diversidad y cantidad de recursos naturales, la localización y demás características geofísicas y paisajísticas con las que contaron los europeos. Sin negar su importancia, en geografía, algunos enfoques como el de Centro-Periferia y lugar central (CHRISTALLER, 1933), la difusión espacial de la innovación (HÄGERSTRAND, 1968) y los márgenes (VASSET, 2007), han permitido poner en evidencia así como reafirmar y materializar esa construcción en la teoría como en la práctica, aplicándola a espacios o territorios donde se construyen relaciones sociales, económicas, culturales y políticas diferentes, donde se concentran, en muchos casos, los grupos minoritarios dominados y, por extensión, vulnerables y desposeídos, a quienes se debe ayudar, a quienes se debe enseñar y guiar, a quienes se debe cuidar y proteger, porque se les ha privado del estatus que les autoriza hacerlo por ellos mismos.

corriente en lugares en que esto asume formas no habituales, es decir, sin reducir su particularidad. Dependiendo del terreno, ser parte como voluntario de una organización no gubernamental (ONG) u otro organismo humanitario representa contradictoriamente una buena oportunidad para lograrlo. A pesar de todas las críticas a las que se encuentran actualmente expuestas estas organizaciones y al hecho de practicar el asistencialismo, esta opción ofrece adicionalmente al investigador la ventaja de estudiar desde adentro el comportamiento de este importante actor en el terreno y la influencia que ejerce sobre los habitantes. Es posible que esta parte de la investigación se haga principalmente con una asociación u organización política local; en el caso de este trabajo se realizó con los líderes políticos de la Nacionalidad Sápara del Ecuador (NASE). Así las cosas, es normal que este tipo de primeros encuentros se lleven a cabo fuera de las comunidades, en la ciudad, cerca de centros nacionales de poder político y económico. El investigador debe estar consciente de que lograr el acceso a lo que, inicialmente, él entenderá como su terreno de estudio, es un proceso que le puede tomar una buena parte sino la mayor del total del tiempo del cual él dispone para su trabajo de campo. No obstante, luego entenderá que ya se encuentra en el terreno de estudio. En efecto, el espacio tiempo que comparte y en el cual interactúa con los líderes y su organización política, y otros actores vinculados directa o indirectamente al fenómeno estudiado, así como los sitios que visita y los procesos en los cuales se ve directa o indirectamente implicado representa una gran oportunidad para empezar a recoger información y acercarse a la complejidad del proceso territorial al cual piensa adentrarse posteriormente y donde espera ser aceptado.

Es en ese tiempo-espacio donde podrá afinar su manera de observar: *primero*, tomando consciencia sobre lo que él mismo representa -objeto espacial perturbador/perturbable, manipulador/manipulable, no neutro-; *segundo*, autoreconociéndose, consecuentemente, desde los límites de su humanidad -principios morales y políticos, educación, prejuicios, capacidad para adaptarse, tolerar, resistir física y psicológicamente, entre otros-; y *tercero*, aceptando que puede ser objeto de juegos, mentiras asombrosas, engaños y, si eso pasa, entendiéndolo como parte del fenómeno estudiado (incidentes reveladores). Adicionalmente, el investigador comprenderá que lograr el acceso al principal sitio de estudio no significa necesariamente su aceptación en el territorio; dicho de otro modo, comprenderá

la diferencia entre observación y observación participante⁵⁰, lo que lo llevará a reflexionar sobre los momentos en los que es pertinente investigar al descubierto o hacerlo en incognito y de qué manera evitará incurrir en errores antiéticos: situar al sujeto o sujetos de estudio en desventaja o frente a una situación para la cual no se encuentran preparados explícitamente, no compartir o dar a conocer los resultados de su investigación, violar el derecho a la privacidad, entre otros (MESÍA, 2007).

Una manera de lograr ser aceptado en el territorio, principal punto de observación, cuando el investigador ha logrado acceder a este, es practicar la ignorancia metodológica, es decir, hacer el máximo esfuerzo posible de acercarse al Otro sin prejuicios y, consecuentemente, abrir los sentidos para observar escépticamente. Según Guber (2001), es con la ignorancia metodológica que el investigador comienza a construir su conocimiento, puesto que, cuando el investigador más sepa que no sabe o cuanto más ponga en cuestión sus convicciones, certidumbres, certezas, estará más dispuesto a aprehender la realidad en términos que no sean los propios. Según Ponce (2006), para observar en la complejidad del terreno, además de esforzarse por suspender el juicio (si esto es posible) es preciso reconocer la carencia de instrumentos apropiados para acceder a la variabilidad extraordinaria de los sistemas socioculturales y, por extensión, socio espaciales. Esto ratificaría, según el autor, a pesar de la engañosa uniformidad que propone la globalización, que el investigador puede conocer otros mundos a través de su propia exposición a ellos, sin desconocer que la sola exposición automática (el acceso), no produce nada, por lo menos en términos de conocimiento, sino que debe hacer el esfuerzo de exponerse e identificar algunos códigos locales de cohabitación para lograr ser invitado, de manera tácita o directa, a participar en el fenómeno estudiado (aceptación). Según Guber (2001), la flexibilidad de este tipo de trabajo de campo sirve para

⁵⁰ Según Peretz (2004), la observación participante consiste en estar presente y mezclado con una situación social para registrarla e interpretarla, esforzándose en no modificarla; algo difícil de asegurar pero más aún de probar. No obstante, el autor señala que la situación social es siempre el producto de la relación que se establece entre los participantes: en el caso de este trabajo, entre los propios Sápara: líderes y habitantes, en un primer momento; y, en un segundo momento, entre ellos y los visitantes y, de un modo u otro, entre los Sápara y el observador (investigador), quien intentará adoptar en este momento uno de los comportamientos habituales en este entorno para evitar desviar la acción de su curso ordinario. La situación social toma entonces la forma de eventos compuestos de secuencias sucesivas con un principio y un final. Peretz (2004) recomienda igualmente, cuando sea posible, visitar previamente el sitio al menos una vez, lo que ayuda a afinar el punto de vista físico elegido, adoptando diferentes posiciones para ver la diversidad de situaciones (SCHATZMAN y STRAUSS, 1973), y poder observar mejor para el futuro. En un terreno tan complejo y limitante como lo es el del territorio Sápara, la observación debió ser afinada en momentos previos al ingreso, durante el intercambio y las experiencias vividas junto a los líderes políticos, pero también, en el punto principal de observación.

advertir la ambigüedad de las propuestas metodológicas y dar lugar al des-conocimiento preliminar del investigador acerca de cómo conocer a quienes, por principio (metodológico) no conoce. Para Ponce (2006), más bien se tratará de identificar las alternativas que ofrece el terreno al investigador. Para complementar los puntos de vista de los autores, es necesario señalar la importancia de este tipo de trabajo en cuanto a que favorece el exteriorizar la capacidad creadora del investigador, la cual le permite disminuir la supuesta distancia entre sujeto y objeto de estudio y así lograr “ser” en el terreno, es decir, ser con/en el Otro, estar presente, estar consciente, para lograr su inmersión en el fenómeno⁵¹. Guber (2001) propone que los fundamentos y características de la flexibilidad de este tipo de trabajo de campo radican en que son los actores -los habitantes principalmente- quienes deben expresar en palabras y en prácticas el sentido de su vida, su cotidianidad, sus hechos extraordinarios, su devenir. No obstante, correspondiendo a la razón de este trabajo, entre los actores se encontraría igualmente el investigador; de esa manera, retomando lo señalado por Guber, lo anterior replantea la centralidad del investigador como sujeto asertivo de un conocimiento preexistente, convirtiéndolo, más bien, en un sujeto cognoscente que deberá recorrer el arduo camino del desaprender y reaprender. Partiendo de la observación participante, lo anterior significa la posición que el investigador como actor debe tomar frente a la posibilidad de autoreconocerse y autoestudiarse como siendo al mismo tiempo parte del fenómeno - para el Otro, él es el Otro- y prisma de observación. El conocimiento del Otro se entiende entonces como un acercamiento y relacionamiento, lo cual se lograría a partir de un diálogo de saberes, que se posibilita adentrándose lentamente en el proceso territorial, sintiéndolo, pensándolo y reflexionando: tratando de entender el fenómeno abordado desde el análisis de las experiencias vividas *in situ*. El diálogo de saberes es reconocer que hay diversas maneras de resolver un mismo problema, un problema común al que se enfrentan las diferentes sociedades, y que la del investigador también cuenta.

⁵¹ Durante una salida de campo realizada en marzo de 2019, en el marco del seminario de Geografía Humana de Colombia, Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, los estudiantes de octavo semestre de la Licenciatura en Ciencias Sociales encontraron la oportunidad de disminuir la distancia entre el sujeto y el objeto de estudio. Lograron vincular a los habitantes de la comunidad de Bocas del Atrato, Antioquia, en la preparación de un plato tradicional boyacense, lo que los llevó a confundirse entre los habitantes, a autoreconocerse y autoestudiarse como parte del fenómeno.

2.2 El cuerpo y la memoria como herramientas de investigación

Superadas las etapas anteriores, el investigador deberá enfrentarse a su realidad: tiempo y recursos económicos muy limitados⁵². Siguiendo la experiencia personal presentada en el apartado número 1 de este texto, se propone que, para sobrepasar esas limitaciones el investigador debe asumir el comportamiento de un turista; lo propuesto se explicará a continuación.

Cuando un individuo practica un tipo de turismo relacionado con el descubrimiento (como el turismo cultural, por ejemplo) se encuentra en un estado de apertura o por lo menos de disposición hacia el acercamiento, el relacionamiento y la confrontación con la Otredad; esta última representada tanto por los lugares que se encuentran fuera del espacio-tiempo cotidiano como por el Otro que los produce y los habita permanentemente. Según Delisle (2009), esta situación se debe al hecho de que el turista busca una experiencia auténtica y, frecuentemente, llena de exotismo. No obstante, el turista no está necesariamente preparado para confrontar esa Otredad. Según el Équipe MIT (2005), porque, por lo general, la Otredad no guarda ninguna relación con el proyecto de recreación concebido de acuerdo con las intenciones imaginarias y preestablecidas del turista:

Trop d'altérité peut tuer l'altérité, car nous n'avons pas tous la même tolérance à l'altérité et nous ne sommes pas toujours conscients de nos exacts besoins, de nos possibles et de nos limites. Les franchir, c'est opter pour des positions extrêmes pouvant se traduire par des comportements décalés,

⁵² Para el año 2010, el vuelo de ida y regreso en avioneta para ingresar al territorio Sápara costaba alrededor de 500USD. Se necesitaban dos vuelos, uno para pasajeros, alimentos y equipo: carpa o hamaca, mosquitero, lámpara (una frontal), botas de goma, ropa impermeable; y otro para el combustible necesario para movilizarse en canoa. Las condiciones climáticas y el estado de la pista de la comunidad de llegada pueden atrasar tanto la entrada como la salida del territorio. Una vez adentro, se necesita encontrar una canoa, un motor fuera de borda, un motorista y su asistente el 'puntero', hábiles en la navegación de ríos amazónicos; un guía reconocido y apreciado por los habitantes de las comunidades a visitar. Las personas que acompañan al investigador deben aceptar dejar a sus familias algunos días, a menos de que la familia se movilice con ellos. Los servicios del guía, el motorista y su asistente, se pagaban 10USD por día. Los 45 galones de gasolina necesarios para la travesía, \$100USD. Para hacer una estadía de 12 días en el territorio Sápara, era necesario contar con aproximadamente \$1500USD únicamente para la entrada, la salida y los desplazamientos. Luego, para la comida y el equipo, \$200USD más (no se cuenta el equipo adicional representado por cámaras fotográficas y video, trípode, baterías, grabadora de sonido, maletas, anzuelos y munición para escopeta). Esto es relativamente costoso en comparación con una estadía turística que dure el mismo tiempo entre otros pueblos indígenas accesibles por tierra o por río. En general, los primeros problemas para acceder al territorio Sápara fueron los altos precios de los vuelos y la movilidad, y no solo para mí como investigador, sino para cualquier habitante del territorio Sápara que quisiera o necesitara salir y volver a entrar.

*voire agressifs, vis-à-vis des sociétés et des lieux traversés. C'est également ne pas vouloir revenir en ces lieux ou encore, porter des jugements hâtifs et infondés sur ce qu'on aura vu, sur ceux que l'on aura rencontrés*⁵³ (ÉQUIPE MIT, 2005, p. 87).

Sólo el turista que se crea un gran viajero trataría de pasar sus límites corriendo el riesgo de que el resultado imaginado no sea el esperado; ir a lugares exóticos desestabiliza frecuentemente a las personas y las consecuencias nunca se dominan y controlan del todo (CERIANI, DUHAMEL, KNAFOU y SOCK, 2005). Frente a esa situación el turista podrá apoyarse en un “*passeur d'altérité*”⁵⁴ (ÉQUIPE MIT, 2008, p. 147), es decir, una persona que participa activamente en la expansión del espacio turístico, sirviendo como medio, mediador o pasarela entre el turista o el Uno-mismo y el Otro: agencias, turoperadores, guías, entre otros. En cuanto a la mediación de un *passeur d'altérité*, este podría estar representado en el terreno por los mismos líderes políticos, los jefes tradicionales de las comunidades, los profesores, los cazadores, los motoristas, punteros, guías, posiblemente, también las mujeres lideresas, entre otros. Su función sería la de favorecer la creación de espacios de acercamiento y de relacionamiento con el Otro. No obstante, a diferencia de lo que sucede en el turismo, ellos no podrían garantizar la aceptación ni el diálogo, lo que implicará posiblemente momentos de soledad en el terreno, que deben ser entendidos y asumidos por el investigador como parte de los procesos de re-conocimiento; o incluso deba asumir su no aceptación. Frente a esa situación un investigador debe hacer lo que haría un turista, convocar su experiencia previa o capital turístico, es decir, la capacidad desarrollada y acumulada –capitalizada- durante sus experiencias y su preparación previa como turista:

- Capacidad de identificar los lugares de interés para manejar eficientemente el tiempo y los recursos con los que cuenta.

⁵³ “Demasiada Otredad puede matar la Otredad. No todos tenemos la misma tolerancia y no siempre somos conscientes de nuestras necesidades exactas, nuestras posibilidades y nuestros límites. Cruzar los límites es optar por posiciones extremas que pueden conducir a un comportamiento que está fuera de sintonía con las sociedades y los lugares que se visitan, incluso siendo considerado un comportamiento agresivo hacia ellas. Significa igualmente desear no volver a esos lugares, hacer juicios apresurados e infundados sobre lo que se ha visto o sobre las personas que se ha conocido” (Traducción propia).

⁵⁴ Pasador, mediador, traficante o contrabandista de la Otredad (Traducción propia).

- Saberes geográficos o capacidad para estar y desplazarse en espacios del no-cotidiano como aeropuertos; utilizar diferentes sistemas de transporte marítimos, fluviales y terrestres que unen los diferentes lugares de interés.
- Manejo de lenguas diferentes a la nativa.
- Conocimiento de la historia y las particularidades socioculturales, económicas, políticas, físicas y ambientales de los sitios visitados, aprehendidas a partir de lecturas previas y encuentro con actores e informantes clave.
- Capacidad para poder identificar los momentos y espacios para relacionarse con el Otro, posibilitando, para cierto tipo de turistas, las oportunidades de salir del espacio turístico de los lugares visitados y, asumiendo y manejando los riesgos de lo que eso implica, adentrarse en la cotidianidad de los otros espacios de vida del Otro.
- Abrir los sentidos, aprovechar la apariencia física, el género, la edad, el origen; demostrando su capacidad para formar campos empáticos.
- Si es posible, mantener un buen estado físico para resistir, si es necesario, el no dormir suficiente o no alimentarse bien.

En el poco tiempo con el que se cuenta, un investigador debe lograr su inmersión profunda en el fenómeno: sin juicios innecesarios, aprovechando cada oportunidad de participación, procurando no caer en el apasionamiento y la militancia, salvo si son asumidas desde la observación participante durante el tiempo que dure la investigación o, fuera de esta, como un acto consciente. Lo contrario puede ser entendido como una carencia de preparación al no aprender de las experiencias previas, llevando al investigador, que se enfrenta a espacios complejos, a crear los velos de la marginalización, la pobreza, la injusticia espacial –o cualquier otro enfoque adecuado para otro caso o tipo de estudio–, que no le permitan ver con claridad a esa escala de observación. Es necesario señalar que posiblemente existan prácticas o ideas que no tienen correlato en el sistema cultural al cual pertenece el investigador. Según Ponce (2006), frente a esta situación se debe tratar de lograr dos metas simultáneamente: primero, encontrar un vehículo no etnocéntrico de traducción que sirva para dar cuenta lo más genuinamente posible de esas prácticas o ideas, siendo capaz de reconocerlas para el sistema de clasificación del investigador; segundo, interpretándolas/describiéndolas para hacerlas inteligibles ante quienes no pertenecen a ella.

La intención de esta metodología consiste en favorecer el encuentro/acercamiento, reconociendo y diferenciando, por vías de la presencia y la acción (observación participante) y la escucha de la palabra del Otro, lo que el Otro realmente es.

Es así como, frente a lo señalado por Ponce (2006), el investigador debe tener la capacidad de recuperar información y de registrarla como un turista, -cuando no es posible hacerlo con una encuesta, una entrevista, una cámara fotográfica, de video o una grabadora audio-, debe acudir a su única herramienta, su mismo cuerpo y su memoria. En esta etapa, las conversaciones fortuitas y la exteriorización de pensamientos y reflexiones, los gestos, las impresiones, los escenarios, toman gran importancia. El investigador debe tener la capacidad de recordar todas las experiencias vividas *in situ* así como los escenarios y el ambiente que las acompañan, para luego, cuando abandone el terreno, recrearlas a partir de una narración detallada –objetivo primordial del método-, y desarrollar su capacidad de análisis, relación y síntesis (sistematización de resultados). Los eventos se presentan en forma de relatos, algunos enriquecidos con extractos de entrevistas o comentarios, libres o resultados de una reflexión, de actores políticos y otros actores relacionados con el fenómeno experimentado, así como otros interlocutores que participan directa o indirectamente en él y que ayudan a comprenderlo. La manera como los relatos se incorporan en el texto no corresponde obligatoriamente a una secuencia cronológica exacta sino a la intención de exponerlos de una manera objetiva. La información dada por los actores es, en la mayoría de los casos, esporádica, pero detrás de cada evento relatado o cada entrevista transcrita, hay horas o largas jornadas de trabajo de campo del investigador -estar presente, recorrer, sentipensar los lugares-. Durante ese tiempo, el investigador busca afinar su capacidad de relacionarse y comprender al Otro, a su territorialidad y a los procesos territoriales, pero también, de autoreconocerse en la diversidad epistémica y en las maneras de construirla, lo que le permite abordar de manera efectiva los fenómenos sociales y socioespaciales, que se elaboraron, frecuentemente, de manera inconsciente, con individuos que exponen o exteriorizan libremente sus pensamientos y razonamientos, y así actúan.

Tratando de recuperar, registrar o presentar el ambiente integral del momento, se toma en cuenta en las narraciones, los detalles de pequeños incidentes. Se describe así, de la manera más estricta posible, el efecto producido, vivido o experimentado en el terreno. El resultado es un relato como el presentado al inicio de este trabajo, el cual permite a continuación

profundizar en detalles, realizar su análisis y proponer una explicación. Esto es lo que se intentará hacer en el siguiente apartado.

3. Claves para entender el relato: encuentro con el Otro

A continuación se analizan tres aspectos claves en la vida de los Sápara, que permiten entender el relato.

3.1 La minga

En las comunidades Sápara, cualquier actividad que requiere, fundamentalmente, un importante esfuerzo físico para realizarse, se organiza de acuerdo con el uso de la minga. La minga es un sistema comunitario en el que, desde el principio de reciprocidad (Lévi-Strauss, 1967; Malinowski, 1922), tanto hombres como mujeres realizan un trabajo voluntario que beneficia a una persona, a una familia, a una comunidad o a todo un pueblo. Esto puede ser, por ejemplo, la preparación de terrenos a través de la entresaca y quema para siembras o para la construcción de una pista de aterrizaje, la construcción de un puente, la construcción de una casa comunal o familiar, jalar un gran bote hacia un río, entre otras. En el proceso territorial Sápara, la reciprocidad es la base de las relaciones sociales. Esta reciprocidad nace de los lazos endogámicos que los habitantes de una comunidad y los miembros de un pueblo indígena mantienen y que se traducen como obligaciones hacia los padres, vecinos y aliados. Esta situación también permite a los habitantes mantener un fuerte sentido de identidad manifestado, entre otros aspectos, en la forma en que la tierra se ocupa y se accede a plantas y animales.

La convocatoria o invitación para la minga se hace con previo aviso y es generalmente tarea del presidente o líder de la comunidad o del mismo beneficiario. En general, las personas se encuentran temprano en el sitio de reunión, que puede ser la escuela, la casa del beneficiario o directamente el lugar donde se desarrollará el trabajo, donde, en el caso de que sea para una persona o familia, el beneficiario los acogerá dándoles a tomar chicha. En vista de que en una minga participa un número importante de personas, el o los beneficiarios deben planearla y prepararla con anticipación puesto que es necesario dar de comer y beber a todos a lo largo del día y a veces también durante la noche, momentos en los cuales la minga deja

de ser un trabajo comunitario para convertirse en la oportunidad de estar juntos y de esa manera, estrechar o crear vínculos.

La minga es una tradición que se recrea en la selva amazónica pero también está presente en el cotidiano de pueblos indígenas de otras latitudes, así como en diferentes áreas rurales encontrándose inserta en prácticas culturales y actividades productivas campesinas: por ejemplo, para el entejado de una casa o la cosecha de un cultivo como la papa cuando no es posible pagar jornaleros; e incluso en las ciudades, cuando una persona pide la colaboración a sus amigos durante un trasteo. En los casos anteriores, funcionando, de manera consciente o no, bajo los mismos principios sobre los cuales la minga se desarrolla en la selva del Alto Amazonas.

3.2 La chicha: elaboración, consumo y utilización

El primer gesto de bienvenida al mundo Sápara es ofrecer una tutuma de chicha; para un visitante, sea investigador o no, su ofrecimiento significa el acceso a la comunidad (Imagen 7). En las comunidades, la chicha es la base de la alimentación y se toma a cualquier momento, desde la mañana hasta la noche y durante la madrugada, tanto por niños como por adultos, hombres y mujeres. A diferentes niveles de fermentación, la chicha puede tener un uso lúdico o incluso ritual, posiblemente también medicinal. Al acompañar todos los momentos de intercambio entre familiares o amigos, entre habitantes de comunidades y visitantes, así como las discusiones políticas, la chicha es la base de las relaciones sociales.

De acuerdo con su papel primordial a nivel gastronómico y social, su elaboración y distribución es una de las actividades más importantes realizadas por la mujer Sápara, la cual está presente y activa en todo tipo de intercambios que tienen lugar tanto en el hogar como en la comunidad. En cuanto a su elaboración, esta se hace a partir de la cocción, la masticación, el escupido -solo la saliva de las mujeres tiene las propiedades que permiten una correcta fermentación (Imagen 8)- y la fermentación de la yuca (*Manhot esculenta Crantz*). Su ofrecimiento se realiza siempre dando el primer trago a las personas que ocupan la parte superior de su jerarquía nuclear, familiar, comunitaria u otra, sin importar dónde se encuentren ni quien los rodee durante un momento de intercambio; es posible que esta situación varíe solamente durante el desarrollo de eventos políticos, fiestas religiosas (evangélicas o católicas) y tradicionales.

Imagen 7: Turista francés bebe chicha de la mano de una de las mujeres de la comunidad, la cual hace contacto visual. Gráfico vectorial realizado a partir de una fotografía tomada en la comunidad de Wiririma, en octubre de 2010.



Fuente: Mejía, 2014.

Durante una visita de turistas a una comunidad, la situación anteriormente descrita puede variar de diferentes maneras, yendo desde el no ofrecer chicha a ofrecerla después de un tiempo cuando la presencia de los turistas es aceptada. Cuando el turista paga por el derecho de tomar la chicha, se establece una relación comercial, que no consistirá en ofrecerla sino en distribuir un producto adquirido y, donde, sin tener en cuenta las maneras locales de mesa, turistas y locales pueden tomarla juntos (ver Imagen 7). Es así como el sistema tradicional jerárquico sobre el cual se basaba su ofrecimiento se torna confuso, permanece oculto, pierde su valor o desaparece entre las miradas y las expresiones de los turistas. No obstante, detrás de cada pote de chicha, hay todo un saber que garantiza una conexión con el pasado.

Imagen 8: Madre e hija mastican y escupen la yuca cocida durante la preparación de chicha. Gráfico vectorial realizado a partir de una fotografía tomada en la comunidad de Ripano, en septiembre de 2010



Fuente: Mejía, 2014.

3.3 La chagra

La chagra es el lugar donde se practica la agricultura itinerante. Consiste en un área de aproximadamente 0.25 hectáreas (50m x 50m) que se gestiona entre la época de uso (alrededor de ocho años) y la de descanso o barbecho (puede llegar a 40 años o mucho más), y permite, en vista de las condiciones edafoclimáticas que limitan la actividad agrícola en gran parte de la Amazonia, que el impacto en el medio ambiente no sea negativo sino beneficioso. Las chagras se ubican en áreas específicas de la comunidad con suelos que permitan la práctica de la agricultura, río arriba o río abajo, cerca de las casas para que la familia pueda acceder a los productos en cualquier momento del día, o hacia la profundidad del bosque, sin exceder una distancia adecuada para facilitar su mantenimiento y aprovechamiento, en un radio imaginario de aproximadamente 3 km, e incluso más lejos, siendo solamente accesibles en canoa. Las distancias amplias (más de 3 km) se explican de cierta manera a partir de la relación que se establece entre estos lugares y las actividades que ahí se desarrollan, entre esas actividades y aquellas que se desarrollan en otros lugares, y en consecuencia en las relaciones que se establecen entre los diferentes lugares. Por ejemplo, si bien las chagras son lugares destinados a la producción de alimentos, también son lugares muy dinámicos donde se acoge y de cierta manera se protege animales (o amos de animales), formando parte así del espacio de cacería (Mejía, 2017). En cuanto a la producción agrícola, en las chagras se

siembra yuca pero también batatas, manís, frijoles y verduras y plantas medicinales, así como plataneros y algunos frutales como papaya, limón, piña, caña de azúcar, entre otros; también se encuentra parte de la leña para alimentar el fuego en el hogar. Esta gran diversidad de especies proporcionada a la familia seguridad y soberanía alimentaria y permite igualmente realizar un control biológico al reducir el riesgo de ataque de insectos o enfermedades (si es que estos se presentan).

Por otra parte, la chagra es un espacio apropiado por las mujeres donde no se tolera la presencia de los hombres, salvo en la preparación del terreno para la siembra y, cuando es necesario, para la extracción de las raíces de barbasco para la pesca, planta que se encuentra únicamente sembrada en los extremos de la chacra⁵⁵. En el pensamiento Sápara, solo las mujeres tienen el poder de cantar a los espíritus del lugar y pedir permiso para cultivar y cosechar alimentos. También es el lugar donde se transmiten y actualizan los saberes entre mujeres de diferentes generaciones y emparentadas⁵⁶.

3.4 Aislamiento de las comunidades Sápara

Las comunidades Sápara se encuentran fundadas, en la mayoría de los casos, a orillas de los ríos limítrofes, en lugares que habían sido habitados en otro tiempo por los ancestros y en sitios cercanos a donde se sabe que hay pozos petroleros. Son sitios donde se accede a una cantidad adecuada de alimentos y/o a suelos para producirlos, así como a ciertos minerales y al agua tanto para las necesidades básicas como para favorecer la movilidad. La distancia física que separa una comunidad de otra no es una constante, sino que esta determinada por el intento de controlar el acceso de extraños al territorio, así como por la intención de disminuir la presión sobre el medio en relación a la recuperación y producción de alimentos, pero también, responde a la intención de acercarse o alejarse fundada en el parentesco, la

⁵⁵ El barbasco (*Paullinia Pinnata*; sapidáceas) es un tipo de bejuco presente en la Alta Amazonia, el cual es utilizado por las comunidades indígenas, entre otras cosas, para la pesca en pequeñas lagunas, arroyos y ríos no caudalosos. La técnica consiste en lavar las raíces del bejuco en el agua, lo que provoca, gracias a sus componentes tóxicos, el adormecimiento de los peces, los cuales salen a la superficie en un estado en el cual es muy fácil recuperarlos con las manos.

⁵⁶ Para Andrade (2001), la chagra fue una práctica introducida hace más de 50 años y es parte de la herencia de la cultura Quichua. El autor revisó textos históricos y recogió el testimonio de los ancianos, encontrando que los Sápara solo se dedicaban a la recolección de frutos, a la caza y a la pesca; no tenían chagras sino jardines en las cercanías de la casa. En esa lógica, es posible que la práctica de las quemadas también haya sido introducida.

etnicidad, lo político y lo religioso⁵⁷. En todos los casos, recorrer la distancia entre dos comunidades en canoa o caminando, que son las formas privilegiadas de movilidad en el territorio Sápara, significa un consumo importante de energía y de tiempo, ya que puede tomar desde algunas horas hasta días enteros.

La intención de controlar el acceso a los extraños tiene que ver con las petroleras. Antes de la llegada de estas a la Alta Amazonia, los Sápara desarrollaban desplazamientos continuos a lo largo de su territorio que podían durar períodos de hasta dos años, por lo que sus asentamientos tradicionales eran muchas veces temporales o de paso y, por lo tanto, difíciles de localizar. La llegada de las petroleras los llevó a permanecer más tiempo en esos sitios y a fundar otros cercanos a los pozos identificados, pasando así de una forma de vida más o menos nómada a una más sedentaria. Luego, con la llegada de las escuelas, se reafirmó su sedentarismo. Para entender las comunidades Sápara y poder delimitarlas como unidades espaciales dentro de la aparente homogeneidad pero real complejidad de la Amazonia, es importante espacializar sus prácticas⁵⁸. Las prácticas Sápara están asociadas a varias áreas y objetos: casas, jardines, escuelas, pistas de aterrizaje, puestos de radiotelecomunicaciones, chagras, ríos, lagunas, circuitos de cacería y recolección, y tambos⁵⁹. Los trayectos que

⁵⁷ El conjunto de comunidades y las relaciones de interdependencia que se establecen entre ellas, permite entender la manera cómo los Sápara se apropian del espacio y producen su territorio, el cual como espacio apropiado será, según lo propuesto por Brunet (1991), una propiedad colectiva pero también un espacio apropiado para una forma de vida particular.

⁵⁸ Espacializar está relacionado con habitar el espacio. En este sentido, lejos de significar el simple hecho de residir, habitar significa la forma en que una sociedad se desarrolla, se realiza a sí misma y se despliega en prácticas (STOCK, 2004). Una práctica – creada, introducida o ancestral - entendida como el hecho de implementar reglas o principios de una técnica, actividad o conocimiento adquirido a través de la experiencia profunda. Es así que el término ‘práctica’ puede referirse a una forma de vida, en el sentido en el que puede ser habitual y cotidiana: la práctica es lo que los hombres hacen y cómo lo hacen; una acción humana que se inserta, según Ruby (2003), en un entorno formado por otras prácticas y de esa manera lo transforma en un espacio habitado. Según su ubicación en relación al lugar donde se implementa, para Lazzarotti (2006) se trataría de una acción geográfica orientada. Es así como espacializar una práctica, lejos de significar solamente su descripción en el sentido de su repartición geográfica o como el simple resultado del movimiento de quien la lleva a cabo, significa la manera en que esta se despliega en el espacio: la espacialidad de una práctica no se reduce a su sola localización ni a su relación con otras realidades sociales, más que eso, es la manera como los objetos (físicos y humanos) que la conforman o la permiten –autorizan- se asocian y ajustan, evidenciando una disposición particular adecuada a los actos del individuo o individuos concernidos.

⁵⁹ Tambo, es una palabra Quichua que se puede traducir como albergue o pabellón de cacería que, en Alta Amazonia, posee la mayoría de las familias de las comunidades indígenas. Para los Sápara, el tambo es un lugar de carácter familiar y a veces de reciprocidad donde se alojan familiares y/o amigos durante una purina, la cual consiste en una práctica de desplazamiento relacionada, en principio, con la satisfacción de las necesidades nutricionales, la transmisión de saberes y la guerra. Con la entrada de la industria petrolera y consecuentemente de las escuelas en la Alta Amazonia, la purina tomó una connotación asociada a la interrupción del cotidiano – segundas residencias- puesto que, desde ese momento, solo se práctica en tiempo de vacaciones escolares (MEJÍA, 2014). En todo caso, el tambo debe ser entendido desde la práctica a la cual se encuentra asociado y a

recorren cotidianamente los Sápara interrelacionando, a partir de prácticas, los anteriores lugares y objetos, permiten entender sus espacios de vida. Al relacionar los espacios de vida se logra establecer la superficie territorializada por una comunidad en su proceso socioespacial. Así, podemos considerar que una comunidad ocupa una extensión circular (o más o menos semicircular si se establece en las orillas de un río fronterizo), con un radio aproximado de 7 kilómetros, los cuales se organizan en círculos concéntricos (Imagen 9). Dentro del área del primer círculo concéntrico que marca una frontera imaginaria a 1,5 km de radio, se encuentra el lugar de residencia o centro de la comunidad, el cual está determinado por la presencia de estructuras privadas: casas y jardines; y estructuras y lugares comunes: pista de aterrizaje, escuela, casa comunal, pero también lagunas y ríos (Numerales 1 al 7 en la Imagen 9). Las estructuras y los lugares comunes representan el espacio de encuentro entre las familias y entre los miembros de estas familias con los otros habitantes o con personas ajenas a la comunidad (Imágenes 10 y 11).

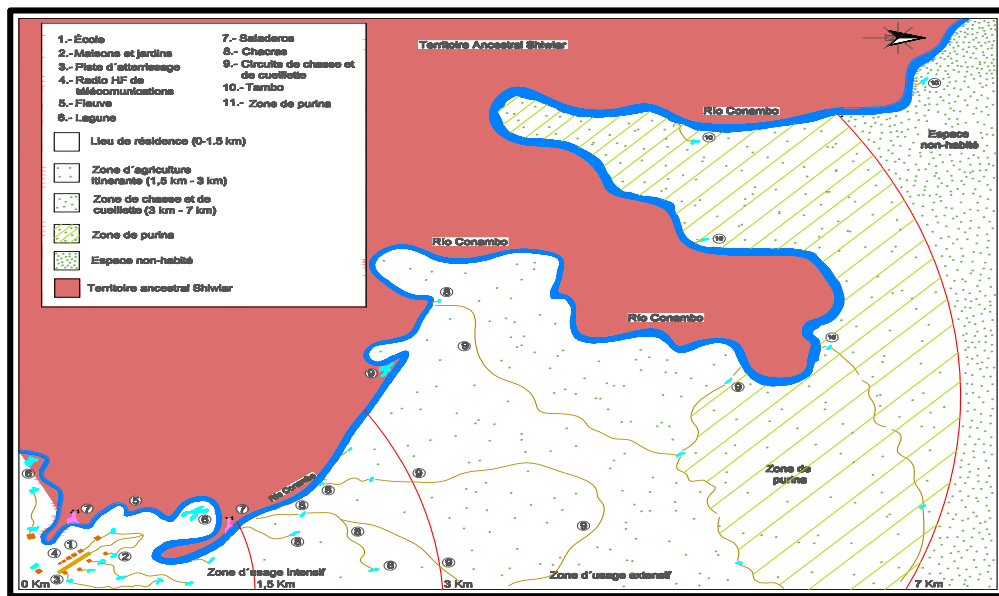
Los lugares ubicados fuera del primer anillo concéntrico imaginario representan la continuación funcional del lugar de residencia, la cual está dividida en dos niveles. El primero es un área donde los habitantes practican, principalmente, la agricultura itinerante y se extiende desde el primer anillo concéntrico imaginario de 1,5 kilómetros hasta el límite imaginario de los 3 km de radio, donde se encuentra otro anillo concéntrico imaginario (Numeral 8 en la Imagen 9). El segundo nivel es la extensión del primer nivel hacia la profundidad de la selva amazónica y es donde se encuentran los sitios de cacería y recolección. En esta dinámica, el despliegue máximo de la comunidad donde se definen sus límites –anillo concéntrico imaginario a siete kilómetros de radio –, no es solamente la suma de los circuitos colectivos o individuales de cacería y recolección (Numeral 9 en la Imagen 9), sino el resultado de la sinergia que produce la interacción entre lugares, objetos, individuos (o personas: humanos y no-humanos) y prácticas: el espacio habitado.

Los lugares de purina y tambos pueden ubicarse también fuera del radio de siete kilómetros, pero permanecerán en la mayoría de los casos ubicados en las orillas de los mismos ríos donde

los individuos que la llevan a cabo, a la comunidad donde residen esos individuos y a las otras prácticas que ellos realizan. En ese sentido, el tambo es un lugar dinámico, creado generalmente en un entorno considerado frágil y muy biodiverso donde solo se puede permanecer unas pocas semanas, en casas pequeñas o simples chozas, jardines y chagras. Es una extensión más o menos funcional del hogar que da acceso a zonas más distantes no frecuentadas o no habitadas por humanos.

están localizadas las comunidades y no en medio del bosque. Es así como la superficie comprendida entre el centro y el segundo anillo concéntrico imaginario (3 km) es de uso cada vez más intensivo y, la comprendida entre el segundo anillo y límite de la comunidad (anillo concéntrico imaginario a 7 km de radio), es de uso más o menos extensivo. Es posible que se encuentren casas fuera del anillo concéntrico imaginario de 3 km de radio; el modelo no es excluyente ni pretende representar todas las opciones posibles, no obstante, esta abstracción permite un acercamiento a la comprensión de la complejidad de las diversas maneras de habitar el espacio en la Alta Amazonia.

Imagen 9: Vista aérea de una comunidad Sápara - Representación



Fuente: Mejía (2014).

Imagen 10. Lugares privados y comunes. Gráfico vectorial realizado a partir de fotografías tomadas en las comunidades de Masaramu y de Nuevo Amazonas, en septiembre de 2010



Fuente: Mejía (2014).

Imagen 11. Miradas y usos de una pista de aterrizaje. Fotografías tomadas desde el aire y en la pista de la comunidad de Masaramu, septiembre de 2010



Fuente: Mejía (2014).

4. Síntesis

Intentar explicar la tradición de la minga a partir del relato resultado de la aplicación de la propuesta metodológica implica tres cosas. En primer lugar, entender qué es una tradición; luego, el significado y uso de la chicha en el contexto de la tradición de la minga la cual se desarrolla en la comunidad de Jandiayaku; finalmente, entender las limitaciones que las características demográficas y el aislamiento de la comunidad de Jandiayaku en relación a la distancia que la separa de otras comunidades Sápara, representan para una joven mujer, cuando llega el momento de establecer una familia, pero también, identificar cual es la solución desarrollada para lograrlo, sin poder asegurar que se hace de manera consciente o inconsciente.

4.1 ¿Qué es la tradición?

Siguiendo el relato y lo propuesto por Lenclut (1987), la tradición puede ser concebida de dos maneras. La primera consiste en pensar la minga como un objeto cultural. Para ello, la minga debe transmitirse durante su recreación de manera oral de una generación a otra, repitiendo

el modelo de origen, conservándose así relativamente estable. Esta idea plantea dos dificultades; por un lado, consiste en la imposibilidad de rastrear la época (y eventualmente la localización) en la cual se piensa fue originalmente elaborado el objeto cultural; y por otro, la imposibilidad de saber si lo que se repite es realmente el modelo de origen. La segunda manera de concebir la tradición, según Lenclut (1987), consiste en revisar el significado del término 'tradición' que, desde su origen latino: *'traditio'*, significa el acto de transmitir. Lo anterior implica pensar no en el objeto cultural que es transmitido sino en el acto de transmitirlo a través de la historia de un pueblo.

En cuanto a los intereses de este trabajo, la tradición es entendida como un todo. Es el acto de transmitir, más que un objeto, un contenido cultural o un mensaje, de manera oral, posiblemente en la mayoría de los casos, de manera sutil e imperceptible, entre generaciones, con el objetivo de garantizar la cohesión social y la pervivencia física y cultural de grupo, en este caso, como pueblo indígena en las condiciones de vida de la Alta Amazonia⁶⁰. Con lo anterior se propone que, si bien el contenido cultural o mensaje es estable (sin desconocer las dificultades que se tiene para afirmarlo), el acto de transmitirlo y todo lo que eso implica es dinámico, porque se adapta a las realidades cambiantes en las que se desenvuelve cada generación y muy posiblemente, deberá adaptarse a las realidades cambiantes dentro de una misma generación. Es decir, lo evidente a nuestros ojos es la puesta en marcha de las interrelaciones que se desarrollan entre objetos, lugares y actores, y que permiten la transmisión del mensaje tomando formas diversas, muchas temporales, pero particulares, como danzas, cantos, elaboración y uso de instrumentos, saberes artesanales, usos de plantas, rituales, entre otros⁶¹. En esta manera de pensar, el hecho de que una danza

⁶⁰ La tradición puede ser entendida adicionalmente como un sistema complejo de gestión de espacios altamente biodiversos y frágiles como la selva amazónica, el cual garantiza la continuación física y cultural en el tiempo del pueblo indígena que lo habita. Ver Mejía (2017).

⁶¹ La manera como la tradición es propuesta en este trabajo ha sido desarrollada por el autor al rededor del término recreación en dos contextos diferentes: el del turismo y el del patrimonio. En cuanto al turismo, consiste en su intento por interpretar el término francés *'recreation'*. Este fue introducido en el lenguaje turístico por el Équipe MIT (2008, pp. 103-107 y 198), para destacar la capacidad del turismo en reconstituir el cuerpo y el espíritu (a diferencia del término *'récreation'*, el cual solo hace referencia a su dimensión lúdica y festiva). En cuanto al patrimonio, y más precisamente, al patrimonio cultural inmaterial, con el término recreación se intenta hacer referencia a un sistema donde actores, lugares y prácticas/procesos se interrelacionan de manera continua en el tiempo, lo que garantiza que se transmita el mensaje o contenido cultural entre generaciones. El término recreación permite remarcar la naturaleza viviente del patrimonio cultural inmaterial, representado en este caso por la tradición de la minga, puesto que está evolucionando, adaptándose, creándose o cambiando en continuidad, para adaptarse a las condiciones de vida de sus portadores (MEJÍA, 2016; 2017).

de la selva sea reemplazada por una danza moderna inducida por un mecanismo moderno que permite reproducir música no autóctona, tal como sucede en el relato, no es en sí una pérdida de la tradición, sino más bien representa la manera como en unas condiciones diferentes a las “originales” se está posibilitando la transmisión del mensaje para lograr cumplir su función⁶². Para complementar lo planteado anteriormente, se revisa a continuación el uso y significado de la chicha en este contexto.

4.2 Tomar chicha para acceder a espacio-tiempos sagrados y lúdicos

En el relato la chicha está siempre presente, tanto en la casa comunal durante la mañana, como en el lugar de trabajo al medio día y nuevamente en la casa comunal, durante la tarde, noche y la madrugada. Durante la mañana, se ingiere permanentemente grandes cantidades de chicha a tres grados diferentes de alcohol, lo que induce en los hombres la borrachera y sobre todo, al final de la mañana, el vómito. Al parecer el vómito indica el momento apropiado para desplazarse al lugar de trabajo que estará destinado como chagra para la joven mujer anfitriona de la minga. Para entender la importancia y significado del vomito en la tradición de la minga, es necesario reconocer que no se trata de una práctica aislada. En efecto, en Alta Amazonia el provocar el vómito es para algunos pueblos una práctica cotidiana y para otros, tiene usos rituales. Lo anterior se puede entender a partir del uso de dos plantas: *Banisteriopsis caapi* e *Ilex Guayusa*.

Banisteriopsis caapi es una liana de la familia *Malpighiaceae*, la cual se utiliza para preparar, a partir de su decocción prolongada junto con las hojas del arbusto de la chacruna (*Psychotria viridis*), una bebida que produce efectos sicotrópicos conocida por los diferentes pueblos indígenas del Alto Amazonas como Yagé, Ayahuasca o Natem. Durante un ritual, en el contexto de las comunidades, el Yagé es tomado por chamanes y aprendices para entrar en contacto con los espíritus de la selva y los ancestros, aprender a cantar y a sanar; lo anterior implica acceder a lugares y a saberes a los cuales no podrían acceder, en principio, sin la bebida. Es tomada igualmente por los enfermos (o afectados por algún mal físico o espiritual) que desean ser sanados y por aquellas personas que desean tener una visión antes de tomar una decisión trascendental en su vida (por ejemplo, antes de celebrar un matrimonio o de

⁶² La imposibilidad de transmitir el mensaje implica para la comunicación entre generaciones su ruptura o posiblemente el origen de un nuevo contenido cultural.

elegir un sitio de residencia); hoy en día es también muy tomada por turistas. En las comunidades Sápara, las personas en su mayoría nunca la han tomado o si lo hicieron, sería en pocas ocasiones en su vida y como resultado no tienen mucho conocimiento (MEJÍA, 2014). La bebida toma media hora en promedio para manifestarse, la mayoría de las veces, causando náuseas que aumentan a medida que progresa el canto de los chamanes, y que provocan el vómito, el cual puede presentarse varias veces durante el desarrollo del ritual a lo largo de la noche. Luego, en general, la ayahuasca se manifiesta visualmente con imágenes complejas, con la sensación de una potenciación de los sentidos, con visiones o episodios de sueños, sensaciones de ansiedad, angustia profunda, pérdida de control del cuerpo o de la vida, soledad excesiva (MEJÍA, 2014).

Por su parte, *Ilex Guayusa* es un árbol de la familia *Aquifoliaceae* del cual se toman sus hojas para preparar el té de wuayusa. Ratsch (2005) señala que, además de sus atributos medicinales y el hecho de producir sueños relacionados con la cacería, la bebida despierta a los hombres y les da fuerza, no necesitando comer nada en todo el día; un efecto importante para un cazador. Según el autor, todas las mañanas, durante un período de aproximadamente una hora, los hombres beben alrededor de dos litros. Luego se meten el dedo por la garganta o se hacen cosquillas en la garganta con una pluma para vomitar, puesto que de esa manera expulsan los alimentos no digeridos del día anterior que agobian el estómago y también ayudan a prevenir una sobredosis. No obstante, es su uso ritual diario entre los jíbaros (Shuar, Achuar) relacionado con la purificación, lo que más llama la atención:

The properties of this morning infusion are not merely social in nature: it is primarily an emetic. Small amounts of wayus have no particular effects. But here it is poured down without interruption, just like the manioc beer, until the large, black pot has been drunk to the bottom; then a persistent nausea will begin if one does not expel the great quantities of liquid from the stomach as quickly as possible [they are devoted] to the daily habit of vomiting. Without this energetic purging, which gives back to the organism the innocence of an empty stomach, the men would be unable to begin the day. The Achuar see the cleansing spewing of the physiological remnants as a good way to cast off the past and to experience their return to the world each morning with an entirely new bodily feeling⁶³ (DESCOLA, 1996, p. 61).

⁶³ Las propiedades de esta infusión matutina no son meramente de naturaleza social: son principalmente eméticas. Pequeñas cantidades de wayusa no tienen efectos particulares. Pero aquí se vierte sin interrupción, al igual que la chicha, hasta que el recipiente grande y negro se ha bebido hasta el fondo. Entonces comenzará una náusea persistente si uno no expulsa las grandes cantidades de líquido del estómago lo más rápido posible... [Son devotos] al hábito cotidiano del vómito. Sin esta purga energética que devuelve al organismo la inocencia de un estómago vacío, los hombres no podrían comenzar el día. Los Achuar ven la limpieza de los restos

Tanto el yagé como el té wuayusa producen una purga que no solamente libera a los individuos del exceso de alimentos consumidos, sino que también los libera de las preocupaciones del día anterior o preocupaciones pasadas (enfermedades), puesto que, desde sus creencias, el estómago no es solamente un receptor de alimentos sino que también recibe las angustias, las tristezas así como las alegrías u otras sensaciones.

Sin pretender ser exhaustivo y evitando caer en generalizaciones, lo que se propone aquí es que el vómito provocado por la ingestión de las dos bebidas anteriormente descritas dispone -pone en un estado adecuado- al individuo para acceder a lugares o saberes sagrados (reconociendo que lo sagrado es una expresión occidental pero permite a nivel ilustrativo tratar de dar una explicación). Es así como en el relato, el consumo continuo de grandes cantidades de chicha con tres diferentes grados de fermentación, más allá de calmar el hambre y la sed, dar fuerza y permitir el diálogo, significa la búsqueda concreta del vomito en los hombres, en un momento específico durante el desarrollo de la minga, lo que les permitiría, al lograr la virginidad necesaria del vientre (una cierta pureza), ser autorizados para acceder a un lugar donde en principio no son bienvenidos: la chagra.

Una vez en el lugar de trabajo, la chicha cumple la función de calmar la sed y mantener la fuerza, por lo tanto, la chicha no está fermentada. De vuelta a la casa comunal se reinicia la toma de chicha fermentada donde su uso y significado adquieren una connotación más lúdica, provocando que se genere un ambiente de acercamiento e intercambio en el cual, sobre todo, las mujeres solteras pueden ser seducidas.

4.3 La minga o la supervivencia física y cultural del grupo

Si se toma en cuenta las características demográficas de Jandiyaku -50 habitantes distribuidos en ocho familias nucleares, la mayoría siendo parientes consanguíneos- y su situación en relación a otras comunidades -horas o días de navegación entre una y otra-, las oportunidades de encontrar un cazador que pueda ser estimado como futuro esposo para la anfitriona (o para sus hermanas) de la minga son realmente limitadas. De esta manera, lejos de realizar un trabajo físico, la recreación de la tradición de la minga en Jandiayaku en el contexto narrado

fisiológicos como una buena manera de deshacerse del pasado y experimentar su regreso al mundo cada mañana con una sensación corporal completamente nueva (Traducción propia).

en el relato inicial consiste en un mecanismo creado y puesto en marcha por y para los Sápara, con el fin de sobrepasar las limitantes demográficas y geográficas de sus comunidades, favoreciendo que se den alianzas y garantizar su supervivencia física y cultural como pueblo indígena en las condiciones de la Alta Amazonia.

Mi presencia y mi rol en el fenómeno experimentado como posible candidato, permiten demostrar el dinamismo y la adaptación de la tradición a las realidades cambiantes, no en cuanto al mensaje que es transmitido, sino al acto de transmitirlo, en el cual se establece un diálogo con la modernidad de la cual el Otro – el investigador -, es su vector. Según lo observado por Bilhaut (2007) y corroborado a partir de mi experiencia en 2010, en cuanto al matrimonio en territorio Sápara, todas las situaciones ya eran posibles en ese momento: sistemas de residencia patriarcal o matriarcal, las mujeres que forman parte del grupo matrimonial del marido podían provenir de diversos territorios y pueblos, esto, porque el hombre a diferencia de la mujer, se desplaza más; hombres no Sápara se casaron con una mujer Sápara, entre otros⁶⁴.

Posiblemente, el acercamiento del Estado a los territorios indígenas, favorecido por la llegada de las petroleras, la fundación de nuevas comunidades, la escolarización y la creación de organizaciones políticas indígenas, influenció de cierta manera para que se diera la apertura de los miembros del pueblo Sápara a matrimonios más o menos libres, ya sea entre ellos mismos, con miembros de otros pueblos indígenas, o incluso con un no-indígena. El extracto de una entrevista con un habitante de la comunidad de Conambo explica bien esta situación:

La esposa del chaman es joven [...] él antes se casó con la hija de mi cuñado, mi sobrinita, Leizy; antes era así la costumbre, cogían y entregaban, el hombre viejo ya. A la mujer la entregaron chiquita, antes era así, hace años. Ahora ya se toma la ley del gobierno y eso sería una violación. Ahora ya no son los padres (de la mujer) quienes deciden con quien se casa la hija, ahora eso ya no es permitido, pero antes era la costumbre (...) El que quiera puede casar con al joven Sápara o Kichwa, con una chica Achuar; el joven Achuar puede casar con la hija de Sápara. El esposo cuando quiere llevar se lleva a su casa a la mujer, pero si el papá no quiere que se vaya su hija, se queda ahí y hace familia con la familia de la esposa. Mi sobrina es Achuar y su esposo

⁶⁴ Según Rivière (1999), la regla universal de la convivencia de los cónyuges provoca un cambio de residencia de al menos uno de ellos durante su matrimonio, lo que explica en parte la construcción de comunidades locales. Los principales tipos de residencia son: patrilocal, en el cual la mujer se instala en la casa de los padres de su esposo o su esposo en una casa cercana a los padres de ésta; matrilocal, en el cual el marido vivirá con su esposa en la casa de los padres de ella o en un hábitat separado.

Sápara, y viven con el esposo con la familia de él, y no tienen problema. Ya no es obligado, cuando el yerno quiere vivir ahí puede hacerlo, ya no hay problema. Mi cuñado es hijo de Sápara, pero no es casado con mujer Sápara, se casó con mi prima que es Achuar. Mi tío es Achuar propio (Extracto de una conversación realizada con “el amigo”. Comunidad de Conambo, 18 de septiembre de 2010).

La organización social en las comunidades Sápara a nivel familiar se basa sobre la división sexual del trabajo. Las mujeres están involucradas en la producción de alimentos, la crianza de animales domésticos, la recolección de arcillas y la fabricación de cerámica, la cocina y el mantenimiento de los hogares. Los hombres, si han soñado bien, siguen sus circuitos de cacería. En los días en que no cazan, pescan en el río y la laguna, se quedan en la casa para fabricar cestería, herramientas y utensilios, preparan sus armas y venenos. Los niños, cuando no van a la escuela, acompañan a los adultos durante sus actividades diarias; niñas con sus madres y niños con sus padres.

Conclusiones

Se ha expuesto una propuesta metodológica pensada para conocer al Otro y desarrollada gracias a la imposibilidad de utilizar las herramientas clásicas de la investigación cualitativa, con la intención de tomar distancia de la mirada eurocéntrica. La metodología propone acudir al cuerpo y a la memoria para capturar la información en espacios complejos como la selva amazónica, adquiriendo, en relación a las limitaciones impuestas por el tiempo y el presupuesto financiero, el comportamiento de un turista. Fuera del terreno de estudio, la metodología solicita que se elabore un relato, el cual conectará al lector con la realidad del terreno y permitirá al investigador, realizar el análisis de lo observado. Sus reflexiones se presentaran como resultados.

Es así como el relato plasmado al inicio de este documento y su análisis posterior dan cuenta de las realidades cotidianas de la vida en la Amazonia ecuatoriana. Desde el caso del pueblo indígena Sápara, se muestra que el investigador comparte durante su ejercicio algunas particularidades del turista que sabe aprovechar bien gracias a un entrenamiento: son individuos que se encuentran en espacio-tiempos no cotidianos en donde encuentran al Otro pero donde también son pensados y tratados como Otros; a pesar de que posiblemente, tal como lo propone Rosaldo (1989), los mundos en los que habitan el investigador y el pueblo

indígena no se encuentren realmente tan separados como podría pensarse; afirmación discutible si se piensa, tal vez no en los líderes políticos indígenas, sino más bien en las condiciones de vida de las comunidades de tan difícil acceso en la selva las cuales, paradójicamente, no se encuentran tan desconectadas como podría pensarse. Frente a las limitantes del terreno, la riqueza de la propuesta metodológica para la captura de la información en el terreno se encuentra tal vez en la principal característica que los une y que se debe aprender a utilizar: su movilidad. Es en su situación móvil donde el investigador encuentra las mayores oportunidades de acercarse al Otro. Un corto y último fragmento de relato permite entender esta idea:

Cuando se cuenta con los medios, los desplazamientos en el Alto Amazonas se hacen principalmente en canoa a motor. Durante mi investigación, este tipo de desplazamiento, lejos de significar solamente un medio de transporte, se presentó, como la oportunidad para acercarme a mis compañeros de viaje, principalmente, al motorista y puntero, ambos habitantes de la comunidad Sápara de Masaramu. En efecto, durante el tiempo que duró el desplazamiento, se estableció una especie de "pérdida de estatuto", es decir que la distancia entre habitantes -portadores de tradiciones y saberes situados- y visitantes -o espectadores, portadores de otros saberes-, que había experimentado en la comunidad se redujo durante el viaje. Todos nos habíamos convertido temporalmente, en cierto modo, en habitantes y visitantes, en colegas que viajan, es decir, en individuos en movimiento. De ahí en adelante durante los diferentes trayectos y lugares que visitaríamos juntos, nuestra situación como individuos móviles (Stock, 2005), facilitó el acercamiento y el diálogo intercultural entre nosotros, sin importan quien era realmente el Otro.

En general, este escrito propone tres innovaciones: la primera, es que sitúa al sujeto que investiga como haciendo parte del objeto, y como objeto/sujeto puede comprender el fenómeno desde el análisis de su propia experiencia; la segunda: es que, al proponer adquirir el comportamiento de un turista, rompe con la tradición antropológica aceptada como necesariamente obligatoria, de vivir periodos extensos en el seno de la comunidad caso de estudio para poderla entender; la tercera, la cual dota la propuesta de un carácter geográfico y en continuación a la idea anterior, es que asume el trabajo de campo, no como una estancia sino como un desplazamiento; ese desplazamiento en sí mismo -condición en la cual se encuentra la sociedad actual-, es una condición para investigar. Se trata de un desplazamiento que sin embargo va más allá del espacio-tiempo y de la experiencia de vida del investigador, es una invitación a desplazarse por las teorías, los conceptos y las ciencias.

Referencias

- ANDRADE, C. *Kwatupama Sápara = Palabra Sápara: Obra maestra del patrimonio oral e inmaterial de la humanidad (UNESCO)*. Puyo: ANAZPPA, 2001.
- BECKER, M. y TRUJILLO, S. *Historia agraria y social de Cayambe*. Quito: FLACSO, 2009.
- BHABHA, H. *El lugar de la cultura* (Traducción César Aira). Buenos Aires: Manantial, 1994.
- BILHAUT, A-G. *Le réveil de l'immatériel. La production du patrimoine onirique des Indiens Sápara (Haute Amazonie)*. Thèse de doctorat en ethnologie. Université Paris X, 2007.
- BOZZANO, H. *Territorios posibles. Procesos, lugares y actores* (3ra. Edición). Buenos Aires: Lumiere, 2017.
- BRUNET, R. *Le territoire dans les turbulences*. Montpellier: Geographiques Reclus, 1991.
- CASTRO-GÓMEZ, S. y GROSFUGUEL, R. (Ed.). *El giro decolonial. Reflexiones para una realidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo de Hombre, 2007.
- CERIANI, DUHAMEL, KNAFOU y SOCK. Le tourisme et la rencontre de l'autre. Voyage au pays des idées reçues. *L'Autre: cliniques, cultures et sociétés* vol. 6, n° 1, p. 71-82, 2005.
- CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice Hall, Englewood Cliffs (Translated by Carlisle W. Baskin, 1954), 1933.
- COSTALES, P. y COSTALES, A. La familia etno-lingüística Zápara. *Ethos* 1, pp. 3-30, 1975.
- DELISLE, M-A. Le tourisme chez les Inuits de Kimmirut. Entre l'authentique et l'exotique. In: LEMASSON, J-P. y VIOLIER, P. (Dir.). *Destinations et territoires. Volume 2: Tourisme sans limites*. Canada: Téoros, Presse de l'Université de Québec, pp. 132-141, 2009.
- DESCOLA, P. *The Spears of Twilight: Life and Death in the Amazon Jungle*. Michigan: Harper Collins, 1996.
- DESCOLA, P. *Les lances du crépuscule. Avec les indiens Jivaros de haute Amazonie*. Paris: Pocket, 1996.
- DROULERS, M. *L'Amazonie: Vers un développement durable*. Paris: Armand Colin, 2004.
- DUSSEL, E. 1492 *El encubrimiento del Otro. Hacia el origen del "mito de la modernidad"*. Conferencias de Frankfurt 1992. La Paz: Academia, 1994.
- ÉQUIPE MIT. *Tourismes 1. Lieux communs*. Paris: Belin, 2008.
- ÉQUIPE MIT. *Tourismes 2. Moments de lieux*. Paris: Belin, 2005.
- ESCOBAR, A. Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur. *Revista de Antropología Iberoamericana* (11) 1, pp. 11-32, 2016.
- FERRARO, E. y SERRANO, J. *La fundación Casa Campesina Cayambe y el modelo de desarrollo*. Quito: Abya Yala/UPS, 2012.
- FONTAINE, G. *El precio del petróleo: Conflictos socio-ambientales y gobernabilidad en la región*

amazónica. Quito: FLACSO, 2003.

GARCÍA, N. La globalización: ¿productora de culturas híbridas?. En: ENCINA y MONTAÑÉS (Cord.), *Construyendo colectivamente la convivencia en la diversidad: los retos de la inmigración*. Madrid: Universidad Libre, pp. 81-9, 2006.

GARCIA, J. El determinismo ambiental en dos autores clásicos: Hipócrates y Heródoto. *Baetica. Estudios de Arte, Geografía e Historia*, 27, pp. 307-329, 2005.

GARCIA-RAMON, M. Geografía del género y los espacios de encuentro colonial: una nueva mirada a las narrativas de viaje. *Debate Feminista*, Volumen 51, pp. 50-62, 2016.

GEERTZ, G. *La interpretación de las culturas* (Traductor Bixio, A.). Barcelona: Gedisa (1973), 2003.

GUBER, R. *La etnografía, método, campo y reflexividad*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2001.

HÄGERSTRAND, T. *Innovation diffusion as a spatial process*. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

HOBBSAWM, E. and RANGER, T. *The invention of tradition*. Cambridge: University Press, 1983.

IBARRA, M. V. y ESCAMILLA-HERRERA, I. Presentación. En: *Geografías feministas de diversas latitudes. Orígenes, desarrollo y temáticas contemporáneas*. México: Unam, pp. 9-20, 2016.

ISAAC, B. *The Invention of Racism in Classical Antiquity*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

LAPLANT, M. *L'expérience touristique contemporaine. Fondements sociaux et culturels*. Montréal: Presses de l'Université du Québec, coll. "Tourisme", 1996.

LAZZAROTTI, O. *Patrimoine et tourisme. Histoire, lieux, acteurs, enjeux*. Paris: Belin, 2011.

LAZZAROTTI, O. *Habiter. La condition Géographique*. Paris: Belin, 2006.

LAZZAROTTI, O. Tourisme et géographie: le grand dérangement. In Stock, M. *Le tourisme: acter, lieux et enjeux*. Belin: Paris, p. 255-277, 2003.

LENCLUD, G. La tradition n'est plus ce qu'elle était. *Terrain*, (9), pp. 110-123, 1987.

LÉVI-STRAUSS, C. *Las estructuras elementales del parentesco*. Barcelona: Paidós, 1967.

MALINOWSKI, B. *Argonauts of the Western Pacific. An account of native enterprise and adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. Londres: Routledge, 1922.

MATTSON, K. Una introducción a la Geografía Radical. *Revista Geografía Crítica*, (3) 13, 1978.

MEJÍA, W. Espacialidad, tradición indígena y turismo sostenible: mirada sistémica de la cacería Sápara en Ecuador. *Perspectiva Geográfica*, 22(2), 2017.

MEJÍA, W. Patrimonio cultural inmaterial de la humanidad: un nuevo camino hacia el turismo. En: MEJÍA; NIETO; VARÓN. *Patrimonio cultural inmaterial: recreación y salvaguardia en la plaza de mercado*. Bogotá: Unitec, pp. 17-78, 2016.

MEJÍA, V. *Les problématiques et les enjeux de la mise en tourisme du patrimoine culturel immatériel: l'exemple du peuple indigène Sápara d'Équateur* (tesis de doctorado). Universidad de Angers, Francia, 2014.

MEJÍA, V. *Le Conservatoire Botanique comme outil de Développement Durable: Le cas de la Communauté Amérindienne d'Awala-Yalimapo*. Memoire présentée pour obtenir le diplôme de Master Management de la culture et développement des activités touristiques durables. Université de Paris Dauphine, Guyane Française, 2007.

MESÍA, R. Contexto ético de la investigación social. *Investigación Educativa* 11 (19), pp. 137-151, 2007.

MIGNOLO, W. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. En: CASTRO; GROSGOUEL (Ed.). *El giro decolonial. Reflexiones para una realidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo de Hombre, pp. 25-46, 2007.

MÜLLER, A. *Consecuencias del contacto de lenguas en el caso de las nacionalidades Sápara y Achuar*. Trabajo presentado para optar por el título de Master en Filosofía de la Universidad de Wien, 2011.

PERETZ, H. *Les méthodes en sociologie. L'observation*. Paris: La Découverte, 2004.

PONCE, A. *Hacia una antropología hispanoamericana situada*. Tesis de doctorado en filosofía. Universidad de Chile, Facultad de Ciencias Sociales, pp. 37-43, 2006.

RATSCH, C. *The Encyclopedia of Psychoactive Plants: Ethnopharmacology and its Applications*. Rochester: Park Street Press, 2005.

RESTREPO, E. *Intervenciones en Teoría Cultural*. Popayán: Universidad del Cauca, 2012.

RESTREPO, E. y ROJAS, A. *Inflexión decolonial: Fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

RIVIÈRE, C. *Introduction à l'anthropologie*. Paris: Hachette, 1999.

ROSALDO, R. *Cultura y verdad. Nueva propuesta de análisis social*, serie Los Noventa, México: CONACULTA/Grijalbo, 1989.

RUBY, C. Pratique. In: LÉVY, J.; LUSSAULT, M. (dir.). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2003.

SCHATZMAN, L. and STRAUSS, A. L. *Field Research. Strategies for a Natural Society*. Englewood Cliffs: Pearson Education, 1973.

SLUYTER, A. *Colonialism and Landscape. Postcolonial Theory and Applications*. Landham: Rowman and Littlefield Publishers, 2001.

STASZAK, J-F. Other. Otherness. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. *Volume 8. International Encyclopedia of Human Geography*. Amsterdam: ELSEVIER, pp. 43-45, 2009.

STASZAK, J-F. Qu'est-ce que l'exotisme ?. In: *Le Globe. Revue genevoise de géographie*, tome 148, L'exotisme. pp. 7-30, 2008.

STOCK, M. L'habiter comme pratique des lieux géographiques. *EspacesTemps.net* 18.12.2004, 2004.

TIOUKA F. and COLLOMB G. *Na'na Kali'na: une histoire des Kali'na en Guyane*. Cayenne: Ibis Rouge, 2000.

TURCO, A., LÉVY, J. and LUSSAULT, M. *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, pp. 58-59, 2003.

URRY, J. *O olhar do turista: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. San Pablo: SESC, 1996.

URRY, J. and LARSEN, J. *E tourist gaze 3.0* (2^a ed.). Londres: Sage, 2011.

VASSET, P. *Un livre blanc*. Paris: Fayard, 2007.

VIATORI, M. *The language of "authenticity": shifting constructions of Zápara identity, the politics of indigenous representation, and the state in Amazonian Ecuador*. Ph D. dissertation, University of California, Davis, 2005.

VIOLIER, P. *Tourisme et développement local*. Paris: Belin, 2008.

ACESSO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS IDOSAS EM SERVIÇOS GERONTOLÓGICOS NA CIDADE DE MANAUS (AM)

Cleisiane Xavier Diniz
Enfermeira Gerontóloga, Professora
Doutora
Universidade do Estado do Amazonas
cxdiniz@gmail.com

Júlio Cesar Suzuki
Geógrafo, Professor Doutor
Universidade de São Paulo
jcsuzuki@usp.br

Maria de Nazaré de Souza Ribeiro
Enfermeira Gerontóloga, Professora
Doutora
Universidade do Estado do Amazonas
mnribeiro2@gmail.com

Resumo: as pessoas idosas requerem cuidados específicos em termos de adaptação dos imóveis para garantir um melhor acesso e uma mais adequada acessibilidade, o que não é diferente quando se trata de serviços de saúde. Com base em critérios dos componentes de acessibilidade espacial, pretendemos analisar os Centros de Atenção Integral à Melhor Idade (CAIMIs) em Manaus.

Palavras-chave: pessoa idosa; acesso; acessibilidade; CAIMI; Manaus.

1. INTRODUÇÃO

Garantir acessibilidade em diferentes espaços é uma tarefa difícil, que exige a necessidade de inserir neste planejamento pessoas com as mais diferentes restrições e limitações em desempenhar atividades de vida diária, como no caso das pessoas idosas (DISCHINGER e BINS ELY, 2006; BERNARDES, 2018; VEIGA e PEREIRA, 2018).

Segundo Veiga e Pereira (2018), a sociedade coloca o idoso numa situação típica de marginalização social, na proporção em que ergue contra ele inúmeras barreiras sociais e desenvolve atitudes de preconceitos e discriminação.

A acessibilidade é uma das principais bases da inclusão social, pois ela é o início da garantia ao acesso, ao direito ao usufruto dos equipamentos e serviços disponíveis e,

segundo Menezes (2005), é preciso problematizar a questão da inclusão social em todos os campos da sociedade, no campo da saúde, da segurança, do transporte, do turismo, do lazer e da educação. Em vista disso, é importante que o planejador possa intervir nos espaços com intuito de criar ambientes que facilitem o acesso, permita uma melhor mobilidade, elimine as barreiras que normalmente limitam, intimidam e excluem. Os ambientes devem ser planejados objetivando a promoção e encorajamento da independência e autonomia, de forma que uma boa acessibilidade possa ser proporcionada a todos os indivíduos (PERRACINI, 2002). O meio inacessível pode reforçar uma deficiência valorizando um impedimento da pessoa ou torná-la sem importância no contexto espacial em que se insere.

Embora haja importantes estudos sobre o assunto, há ainda muitos debates a serem construídos em relação a esse relevante grupo social, que são as pessoas idosas, reforçando sua importância como participantes da sociedade e a necessidade de garantia de seus direitos, que segundo Quaresma (2002):

Não é mais suficiente considerar todos iguais perante a lei; agora é preciso tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente, na exata medida de sua desigualdade. Além disto, exige-se que o Estado institua políticas públicas orientadas à redução da desigualdade econômica. Surgem os direitos sociais, que passam a impor ao Estado uma diferente forma de agir. Não mais se admite a simples passividade do Estado frente às questões sociais. A educação, a saúde, o trabalho digno são assuntos da maior relevância, pelos quais deve o Estado zelar, permitindo o acesso por parte de todos a estes bens. O Estado não é mais gestor de interesses; é um dos atores na promoção do bem comum, na constituição de uma sociedade igualitária (QUARESMA, 2002, p.4)

Neste aspecto de melhoria de acesso e acessibilidade, medidas governamentais tais como o Decreto Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade (BRASIL, 2007) e o Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que dá prioridade de atendimento aos idosos, foram conquistas importantes para este grupo, no entanto, necessitam ser implementadas efetivamente (BRASIL, 2004).

O Sistema Único de Saúde (SUS) também se orienta pelo princípio da universalidade no acesso aos serviços de saúde e o Plano de Ação sobre o Envelhecimento, constituído na

Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, destacou a equidade no acesso aos cuidados de saúde e às ações de promoção à saúde e prevenção de doenças como bases para um envelhecimento saudável (HOSKINS, KALACHE e MENDES, 2005).

Para Nogueira (2007), os direitos humanos, a democracia e a acessibilidade são inalienáveis e indissolúveis, pois defendem o reconhecimento e a valorização da diversidade humana como meio para uma vida independente. Para que o indivíduo se torne um cidadão ou cidadã é necessário sua interação com toda a sociedade. Um meio físico acessível pode proporcionar liberdade e integração entre o idoso e a sociedade em geral. Em contrapartida, espaços inacessíveis podem favorecer a exclusão, principalmente para pessoas fragilizadas e com mobilidade prejudicada (CAIXETA e FROTA, 2016).

Dentro dessa perspectiva, o objetivo desse estudo foi identificar as barreiras que dificultam o acesso e acessibilidade de idosos no ambiente interno de serviços de saúde especializado no atendimento ao idoso na cidade de Manaus, Amazonas, Brasil.

Trata-se de um estudo observacional, realizado por visita exploratória, utilizando instrumento de checagem de 04 Componentes da acessibilidade espacial: Orientação, Deslocamento, Uso e Comunicação, segundo Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012). A pesquisa foi realizada nos três Centros de Atenção Integral à Melhor Idade (CAIMI) localizados na cidade de Manaus, Amazonas. Utilizou-se as seguintes categorias de análise: acessibilidade, acesso e idoso, que se relacionam ao espaço de instituições de saúde (CAIMIs) especializado a atendimento ao idoso, sujeitos desta pesquisa.

Essas categorias foram conceituadas da seguinte forma:

- **Acessibilidade:** é a capacidade do indivíduo de se locomover e atingir um destino almejado, dentro de suas capacidades, isto é, realizar qualquer movimentação ou deslocamento por seus próprios meios, com total autonomia e em condições seguras, mesmo que para isso precise de aparelhos específicos. Nesse sentido, a acessibilidade é, antes de tudo, uma medida de inclusão social (BRASIL, 2007).
- **Acesso:** é a liberdade para o uso dos serviços. Os atributos que definem o indivíduo, como seu nível educacional, sua bagagem cultural e crenças, sua condição social e econômica, e a relação do indivíduo com o sistema de saúde farão com que esse

indivíduo seja mais ou menos "livre" para utilizar o sistema, o que se traduzirá em melhores ou piores condições de acesso à saúde (MCINTYRE e MOONEY G, 2007).

- **Idoso:** é a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 2005). Neste conceito, reconhece-se que a idade cronológica não é um marcador preciso para as mudanças do envelhecimento. Existem diferenças significativas relacionadas ao estado de saúde, participação e níveis de independência entre pessoas que possuem a mesma idade.

2. COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL

Com o intuito de orientar as ações de avaliação e fiscalização dos edifícios públicos, Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) propôs uma classificação dos Componentes da Acessibilidade Espacial em quatro categorias: Orientação espacial, Comunicação, Deslocamento e Uso. Cada um desses componentes foi constituído por um conjunto de diretrizes que definem características espaciais que permitem a acessibilidade aos edifícios públicos e minimizam as restrições espaciais.

Para Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012):

[...] a acessibilidade espacial depende do atendimento desses componentes em sua totalidade e que, dependendo das condições dos usuários e de suas necessidades, basta o não-cumprimento de um deles para que todos os demais sejam comprometidos. A conceituação de cada componente está acompanhada por fotos e descrições que ilustram como os ambientes podem possuir soluções que permitam seu uso de forma acessível ou, ao contrário, apresentar restrições espaciais para a realização de atividades (DISCHINGER, BINS ELY e PIARDI, 2012, p.29).

Os componentes de acessibilidade foram assim descritos por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012):

a) Orientação

Acredita-se que, para se orientar espacialmente, vários processos interligados ocorrem para se obter informações ambientais por meio dos sistemas perceptivos. Assim, as condições de orientação dependem das configurações arquitetônicas, dos suportes

informativos existentes (placas, sinais, letreiros etc.) e das condições dos indivíduos de perceber e processar as informações espaciais, bem como tomar decisões e agir.

Portanto, na avaliação desse componente, atenção especial deve ser dada às pessoas com deficiências sensoriais e/ou cognitivas, por possuírem maiores dificuldades em obter informações e/ou processá-las.

Na avaliação deste componente deve ser possível identificar a porta de acesso, o balcão de recepção, sala de espera, sistemas de conexão e os equipamentos/suportes informativos. Contribui para essa identificação, a legibilidade espacial arquitetônica, fornecida pela distribuição organizada dos ambientes e de seus elementos. O destaque do mobiliário e os suportes informativos podem ser obtidos por meio de sua disposição e pelo contraste de cor dos elementos e pisos/paredes, além de uma boa iluminação e devem ser legíveis para todos os usuários, oferecendo mais de uma opção de linguagem (tátil, pictórica, sonora, Braille, sinais luminosos). Para as pessoas com deficiência visual, o uso dos pisos táteis é fundamental para a identificação desses elementos. O conteúdo das informações deve possibilitar a todos localizar-se no edifício, identificar o local das diferentes atividades e definir rotas de forma independente.

b) Deslocamento

Os ambientes edificados devem possibilitar qualquer pessoa movimentar-se ao longo de percursos horizontais e verticais (saguões, escadas, corredores, rampas, elevadores), sem interrupções, de forma segura, confortável e independente, e livre de barreiras físicas. Por isso, na ocorrência de desníveis, deve haver sistemas alternativos de deslocamento, tais como rampas e/ou elevadores.

Da mesma forma, as áreas devem ser livres de obstáculos, permitindo o trânsito livre para pessoas em cadeira de rodas ao longo dos percursos. Os pisos devem ter suas superfícies de revestimento planas com textura que possibilite boa aderência e evite que ocorra escorregamento.

Para a avaliação das condições de deslocamento, deve ser dada uma maior atenção às pessoas idosas, devido à fadiga e ao cansaço fácil, estando mais expostas a quedas. Também é fundamental averiguação da continuidade, das dimensões, dos

revestimentos e das declividades dos percursos para pessoas com deficiências motoras, que utilizam muletas ou cadeira de rodas.

c) Uso

As condições de uso dos espaços e dos equipamentos referem-se à possibilidade efetiva de participação e realização de atividades por todas as pessoas. Chama-se a atenção para as instalações sanitárias em que se deve oferecer acesso facilitado ao balcão e uso das torneiras; o boxe com vaso sanitário deve possuir barras de apoio, dimensões e altura adequadas para permitir sentar e levantar, mesmo com o auxílio da barra; e a transferência da cadeira de rodas.

Para o uso efetivo de espaços e equipamentos, muitas vezes, são necessárias a inclusão e a instalação de dispositivos de tecnologia assistiva, tais como pisos táteis e sistemas de voz para pessoas com deficiência visual.

d) Comunicação

Esse componente diz respeito às possibilidades de troca de informações interpessoais, ou troca de informações pela utilização de equipamentos de tecnologia assistiva⁶⁵, que permitam o acesso, compreensão e participação nas atividades existentes. Orienta-se que em locais com uma maior densidade de pessoas, como aeroportos, centrais rodoviárias, escolas especiais ou unidades de saúde, deve haver dispositivos alternativos de comunicação tais como terminais de computador e/ou telefones especiais para utilização de pessoas surdas. A informação deve ser acessível a todos. A avaliação das condições de comunicação é especialmente importante para melhorar a

⁶⁵ "Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social"(BRASIL, 2009).

independência e autonomia de pessoas com deficiência auditiva, problemas na fala ou deficiência cognitiva.

A comunicação deve ser facilitada pelo mobiliário e pela localização dos dispositivos. Assim, os balcões de atendimento ou os guichês não devem ser fechados e os dispositivos de segurança e o sistema de alarme de incêndio devem ser luminosos e sonoros.


3. COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE DOS CENTROS DE ATENÇÃO INTEGRAL À MELHOR IDADE E O ACESSO A EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS




Na cidade de Manaus, foram construídos três CAIMIs: Dr. Paulo César de Araújo Lima, Dr. André Araújo e Ada Rodrigues Viana, localizados em diferentes zonas da cidade, com a missão de garantir assistência ambulatorial de média complexidade aos idosos referenciados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com equipe multidisciplinar especializada, por meio de atendimento e acompanhamento de doenças prevalentes no idoso, objetivando o maior grau de resolutividade possível. Os CAIMIs proporcionam maior e melhor acesso aos bens e serviços de saúde e, sobretudo, desafogam os hospitais e prontos-socorros sempre lotados por internações de idosos com doenças crônicas.

Nesta pesquisa, buscou-se identificar os componentes de acessibilidade dos edifícios dos CAIMIs, por meio de visita exploratória. Cada componente de acessibilidade (Orientação, Deslocamento, Uso e Comunicação) é formado por uma série de diretrizes que apontam características espaciais que permitem ou não a acessibilidade aos CAIMIs e mostram possíveis restrições espaciais.

Observa-se no Quadro 1 que o CAIMI Dr. Paulo César de Araújo Lima apresentou inúmeras barreiras que dificultam a acessibilidade dos idosos na área do edifício. Dentre elas destacamos: na recepção os balcões de atendimento não permitem aproximação frontal por cadeira de rodas, falta de sinalização na maioria dos setores e inexistência de piso antiderrapante nos corredores de acesso.

Quadro 1 - Componentes de acessibilidade das instalações físicas do CAIMI Dr. Paulo César de Araújo Lima. Manaus, AM, 2017

COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE	AREAS DE ACESSO AO EDIFÍCIO		OBSERVAÇÕES
<p style="text-align: center;">ORIENTAÇÃO</p> 	DO PASSEIO A ENTRADA DO EDIFÍCIO	ÁREA EXTERNA/PÁTIO	Não existe piso tátil de alerta nos pátios, sinalizando situações que envolvam algum tipo de risco (desníveis, obstáculos).
		RAMPAS	<p>Não existe sistema de iluminação de emergência instalado.</p> <p>Não existe sinalização tátil de alerta no início e término da rampa.</p>
		ESTACIONAMENTO	As vagas destinadas aos idosos não são indicadas com o símbolo internacional de acessibilidade a partir de sinalização vertical e no piso.
	DO EDIFÍCIO	PORTAS	Não há sinalização tátil (em Braille ou texto em alto relevo) nos batentes ou paredes adjacentes, no lado onde existe a maçaneta.
		ACESSO INTERNO	Ausência de sinalização visual no piso indicando desníveis (degraus).
		RECEPÇÃO	Não há suporte informativo tátil que permita a identificação do local do balcão para pessoas com restrição visual.
		CONSULTÓRIOS	Ausência de sistema de áudio descrição sobre as exposições, que permita a informação e orientação de pessoas com restrição visual.
DESLOCAMENTO	DO EDIFÍCIO	ACESSO INTERNO	<p>O piso dos corredores e passagens não é revestido com material antiderrapante.</p> <p>Não há, em circulações muito amplas, faixas de piso em cor e textura diferenciadas guiando os usuários.</p>

		RECEPÇÃO	Os balcões de atendimento não permitem aproximação frontal por cadeira de rodas (altura máxima de 90 cm em relação ao piso, com altura livre de 73cm sob o balcão e profundidade livre inferior de 30cm).
<p>USO</p> 	DO EDIFÍCIO	RECEPÇÃO	Os balcões de atendimento não permitem aproximação frontal por cadeira de rodas (altura máxima de 90 cm em relação ao piso, com altura livre de 73cm sob o balcão e profundidade livre inferior de 30cm).
<p>COMUNICAÇÃO</p> 		CONSULTÓRIOS	As portas de acesso ao ambiente não possuem vão mínimo de 1,50m.
	DA ENTRADA DO EDIFÍCIO	PORTAS	Não existe acesso alternativo, tais como campainha ou outro meio (visor) para solicitar abertura da porta.
RECEPÇÃO		<p>Não existe um serviço de atendimento para pessoas com restrição auditiva prestado por pessoas capacitadas (intérpretes de LIBRAS).</p> <p>Não existe algum tipo de equipamento de tecnologia assistida (terminal de computador) que permita a comunicação para o surdo e/ou mudo com os funcionários.</p>	

Fonte: Pesquisa de campo, 2017

A falta de sinalizações e de pisos antiderrapante remete à inadequação ao ambiente a que a pessoa idosa está exposta e à preocupação com a ocorrência de quedas. Este evento, muitas vezes considerado normal no processo de envelhecimento, constitui um problema de saúde pública, pois além das fraturas, gera outras consequências como medo de andar, perda da capacidade de realização das atividades de vida diária, restrição de mobilidade, incapacidade funcional, isolamento social e diminuição da qualidade de vida, além de ser considerada como uma das principais causas de hospitalização e morte em idosos.


Um idoso com catarata, por exemplo, possui visão comprometida e, como tal, possui uma deficiência visual. Em consequência, possui dificuldades diversas advindas de sua condição, tais como não distinguir com nitidez elementos físicos como mudanças de planos e desníveis. As condições do ambiente podem agravar essas dificuldades gerando restrições.

No CAIMI Ada Rodrigues Viana, além da falta de sinalização, percebeu-se que não há vagas de estacionamento reservada ao idoso como obriga a lei. Com relação ao acesso interno, nem sempre há rampas na existência de desníveis maiores que 1,5cm e as portas de acesso aos consultórios não possuem vão mínimo de 1,50m e não abrem no sentido da saída proporcionando escoamento (Quadro 02).

Quadro 2 - Componentes de acessibilidade das instalações físicas do CAIMI Ada Rodrigues Viana. Manaus, AM, 2017

COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE	ÁREAS DE ACESSO AO EDIFÍCIO		OBSERVAÇÕES
<p>ORIENTAÇÃO</p> 	DO PASSEIO A ENTRADA DO EDIFÍCIO	ÁREA EXTERNA/PÁTIO	Não existe piso tátil de alerta nos pátios, sinalizando situações que envolvam algum tipo de risco (desníveis, obstáculos).
		RAMPAS	Não existe sistema de iluminação de emergência instalado. Não existe sinalização tátil de alerta no início e término da rampa.
		ESTACIONAMENTO	Não há vagas destinadas aos idosos.
	DA ENTRADA DO EDIFÍCIO	PORTAS	Não há sinalização tátil (em Braille ou texto em alto relevo) nos batentes ou paredes adjacentes, no lado onde existe a maçaneta.
		ACESSO INTERNO	Ausência de sinalização visual no piso indicando desníveis (degraus).
		RECEPÇÃO	Não há suporte informativo tátil que permita a identificação do local do balcão para pessoas com restrição visual.
			Ausência de sistema de áudio descrição sobre as exposições, que

		CONSULTÓRIOS	permita a informação e orientação de pessoas com restrição visual.
DESLOCAMENTO 	DO PASSEIO A ENTRADA DO EDIFÍCIO	RAMPAS	<p>Não existe no início e no término da rampa patamares com dimensão mínima longitudinal de 1,20m além da área de circulação adjacente.</p> <p>Não existe patamar parar mudança de direção na rampa.</p>
	DA ENTRADA DO EDIFÍCIO	ACESSO INTERNO	Nem sempre há rampas na existência de desníveis maiores que 1,5cm.
CONSULTÓRIOS		<p>As portas de acesso ao ambiente não possuem vão mínimo de 1,50m e não abrem no sentido da saída proporcionando escoamento.</p> <p>Há uma largura de 77 cm de largura (Mínima de 80cm para a transposição de uma cadeira de rodas por portas e obstáculos fixos).</p>	
USO 	DO PASSEIO A ENTRADA DO EDIFÍCIO	RAMPAS	<p>Os corrimãos não estão instalados em ambos os lados da rampa (somente 1 lado).</p> <p>Os corrimãos laterais estão instalados a duas alturas 93 cm (preconizado 92cm e 70cm do piso, medido da geratriz superior).</p> <p>Os corrimãos não possuem prolongamento mínimo de 30cm antes do início e após o término da escada.</p>
		ESTACIONAMENTO	Não existe vaga de estacionamento externo ou de garagem interna destinada a pessoas idosas.
	DA ENTRADA DO EDIFÍCIO	RECEPÇÃO	Os balcões de atendimento não permitem aproximação frontal por cadeira de rodas (altura máxima de 90 cm em relação ao piso, com altura livre de 73cm sob o balcão e profundidade livre inferior de 30cm).
		CONSULTÓRIOS	Ausência de equipamentos que possuem controle de volume individual.
			Não existe um serviço de atendimento para pessoas com restrição auditiva prestado por

<p style="text-align: center;">COMUNICAÇÃO</p> 	DA ENTRADA DO EDIFÍCIO	RECEPÇÃO	<p>pessoas capacitadas (intérpretes de LIBRAS).</p> <p>Não existe algum tipo de equipamento de tecnologia assistida (terminal de computador) que permita a comunicação para o surdo e/ou mudo com os funcionários.</p>
		CONSULTÓRIOS	<p>Não existem dispositivos de tecnologia assistida para atender as pessoas com restrição visual e auditiva.</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Deve-se considerar que elementos, tais como uma porta com vão mínimo de 1,50m e a inexistência de rampas, que normalmente passam despercebidos para a maioria das pessoas, podem impedir o deslocamento de uma pessoa com dificuldade de deslocamento e barrar seu acesso a um edifício. No caso de pessoas idosas e com deficiências, as dificuldades são permanentes e, muitas vezes, intransponíveis, afetando suas condições de independência, acessibilidade e mobilidade. Isso desafia o sistema a colocar em prática as soluções técnicas apresentadas na Norma Brasileira de Acessibilidade - NBR 9050/2004 - (ABNT, 2004) assim como desenvolver novas soluções para problemas ainda não normatizados. Segundo Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), as características espaciais são fundamentais para reduzir as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiências físico-motoras. Dessa forma:

(...) para permitir o deslocamento de pessoas com redução de mobilidade ou que utilizem bengalas, muletas ou cadeira de rodas é necessário prever espaço suficiente para aproximação e uso de espaços e equipamentos; eliminar desníveis verticais ao longo de percursos ou ambientes; prover suportes para apoio (corrimãos); criar superfícies uniformes com inclinação leve ou inexistente, com pisos de boa aderência, antiderrapantes, e que não provoquem trepidação; e observar dimensões mínimas adequadas para o deslocamento (DISCHINGER, BINS ELY e PIARDI, 2012, p.30).


Com relação ao CAIMI Dr. André Araújo, a situação encontrada foi de maiores distorções, haja vista este ser o único que não foi planejado e as adaptações feitas não corresponderam às necessidades dos usuários. Além de todas as deficiências apresentadas pelos CAIMIs anteriores, o acesso ao serviço faz-se por meio de escadas,


sem rampas de acesso, porém possui elevador, que em momentos de pane obriga o idoso ao uso de escadas. Alguns idosos não fazem uso do elevador por desconhecerem a forma de funcionamento, restando-lhes as escadas (Quadro 3).



As escadas tornam-se, portanto, um dos principais elementos de dificuldade para o idoso, uma vez que diversos problemas foram encontrados a partir dela: degraus dispostos paralelos entre si, porém sempre que há curvas há degraus em leque que são proibidos neste caso; o primeiro e último degraus de um lance de escada estão a uma distância de 65cm; as escadas têm lance de 21 degraus e o máximo aceitável é de 19 degraus; corrimãos são contínuos sem extremidades recurvadas fixadas ou justapostas à parede ou piso; os corrimãos estão instalados na altura de 84 cm e o outro 89 cm (92cm do piso medido de sua geratriz superior) (Quadro 3).

Quadro 3 - Componentes de acessibilidade das instalações físicas do CAIMI Dr. André Araújo.

Manaus, AM, 2017

COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE	ÁREAS DE ACESSO AO EDIFÍCIO	OBSERVAÇÕES	
ORIENTAÇÃO 	DO PASSEIO A ENTRADA DO EDIFÍCIO	ESCADAS Não existe sinalização visual localizada na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento, medindo entre 2cm e 3cm de largura. Não existe, no início e término da escada, sinalização tátil de alerta em cor contrastante com a do piso, afastada no máximo 32cm do degrau.	
	DA ENTRADA DO EDIFÍCIO	PORTAS	Não há sinalização tátil (em Braille ou texto em alto relevo) nos batentes ou paredes adjacentes, no lado onde existe a maçaneta.
		ACESSO INTERNO	Não há, em circulações muito amplas, faixas de piso em cor e textura diferenciadas guiando os idosos. Ausência de sinalização visual no piso indicando desníveis (degraus).
		RECEPÇÃO	Não há suporte informativo tátil que permita a identificação do local do balcão para pessoas com restrição visual.
	CONSULTÓRIOS	Ausência de sistema de áudio descrição sobre as exposições, que permita a informação e orientação de pessoas com restrição visual.	

DESLOCAMENTO 	DO PASSEIO A ENTRADA DO EDIFÍCIO	CIRCULAÇÃO	<p>Não existe uma rota livre de obstáculos que permita o acesso do passeio público à entrada do edifício.</p> <p>Não possui piso antiderrapante e sem desníveis do passeio público à entrada do edifício.</p>
		VEGETAÇÃO	Vegetação existente não representa segurança para os pedestres (possui árvores que desprendem muitas folhas e frutos), pois torna o piso escorregadio e pode causar traumas.
		ÁREA EXTERNA/PÁTIO	Não existe piso tátil de alerta nos pátios, sinalizando situações que envolvam algum tipo de risco (desníveis, obstáculos).
		ESCADAS	<p>A profundidade do degrau (piso) é 26 cm (preconizado maior que 28cm e menor que 32cm).</p> <p>Os degraus estão dispostos paralelos entre si, porém sempre que há curvas há degraus em leque (proibido degraus em leque).</p> <p>O primeiro e último degraus de um lance de escada estão a uma distância de 65 cm (no mínimo 30 cm da área de circulação).</p> <p>As escadas têm lance de 21 degraus (máximo de 19 degraus).</p>
	DA ENTRADA DO EDIFÍCIO	ACESSO AO EDIFÍCIO	Ausência de rampa ou equipamento eletromecânico que permita pleno acesso quando tem desnível entre a circulação externa e aporta de entrada do edifício.
		PORTAS	Ausência de portas acionadas com sensores ópticos (para idosos de baixa estatura e usuários de cadeira de rodas).
		CONSULTÓRIOS	As portas de acesso ao ambiente não possuem vão mínimo de 1,50m e não abrem no sentido da saída proporcionando escoamento.
USO	DO PASSEIO A ENTRADA DO EDIFÍCIO	ÁREA EXTERNA/PÁTIO	Não existem bancos para descanso no pátio na entrada do edifício.
		ESCADAS	<p>Os corrimãos são contínuos sem extremidades recurvadas fixadas ou justapostas à parede ou piso.</p> <p>Os corrimãos estão instalados na altura de 84 cm e o outro 89 cm (92cm do piso medido de sua geratriz superior).</p>

	DA ENTRADA DO EDIFÍCIO	PORTAS	A maioria das maçanetas das portas não é do tipo alavanca.
		CONSULTÓRIOS	Ausência de equipamentos que possuem controle de volume individual.
COMUNICAÇÃO 	DA ENTRADA DO EDIFÍCIO	ACESSO INTERNO	<p>Não há acesso ao ambiente por meio de videofones e/ou interfones acessíveis aos idosos, pessoas com baixa estatura e cadeirante.</p> <p>Não existe algum tipo de tecnologia assistida para comunicação do surdo e/ou mudo para acesso ao edifício.</p> <p>Ausência de acesso alternativo, campainha ou outro meio (visor) para solicitar abertura da porta.</p>
		RECEPÇÃO	<p>Não existe um serviço de atendimento para pessoas com restrição auditiva prestado por pessoas capacitadas (intérpretes de LIBRAS).</p> <p>Não existe algum tipo de equipamento de tecnologia assistida (terminal de computador) que permita a comunicação para o surdo e/ou mudo com os funcionários.</p>
		CONSULTÓRIOS	Não existem dispositivos de tecnologia assistida para atender as pessoas com restrição visual e auditiva.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017

As barreiras arquitetônicas impedem o exercício do mais básico dos direitos de qualquer cidadão, o de deslocar-se livremente. Devido a essas barreiras, as ações de promoção e prevenção à saúde normalmente ficam restritas.

A acessibilidade pode ser definida não só como o grau de ajuste entre as características dos recursos de atenção à saúde, mas também como as características das populações, no processo de busca e obtenção da atenção em saúde.

O Artigo 38, do Estatuto do Idoso, Lei 10741/03, determina a eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, a fim de garantir a acessibilidade do idoso (BRASIL, 2003). Da mesma forma, o Artigo 3º da Lei nº. 10.098/2000 determina que os espaços de uso público sejam acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida, como os idosos (BRASIL, 2000).

A perspectiva da integralidade do cuidado e na implementação de práticas em serviços de saúde, acesso e acolhimento articulam-se e complementam-se. Para tal, faz-se necessária uma séria de fatores estruturais que dizem respeito à planta física e os equipamentos disponibilizados na estrutura dos serviços.

3. A ACESSIBILIDADE FAVORECE O ACESSO DO IDOSO

Levando-se em consideração as dificuldades de mobilidade e acessibilidade da pessoa idosa, faz-se urgente cumprir as políticas públicas aprovadas em função desse grupo etário, que dizem respeito à melhoria da mobilidade espacial e à acessibilidade aos bens e serviços dispersos no espaço urbano, a fim de que todos possam usufruir deles plenamente. Para a estruturação dos espaços físicos, é necessário promover a inclusão e a utilização deste espaço por qualquer indivíduo, com autonomia e segurança. Para que isso aconteça, o Desenho Universal deve ser considerado e respeitada a concepção de espaços que visa atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade (BRASIL, 2006).

Vale lembrar que a pessoa idosa tem garantido em lei direito a uma atenção humanizada, com orientação, acompanhamento e apoio domiciliar, respeito às culturas locais, às diversidades do envelhecer e à diminuição das barreiras arquitetônicas de forma a facilitar o acesso. Por isso é premente a adoção de intervenções que criem espaços de uso público com facilidade de acesso e promovam opções saudáveis em todos os estágios da vida (COSTA 2008).

Em geral, vivemos em um meio projetado para adultos jovens, de altura mediana e sem limitações funcionais. Exemplo disso são as prateleiras altas de supermercados, os degraus altos e rápidos das escadas rolantes dos shoppings, as calçadas desniveladas que oferecem riscos de quedas constantes, quase todos esses ambientes construídos para atender os anos iniciais da vida adulta. Estes ambientes deveriam ser planejados para promover e encorajar a independência e a autonomia, de forma que uma boa qualidade de vida pudesse ser proporcionada a todos os indivíduos, sem exclusão de grupos como os idosos. Desta forma, um espaço público deve ser concebido nas cidades

para a coletividade e a questão do acesso universal deveria ser sempre central nesse aspecto.

Em se tratando do idoso, a longevidade traz consigo, além de todas as dificuldades de uso dos espaços, mudança do perfil de saúde que passa para o predomínio das doenças crônicas e suas complicações, num cenário de desigualdades e superposição de morbididades. Assim, levando-se em consideração a população idosa é preciso estar atento ao processo de envelhecimento e suas necessidades, independente se esses indivíduos possuem ou não deficiências, restrições ou mobilidade reduzida. Tais necessidades podem ser supridas a partir de projetos de ambientes adequados, considerando suas limitações e capacidades.

Hunt (1991) classifica as necessidades em três categorias: necessidades físicas, necessidades informativas e necessidades sociais. As necessidades físicas estão relacionadas com a saúde física, segurança e conforto dos usuários no ambiente e, por isso, são mais facilmente identificadas. Esses ambientes devem estar livres de obstáculos, ser de fácil manutenção, para evitar acidentes, e respeitar as características biomecânicas e antropométricas da população usuária.

As necessidades informativas estão relacionadas ao modo como a informação sobre o meio-ambiente é processada. Hunt (1991) identifica dois aspectos principais para a informação ser processada: a percepção, que é o processo de obter ou receber a informação do ambiente; e a cognição, que indica a forma como a pessoa organiza e relembra a informação recebida do ambiente.

Assim, deve-se procurar projetar espaços legíveis e, ainda, estimular todos os sentidos, para que, no caso de haver restrição em algum deles, o ambiente possa suprir a informação através dos demais (BINS ELY e CAVALCANTI, 2001). No caso de um idoso com restrição visual, por exemplo, a utilização de elementos com cores contrastantes, odores e/ou texturas diferenciadas servem como referencial para sua orientação. Outro exemplo, é o projeto de ambientes padronizados ou temáticos, com uso repetitivo de cores ou elementos que indiquem a mesma função ou atividade, contribui com idosos que possuem dificuldade de relembrar as informações adquiridas.

As necessidades sociais são aquelas relacionadas com a promoção do controle da privacidade e/ou interação social. Deve-se, então, proporcionar um senso de comunidade, onde a camaradagem ocorra naturalmente, em locais projetados para idosos (HUNT, 1991).

Assim, as transformações dos espaços de uso coletivo de circulação estão diretamente relacionadas à necessidade de uma adequada infraestrutura que atenda à demanda de uma determinada população específica, uma vez que o crescente desenvolvimento da cidade apresenta como consequência a fragmentação e uso inadequado do ambiente, disponibilizando um espaço físico de circulação cada vez mais limitado. Em função do crescimento populacional de idosos, e do processo de envelhecimento, faz-se mister observar as necessidades espaciais diferenciadas, que devem ser estudadas e conhecidas, para que se possa projetar ambientes acessíveis, confortáveis e adequados ergonomicamente e equipamentos que facilitam a realização de atividades com independência e segurança, obtendo melhor qualidade de vida (BINS ELY e DORNELES, 2006). Isso porque a partir dos 60 anos de idade, as incapacidades crescem em grau e número e isso passa a ser ponto fundamental para o planejamento de políticas públicas que favoreçam o acesso e a acessibilidade de idosos a equipamentos e ambientes de uso coletivo em saúde ou em outras áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado o mundo alonga o tempo de vida e promete a eternidade, por outro ele não lhe reserva um campo de possibilidades, e a velhice fica confinada e interdita ao plano das vontades do homem. É preciso, então, romper com as barreiras que impedem a vida de avançar tanto no tempo (possibilitando viver mais) quanto no espaço (possibilitando acesso e acessibilidade), pois, na aceleração e instantaneidade do mundo contemporâneo, a pessoa idosa nem sempre consegue acompanhar o compasso frenético dos demais.

No espaço urbano contemporâneo, o idoso circula com maior intensidade, embora não com facilidade, do que os idosos de tempos passados, tendo em vista uma maior oferta de bens e serviços de uso comum. A relação do idoso com o espaço revela outros

desafios, conforme mencionados nesta pesquisa e, a partir daí, percebe-se o quanto a velhice pode ser despotencializada quando suas possibilidades de acesso e acessibilidade se encontram frágeis e limitadas.

O acesso e a acessibilidade extrapolam a compreensão de ser somente uma necessidade humana de movimentos físicos. Nos ambientes onde os espaços construídos para os idosos foram espacialmente planejados com a observância de sua funcionalidade, ele passou a ser um atributo que favorece sua saúde física e mental. Inferi-se que, promover acesso e acessibilidade no ambiente construído é eliminar barreiras arquitetônicas desnecessárias, proporcionando condições de autonomia e segurança para o idoso. Sob este aspecto, um espaço construído dentro dos preceitos da acessibilidade deve ser capaz de proporcionar aos seus usuários oportunidades igualitárias e a garantia de acesso e uso pleno.

Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050/2004. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BERNARDES, Adriana. A democratização do debate e da tomada de decisões podem nortear a mobilidade urbana com equidade social. In. **Acessibilidade e Mobilidade Urbana na Perspectiva da Equidade e Inclusão Social**. Org.: Taco PWG, Sousa AM, Silva FB – Goiânia: Kelps, 2018.

BINS ELY, Vera Helena Moro; CAVALCANTI, Patrícia. **Avaliação dos Asilos para Idosos em Florianópolis**. Relatório de pesquisa. Florianópolis: PETARQ -UFSC. 2001.

BINS ELY, Vera Helena Moro; DORNELES, Vanessa Goulart: **Acessibilidade espacial do idoso no espaço livre urbano**. Curitiba: ABERGO, 2006.

BRASIL. **Decreto n. 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Ministério de Saúde. Brasília, 2004c.

BRASIL. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília-DF, 2005.

BRASIL. **Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Promoção de Saúde da Acessibilidade do Idoso**. Brasília: Portal de periódicos, 2007.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Caderno PlanMob: para orientação aos órgãos gestores municipais na elaboração dos Planos Diretores de Mobilidade Urbana. Construindo uma Cidade Acessível**. Brasília, 2007.

BRASIL. **Portaria nº 2.258, de 19 de outubro de 2006**. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2006.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. B823t Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. Brasília: CORDE, 2009. 138 p.

CAIXETA, Eline Maria Moura Pereira, FROTA, José Artur D'Aló. Acessibilidade, Urbanidade e a Construção da Cidadania. In: **Projeto de cidade: mobilidade e acessibilidade em Goiânia**. Kneib EC (org.). Goiânia: Editora UFG, 2016. 432p.

COSTA, Cybele Morais. **Socorros públicos: as bases da Saúde Pública na Província do Amazonas (1852-1880)**. 141 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, 2008.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro. **Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos: guia de avaliação e implementação de normas técnicas**. Santa Catarina: Ministério Público do Estado, 2006.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público**. Florianópolis: MPSC161 p.: il., tabs., mapas, 2012.

HOSKINS, Irene; KALACHE, Alexandre; MENDES, Susan. Hacia una atención primaria de salud adaptada a las personas de edad. **Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health**, vol. 17, n.5/6, p. 444-451, 2005.

HUNT, Michael. **The design of supportive environments for older people**. In: Congregate Housing for the elderly. Haworth Press, 1991.

MCINTYRE, Di; MOONEY, Gavin. **The economics of health equity**. New York: Cambridge University, 2007.

MENEZES, Maria Roseane Gonçalves de. **A produção de sentidos sobre a Educação Especial: reflexos na sua área de atuação e na formação de seus professores**. Manaus, 2005. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Amazonas, 2005.

NOGUEIRA, Ana Cláudia Fernandes; SANSON, Fábio; PESSOA, Karen. A expansão urbana e demográfica da cidade de Manaus e seus impactos ambientais. **Anais XIII Simposio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Florianópolis, Brasil. 21-26 abril. INPE, p. 5427 – 5434, 2007.

PERRACINI, Monica. Planejamento e adaptação do ambiente para pessoas idosas. In: Freitas,

QUARESMA, Regina. **Comentários à Legislação Constitucional Aplicável às Pessoas Portadoras de Deficiência**. Revista Diálogo Jurídico, Salvador, CAJ - Centro de Atualização Jurídica, nº. 14, junho/agosto, 2002.

VEIGA, Acesoar, PEREIRA, Luciana Farias. Realidades e perspectivas da pessoa idosa no espaço público. In: **Acessibilidade e Mobilidade Urbana na Perspectiva da Equidade e Inclusão Social**. Org.: Taco PWG, Sousa AM, Silva FB – Goiânia: Kelps, 2018.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Júlio César Suzuki

Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao PROLAM/USP. É pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. Contato: icsuzuki@usp.br

Valterlei Borges

Possui Graduação em Produção Cultural (UFF, 2007), Mestrado em Ciência da Arte (UFF, 2011) e Doutorado em Estudos de Literatura (UFF, 2016). Realizou pesquisa de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina - PROLAM (USP, 2019). Atua como produtor cultural, pesquisador e professor. Contato: val.borges@gmail.com

Fábio Molinari Bitelli

Graduado em Comunicação Social e Gastronomia, no mestrado em Hospitalidade desenvolveu pesquisa sobre o uso do espaço público na cidade a partir das manifestações culturais e da alimentação. No doutorado pelo PROLAM/USP desenvolve investigação acerca dos alimentos tradicionais e da cultura alimentar nos mercados públicos das metrópoles de São Paulo (Brasil) e Santiago (Chile). Contato: pibitelli@yahoo.com.br

SOBRE OS AUTORES

Alexandre Nunes da Silva

Bacharel em Administração. Especialista em Gestão Ambiental. Especialista em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Atua como professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, habilitado em Concurso Público no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Contato: alexandre.nunes@ifpa.edu.br

Cleisiane Xavier Diniz

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Nilton Lins (2005), Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Luterana do Brasil -ULBRA/RS (2011), Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo - USP (2017). Professora Adjunta da Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Amazonas (2006-atual). Professora do Programa de Mestrado Profissional em Enfermagem em Saúde Pública. Contato: cxdiniz@gmail.com

Gilberto de Miranda Rocha

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (1982), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1987), doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1999), pós-doutorado em Economia Dell' Ambiente e Dello Sviluppo (Università Degli Studi Roma

Tre (Roma, Itália, 2014) e pós-doutorado em Ordenamento Territorial (Universite Paris 13NORD, Paris, 2015). Contato: gilrocha@ufpa.br

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Professor de Geografia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Graduado em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP, Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (2013), Doutor em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2016). Pós-doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo.

Jonas Dias de Souza

Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em Geografia pela Universidade de São Paulo (2009), com mestrado (2012) e doutorado (2017) em Geografia pela mesma instituição, tendo trabalhado a relação entre a Geografia e o Direito Ambiental. Atualmente é professor efetivo da Universidade do Estado do Amazonas - Centro de Estudos Superiores de Tabatinga da (CESTB/UEA), e pesquisador membro do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia.

José Elias Pinheiro Neto

É docente da Universidade Estadual de Goiás do Câmpus Cora Coralina UnU/Itapuranga e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI). Editor-Chefe do periódico digital Building the way (ISSNe 1519-7220). Integrante dos Grupos de Pesquisas: Geografia, Literatura e Arte (GEOLITEART) com sede na Universidade de São Paulo; Literaturas de Língua Portuguesa (GEPELLP) e Ensino, Métodos e Técnicas socioambientais, ambos com sede na Universidade Estadual de Goiás.

Júlio César Suzuki

Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao PROLAM/USP. É pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. Contato: jcsuzuki@usp.br

Maria de Nazaré de Souza Ribeiro

Graduação em Enfermagem pela UFAM (1991); Especialista em Administração Hospitalar; Especialista em Saúde Pública; Especialista em Gerontologia e Saúde do Idoso; Especialista em Enfermagem em Terapia Intensiva e de Alta Complexidade; Mestre em Ciências de Alimentos pela UFAM (1999); Doutora em Ciências (Geografia Humana) pela USP (2011). Contato: mnribeiro2@gmail.com

Maria do Socorro Almeida Flores

Professora Associada da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA), Advogada e Consultora Jurídica, Mestre em Direito Ambiental e Instituições Jurídicas e Sociais da Amazônia (UFPA), Doutora em Direitos Humanos e Meio Ambiente (UFPA). Pós-Doutora em Princípios Fundamentais e Direitos Humanos (UCES/Argentina). Contato: saflores@ufpa.br

Rogério Rego Miranda

Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e integrante do Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (Lerassp). Contato: rogeriomir@unifesspa.edu.br

Romier da Paixão Sousa

Agrônomo, Doutor em Estudo sobre o Meio Ambiente. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do IFPA-Campus Castanhal.

Wladimir Mejía Ayala

Doctor en Geografía de la Universidad de Angers en Francia, profesor asociado de la Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, Estudios de Posgrado en Geografía EPG (Convenio UPTC-IGAC).

Zélia Vanuza Marques

Licenciada em Pedagogia, Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, Extensionista Rural da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará - Emater-Pa.



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO